

SILVIA HELENA RIBEIRO CRUZ

TURISMO, FRONTEIRA E DESENVOLVIMENTO NA PAN-AMAZÔNIA: trajetórias entre o Brasil e a Guiana Francesa

Tese apresentada para obtenção do título de doutora em Desenvolvimento Sócioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ligia Simonian.

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Cruz, Silvia Helena Ribeiro

Turismo, fronteira e desenvolvimento na Pan-Amazônia: trajetórias entre o Brasil e Guiana Francesa/ Silvia Helena Ribeiro Cruz; Orientadora Ligia T. L. Simonian. – 2010.

369 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Turismo – Brasil. 2. Turismo – Guiana francesa. 3. Planejamento regional – Brasil. 4. Planejamento regional – Guiana francesa. 5. Fronteiras. I. Simonian, Ligia T. L., orientadora. II. Título.

CDD 21. ed. 338.47098

SILVIA HELENA RIBEIRO CRUZ

TURISMO, FRONTEIRA E DESENVOLVIMENTO NA PAN-AMAZÔNIA: trajetórias entre o Brasil e a Guiana Francesa

Tese apresentada para obtenção do título de doutora em Desenvolvimento Sócioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ligia Simonian.

Aprovado em: 12/05/2010

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Ligia Simonian
Orientador – NAEA/UFPA

Prof^o. Dr. Armin Mathis
Examinador – NAEA/UFPA

Prof^a Dr. Saint Clair Trindade Junior
Examinador – NAEA/UFPA

Prof^a Dra. Helena Doris. A. Quaresma
Examinadora externa – FACTUR/UFPA

Prof^o Dr. Miguel Bahl
Examinador externo – DEPTO. TURISMO/UFPR

Resultado: _____

Aos meus pais, Rosemiro Cruz (*in memoriam*)
e Osalina Cruz, por todo amor e incentivo.
Aos meus irmãos e sobrinhos, companheiros
de jornada familiar.
Aos povos da fronteira Pan-Amazônica, pela
luta e resistência.

AGRADECIMENTOS

À professora doutora Ligia Simonian, pela orientação, persistência e dedicação aos seus alunos;

Aos meus irmãos, João Carlos, Sandra Helena, Ana Ceciclia, Rosa Helena, Ana Débora e Rosineide, pelo incentivo, amor permanente e por entenderem as minhas ausências nas reuniões dominicais;

À amiga e companheira, Sirlene Figueiredo, pelo incentivo, apoio e carinho;

Ao amigo-irmão e companheiro, Paulo Pinto, por todo incentivo, sempre;

Aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, pelas orientações e ensinamentos em sala de aula;

Aos professores da Faculdade de Turismo da UFPA, em especial, a Profa. Marilsa Ewerton, pelo apoio e liberação da jornada de trabalho para cumprir o curso;

À Seceretaia Estadual de Turismo do Amapá, pelas informações cedidas;

À PARATUR, na pessoa da Sra. Maria de Belém e Márcia Bastos, pelo constante repasse de informações;

Aos técnicos e assessores do MTUR e MRE pelas informações e entrevistas realizadas em Brasília;

Ao Sr. Francisco Barros, da Primeira Comissão Demarcadora de Limites, em Belém, pelo apoio na elaboração dos mapas;

A Sra. Maria Silvia Barbin Laurindo, do MRE, pelo encaminhamento às entrevistas realizadas no MRE;

À Sra. Ministra, Ana Lélia Benincá Beltrame, Consul Geral do Brasil em Caiena, pela entrevista e acolhida na Guina Francesa;

À Câmara Municipal de Vereadores do Município do Oiapoque, pelo apoio durante a pesquisa de campo;

À turismóloga, Andrelina Barros, pela acolhida e apoio na pesquisa de campo no município do Oiapoque;

À turismóloga, Adriana Franklin, pelas informações cedidas e apoio na pesquisa de campos na comuna de São Jorge na Guiana Francesa;

À Sra. Neuzete, técnica do SEBRAE/Oiapoque, pelas informações e contatos indicados para pesquisa de campo em caiena;

À Sra. Odinéia, líder “catraieira” no Oiapoque e a Sra. Goreth Silva, por ter nos guiado na pesquisa de campo em Vila Brasil;

À Sra. Aldine, brasileira residente em Caiena, pelo apoio infraestrutural em Caiena;
Aos professores, Roger e Philipe, da escola pública de Camopi, pelas entrevistas cedidas;
Aos moradores da Vila Brasil pela acolhida durante a pesquisa de campo;
E a todas as bibliotecas visitadas durante o curso, NAEA, PCDL, UNIFAP, Biblioteca Pública de Macapá, Biblioteca Pública de Caiena e Biblioteca do Museu Paraense Emilio Goeldi, sem apoio dos quais não teríamos as informações constantes nessa tese.

O seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar e de ajudar o mundo a ser melhor.

(Thiago de Mello)

RESUMO

Este trabalho contextualiza os processos de desenvolvimento regional do turismo na Pan-Amazônia, considerando as ações governamentais específicas para a região, e em especial para a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Visando possibilitar o entendimento sobre as dinâmicas socioculturais e econômicas na área em estudo, foi importante discutir conceitos de fronteira, desenvolvimento e turismo. Ainda, analisaram-se as ações governamentais de turismo para a região e a relação dessas com as demais ações de desenvolvimento regional, objetivando desvelar as possibilidades existentes para a fronteira, e de que forma o turismo pode contribuir para os processos de desenvolvimento e cooperação. Desse modo, foi importante caracterizar a área através de procedimentos metodológicos da análise comparativa, ou seja, compararam-se as ações governamentais de turismo do Brasil e da Guiana Francesa, assim como, as ações de cooperação para o turismo, utilizando as técnicas da antropologia visual e etnográfico visando entender as dinâmicas presentes entre as comunidades envolvidas, além de entrevistas com agentes públicos, empresários e comunidades. Por fim, analisou-se que tipo de turismo é característico das regiões fronteiriças fazendo-se uma abordagem teórica de estudos realizados nas fronteiras da América do Sul, América do Norte e Europa, a fim de responder a tese de que é verdadeiro afirmar ou não, a tipologia e conceito de – Turismo de Fronteira, e se é possível o desenvolvimento regional pelo turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Desenvolvimento. Fronteira. Turismo de Fronteira. Pan-Amazônia.

ABSTRACT

This work contextualizes the processes of regional development of tourism in the Pan-Amazon, considering that government actions specific to the region, and especially to the border between Brazil and French Guiana. In order to allow the understanding of the sociocultural and economic dynamics in the study area, it was important to discuss concepts of frontier development and tourism. Still, we analyzed the governmental actions of tourism to the region and compared these with the other shares of regional development, aiming to reveal the possibilities for the border, and how tourism can contribute to the processes of development and cooperation. Thereby, it was important to characterize the area through methodological procedures of comparative analysis, we compared the actions of government tourism in Brazil and French Guiana, as well as the actions of cooperation in tourism, using the techniques of anthropology visual and ethnographic present in order to understand the dynamics between communities, and interviews with government officials, businessmen and communities. Finally, we analyzed what kind of tourism is characteristic of border regions by making a theoretical analysis of studies conducted at the borders of South America, North America and Europe in order to answer the argument that claim is true or not the type and concept - Tourism Boundary, and is it possible to development regional tourism

KEYWORDS: Tourism. Development. Border. Border tourism. Pan-Amazon.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Carta ao Príncipe Regente do Brasil. Explana sobre os limites pretendidos pela França
- Figura 2** Platô das guianas ou Escudo das Guianas
- Figura 3** Arrondissements
- Figura 4** Cantons
- Figura 5** Communes
- Figura 6** Representação das comunas
- Figura 7** Pólos de Ecoturismo do Amapá
- Figura 8** Município do Oiapoque e seus limites
- Figura 9** Eixo do Escudo das Guianas
- Figura 10** Maquete Ponte Binacional. Oiapoque/AP e São Jorge/GF
- Figura 11** Escudo Guianês, destaque para BR 156 e Transguianense – RN 2 e demais interconectividades

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Área de estudo
Mapa 2	Arcos de estudo. Fronteira Brasil e Guiana Francesa
Mapa 3, 4	Arcos da Fronteira internacional no Brasil (Grandes arcos e subregiões)
Mapa 5	Limites Fronteiriços Naturais – Brasil e Guiana Francesa (rio Oiapoque); Guiana Francesa e Suriname (rio Maroni)
Mapa 6	Pólos principais de ocupação
Mapa 7	Localização das cidades de Oiapoque e São Jorge do Oiapoque
Mapa 8	Estado do Amapá e limites naturais Créole – Guiana Francesa
Mapa 9	Localização geográfica do PNMT e PNCO. Oiapoque/AP
Mapa 10	Mapa do Estado do Pará
Mapa 11	Mapa Região Metropolitana de Belém
Mapa 12	Indicação do local da ponte binacional. Oiapoque/AP

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	- Marco Fronteiriço 6 – Brasil e Guiana Francesa
Fotografia 2	- Paisagem Natural/Flora – Guiana Francesa
Fotografia 3	- Recurso fluvial – PNR
Fotografia 4	Litoral da Guiana Francesa
Fotografia 5	Fauna no PNR – Guiana Francesa
Fotografia 6	Fauna no PNR – Guiana Francesa
Fotografia 7	Fauna no PNR – Guiana Francesa
Fotografia 8	Povos Kali’na – Awala – Yalimapo – Guiana Francesa
Fotografia 9	Créole – Guiana Francesa
Fotografia 10	Metropolitanos – Guiana Francesa
Fotografia 11	Aspecto da área central de Caiena/GF
Fotografia 12	Aspecto da área central de Caiena/GF
Fotografia 13	Aspecto da arquitetura tradicional de Caiena/GF
Fotografia 14	<i>Place de Palmistes</i> em Caiena/GF
Fotografia 15	Antigo Prédio da Prefeitura de Caiena. Atualmente hotel
Fotografia 16	Vila de Migrantes. Caiena/GF
Fotografia 17	Condomínios nas praias de Caiena. Área de Expansão Imobiliária.
Fotografia 18	Praia de Caiena/GF
Fotografia 19	Praia de Caiena/GF
Fotografia 20	Embarcação e porto de chegada no arquipélago <i>Îles Salut</i>
Fotografia 21	Aspectos das ilhas “ <i>Diable et St. Joseph</i> ”
Fotografia 22	<i>Îles St. Joseph e Royale</i>
Fotografia 22	Localização das cidades de Oiapoque e São Jorge do Oiapoque
Fotografia 23	Frente da comuna de São Jorge do Oiapoque – Guiana Francesa
Fotografia 24	Travessia entre o município do Oiapoque/Brasil e São Jorge/GF
Fotografia 25	Centro de São Jorge/GF
Fotografia 26	Restaurante e Hotel <i>Chez Modestine</i>
Fotografia 27	Escola Pública na Comuna de São Jorge/GF

Fotografia 28	Sede da PAF em São Jorge/GF
Fotografia 29	Sede da Gendarme em São Jorge/GF
Fotografia 30	<i>Route Nationale</i> 2/GF
Fotografia 31	<i>Route Nationale</i> 2/GF
Fotografia 32	<i>Navettes</i> em Caiena/GF
Fotografia 33	Local destinado para construção da ponte – Oiapoque/AP
Fotografia 34	Canteiro de obras da ponte, Oiapoque/AP
Fotografia 35	Carro queimado na <i>Route Nationale</i> 2/GF
Fotografia 36	Posto de Fiscalização da <i>Gendarme</i> – RN 2/GF
Fotografia 37	Indígenas do Camopi/GF
Fotografia 38	Sede da Gendarme, Camopi/GF
Fotografia 39	Sede da PAF. Camopi/GF
Fotografia 40	Legião Estrangeira. Camopi/GF
Fotografia 41	École Publique Du Camopi e Sala de Aula
Fotografia 42	Salas de aulas. Camopi/GF
Fotografia 43	Aula ao ar livre. Camopi/GF
Fotografia 44	Casa de professores. Camopi/GF
Fotografia 45	Armazém de Camopi/GF
Fotografia 46	Vegetação de Manguezal – PARNA Cabo OrangeAP
Fotografia 47	AP 156, incidência de queimadas entre o município do Amapá e Calçoene
Fotografia 48	Vista aérea da Vila Velha de Cassiporé/AP
Fotografia 49	Museu Base Aérea do município do Amapá
Fotografia 50	Ponto de pouso do Zeppelin na base aérea do Amapá/ Museu aberto
Fotografia 51	Frente da cidade do Oiapoque
Fotografia 52	Monumento marco, Oiapoque/AP
Fotografia 53	Posto do Exército Brasileiro. Clevelândia do Norte, Oiapoque/AP
Fotografia 54	Clevelândia do Norte. Oiapoque/AP
Fotografia 55	Visão do rio Oiapoque/AP
Fotografia 56	Igreja Matriz e Museu do Índio. Oiapoque/AP
Fotografia 57	BR 156 – trecho não asfaltado
Fotografia 58	Catraias no rio Oiapoque/AP
Fotografia 59	Ponto de Táxi, centro do município de Oiapoque/AP
Fotografia 60	Meio de Hospedagem. Oiapoque/AP

- Fotografia 61** Meios de hospedagem e lanches. Oiapoque/AP
- Fotografia 62** Agências de Viagens e Turismo. Oiapoque/AP
- Fotografia 63** Ilha Bela – Área de trânsito para o garimpo na Guiana Francesa. Oiapoque/AP
- Fotografia 64** Vila Brasil. Oiapoque/AP
- Fotografia 65** Escola Municipal. Vila Brasil. Oiapoque/AP
- Fotografia 66** Posto de Saúde. Vila Brasil. Oiapoque/AP.
- Fotografia 67** Indígenas franceses. Rio Oiapoque/AP e Camopi/GF
- Fotografia 68** Pousada Le Belvedere. Vila Brasil. Oiapoque/AP
- Fotografia 69** Comércio de Vila Brasil. Oiapoque/AP
-
- Fotografia 70** Paisagem Natural da cidade de Belém
- Fotografia 71** Patrimônio Cultural da cidade de Belém
- Fotografia 72** Garimpeiros e moradores no transporte de mantimentos, do centro do município Oiapoque para Ilha Bela e Vila Brasil
- Fotografia 73** Batalhão do Exército Brasileiro. Comando de Fronteira. Vila Brasil/AP
- Fotografia 74** Comunidade coletando ovos de tracajá (*Podocnemis unifilis*) no rio Oiapoque
- Fotografia 75** Ovos de tracajá (*Podocnemis unifilis*) coletados por moradores do Oiapoque
- Fotografia 76** Ocupação desordenada no município do Oiapoque
- Fotografia 77** Turistas em passeio na *Roche Marripá*
- Fotografia 78** Guarda de Fronteira no rio Oiapoque – Guiana Francesa
- Fotografia 79** Revitalização da orla do município do Oiapoque
- Fotografia 80** Turistas em visita a fronteira Brasil e Guiana Francesa
- Fotografia 81** Turistas em visita a fronteira Brasil e Guiana Francesa
- Fotografia 82** Turistas em visita a fronteira Brasil e Guiana Francesa

LISTA DE QUADROS

Fluxograma 1	Tipos de Viajantes
Quadro 1	Dados populacionais da Guiana Francesa
Quadro 2	Indicadores Estatísticos, sociais e econômicos da Guiana Francesa
Quadro 3	Companhias Aéreas e destinos partindo de Caiena – GF
Quadro 4	Principais espécies florestais do estado do Amapá e da Amazônia
Quadro 5	Unidades de Conservação do estado do Amapá – Situação em 2002
Quadro 6	Valor da produção beneficiada
Quadro 7	Atos de Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França, no período de 1996 a 2008
Quadro 8	Problemas identificados, em comum, na faixa de fronteira, segundo as principais cidades fronteiriças
Quadro 9	Comparativo das ações de cooperação e possibilidades de serviços e infraestruturais visando o desenvolvimento do turismo
Quadro 10	Resumo FRONTUR (2004 – 2009)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Impactos Negativos do Turismo
Tabela 2	Chegadas Internacionais no Brasil, segundo continentes, nos anos de 2006 e 2007
Tabela 3	Chegadas de Turistas no Brasil, segundo países da América do Sul
Tabela 4	Destino das Exportações Guianenses
Tabela 5	Procedências das Importações Guianenses
Tabela 6	Áreas Indígenas Demarcadas, segundo municípios apresentados
Tabela 7	População do Amapá, Taxa de Crescimento e Densidade Demográfica (1950-2000)
Tabela 8	Área, População e Desenvolvimento Demográfico do estado do Amapá, segundo seus municípios – 2000
Tabela 9	Balança Comercial de Exportação e Importação no Estado do Amapá
Tabela 10	População do Município de Belém (1991 – 2007)
Tabela 11	Total de visitantes brasileiros, no Amapá por Estado de Origem – 2001
Tabela 12	Total de Visitantes Estrangeiros, no Amapá por país de origem – 2001
Tabela 13	Registro de entrada e saída de estrangeiros via município do Oiapoque
Tabela 14	Demanda de Turistas para o Brasil, segundo o país de origem
Tabela 15	Type d'hébergement choisi par les touristes em 2007
Tabela 16	Dépense des Touristes em Guyane par poste (milliers d'euros)
Gráfico 1	Entrada de Turistas da Guiana Francesa no Brasil (1998 – 2007)

LISTA DE SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABBTUR	Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
ACMO	Associação dos Catraieiros do Município do Oiapoque
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALADI	Associação Latino-americana de Integração
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ASCATRA	Associação de Catraieiros Autônomos do Oiapoque
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BASA	Banco da Amazônia
BELEMTUR	Companhia de Turismo de Belém
BENELUX	Bloco Econômico Bélgica, Holanda e Luxemburgo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRIC	Associação Comercial entre Brasil, Rússia, Índia e China
CEE	Comunidade Econômica Européia
CDP	Companhia das Docas do Pará
CMVT	Conselho Mundial de Viagens e Turismo
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CODM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COOPTOI	Cooperativa dos Condutores Autônomos de Veículos Automotores do Oiapoque
CPER	Plano de Contrato Estado-Região
COMFCOI	Cooperativa Mista Fluvial de Catraieiros do Oiapoque
COMTOI	Cooperativa Mista dos Taxistas do Oiapoque

COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
DETUR	Departamento de Turismo
DFA	Departamento Francês na América
DOCUP	Programação de Fundos Estruturais Europeus
DOM	Département d'outre mer
DUF	Departamento Ultramarino Francês
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMAUS	Movimento República de Emaús
EUA	Estados Unidos da América
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FISSET	Fundo de investimentos Setoriais
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FRONTUR	Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
GF	Guiana Francesa
GOL	Gol Linhas Aéreas Inteligentes
HIV	Vírus Imunodeficiência Humana
IBAMA	Instituto brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S/A
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH – M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSEE	Institut National de la Statistique et des Études Économiques
ITB	Bolsa Internacional de Turismo de Berlim
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MICT	Ministério de Indústria, Comércio e Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Mato Grosso
MTUR	Ministério do Turismo do Brasil
NAFTA	Acordo Norte-Americano de Livre Comércio
ONG	Organização Não Governamental
OMT	Organização Mundial de Turismo
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAF	Polícia Aduaneira Francesa
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PARNA	Parque Nacional
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PF	Polícia Federal
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNR	Parque Nacional de Roura
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do turismo
PNMT	Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque
PNUD	Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento
PO AMAZÔNIA	Plano Operacional Amazônia
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRT	Programa de Regionalização do Turismo

PTA	Plano de Turismo da Amazônia
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários da Amazônia
PROECOTUR	Programa de Ecoturismo para Amazônia Legal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA	Plano de Turismo da Amazônia
PTCA	Produto Turístico Combinado Amazônia
REMTUR	Reunião de Ministros do Mercosul
RET	Reunião Especializada em Turismo do Mercosul
RN 2	Route Nationale 2
RR	Roraima
RUP	Região Ultra Periférica
SAGRI	Secretaria Executiva de Agricultura
SEBRAE	Serviços Brasileiro de Apoio a Micros e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Amapá
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SESMA	Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Amapá
SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SIMTUR	Seminário Internacional sobre Migração e Turismo
SINDTÁXI	Sindicato dos Taxistas Autônomos do Oiapoque
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SNIS	Serviço Nacional de Informações sobre Saneamento
SPEVEA	Superintendência para Valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Serviço Único de Saúde
TAM	Transportes Aéreo Marília
TBP	Tratado da Bacia do Prata
TCA	Tratado de Cooperação Amazônico
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
VARIG	Viação Rio Grandense
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	47
1.1	ÁREA DE ESTUDO	47
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	50
1.3	METODOLOGIA	54
2	TURISMO, DESENVOLVIMENTO E FRONTEIRA	66
2.1	TURISMO	66
2.1.1	Evolução histórica e cultural	66
2.1.2	Turismo e Globalização	70
2.2	DESENVOLVIMENTO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE TURISMO NA PAN-AMAZÔNIA	77
2.3	FRONTEIRAS – TERRITÓRIOS DINÂMICOS E COMPLEXOS	102
2.3.1	Fronteiras e Turismo na Pan-Amazônia	102
3	PERSPECTIVAS AMBIENTAIS, HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS NA FRONTEIRA ORIENTAL DA PAN- AMAZÔNIA	117
3.1	PAN-AMAZÔNIA – DELIMITAÇÃO E ENTENDIMENTO	117
3.2	PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA FRONTEIRA FRANCO- BRASILEIRA	122
3.3	AMAZÔNIA FRANCESA	124
3.3.1	A guisa da história	124
3.3.2	Características ambientais da área de estudo	129
3.3.3	Tendências demográficas	137
3.3.4	Aspectos socioeconômicos e políticos	143
3.3.5	Comuna de São Jorge do Oiapoque	158
3.3.6	Comuna do Camopi	167

3.4	AMAZÔNIA BRASILEIRA – ESTADOS DO AMAPÁ E PARÁ	174
3.4.1	O Estado do Amapá – história, geografia e caracterização socioeconômica, cultural e política	176
3.4.2	Aspectos ambientais	179
3.4.3	Questões de demografia	186
3.4.4	Situação econômica	190
3.5	MUNICÍPIO DO OIAPOQUE	194
3.5.1	Vila Brasil	206
3.6	ESTADO DO PARÁ – CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS COM ÊNFASE NA CIDADE DE BELÉM	216
3.6.1	Dados Históricos	217
3.6.2	Aspectos sócioeconômicos	220
3.7	MUNICÍPIO DE BELÉM	221
4	O TURISMO NA FRONTEIRA PAN-AMAZÔNICA – BRASIL E GUIANA FRANCESA	228
4.1	QUESTÕES DE FRONTEIRA	228
4.2	TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E FRANCESA: POR UMA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	249
4.2.1	O Turismo na Faixa de Fronteira – Análise Comparativa das Ações Governamentais de Cooperação	251
5	TURISMO DE FRONTEIRA EM DISCUSSÃO: TIPOLOGIA E CONCEITO?	276
5.1	TURISMO DE FRONTEIRA – TRAJETÓRIA DE UMA DISCUSSÃO	276
5.2	CONCEITO DE TURISMO DE FRONTEIRA	295
5.3	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TURISMO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA – É POSSÍVEL?	298
5.3.1	Desenvolvimento e Turismo na Fronteira Franco – Brasileira: Uma Cooperação Possível	305
6	CONCLUSÕES	316
	REFERÊNCIAS	327
	APÊNDICES	345
	ANEXOS	351

1 INTRODUÇÃO

Este estudo objetivou aprofundar as discussões em torno das relações existentes entre turismo, fronteira e desenvolvimento, considerando o contexto da Panamazônia, que neste trabalho seguiu o entendimento de Gutiérrez, Acosta e Salazar (2004, apud ARAGON, 2005 p. 32)¹ especificamente as áreas de fronteiras, que se apresentam como áreas dinâmicas ao processo de desenvolvimento do turismo; e como esse processo tem influenciado nas definições de ações governamentais e políticas públicas de turismo para a região. Nesta perspectiva, estudaram-se as relações entre Brasil e o Departamento Ultramarino Francês (DUF²) conhecido como Guiana Francesa, com objetivo de aprofundar as discussões sobre as questões inerentes às dinâmicas do turismo e dos processos de desenvolvimento daí decorrentes, bem como as ações governamentais que regulam a atividade entre os dois países. Ainda, fez-se uma análise das ações de cooperação que visam o desenvolvimento do turismo, direta ou indiretamente, com especial atenção para os acordos de cooperação assinados por este país e este DUF³.

1.1 ÁREA DE ESTUDO

Ressalta-se que ao estudar as políticas públicas de turismo do Brasil, deu-se um foco aprofundado para o estado do Amapá (cidades de Macapá e Oiapoque) e ao estado do Pará (cidade de Belém), analisando-se a complexidade e disparidade entre elas relacionadas à questão do turismo. Por sua vez, estas problemáticas foram fundamentais para entender a realidade do turismo entre Brasil e Guiana Francesa (Figura 1 e 2), considerando os limites territoriais e as relações enquanto área de fronteira internacional e dinâmica locais. A questão tornou-se importante no sentido que Amapá e Pará são os estados que, atualmente, estabelece as relações comerciais principais no campo de turismo com a Guiana Francesa, assim como não foi possível estudar as políticas de turismo deste DUF sem entender a relação da mesma com a Metrópole, a França.

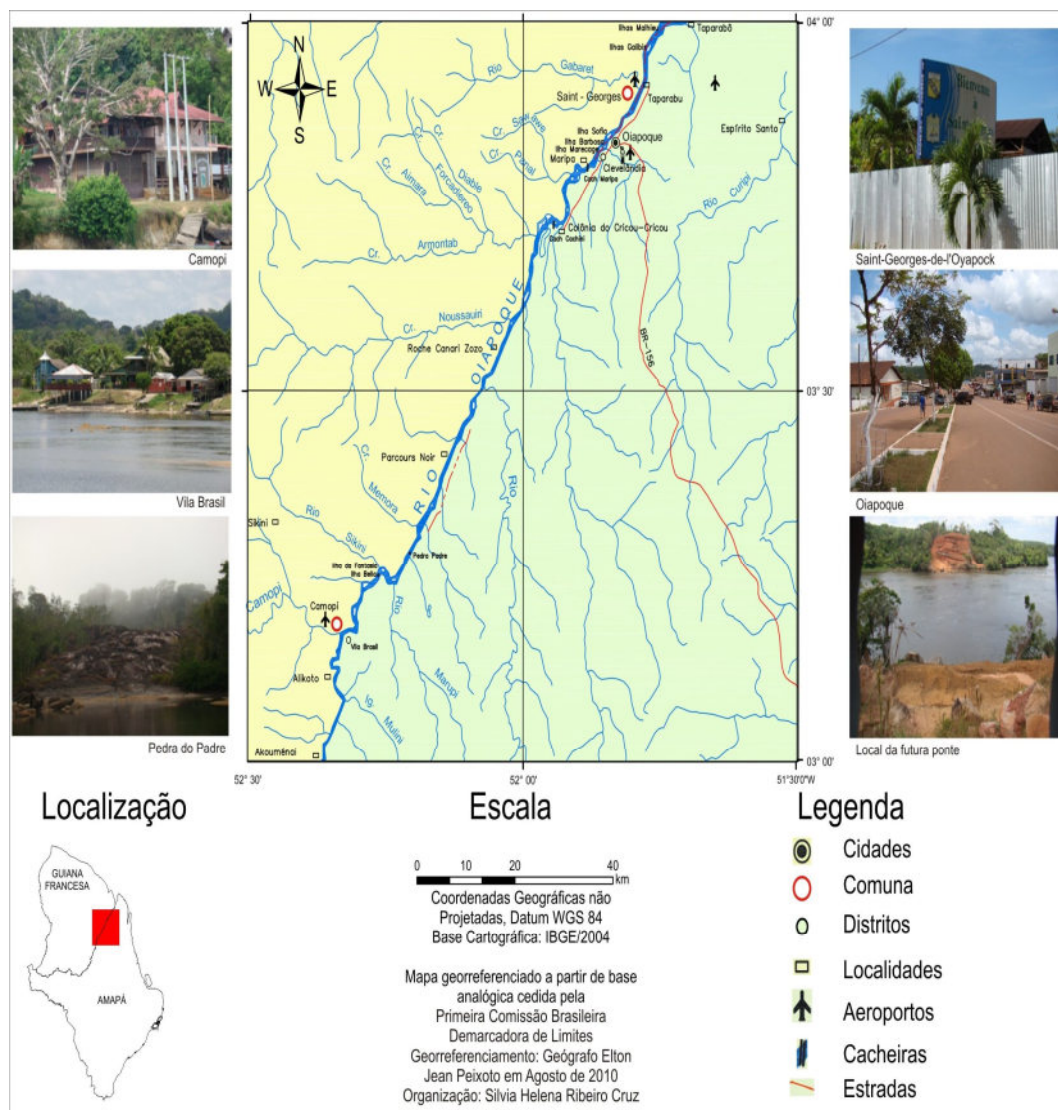
¹ Região integrada pelos conceitos-administrativos, ambientais e geográficos, e que é equivalente ao termo Pan-Amazônia. Tem uma extensão de 7.989,004 Km². Compreendendo oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e a Guiana Francesa.

² Essa identificação é empregada para designar a condição político administrativo da Guiana Francesa frente à metrópole francesa.

³ A exemplo do Tratado de Cooperação Amazônico – TCA, que a despeito de a França/Guiana Francesa não serem signatários deste tratado, há de se considerar a sua importância para o processo de cooperação internacional na Panamazônia.



Mapa 1 - Área de Estudo
Fonte: IBGE (2007). Adaptado pela autora.



Mapa 2 - Área de Estudo. Fronteira Brasil e Guiana Francesa.
Fonte: IBGE (2010). Adaptado pela autora.

Ao se considerar os debates quanto às políticas públicas de turismo e suas consequências verificou-se que o estado do Pará nos últimos anos apresentou percentual não muito expressivo quanto à entrada de turistas da Guiana Francesa. Segundo a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), no ano de 2006, cerca de 20 mil turistas desse DUF entraram no Brasil especificamente, pelo estado do Pará. No estado do Amapá, não há registros sistematizados sobre o fluxo de entradas dos guianenses, porém segundo a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) há um aumento quanto ao número desses turistas, pois são

vistos diariamente e no período do carnaval brasileiro em Macapá. Como ressalta Simonian (2006), na cidade do Oiapoque os turistas são presenças diárias, quer para fazer compras ou praticar outros negócios, como para frequentar festas, ou mesmo freqüentando os bordeis locais.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Portanto, a análise dos problemas que norteiam essa questão e que viabilizem a estruturação das políticas de turismo entre os dois países foi premente. Importância que está no estabelecimento de relações que garantam e elevem o capital social, ou seja, o envolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas das populações que vivem nestes espaços, e o papel dessas sociedades no processo de desenvolvimento. Principalmente, visando o fortalecimento de políticas de cooperação que possam promover a atividade turística, imbuída dos princípios do desenvolvimento sustentável, considerando-se a complexidade de uma área de fronteira e limítrofe territorial de duas nações díspares e soberanas.

Nesse contexto de relações com os países limítrofes no campo do turismo, insere-se a discussão em um espectro mais abrangente, o da regionalização na América do Sul, que, de acordo com Castro (2001), tem como referência o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Este foi criado pelo Tratado de Assunção e potencializou a reforma do Estado e a incorporação nos programas de governo da lógica da competitividade que molda a atualidade das relações econômicas. Entretanto, na região amazônica, a política de regionalização internacional do turismo, assim como outros setores econômicos, ainda aguarda o devir das políticas governamentais, por meio, principalmente, dos planos de integração e abertura de comunicação terrestre, aérea e fluvial com os países que formam a Panamazônia, a exemplo concreto dessa intenção está a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Há interesse do governo brasileiro em estabelecer uma política de integração com os demais países limítrofes do território da Amazônia brasileira. Esta posição pode ser demonstrada principalmente a partir da abertura de rodovias nacionais e internacionais, com a Venezuela, Peru, Bolívia e, mais recentemente, com a Guiana Francesa, esta ainda em fase de planejamento. A construção da ponte sobre o rio Oiapoque está prevista para breve, com o

que se espera facilitar o acesso terrestre entre as cidades de Oiapoque, no Brasil e São Jorge do Oiapoque, na Guiana Francesa. Por certo, a partir da Amazônia oriental a mesma será a principal via de acesso do Brasil com o Caribe e a União Européia.

Entretanto, observa-se que esta ação representa muito mais do que a ligação terrestre entre estas cidades, ou seja, é a chance de ampliar as relações comerciais do Brasil com a França e o Caribe, nos mais diversos setores econômicos. Dentre eles, tem-se a intensificação do fluxo turístico internacional, fato evidenciado por meio dos acordos de cooperação entre Brasil (estados do Amapá e Pará) e França/Guiana Francesa, assinado na cidade de Macapá em 22 de setembro de 2007. E, ainda no mesmo sentido, o Programa de Cooperação Transfronteiriça - AMAZÔNIA envolvendo a Guiana Francesa, Brasil e o Suriname, considerado um programa operacional, atendendo ao objetivo da Cooperação Territorial Européia, período de 2007-2013.

No entendimento de Castro (2001, p. 7):

A orientação observada na política nacional é de traçar medidas que reforcem a integração de mercados com os países que se alinham nas amplas fronteiras da região amazônica, sob a liderança pretendida pelo Brasil. Essa dinâmica do jogo político equaciona, a nosso ver, de outra forma, o lugar da Amazônia na atual geopolítica, como estratégia nacional.

Para entender os processos de desenvolvimento, cooperação e ações das políticas públicas de turismo em áreas de fronteiras, foi importante rever o entendimento conceitual de fronteira e fronteira internacional e sua importância nas estratégias de desenvolvimento nacional e internacional. Segundo Machado (2000, apud STEIMAN, 2002, p. 11), quanto mais se alardeia o fim e/ou a desfuncionalização⁴ das fronteiras, mais interesse estas despertam entre políticos e estudiosos, pois é nestas áreas que as dinâmicas da mudança, da hibridização, dos conflitos, do desenvolvimento se dão de modo mais acentuado e rápido. E, que tais mudanças contribuem para a alteração das relações socioeconômicas e culturais destas áreas e dos países envolvidos, dados pelas relações estabelecidas em consequência dos fluxos transfronteiriços, que criam laços específicos de cooperação e integração.

No entendimento de Steiman (2002), que ao estudar as faixas de fronteiras, neste caso, as cidades gêmeas de Tabatinga, no Brasil, e Letícia, na Colômbia, tais áreas estão longe da estagnação e ainda estão inseridas em redes múltiplas que ampliam sua capacidade relacional. Porém, no caso da fronteira do Brasil e da Guiana Francesa observam-se conflitos constantes,

⁴ é a percepção aparente de que a fronteira está “[...] sem efeito sobre o cotidiano vivido”.

como a relação não muito amistosa entre as polícias das áreas limítrofes, em função de problemas de migração ilegal para áreas de garimpo, prostituição e tráfico, entre outras situações que acarretam dificuldades de cooperação (SIMONIAN, 2007).

E conforme analisado por Simonian (2007) e detectado em campo, por ocasião de *survey*⁵ (BABBIE, 2001, p. 45) a burocracia criada pelo governo francês para entrada em seu Departamento sul-americano, mesmo sendo turista, tem dificultado o desenvolvimento de políticas de turismo para entrada de turistas brasileiros nessa Guiana, e que a recíproca não acontece para entrada de franceses no Brasil. Isto ocorre, apesar do acordo firmado entre o Itamaraty e o governo francês sobre a entrada de brasileiros na metrópole francesa sem a exigência de visto.

As justificativas para esta medida são muitas por parte do governo francês. Os estudos do governo da Guiana Francesa (FRANÇA, 2007), por sua vez, enfatizam os problemas socioeconômicos identificados neste DUF. Os mesmos afirmam que os problemas são conseqüências da migração de brasileiros, surinameses e caribenhos. Ainda segundo este estudo, tais migrantes vislumbram encontrar, nesta Guiana, emprego e melhores condições de vida, justificando essa expectativa, principalmente pelas altas taxas do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita local, diferente dos vizinhos Brasil e Suriname. No decorrer da pesquisa, constatou-se que a relação entre Brasil e este DUF sempre apresentou conflitos, fato observado através dos séculos, e representado pela disputa das terras do Cabo Norte, no século XVIII, que foi resolvida em 1900 pelo Conselho Federal Suíço, em Berna.

Diante da problemática das áreas de fronteiras e a gestão do turismo, e suas especificidades socioeconômicas, políticas e culturais, é que o governo brasileiro cria em 2004, um grupo de trabalho no Ministério do Turismo (MTUR), como maneira de amenizar a problemática. O principal objetivo é analisar e propor políticas de turismo específicas para as fronteiras. Portanto, discute-se problemas que envolvem da prostituição ao contrabando, da falta de políticas públicas ao desmando do controle alfandegário; enfim, questões enraizadas e presentes nestas áreas de características complexas.

Assim sendo, e com a observação de que o turismo é um desses elementos que necessitam de políticas específicas nestas áreas, visando o planejamento adequado, é que o MTUR cria este grupo para estudar o que tem chamado de turismo de fronteira. Para concretizar e aprofundar as discussões em torno desta problemática, nos anos de 2005, 2006 e 2007, 2008 e 2009 realizou seminários nas fronteiras sul, norte e centro-oeste do país, com a

⁵ *survey* é um método de pesquisa realizado em grupos específicos, objetivando apresentar descrição e a explicação do problema analisado.

participação dos países vizinhos. Como resultado concreto das discussões definiram-se ações de cooperação visando o desenvolvimento do turismo nas áreas de interesse, assim como a tentativa de conjuntamente alcançar respostas aos problemas, que, em muitos são comuns, não sendo conclusivos, mas um instrumento inicial de aproximação entre as nações envolvidas.

Observou-se que, assim como em outros setores econômicos, os estudos e a definição de políticas públicas de turismo têm sido mais eficientes nas fronteiras limítrofes do cone sul do continente sul-americano. E isto certamente muito em função do MERCOSUL, mais especificamente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina com o estabelecimento de políticas que facilitam o fluxo turístico entre o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Estes fatos contribuíram para alguns questionamentos e problemas que nortearam esta pesquisa em questão como segue.

Quais as reais possibilidades para o desenvolvimento do turismo em tais áreas? Será o turismo de fronteira⁶ um segmento novo, de acordo com as premissas da política nacional de turismo? Há um conceito estabelecido para o turismo de fronteira? Qual a estrutura da política de turismo da Guiana Francesa e do Brasil? Em que medida se poderia estabelecer uma política de cooperação entre Brasil, Guiana Francesa e Metrópole Francesa? A política de turismo para as áreas de fronteira precisa ser uma política diferenciada em face da dinâmica da área?

Com base na problemática e questionamentos apresentou-se a hipótese de que o turismo de fronteira configura-se como um novo segmento do turismo e que possibilita a cooperação internacional entre os países envolvidos como a relação entre o Brasil e a Guiana Francesa, intensificando as relações econômica, social e cultural das áreas fronteiriças. Fato em discussão entre o Brasil e a França, com base no documento lançado no ano de 2008, pela França, chamado de plano operacional de cooperação, que versa sobre o diagnóstico socioeconômico, cultural, ambiental e político das áreas fronteiriças entre os dois países, além de avaliar as potencialidades econômicas e possíveis alternativas e estratégias de desenvolvimento entre eles. Para garantir a execução do programa, além dos governos, há possibilidade de envolvimento de organizações sociais, públicas e empresariais que podem vislumbrar recursos e modernizar suas tecnologias de desenvolvimento no setor do turismo.

Nesta direção, no que tange ao objetivo geral deste projeto, verificou-se a trajetória do turismo na área de fronteira da Panamazônia, especificamente nas Amazônias brasileira e francesa. Priorizou-se como objeto de análise, as políticas de turismo do Brasil e da Guiana

⁶ Termo será discutido em capítulo posterior.

Francesa, bem como as relações que possivelmente existam entre as mesmas. E, ainda, explicou-se qual a dinâmica do turismo e como se apresenta a política de turismo em tais países, no que concerne à estrutura, diretrizes e ações de cooperação para o desenvolvimento. Para o alcance desses objetivos e explicação dos questionamentos anteriormente citados, assim como da hipótese, foi necessário seguir um percurso metodológico que possibilitasse o entendimento interdisciplinar da questão, assim como dos procedimentos e das técnicas que foram aplicadas no processo de pesquisa e análise dos dados.

1.3 METODOLOGIA

A interdisciplinaridade pressupõe, antes de tudo, uma ruptura epistemológica com a territorialidade do saber disciplinar. Estudar o campo do turismo é levar a ruptura epistemológica do saber disciplinar a ultrapassar os limites disciplinares, pois é um dos campos de estudo que mais agrega e utiliza metodologias de ciências afins ao objeto a ser analisado. Os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais que são criados a partir dos fatos observados, sempre levam a refletir sobre o aprofundamento teórico deste campo de estudo, pois as análises ou estudos vigentes não retratam o turismo de forma analítica, mas descritiva, assim como não trabalham sob a perspectiva de um campo interdisciplinar.

O autor Wahab (1972) foi o primeiro a suscitar a importância de trabalhar as pesquisas em turismo considerando as relações e influências de ciências afins, justificando que o turismo necessita ser explicado por meio de metodologias diversas, e neste caso, de acordo com o fato e o fenômeno pesquisado. O turismo não deve ser analisado enquanto ciência, pois não o é, mas sim enquanto fenômeno imanente de um espaço social, político, econômico, cultural e ambiental, criados em decorrência da existência de fatos. Considerando os problemas e questões oriundas do fenômeno turístico, e sua relação com os fatos criados, faz-se necessário analisar o turismo, e os limites da territorialidade do saber disciplinar nesse campo de estudo, buscando reflexões mais profundas e a ruptura epistemológica, em face de sua natureza interdisciplinar.

A expansão da atividade turística tem contribuído para suscitar o interesse de teóricos e estudiosos, em analisar a problemática que cerca esse campo de estudo, Moesch (2000) enfatiza que o fenômeno que determina esta expansão tem gerado análises, estudos e pesquisas, tanto no âmbito dos organismos governamentais, como nos setores produtivos e de algumas instituições de ensino e pesquisa, deixando de ser uma preocupação teórica

secundária. Ainda para Moesch (2000, p. 21), “[...] o turismo converteu-se em um direito do homem moderno, passando de um *status* de objeto percebido a objeto de conhecimento”. Portanto, o conhecimento do objeto é premente para que se explique o seu funcionamento e as implicações teóricas que norteiam o *modus operandi* da atividade turística.

Faz-se importante analisar que, o turismo ao longo do tempo passou de um setor regido sob a égide da economia, para transformar-se num fenômeno que também se preocupa com o bem-estar social dos agentes envolvidos. Tal fato tem levado à interpretação variada quanto ao seu entendimento, inclusive com apresentação de conceitos fragmentados, tendo como base apenas um aspecto influenciador do turismo. E, neste sentido, a epistemologia múltipla do turismo no entendimento de Pinto (2006) requer pressupostos de áreas diversas do conhecimento. Também, Dencker (2003, apud PINTO, 2006) considera que o turismo é um núcleo no qual se entrelaçam as diferentes disciplinas, o que permite estabelecer um corpo de conhecimentos interdisciplinares por intelectuais de diferentes saberes.

Então, analisar as diversas interpretações acerca do turismo ao longo do tempo permitirá a formulação de questões que possam revelar a episteme desse fenômeno. Desse modo, contribuir para que o mesmo possa ser explicado por meio de características que lhe são iminentes, levando a estudos que procurem desvelar não apenas o funcionamento da atividade, mas a explicação do fenômeno turístico. Há autores como Moesch (2000) e Sessa (1983), que argumentam contra a posição economicista do turismo, mas não a negam, esclarecendo que esta análise leva ao reducionismo da explicação, portanto a uma análise aparente do fenômeno.

Até o ano 2000, a produção do saber turístico era constituída de iniciativas isoladas, partindo mais de empresas, e menos de instituições de ensino. Produzia-se, portanto, informações sobre o setor produtivo do turismo, fato comprovado pelo estudo de Rejowski (1996), que fez um levantamento da produção acadêmica produzida no Brasil, chegando à conclusão que em termos quantitativos, as teses e dissertações produzidas eram mínimas. Desse modo, insuficientes para constituir um campo de análise e pesquisa. Porém, há de se reconhecer a diversidade dos tipos de estudos efetuados, e o avanço teórico nos últimos anos, principalmente nas análises que espelham uma interpretação interdisciplinar do turismo. Igualmente, ainda são comuns, estudos fragmentados, sem consistência teórica e metodológica, o que dificulta a construção de um campo teórico.

Moesch (2000, p. 12) sustenta que:

Inexiste clareza epistemológica para a construção de teorias turísticas dentro da academia. A tradição cartesiana, predominante no saber científico, fundamenta a análise na separação do todo em categorias, pressupondo que um campo de saber é suficiente para analisar e organizar as partes constituintes desse todo.

É o que Beni (1998) propõe quando da construção de um campo metodológico para o turismo, através da aplicação da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), onde – de acordo com sua análise – o turismo é explicado por meio de uma visão mais complexa e holística, considerando que o mesmo pode ser estudado de maneira mais totalizadora, e apropriado. Entretanto, a tradição cartesiana proposta por Beni (1998) não satisfaz as explicações necessárias ao campo do turismo, pois de acordo com Moesch (2000) o turismo é um processo sociocultural, e seu entendimento ultrapassa a função de um sistema econômico. É fato que as teorias metodológicas sistêmicas tiveram papel importante para o entendimento da função do turismo, como é o caso dos estudos de Beni (1998), Campos; Pinto (1994), mas na sua contemporaneidade, as complexidades internas e externas exigem ir além da funcionalidade, fazendo-se necessário explicar as suas ressignificações, os seus códigos de mercado e as relações sociais que o impulsionam.

É assim que no entendimento de Pinto (2006, p. 12), “[...] a interdisciplinaridade vem sendo utilizada como abordagem metodológica por intelectuais de diferentes ciências”. Para Lattuca (2001), a interdisciplinaridade ainda é instrumental para a medicina e a engenharia, havendo também acordos de trabalho interdisciplinar nas ciências sociais e humanitárias. No turismo, a interdisciplinaridade é fundamental, visto ser capaz de construir o conhecimento e as fronteiras disciplinares imanentes ao fenômeno, refutando o reducionismo na pesquisa. Como bem aponta Leff (2004, p. 10),

[...] contra esses efeitos reducionistas e empiricistas, erguem-se princípios epistemológicos que reconhecem a especificidade das ciências, mas que permitem pensar a articulação sociedade-natureza como uma articulação da ordem histórica, cultural e biológica, do real, do simbólico e do imaginário.

A abordagem interdisciplinar desse estudo é fundamental não apenas para compreender os fatos e fenômenos em si, mas para contribuir nas discussões teóricas sobre o turismo, suas relações e interfaces com as demais ciências que influenciam a construção do campo desse saber. Isto posto, a pesquisa interdisciplinar exige, segundo Pinto (2007), tanto informações da área mais especializada, no caso deste estudo, do turismo, quanto das áreas afins. O método para o alcance das informações é de livre escolha do pesquisador, refletindo o que

Pinto (2006) denomina de método pessoal de estudo. Esse procedimento é definido de acordo com os objetivos e hipóteses do projeto, que nesse caso, envolve questões sociais, culturais, políticas e ambientais, sendo, portanto fundamental a escolha de um método que possibilite o alcance dos resultados esperados, e que dê conta da explicação necessária do problema a ser investigado.

No campo do turismo, análises são realizadas considerando as complexidades que envolvem esse fenômeno. Autores como Cruz (1999) e Quaresma (2003) realizaram análises sobre as mudanças sociais, culturais, ambientais e econômicas em decorrência do turismo e que são considerados estudos que trabalham na perspectiva interdisciplinar. Assim como Figueiredo (1999), Campos (2007), Pinto (2006) e Gomes (2006) realizaram pesquisas com métodos históricos, etnográficos, sociais, dando conta das complexas características que envolvem este campo de análise. Para reafirmar a complexidade do método científico em turismo é que Schluler (2003, p. 31) argumenta que:

Apesar dos numerosos estudos realizados, falta muito para conhecer sobre o fenômeno turístico. Por esse motivo, os estudos que se limitam a descrever o fenômeno são ainda de grande utilidade e constituem a base de trabalhos futuros que pretendam estabelecer relações causais entre variáveis. Cita Gunn (1994) assinalando que as funções da pesquisa em turismo podem ser agrupadas em: descrever, relevar; comprovar; predizer, prognosticar; modelar e simular.

Porém, ainda são incipientes os estudos no turismo que consideram o fenômeno na perspectiva da interdisciplinaridade, sendo freqüente a ocorrência de explicações metodológicas postas de forma fragmentada e reducionista. Essas explicações não conseguem aprofundar as questões e problemas objetivando a construção de referenciais teóricos para esse campo de estudo. Nem mesmo, a criação de linhas de pesquisas que tendo o seu *locus* de análise definido, ainda assim, ficam no espectro da descrição e informação

É correta a afirmação de Lattuca (2001) sobre o fato de a interdisciplinaridade ter trazido maior eficácia para as análises de áreas emergentes, assim como estudos culturais, sociais, étnicos e de gênero. Estes por sua vez, sofreram não apenas de uma reputação de superficialidade, mas de efeitos de áreas desconhecidas e indefinidas em suas idéias. Desse modo, ao se considerar o turismo entre as áreas emergentes citadas por Lattuca (2001), é certo que os estudos deste campo seriam menos superficiais.

Dessa maneira, e considerando as variáveis que envolvem este estudo, quer sejam políticas públicas, desenvolvimento, turismo ou áreas de fronteiras, é que se propôs os procedimentos metodológicos na perspectiva interdisciplinar. Tal procedimento objetivou

alcançar e explicar os resultados e problemas propostos de modo fundamentado e articulado com os complexos temas que envolvem a questão. No entendimento de Simonian (2007), do ponto de vista metodológico, priorizar a interdisciplinaridade, é uma tentativa de aproximação mais incisiva do objeto da pesquisa.

Enquanto método de análise, esse estudo foi conduzido pelo método comparativo, amparado pela pesquisas qualitativa e quantitativa, que ao trabalhar suas técnicas e instrumentos específicos possibilitou a explicação do fenômeno do turismo de forma mais acurada e aprofundada, permitindo desvelar sua problemática. Bordieu (1999) procura lembrar a importância da afirmação de Comte em relação à impossibilidade de separação entre o método utilizado e sua aplicação em uma pesquisa. Assim, o autor reflete sobre técnicas e ferramentas conceituais em contexto de pesquisa. Segundo Bordieu (1999), uma atividade deste tipo é realizada em torno de objetos elaborados pelo pensamento humano, que se apropria da realidade e elabora conceitos, hipóteses e teorias capazes de ordenar fatos e relações abstraídas desta mesma realidade.

É este conjunto de categorias que possibilita a formulação de problemas sobre um determinado objeto empírico, sobre o qual se poderá então aplicar os conceitos e hipóteses construídos. E estas aplicações serão capazes de gerar novas perspectivas e realimentar o processo. Para Bordieu (1999), o objeto é construído em torno de fatos e observações da própria realidade, ou seja, são os fatos concretos que alimentam a comunidade científica de hipóteses e teorias indispensáveis à prática científica.

Os procedimentos metodológicos são importantes na medida em que contribuíram para a coleta de dados. Inicialmente a pesquisa bibliográfica orientou o referencial teórico, no sentido de explicar e fazer compreender os conceitos em torno das variáveis turismo, fronteira e desenvolvimento. Em seguida, a pesquisa documental traçou o perfil histórico dos fatos relevantes sobre a problemática, apresentando documentos importantes, atos do poder público e perspectivas efetivadas que tem influenciado as políticas públicas de desenvolvimento, em análise.

Ao propor como substrato para a análise da problemática a perspectiva interdisciplinar, o método comparativo balizou os procedimentos metodológicos de campo, permitindo a verificação de realidades distintas, mas que possuem interesses comuns na questão do turismo. Neste sentido, Quaresma (2008) enfatiza que a congregação de enfoques relacionado à antropologia, sociologia, ecologia e turismo, permite identificar os possíveis conflitos e tensões presentes na prática da atividade turística em áreas de fronteira bem como

o estabelecimento das correlações existentes entre os vários segmentos envolvidos, seus papéis, expectativas e atuações que compõem essa realidade.

A análise comparativa está amparada no que Oliveira (1996, p.15), ressalta que todo processo de investigação científica deve considerar “[...] o caráter constitutivo e interligado do olhar, do ouvir e do escrever [...]”, e nesse sentido, é que esse estudo teve como objetivo verificar comparativamente como as políticas de turismo do Brasil e da Guiana Francesa têm contribuído para o desenvolvimento da área de fronteira Panamazônica. Assim, o método comparativo contribuiu para desvelar as formas como as políticas públicas de turismo e desenvolvimento foram implantadas na fronteira Brasil e Guiana Francesa, quais os seus substratos teóricos e práticos, permitindo, a partir dessa análise, apresentar as diferenças, semelhanças de objetivos e interesses que permeiam as diretrizes políticas de ambos os países para a área em questão, considerando-se os interesses do poder público, iniciativa privada e comunidades.

O método comparativo, portanto, é perfeitamente capaz de contribuir para essas explicações na medida em que Radcliff-Brown (1952, p 57) expõe,

O método comparativo é, portanto, aquele pelo qual passamos do particular para o geral, do geral para o mais geral, com o objetivo em vista de que podemos deste modo chegar ao universal, as características que podem ser encontradas em diferentes formas em todas as sociedades humanas. Mas o método comparativo não formula apenas problemas, embora a formulação dos verdadeiros problemas seja extremamente importante em qualquer ciência; ele também fornece material com o qual podem ser dados os primeiros passos na direção da solução.

Ao afirmar que o método comparativo pode dar ao pesquisador proposições gerais, é justamente a tentativa de explicar problemas particulares de duas nações, no caso, Brasil e França/Guiana Francesa, diferentes em aspectos relevantes. Entretanto, aparentemente apresentam problemas semelhantes, podendo assim, com o uso deste método, alcançar resultados que apontem soluções para as políticas de turismo e desenvolvimento encontradas nas realidades estudadas. Nesta pesquisa, o método comparativo seguiu os procedimentos de Schneider; Schmitt (1998), o que implicou na seleção de variáveis e elementos a serem comparados. Assim, fez-se uma análise comparativa macro das variáveis sociais e econômicas entre as áreas de fronteiras dos dois países e sem seguida foi feita uma análise comparativa das ações governamentais de turismo e cooperação entre o Brasil e a Guiana Francesa.

É nesta perspectiva que tais realidades contribuam para a definição de políticas de turismo nas perspectivas regional, nacional e internacional, além de revelar elementos

importantes para a discussão teórica no campo do turismo, principalmente na questão conceitual do turismo de fronteira. É, portanto o que Boas (apud Radcliff Brown, 1952, p. 57) explica:

O outro é o método comparativo, pelo qual procuramos não “explicar”, mas compreender um aspecto particular de uma sociedade particular, considerando-o primeiro como um exemplo particular de um tipo ou classe geral de fenômenos sociais, e depois os relacionando a uma determinada tendência geral, ou preferivelmente universal, nas sociedades humanas.

Ainda, autores como Schneider e Schmitt (1998) e Boas (1987) analisam o método comparativo em ciências sociais. Os primeiros fazem uma revisão teórica e histórica do método com base teórica nos clássicos como Durkheim, Comte e Weber. O segundo se pauta na ciência antropológica e analisa as limitações do método comparativo. Tais estudos foram fundamentais para elucidar as definições necessárias ao aporte conceitual do método e seu uso em práticas de pesquisa, além de possibilitar a evolução do método nas ciências sociais.

Desse modo, neste estudo a metodologia de pesquisa foi desenvolvida em análises qualitativas e por meio de dados secundários que subsidiaram a análise quantitativa⁷. Entendendo por análise qualitativa as variações manifestadas pelos resultados e as conseqüências específicas do problema estudado, através das técnicas de entrevistas, observação, e análise de documentos. A fim de reafirmar a observação participante enquanto técnica de pesquisa é necessário entender o que Kawulich (2005, p. 15) explica,

Observação participante é o processo que possibilita ao pesquisador aprender sobre as atividades das pessoas em estudo, em um cenário natural, observando e participando das atividades. A observação participante é caracterizada como tendo cada ação em aberto, com atitude de não julgamento, estando interessado em aprender mais sobre outros, estando consciente da tendência para sentir o choque cultural e por cometer erros, a maioria dos quais podendo ser superados. Sendo um bom “ouvidor”.

Ainda, é importante ressaltar que a observação participante, utilizada por antropólogos e sociólogos, tem condições de instrumentalizar o pesquisador possibilitando-lhe coletar tanto dados qualitativos quanto quantitativos pelo *survey* e entrevistas. De acordo com Babbie (1999), há o envolvimento na coleta e quantificação dos dados, fazendo com que os dados coletados se tornem fonte permanente de informação. Um corpo de dados de *survey* pode ser

⁷ Nesta pesquisa não foi possível realizar uma aferição de campo quanto ao fluxo turístico na fronteira, em face dos recursos não disponíveis. Portanto, fez-se a análise quantitativa com base em dados disponíveis nas localidades pesquisadas.

analisado pouco depois da coleta e confirmar uma determinada teoria de comportamento social. Seguiu-se a orientação antropológica de Oliveira (1996); por sua proposta, a observação participante é responsável por caracterizar o trabalho de campo da antropologia, singularizando-a, enquanto disciplina, dentre suas irmãs nas ciências sociais.

A pesquisa bibliográfica e a documental deu-se por meio do levantamento de documentos existentes em órgãos públicos e privados, e em organizações sociais que têm trabalhado a temática, além da revisão teórica em autores que desenvolveram estudos e pesquisas na área em questão. A abordagem qualitativa foi fundamental para a análise da realidade em seu contexto histórico e estruturação das relações socioculturais e políticas. Posto que no entendimento de Oliveira (2007), ela é caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas e fenômeno da realidade. Ainda, visa deter informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa.

Considera-se a pesquisa qualitativa e a quantitativa como complementares, pois os dados estatísticos, em certa situação, poderão dar maior precisão aos dados qualitativos coletados. Os procedimentos de pesquisa quantitativa se constituem, segundo Oliveira (2007), em quantificar dados obtidos através de informações coletadas em questionários, entrevistas, observações e utilização de técnicas estatísticas; no caso desta pesquisa, com o propósito de analisar quais as intervenções e os impactos que a região sofreu pela dinâmica econômica do turismo. Nesta perspectiva, procurou-se analisar documentos, planos e projetos das políticas governamentais, bem como, entrevistar alguns gestores públicos em escalas internacional, nacional, estadual e local. Assim como, foram realizadas entrevistas com seis “*expertises*” em turismo, visando elucidar as análises das teses propostas, sendo estas realizadas pelo envio de um roteiro de entrevistas, Apêndices A, via internet, obtendo retorno de quatro profissionais

Do mesmo modo, foi importante ouvir a comunidade para perceber que tipos de modificações ocorreram a partir das ações de turismo. Para isso, fez-se entrevistas com agentes públicos e empresários de turismo, do Brasil e Guiana Francesa, com auxílio de roteiro previamente definido, Apêndice B, C, D e E. No Brasil, realizou-se entrevistas junto a representantes ou técnicos de instituições públicas como: Ministério do Turismo (MTUR), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ITAMARATY, em Brasília. Em Belém, fez-se entrevistas na Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), Companhia de Turismo de Belém (BELEMTUR), Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agências de Turismo, Companhias Aéreas e hotéis. Em Macapá, as entrevistas foram realizadas na Secretaria Estadual de Turismo

(SETUR), Agência de Desenvolvimento do Amapá, Secretaria de Cultura do Amapá, IBGE, SEBRAE, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Agências de Turismo e hotéis.

No município do Oiapoque, as entrevistas foram realizadas na Secretaria Municipal de Turismo, SEBRAE, Câmara Municipal de Vereadores do Oiapoque, IBAMA, ICMBIO, Polícia Federal, Associações e Cooperativas de transporte terrestre e fluvial, agências de turismo, hotéis. Em Vila Brasil foram realizadas entrevistas na escola local, posto de saúde, associação de moradores e pousada.

Na Guiana Francesa, em São Jorge do Oiapoque, Camopi e Caiena, as entrevistas foram realizadas nos hotéis, agências de turismo, Prefeitura, Comitê de Turismo de Caiena, Consulado Geral do Brasil em Caiena, Escritório do Parque Nacional da Guiana, Câmara de Comércio de Caiena, Hospital de Camopi, Escola de Camopi, *Gendarme* e PAF em Camopi, além de bibliotecas. As técnicas de pesquisa da inventariação adotadas pelo Ministério do Turismo (MTUR), no Brasil (BRASIL, 2006), com respectivas adaptações foram utilizadas no sentido de colaborar com o levantamento de dados no campo, principalmente quanto à caracterização da área de estudo.

Fizeram-se registros fotográficos, pautando-se nos procedimentos da antropologia visual, abordagem antiga em que o uso das imagens como registros do conhecimento, segundo Simonian (2007), contribui significativamente para identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais. Todo este processo consolidou-se a partir de 1922 com Malinowski.

Analisaram-se instrumentos cartográficos e imagens de satélite, registros fonográficos, de conversas, e registros da observação participativa em diário de campo. Os dados coletados em campo foram de acordo com Oliveira (1996), os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo e que ganharam inteligibilidade ao serem rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer, que a memória constituiu provavelmente o elemento mais rico na redação do texto, contendo uma massa de dados, presente no ato de escrever.

As etapas da pesquisa foram desenvolvidas durante os três últimos anos do curso, 2007, 2008 e 2009, em momentos diferentes. No estado do Amapá, iniciou-se em novembro de 2007, onde se fez o primeiro *survey*, com levantamentos em Macapá, município de Amapá, BR 156 e município de Calçoene e vila do Cunani, com objetivo de iniciar o processo de conhecimento da área em estudo, e entrevistas com moradores locais sobre o período de disputa do território contestado entre Brasil e França. Em julho de 2008, o lócus da pesquisa foi Macapá, para entrevistas e levantamentos nos principais órgãos públicos de turismo e desenvolvimento, assim como com empresários de turismo.

Em novembro de 2008, fizeram-se levantamentos nos seguintes órgãos em Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty – Setor Europa II, Livraria do Senado Federal, Ministério do Turismo, escritório de representação do Estado do Amapá em Brasília, Biblioteca do Itamaraty, além de levantamento na cidade de Belém, também, nos principais órgãos públicos e com empresários de turismo da cidade.

Em abril de 2009, continuou-se com a pesquisa em Belém e Macapá, além do levantamento de dados documentais sobre o município de Oiapoque e vila Brasil. Ainda, o segundo semestre deste ano, nos meses de setembro e outubro, foi reservado para a pesquisa de campo na Guiana Francesa, com levantamentos nas comunas de Camopi, São Jorge do Oiapoque e Caiena, com objetivo de proceder ao levantamento bibliográfico, documental e entrevistas nos principais órgãos de turismo e desenvolvimento, assim como, com os principais empresários de turismo deste Departamento Ultramarino.

Em um processo metodológico de pesquisa não se poderia deixar de considerar as exigências éticas, mesmo que nas ciências humanas, enquanto regulamentação, não esteja difundida na academia, havendo apenas a iniciativa ética de cada pesquisador. No entendimento de Severino (2002), as pesquisas que envolvem seres humanos, além de cumprirem as exigências éticas gerais de toda atividade científica, precisam atender ainda, a aspectos éticos específicos, tais como estão especificados na Resolução 196, do Conselho Nacional de Saúde, que são: a autonomia, a beneficência, não-maleficência, e a justiça e equidade. Além, no caso mais específico do turismo, ter como diretriz para o desenvolvimento de pesquisas os pressupostos do Código de Ética do Bacharel em Turismo, proposto e aprovado em 1999, pelo conselho representativo da categoria na Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo (ABBTUR), no que concerne a postura profissional, assumindo o compromisso da verdade e integridade.

Ainda, é importante referenciar o Código de Ética Mundial para o Turismo, criado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) em 1999, o qual chama a atenção para o que se destaca como fundamental para a atuação do profissional do turismo, e aplicando-se para os pesquisadores em turismo, no seu artigo 1º (ORGANIZAÇÃO, 1999, p. 4):

A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns da humanidade, em um espírito de tolerância e respeito a adversidade, às crenças religiosas, filosóficas e morais são, por sua vez, o fundamento e a consequência de um turismo responsável. Os agentes do desenvolvimento turístico e os próprios turistas deverão prestar atenção às tradições e práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as minorias nacionais e as populações autóctones, e reconhecerão suas

riquezas. 2. As atividades turísticas se organizarão em harmonia com as peculiaridades e tradições das regiões e países receptores, respeitando suas leis e costumes. 3. A exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual, e em particular quando afeta as crianças, fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência. Portanto, conforme o direito internacional deve-se combatê-la sem reservas, com a colaboração de todos os Estados interessados, e penalizar os autores destes atos com o rigor das legislações nacionais dos países visitados e dos seus próprios países, mesmo quando cometidos no exterior.

Desse modo, todo projeto de pesquisa, que envolve seres humanos deve pautar-se nas diretrizes e normas dessa resolução, além do Comitê de ética da instituição onde a pesquisa se realiza. Isto posto, a importância desta proposta se justifica pela necessidade de produzir estudos que expliquem a dinâmica do turismo nas áreas de fronteiras, seus entraves e perspectivas que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos países da Panamazônia.

Para tanto, se considera as áreas de fronteiras não apenas como limites geográficos ou espaços de conquista, espaço de demarcação ou barreira natural, segundo os geógrafos clássicos, mas como espaços de múltiplas relações, que recriam o multiculturalismo dos povos, através das relações de cooperação, ou segundo Castro (2001, p. 7):

[...] não somente como espaço de (re) conquista e ocupação de atores econômicos e sociais, de novos usos dados aos recursos naturais, mas como uma fronteira cujo papel político é redefinido pela sua capacidade de potencializar a integração de mercado para além dos limites nacionais, substituindo a noção de *mercados protegidos*, valorizada no discurso nacionalista. Enfim, a ação do Estado se efetiva por meio de processos econômicos, reais ou virtuais, como estratégia fundamentada de presença ativa em mercados além fronteira. E a Amazônia, pela singularidade de ter oito países como vizinhos, representam um trunfo a ser mais bem apropriado no arranjo geopolítico.

Além de rever as teorias de planejamento turístico regional e de desenvolvimento, com enfoque para políticas públicas, principalmente os estudos que primam pela análise da regionalização, como os de Cruz (2000), Beni (2006), Trigo; Netto (2003) no caso do turismo; e Costa (2006), Evans (1993), Giddens (2001), Porter (1989), Possas (1996) e Stompka (1998) para as teorias do desenvolvimento econômico e social.

Por fim, este estudo suscitou uma discussão de tese que veio corroborar para o desenvolvimento do turismo na Panamazônia, e explicar a importância desta atividade econômica para as sociedades situadas em áreas de fronteiras internacionais. Tese expressa em: o turismo é um segmento apresentado enquanto instrumento de desenvolvimento regional

que contribui para a dinâmica de ações de cooperação internacional entre os países da Panamazônia. Mas no caso do estudo ora proposto, especialmente quanto ao Brasil e à Guiana Francesa, priorizou-se ainda, o questionamento no que diz respeito à existência de ações governamentais de desenvolvimento do turismo consideradas pelos dois países, assim como a defesa de que por conta dos avanços nas discussões sobre turismo e fronteira, é possível apresentar um conceito de Turismo de Fronteira?

Por fim, este estudo é apresentado em seis capítulos. No primeiro, fez-se a apresentação do problema investigado, especificando as questões norteadoras que sublimaram a investigação. Em seguida, indicaram-se as hipóteses, objetivos e metodologia, além de introduzir a idéia de autores que têm contribuído para a temática em análise. No segundo capítulo, procedeu-se o aprofundamento teórico sobre as principais categorias de análise deste estudo, turismo, fronteira e desenvolvimento, com base na revisão teórico sobre a temática, apresentando idéias de autores nacionais e estrangeiros que estão pesquisando sobre o assunto.

O terceiro capítulo foi o momento de caracterizar a área de estudo, fronteira Brasil e Guiana Francesa, tendo como apoio os dados bibliográficos, documentais e pesquisa de campo. No quarto e quinto capítulo é quando a autora faz as análises e reflexões sobre a temática, com objetivo de validar as hipóteses propostas, principalmente no que concernem as possibilidades do desenvolvimento regional do turismo, de cooperação internacional e a conceituação do termo turismo de fronteira. Por fim, o capítulo seis traça as considerações finais, sem, no entanto, concluir as idéias de forma definitiva.

2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E FRONTEIRA

Este capítulo discute o entendimento conceitual do turismo, seus antecedentes históricos e evolução. Aborda a questão do desenvolvimento regional, e especificamente o desenvolvimento do turismo na Panamazônia com foco nas ações governamentais. Explica a dinâmica da atividade turística na perspectiva do desenvolvimento, tendo como lócus de análise a região de fronteira internacional. Por fim, faz-se uma discussão sobre a evolução e entendimento do conceito de fronteira.

2.1 TURISMO

2.1.1 Evolução histórica e conceitual

Ao estruturar o turismo como uma atividade comercial, em 1841, Thomas Cook, com a viagem de trem entre Leicester e Loughborough, com 570 pessoas, apontou para os primórdios do que é hoje o setor econômico do turismo em nível mundial. Ao longo dos últimos séculos, o turismo tem sido colocado como uma atividade que possibilita as mais diversas experiências seja pessoais, profissionais, individuais e coletivas, conseguindo mobilizar as estruturas objetivas e subjetivas de um território dito turístico. E segundo Pinto (2006, p. 34) “é dessa troca de experiência que o turismo vive e se alimenta”. Afirmar ainda, que teóricos como Acerenza (2002), Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), a ele se referem como propiciadora da paz entre os povos.

O turismo, ou de acordo com a origem inglesa da palavra, *tour*, *grand tour*, que representava para a aristocracia da época, século XIX, a viagem da busca do conhecimento e aprimoramento dos hábitos culturais dos jovens nobres. Viagens que num primeiro momento foram realizadas sem a noção de que nos próximos séculos seria uma das atividades mais importantes do mundo, no âmbito comercial. Economicamente e comercialmente o turismo, através dos tempos, tem demonstrado sua força na geração e movimentação de divisas, independente do processo histórico, pois tem sido impulsionado por fatos históricos marcantes, como a revolução industrial, que colaborou para a inovação tecnológica,

configurando o trabalho no turismo mais organizado e comercial, avanço no setor de transporte e nas comunicações, em conformidade com o que afirmam Paiva (1995) e Lage; Milone (1991). Mesmo com a interrupção do fluxo turístico mundial com a 1º. e 2º. guerras mundiais, a década de 1950 representa a solidificação do turismo de massa.

Daí conclui-se, que a massificação do turismo exigiu melhor organização empresarial, surgindo nuances como os pacotes turísticos e o atendimento das motivações mais individualizadas dos turistas, culminando com as diversas segmentações diversas e tipologias de turismo existentes e crescentes. É necessário, portanto, o entendimento conceitual dessa atividade e campo de estudo, que exige uma contextualização histórica para que se possa explicar a evolução desse conceito.

O turismo na modernidade nasceu em meados do século XIX, momento em que a Europa passava pela segunda fase da revolução industrial, provocando efeitos sociais, culturais, econômicos e políticos na formação populacional das cidades, principalmente em função do deslocamento da população rural para os grandes centros urbanos, pelo surgimento das indústrias de teares, química e ferro. A produção industrial possibilitou a organização e sistematização da produção de bens em grande escala, e como consequência, a criação de salários, a urbanização das cidades, a ampliação dos meios de transporte portuário e ferroviário. Também em função dessa movimentação industrial, o setor de serviços é intensificado, pois os reflexos da industrialização e do capitalismo possibilitam que as pessoas tenham maior necessidade de consumo, aumento no poder aquisitivo e necessidades prementes, principalmente as necessidades primárias, como higiene, alimentação, vestuário e transporte, além do início das demandas e necessidades por lazer, pois de acordo com BRASIL (2009, p. 48),

O comércio e o setor de serviços são igualmente intensificados nessa segunda fase do capitalismo industrial, que sucedeu ao capitalismo comercial dos séculos XVI e XVII. Estava preparado o cenário para a expansão do setor de viagens e turismo. Em meados do século XIX, surgiram as primeiras viagens de turismo organizadas e pagas, um conceito moderno que deu início ao futuro turismo de massa.

É nesse cenário de efervescência econômica que o turismo enquanto conceito, é conhecido e sistematizado mundialmente, porém observa-se que esse conceito sempre se apresentou através de diversas perspectivas e disciplinas, pois o turismo enquanto fenômeno, envolve múltiplos fatores em sua formação. Os primeiros estudiosos do campo do turismo foram economistas europeus, que publicaram trabalhos pioneiros na área, depois, com a expansão do

turismo no mundo, outros estudiosos, começaram a contribuir para a formulação de conceitos, por exemplo, os Mexicanos. No Brasil, Trigo (2002, p.21), ressalta que Mário Beni tem utilizado várias definições de turismo baseadas em determinados enfoques específicos, como o econômico, técnico ou holístico. A exemplo pode-se citar a definição sobre o sentido econômico do turismo criada por Wahab (1977). Há outros autores, como Margarita Barreto (2003), que apresentam em seus estudos diversas definições., Estudioso mexicano que conseguiu formular uma definição em que o sentido do turismo é visto de forma multidisciplinar e com ênfase na questão social destaca-se Oscar de La Torre Padilha (1994, p. 19)

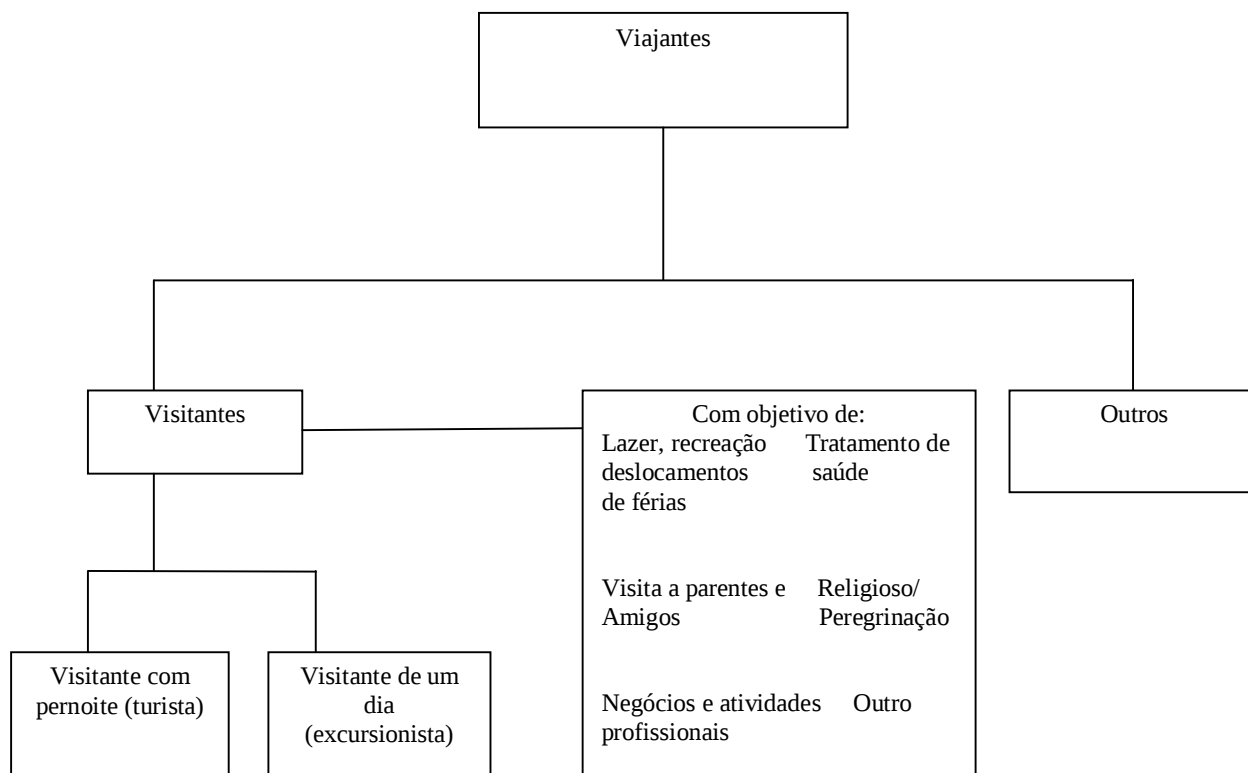
O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

As derivações conceituais e terminológicas são diversas, pois as motivações pessoais daqueles que tem na prática das viagens e do turismo um motivo para o seu deslocamento têm sido também múltiplas. Os desdobramentos quanto às tipologias do turismo têm contribuído para o avanço nas discussões conceituais. O que se afirma é que não há definições completamente estanques ou totalmente delimitadas, as mudanças comportamentais e motivacionais são fatores essenciais para que as definições de turismo sejam constantemente revistas e atualizadas, ou mesmo, suplantadas por outras mais atuais.

Entretanto, há definições institucionalmente aceitas, principalmente a de Oscar de La Torre, atualmente a mais aceita entre os estudiosos da área, pois, apresentam em seu significado, amplos elementos que compõem e justificam o significado do turismo e de sua dinâmica. A OMT (2001, p. 38) também tem apresentado e utilizado definições, pois para garantir a fundamentação teórica de suas pesquisas apresenta a seguinte definição,

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

O turismo na contemporaneidade não está vinculado apenas às viagens de lazer, segundo a OMT é preciso considerar, também, as demais motivações como participação em eventos, tratamento de saúde, religião, e que em função disso há também diversificação quanto ao tipo de turista.



Fluxograma 1: Tipos de Viajantes
Fonte: OMT (1995).

De acordo com o Fluxograma 1, acima, as estatísticas da OMT contabilizam os excursionistas (visitantes de um dia) e os turistas (visitantes com pernoite). Estão excluídos dessas estatísticas viajantes como passageiros em trânsito, imigrantes, refugiados, profissionais de embaixadas, tripulantes, nômades, militares em manobras e trabalhadores remunerados (trabalhadores de fronteira, os imigrantes temporários e os imigrantes permanentes), que não podem ser confundidos com “turistas” de lazer ou de negócios e eventos, (BRASIL, 2009, p. 50).

Na verdade, essa variedade de conceitos tem demonstrado a riqueza e complexidade da área de turismo, sendo importante considerar que por ser uma atividade com peculiaridades singular, nova e diversa, envolve outras áreas, de forma interdisciplinar e em fase de

sistematização de conceitos. O turismo está em constante mudança, sofre com as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Nos últimos anos tem sido alvo do processo de globalização, por ser uma atividade internacional que, para seu desenvolvimento, depende da engrenagem das novas tecnologias e da modernização nas relações de trabalho e de cooperação.

2.1.2 Turismo e Globalização

Na contemporaneidade pensa-se que a globalização foi a variável influenciadora na dinâmica dos processos turísticos, que para Beni (2003, p. 17):

O processo econômico de globalização facilitou, mas não provocou, o crescimento do turismo mundial como era esperado nesses últimos anos. Ao contrário, foi o crescimento constante, gradual e consistente do turismo internacional, em função de uma série de variáveis coincidentes, que contribuiu para a aceleração do processo de globalização, como, por exemplo, o estabelecimento de uma economia de mercado na maioria dos países emergentes e naquelas economias em transição – como China, Índia e Rússia –, a liberalização corrente das fronteiras nacionais, a desregulação do mercado doméstico, a grande divisão do trabalho em escala internacional e a maior prosperidade geral.

O turismo, no mundo, e em especial, em vários países, tem sido um estimulador de economias em retração e crise. Contribuiu para aumentar o dinamismo do setor de serviços, gerando emprego e renda, e equilibrando a balança de pagamento desses países. Ao identificar o poder econômico do turismo nas economias, agentes econômicos nacionais e internacionais, se interessaram por esse segmento que tem sido próspero no mercado mundial. Historicamente, a institucionalização do turismo acontece quando a OMT em 1975, transfere para o Estado a responsabilidade de organizar, planejar e controlar a atividade turística, inserindo a estratégia de desenvolvê-la na estrutura administrativa do poder público.

Porém, em 1980, por influência das mudanças ocorridas no mercado econômico internacional, a OMT incentiva a entrada da iniciativa privada como co-responsável pelo fomento e desenvolvimento do turismo nos países. Nestes termos há a parceria entre as esferas públicas e privadas, no sentido de aperfeiçoar recursos visando melhores condições para o setor. Segundo Souza (2006), o papel do Estado, neste contexto, se resume em

providenciar as condições da implementação do turismo, através da coordenação e regulamentação institucional, com elaboração de programas e estratégias de ação, visando o desenvolvimento do mesmo de maneira integrada.

Na década de 1990, a OMT mudou de orientação quanto à aplicação da Política Nacional de Turismo (PNT), o Estado passa a ser apenas articulador das políticas públicas para o setor. No que concerne a iniciativa privada é pautada pela tendência neoliberal de mercado, havendo um incentivo para o consumo, articulando políticas de intervenção do turismo nos países com fins mercadológicos, privilegiando o setor privado em detrimento do público. Observa-se que essas medidas apresentam o setor de turismo sendo operacionalizado por um único agente, o econômico, retirando do poder público sua responsabilidade.

É neste âmbito que a atividade turística é planejada, tendo suas ações e estratégias voltadas para o consumo ao proporcionar que territórios/lugares busquem maior eficiência competitiva. Nesta perspectiva, o turismo passa a oferecer para o mercado, dentre outras coisas, uma natureza “natural”, uma ilusão de ambiente mítico e intocado, regenerador do espírito e da vida urbana. É esse o modelo trazido para a Amazônia (SOUZA, 2006), influenciado diretamente pelo processo de globalização internacional.

Ainda, para Souza (2002), numa economia e cultura cada vez mais desterritorializadas, a resposta contra os malefícios da globalização só pode ser a reterritorialização, que se manifesta por meio de inúmeras iniciativas locais em todo o mundo. Nestes termos, identificam-se algumas características que parecem estar presentes globalmente, como por exemplo, a prevalência do princípio do mercado sobre o Estado. Propõe a distinção entre globalização de alta intensidade (processos rápidos) e globalização de baixa intensidade (processos lentos, difusos). No turismo, esse processo ocorreu de forma intensa e rápida, principalmente com a expansão do tempo de trabalho e de lazer, separando-os em tempos distintos.

O setor de turismo tem representado, nos últimos dez anos, a referência econômica para que diversos países consigam agregar valores e alternativas para seus processos de desenvolvimento, provocando impactos profundos como a geração de emprego e renda, alavancando economias em crise, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). É fato, que agentes econômicos internacionais influenciados pela globalização aproveitam a dinamização do setor de turismo também para impulsionar seus negócios (KRIPPENDORF, 1989; URRY, 1996).

Segundo informações do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (CMVT) (2009, p. 3) e da OMT (2009, p. 10), depois de quatro anos, em 2008, o turismo tem um crescimento médio de 3,6% e uma participação no PIB mundial em torno de 1,0%, reflexos do período anterior de recessão estabelecido, de 2001 a 2003. Ressaltam, ainda, que haverá dois anos difíceis para o turismo internacional, contraindo-se em 3,5% em 2009, e em 2010, a previsão é que haja uma pequena expansão em torno de 2,5%. Observando a crise atual, é esperado que o turismo retraia-se em sua dinâmica global de crescimento. Esses impactos são representados segundo dados da OMT (2009) e da World Travel and Tourism Council (WTTC) (2009, p. 3), por:

- a) Participação setorial estimada algo em torno de 9,4% do PIB mundial em 2009 e que atinja 9,5% até 2019;
- b) Cerca de US\$ 1,980 bilhões gerados a partir das exportações decorrentes dos fluxos de turistas pelo mundo em 2009, o que representa algo como 10,9% do total das exportações, com previsão de atingir US\$ 4,132 bilhões (9,8% do total) em 2019;
- c) É previsto que a contribuição das viagens e turismo na geração de empregos atinja 219.810.000 empregos em 2009, representando 7,6% do total de postos de trabalho ou 01 (um) de cada 13 (treze) empregos. E que em 2019 atinja 275.688.000 empregos, ou seja, 8,4% do total de postos de trabalho, ou 01 (um) de cada 11 empregos gerados;
- d) Os investimentos gerados atingem um capital de US\$ 1.220 bilhões, equivalente a 9,4% do total de investimentos;
- e) Segundo a OMT (2009) o turismo tem atingido um crescimento médio acima de 6% desde 1950 e movimenta aproximadamente US\$ 1 trilhão por ano e US\$ 3 bilhões por dia;

O CMVT (2009) apresenta para o ano de 2009 um quadro negativo do crescimento do turismo, com números em declínio, fato justificado pela retração da economia mundial nos últimos anos, e sob efeito da globalização contribui para que o reflexo da recessão econômica chegue a todos os continentes, como foi observado, principalmente no ano de 2008, afetando os setores da economia internacional. E sendo o turismo uma atividade de dinâmica internacional, apresentou índices de crescimentos negativos em comparação aos anos anteriores. Em 2009, o WTTC e a OMT apresentaram os seguintes números, Tabela 1:

Tabela 1 - IMPACTO NEGATIVO DO TURISMO

<i>SEGMENTO</i>	<i>PIB Bilhões US\$</i>	<i>%</i>	<i>EMPREGOS</i>	<i>%</i>
INDUSTRIA DIRETA	1,87	- 3,5	77.276.000	- 1,9
ECONOMIA	5,47	- 3,5	219.810.000	- 2,8

Fonte: WTTC/OMT (2009).

Os reflexos da crise internacional são observados no Brasil pela retração mundial dos índices de crescimento do turismo, identificado nas estatísticas nacionais. Segundo dados do IBGE (2008) e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) (2008), a receita cambial turística no ano de 2008 recebeu um incremento positivo, porém, no primeiro trimestre de 2009 não se registrou o mesmo desempenho. Dados do Banco Central (apud EMBRATUR 2008) referenciam que os gastos de turistas estrangeiros em visita ao Brasil, no período de jan-mar./2009, somaram US\$ 1,422 bilhão, o que corresponde a um declínio de 11,57% em relação aos três primeiros meses de 2008 (US\$ 1,608 bilhão). Ainda, registra-se que a despesa cambial turística alcançou US\$ 1,917 bilhão no primeiro trimestre de 2009, representando uma queda de 24,47% comparativamente a idêntico período de 2008 (US\$ 2,538 bilhões).

Dados apontados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), em 2009, mostram que o número de desembarques internacionais, incluindo os brasileiros retornando do exterior, em jan.-mar./2009, totalizou 1.692.070 passageiros, o que representa um decréscimo de 6,02% em relação ao mesmo período de 2008 (1.800.469 passageiros). No que tange a contribuição do turismo para a economia nacional, ou seja, para o PIB do Brasil, esse representa 2,23%, de R\$ 31.116 bilhões, considerando-se que o PIB total é de R\$ 1,395 trilhão. Segundo dados do IBGE (2009), no ano de 2006, as atividades características do turismo registraram um total de R\$ 73.868 milhões de valor adicionado. Isto representou 5,5% e 3,6% do valor adicionado do setor de serviços e da economia brasileira, respectivamente.

O EMBRATUR (2008) registrou no ano de 2008, os dados das entradas de turistas no país, considerando os anos de 2006 e 2007. Tais informações confirmam a retração do turismo nacional, reflexos dos índices internacionais negativos. De acordo com as Tabelas 2 e 3 observa-se que o nível das chegadas internacionais sofreu um decréscimo, se comparados os anos de 2006 e 2007, e por continente.

Tabela 2: GHEGADAS INTERNACIONAIS NO BRASIL, SEGUNDO CONTINENTE, NOS ANOS DE 2006 e 2007

<i>CONTINENTE</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
África	83.721	75.923
América Central	43.823	46.495
América do Norte	855.098	821.921
América do Sul	1.818.352	1.306.451
Ásia	185.157	162.124
Europa	1.951.528	1.506.078
Oceania	31.819	43.448
Oriente Médio	46.461	62.021

Fonte: EMBRATUR (2008).

Dos turistas desembarcados no país, segundo o Continente, os da América do Sul e os da Europa representam parcela significativa em visita ao Brasil. Os do continente sul-americano pela proximidade com o país, e os europeus pela motivação em conhecer um país tropical, com diversidade natural e cultural díspares em relação aos países de clima temperado. Dentre os países do continente sul-americano destacam-se em participação, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Chile, conforme Tabela 3.

Tabela 3: CHEGADAS NO BRASIL, SEGUNDO PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

<i>PAIS</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
Argentina	933.061	920.210
Bolívia	55.169	61.630
Chile	176.357	260.430
Colômbia	50.103	45.808
Equador	19.493	24.450
Guiana Francesa	9.208	13.416
Paraguai	198.958	206.323
Peru	64.002	96.336
República da Guiana	3.849	2.590
Suriname	2.332	3.128
Uruguai	255.349	226.111
Venezuela	50.471	46.019

Fonte: EMBRATUR (2008).

Considera-se que a participação do continente sul-americano nas taxas do turismo no Brasil, reflete o processo de estabelecimento do MERCOSUL, fato comprovado pelos índices elevados de turistas dos países que formam a tríplice fronteira sul-americana, Argentina, Uruguai e Paraguai, além, do Chile. O MERCOSUL, enquanto instrumento de cooperação,

tem contribuído para o avanço nas discussões e melhorias de infra-estrutura e acordos comerciais que têm beneficiado o turismo na região Sul do país, como projeto Concertação de Fronteiras, desenvolvido pelos Ministérios do Turismo, das Relações Exteriores e da Justiça. Esse projeto tem os objetivos de envolver a academia e autoridades locais no debate das questões de fronteiras; envolver as autoridades nacionais no debate dos problemas de fronteiras e na coordenação de ações para resolvê-los; desenvolver pesquisa sobre a infra-estrutura ideal para os pontos de fronteira do MERCOSUL, além de alocar recursos para reformá-los.

Igualmente, observe que os números referentes às entradas de turistas dos países na fronteira norte e oeste, não são tão significativo, destacando-se os dados referentes à Guiana Francesa, Tabela 3, reflexo do baixo investimento na região de fronteira norte, apesar da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) desde 1987, que tem entre suas ações, o fomento ao desenvolvimento do turismo na Pan-Amazônia. O processo de globalização tem influencia direta na condução das mudanças estruturais do setor turismo, Naisbitt (1994, p. 160) expõe sobre a globalização do que considera a maior indústria mundial, o turismo; e preconiza que no século XXI, o mesmo será, na economia dos países periféricos, a principal fonte de receita, extrapolando as questões políticas e culturais, principalmente por facilidades impostas pela tecnologia, comunicação e facilidade dos transportes, principalmente do modal aéreo.

[...] no século XXI, haverá poucas barreiras ao turismo internacional. Os turistas serão cortejados tanto pelos países desenvolvidos como pelos do Terceiro Mundo, devido à enorme infusão de capital proporcionada pelo turismo e aos benefícios oriundos de uma consciência e de uma apreciação maior da diversidade cultural global. [...] os próximos anos deverão testemunhar uma explosão de festivais – de música, de cinema, de arte, de idéias -, de eventos esportivos, de comemorações históricas, de feiras – em suma, do que quer que promova o turismo.

Ainda, na obra Paradoxo Global, Naisbitt (1994, p. 162) afirma que:

[...] qualquer pessoa será capaz de reservar uma passagem aérea, de alugar um automóvel ou de reservar um quarto de hotel do seu computador caseiro, conforme os sistemas computadorizados de reservas do mundo convergirem, criando uma rede de informações turística ininterrupta e global.

Com base em tais premissas observa-se que, ainda no século XX e atualmente, há no turismo a democratização de aspectos diversos da realidade a ele conectada. Precisamente tal

demonstração encontra-se na melhoria dos meios de transporte, dos níveis de vida, de renda e da capacidade maior de gastos da população (dos países desenvolvidos). A conjuntura após a segunda guerra mundial, marcada pela redução da jornada de trabalho gerou uma das maiores mobilidades espacial com fins de lazer, e, por conseguinte, de turismo (SONEIRO, 1991). Para que o turismo alcance os objetivos da geração de emprego e renda, inclusão social, uso racional dos recursos e desenvolvimento com qualidade, faz-se necessário pensar o seu sistema de funcionamento, e uma estratégia de desenvolvimento que mobilize a engrenagem dos processos de dinamização do setor. Portanto, pensar o desenvolvimento e sua forma de aplicação é fundamental para os resultados qualificados do turismo.

2.2 DESENVOLVIMENTO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE TURISMO NA PAN-AMAZÔNIA

As idéias originais sobre “desenvolvimento” remontam à emergência do capitalismo enquanto sistema econômico, datando do século XVIII, época das grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais no mundo. Fato esse concretizado pelo movimento iluminista, com as suas inovações científicas, e com a Revolução Industrial, que marcou a mudança nas relações sociais de trabalho, refletindo diretamente no sistema econômico mundial, assim como nos hábitos culturais das sociedades. Porém, segundo Dias (2003), foi a partir da Segunda Guerra Mundial, que a idéia do desenvolvimento como meta a ser alcançada pela comunidade internacional, com o objetivo de uma melhor alocação de recursos estabeleceu-se.

Para Nusdeo (1975) a compreensão de que a divisão do mundo em áreas ricas minoritárias em contraposição a áreas pobres amplamente majoritárias, constituiria uma nova ameaça à paz entre os povos, contribuiu para a ampliação da discussão em torno dos processos de desenvolvimento e sua importância para o entendimento dos problemas mundiais, principalmente, quanto a questão de se produzir alternativas visando melhorias para as áreas mais pobres.

As idéias para explicar a realidade de distintas sociedades, as transformações econômicas e sociais em decorrência dos movimentos sociais e a melhoria nas condições de trabalho e salário possibilitariam os diversos entendimentos do desenvolvimento, seja pelo viés economicista, como progresso, modelo de bem-estar, ou, mais atualmente pelo viés neoliberal e sustentável. A idéia básica do desenvolvimento, ainda no século XVIII, apresenta uma associação importante que nasce do projeto de produtividade versus capacidade, que segundo Mota (2001) evoluir significa produzir mais, ou desenvolvimento como progresso. Trata-se da idéia de expansão e desenvolvimento associada ao aumento da produção material. Esse processo induz a maior pauperização das sociedades levando ao surgimento de movimentos sociais e políticos que explicitam o excesso de mercantilização e acumulação capitalista. Para Mota (2001, p.29):

Surgiram várias concepções de Economia Social, estudadas por teóricos que tentavam substituir os valores individuais do capitalismo por valores

cooperativos. Outros defendiam os avanços econômicos e técnicos do capitalismo, porém criticavam sua forma concentrada de distribuição da riqueza. Enfim, tratava-se de um período fértil em novas idéias e de forte debate em torno das questões centrais do capitalismo, que se espalhava do seu núcleo central, Inglaterra, para a França e Alemanha.

Desse processo de discussão, o movimento comunista de tendência marxista sai vitorioso, sendo representado pela obra *O Capital*, onde Marx (1983), afirma que o trabalhador não recebe seu salário proporcionalmente à sua contribuição no valor da produção, ficando uma parte desta contribuição para o capitalista. Nesta obra são expostas as contradições do sistema, e a noção de desenvolvimento como progresso econômico mostrando suas limitações. Segundo Costa (2006, p. 3), “a noção de desenvolvimento econômico associa três idéias seminais: a idéia de riqueza de uma coletividade (nacional, regional, local), a de crescimento da riqueza (coletiva) e a da capacidade endógena de aumentar a riqueza (coletiva)”.

Para controlar os conflitos sociais e econômicos, o Estado passa a ser o regulador desses embates econômicos e sociais. Alguns autores consideram que “a intervenção do Estado passa a ter um papel muito importante, após a Segunda Guerra Mundial, sendo ele o grande promotor do desenvolvimento, pois está no controle das questões mais conflituosas da relação trabalho e trabalhador”, Mota (2001, p. 30) e prossegue,

Se a até a década de 1930 do século XX a idéia de desenvolvimento estava fortemente ligada à produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição (mercado auto-regulado), depois da Segunda Guerra aquela idéia passa a estar associada ao bem-estar social, pois o desenvolvimento passa a ser identificado com direitos sociais, segurança social e políticas redistributivas de renda.

A noção de desenvolvimento como bem-estar baseia-se no que vinha ocorrendo na Europa Ocidental, com a garantia pelo Estado de políticas de saúde, educação, assistência e seguridade social. Essa idéia de desenvolvimento foi denominada por teóricos dos anos de 1970, de *Welfare State*, ou seja, grande coalizão política entre Estado, sociedade e mercado. A ajuda do Estado foi fundamental para que o setor privado enfrentasse a crise mundial nos anos 1930. Esse novo paradigma de desenvolvimento é chamado de modelos dinâmicos, dado a forte ênfase no planejamento, na orientação reguladora do Estado e nos efeitos dinâmicos do progresso técnico do crescimento econômico.

Na prática essa nova noção de desenvolvimento, em que o Estado era o apaziguador dos conflitos econômicos; financiador das crises no cerne do setor privado, ao certo reforçava as bases da acumulação por este setor e se tornava um estilo excludente de desenvolvimento.

Uma vez que o direcionamento de suas ações para o desenvolvimento não são para todos os integrantes da coalizão, mas apenas para manter o sistema econômico funcionando de forma a manter o bem-estar do setor privado, sem considerar os reais interesses dos trabalhadores. O principal resultado desse processo é que o Estado assume o papel fundamental de regulador das regras estabelecidas para o contínuo desenvolvimento das nações.

O reflexo dessas mudanças é percebido, também, na América Latina, principalmente nos estudos e análises realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada com a justificativa de que era necessário se fazer uma análise da América Latina com base em sua realidade e suas peculiaridades, principalmente porque as análises feitas para a região não diferiam das adotadas na Europa e nos Estados Unidos, realidades bastante distintas. Colaboradores como Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Faletto e Celso Furtado, foram os que, a partir de então, analisaram a situação do desenvolvimento na América Latina, criticando as práticas centralizadoras de desenvolvimento, a vulnerabilidade externa, a produção de produtos primários e a exportação de produtos industriais.

Foram realizados diversos estudos que analisaram as relações de troca entre países periféricos e países centrais. No ensaio de intervenção sociológica, Cardoso; Faletto (1975) fazem reflexões sobre a teoria da dependência, processo vivenciado pela América Latina, que segundo esses autores, não pode ser explicado pela teoria econômica tradicional, pois acreditam ser o desenvolvimento um processo social, que mesmo apresentando aspectos puramente econômicos, deixam transparecer a trama das relações sociais subjacentes. Não bastando, assim, considerar as condições e efeitos sociais do sistema econômico. Para esses autores, o processo de desenvolvimento consistiria em reproduzir as diversas etapas que caracterizam as transformações sociais daqueles países, ou seja,

Para a análise global do desenvolvimento não é suficiente, entretanto, agregar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a compreensão dos “fatores sociais”, entendidos estes como novas variáveis de tipo estrutural. Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas, por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que “põem em marcha” as sociedades em movimento.

Desse modo, é necessária uma atuação mais ativa do Estado nos processos de desenvolvimento, que segundo Prebisch (2008 apud MOTA 2001) seria uma estratégia de

desenvolvimento orientada para a substituição de importações e o protecionismo de produtos que já podiam ser produzidos internamente. Com a CEPAL, o planejamento aparece como “corolário natural” do diagnóstico de desequilíbrios estruturais na industrialização dos países periféricos, como afirma Mota (2001, p.33),

A CEPAL defende a urgência de programas de desenvolvimento, centrando a argumentação na necessidade de evitar desequilíbrios externos e de estabelecer um equilíbrio razoável na expansão das várias atividades básicas.

[...] daquele ponto em diante, o planejamento se tornaria uma contínua obsessão da CEPAL, simbolizando as preocupações da agência com o desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento econômico e social, crescimento. Celso Furtado (1977), mesmo com base em análises quantitativas, diz que o conceito de desenvolvimento não se restringe à idéia de crescimento. Costa (2006) compreende essa noção, superando-a, ou seja,

Articulando duas condições, a de crescimento da produção coletiva e concomitante elevação da capacidade produtiva média dos membros deste coletivo, o conceito pressupõe mudança qualitativa no todo social, uma vez que a ocorrência conjunta desses fenômenos exige normalmente aumento da divisão social do trabalho, com a elevação e melhoria de estoque de meios de produção e incremento do aprendizado dos trabalhadores, técnicos e empresários – pela elevação das habilidades respectivas na composição do que vem sendo chamado mais recentemente de capital humano.

O mesmo entendimento é elucidado por Bresser-Pereira (2008), ao considerar que desenvolvimento econômico e crescimento são sinônimos explana que:

Desenvolvimento sem o adjetivo econômico poderá ser algo mais amplo e melhor, poderá ser uma palavra para exprimir um conceito correlato ao de progresso. Desenvolvimento econômico implica não apenas aumento da renda per capita, mas transformações estruturais da economia. Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Schumpeter usou a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico.

Ainda, explana que o desenvolvimento econômico é entendido como uma das formas que assume o desenvolvimento humano, sendo possível conciliar sem confundir a abordagem histórica e normativa do conceito de desenvolvimento econômico. Em Bresser-Pereira (2008):

Ignacy Sachs (2004: 38), que costuma distinguir crescimento de desenvolvimento, não hesita, entretanto em acrescentar adjetivos ao desenvolvimento e ao crescimento que tornem o pensamento mais claro. Para ele existe um desenvolvimento includente e um crescimento excludente ou concentrador: “a maneira de definir desenvolvimento includente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido na bibliografia latino-americana como ‘excludente’ do mercado de consumo e ‘concentrador’ (de renda e de riqueza)”. Já que os adjetivos são neste caso, denominar a somatória de desenvolvimento econômico, político, social e auto-sustentável de ‘desenvolvimento humano’ parece adequado inclusive porque aproveita a existência do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH que foi criado a partir da preocupação com um desenvolvimento econômico que excluísse os demais objetivos sociais. Desenvolvimento simplesmente e desenvolvimento humano seriam, portanto, expressões sinônimas.

Na contemporaneidade a noção de desenvolvimento, em escala global, assume uma reorientação a partir dos acontecimentos que ocorreram na mesma época, principalmente aqueles relacionados às questões ambientais e sociais, à exemplo da publicação do Relatório do Clube de Roma e da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que ocorreu em Estocolmo, Suécia, em 1972. Quando em 1972, realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, Suécia, em 1972. Dessa Conferência, emerge o conceito normativo básico de desenvolvimento sustentável, designado à época como “abordagem do ecodesenvolvimento” Almeida (1994 apud DIAS, 2003 p. 75). Em 1992, no Rio de Janeiro, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, consagra-se nos mais diversos fóruns de discussão a expressão “desenvolvimento sustentável”, significando o desenvolvimento exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente às necessidades ambientais e de desenvolvimento das gerações presentes e futuras.

E o desenvolvimento social? o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordens econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. Segundo Souza (2008), o desenvolvimento social vai além da dimensão econômica, busca a equidade, a justiça social e autonomia. Para Perroux (1978), o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, seu produto real, global.

As bases teóricas do desenvolvimento mudam da delimitação econômica, passa-se a preocupação com o desenvolvimento social, ambiental, sustentável, e aos estudos das modalidades de pólos de crescimento e desenvolvimento. Autores como, Perroux (1960 apud SILVA, 2004, p.67) apresenta o que ficou conhecida como a Teoria dos Pólos de Crescimento, que,

[Pólo de Crescimento] surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal àquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. (ANDRADE 1987, p.58).

A indústria motriz é aquela que produz grandes efeitos nas estruturas econômicas, produção e mercado, assim como nas inovações tecnológicas. É capaz de mobilizar uma região, provocando dinamização nas taxas de crescimento. Apresenta uma grande interdependência técnica de outras indústrias, inclusive na diversificação de serviços e na formação de um complexo industrial. O Pólo de crescimento é uma área que influencia determinada região, precisando estabelecer canais de comunicação entre eles, sendo as estradas, os meios de comunicação e de transporte elementos que contribuem para que haja o crescimento dos principais pólos, o que para Perroux (1960 apud SILVA 2004, p. 70) chama de “nós de tráfego” e de “zonas de desenvolvimento”, existindo três tipos de pólos: pólo nação; pólo região e pólo cidade.

O pólo de desenvolvimento não existe como unidade isolada, mas sim como unidade ligada à sua região por canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações de demanda, para Perroux (1960 apud ANDRADE 1987, p. 65),:

[...] o desenvolvimento de um conjunto de territórios e de sua população só é obtido pela propagação consciente dos efeitos dos pólos de desenvolvimento. Esta propagação feita por um caminho que liga dois pólos dá origem ao que ele (Perroux) chama de eixo de desenvolvimento, salientando, porém que o eixo não é apenas uma estrada, um caminho e que, além disso, ligado a estrada, deve haver todo um conjunto de atividades complexas que indicam “orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem, sobretudo da capacidade de investimento adicional. Assim, os eixos pressupõem a presença de outros bens complementares, como energia, crédito e competência técnica. [...] Os nós de tráfego surgem nos pontos em que se cruzam dois eixos de desenvolvimento. [...] As zonas de desenvolvimento são o resultado da concentração geográfica das indústrias devido aos efeitos da complementação. [...] As zonas de desenvolvimento têm grande influência sobre o país em que se situam, de vez que, como salienta Perroux, as nações nada mais são do que “pólos de desenvolvimento com seus meios de

propagação”. [...] A de pontos de desenvolvimento [corresponde ao] conjunto que engloba os pólos, simples ou complexo, as zonas de desenvolvimento e os eixos de desenvolvimento. Pólos, zonas ou eixos em relação a área que os cerca.

Para o desenvolvimento dos pólos faz-se necessário a força das indústrias concentradas na região, ou seja, a qualidade e quantidade dos serviços ofertados, dos equipamentos disponibilizados, assim como das condições dos meios de transporte e comunicação disponibilizados.

No Brasil, a descentralização política, com a criação de novos municípios a partir da década de 1980, marca uma nova trajetória para o desenvolvimento do país, que sofreu reflexos e influências das tendências mundiais das teorias de desenvolvimento, estando mais próxima das análises realizadas pela CEPAL. A preocupação com o uso do espaço, o desenvolvimento regional, e o planejamento das ações são providências essenciais a qualquer ação que visa o desenvolvimento das políticas públicas de uma nação, seja ela econômica ou social. A setorialização das políticas públicas é frequente, o que em situações diversas são prejudiciais aos projetos de desenvolvimento.

No que concerne especificamente ao desenvolvimento do turismo no Brasil, foi a partir de Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966, que se produziram condições materiais para que as políticas nacionais de turismo fossem efetivamente definidas e desenvolvidas, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo e do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR). É importante ressaltar que ainda nesse período o desenvolvimento do turismo foi genericamente objetivado pelo prisma de um desenvolvimento meramente economicista, seguindo inclusive as influências de países como México e Espanha, e integrando o setor no sistema produtivo do país. Não obstante à criação da EMBRATUR e CNTUR para fomento ao turismo, não foram destinadas receitas a estes órgãos, que desenvolviam suas ações com o uso de incentivos fiscais e financeiros destinados ao setor.

No decorrer dos anos 1970 são ampliadas as ações visando o desenvolvimento do turismo no país, sendo criados fundos para o financiamento de projetos de desenvolvimento turístico, que segundo Beni (2006, p. 24) é: Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) (Decreto-lei n.1.191, de 27 de outubro de 1971), sistema livre de captação de incentivos fiscais para estimular o setor hoteleiro; em 1976, pelo decreto-lei n.1.376, são criados novos fundos de investimento, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), e define seus agentes financiadores Banco do Nordeste do Brasil S.A; Banco da Amazônia e Banco do Brasil,

respectivamente, todos sob a supervisão da EMBRATUR. Ainda, Beni (2006) esclarece que os empreendimentos para serem financiados por esses fundos, deveriam estar enquadrados em programas para o desenvolvimento do turismo em seus respectivos estados e municípios, bem como estar sob o gerenciamento da EMBRATUR.

Porém, observa-se que a EMBRATUR, imbuída dos princípios economicistas de desenvolvimento, uma vez que, seus técnicos foram capacitados nos centros de turismo internacional, como México e Espanha, adotam uma linha de aplicação dos fundos em hotelaria e turismo, sendo que a crítica recaiu nos encaminhamentos e aplicação dos recursos. O que foi realizado atendeu ao capital incentivado, colocando à disposição de empreendedores estrangeiros e nacionais. Sendo esse capital utilizado quase que integralmente em hotéis de luxo, de 251 mil dólares a unidade habitacional, em empreendimentos de valor não inferior a 25 milhões de dólares (BENI, 2006).

Investimento não compatível com a demanda interna regional, e nem com a demanda internacional da época, demonstrando que esses projetos não levaram em consideração aspectos importantes das regiões onde foram construídos, nem a viabilidade econômico-financeira, formação de recursos humanos e de inclusão social, provocando o subaproveitamento dos recursos aplicados, e a construção de estruturas descontextualizadas regionalmente, tanto no aspecto da operação, quanto no arquitetônico e ambiental o que provocou um descompasso entre o alto custo de instalação e o nível de seu rendimento.

Nos anos de 1980 apresenta-se como um período de transição para o desenvolvimento do turismo nacional, havendo a ampliação do sistema de turismo, além das mudanças políticas nacionais, como: fim da ditadura militar, promulgação da nova Constituição Federal; Estabelecimento de uma nova Política e Sistema Nacional Meio Ambiente. No campo específico do turismo observam-se indícios de mudanças nos princípios norteadores da política nacional, com a EMBRATUR abrindo espaço para discussão em torno dos segmentos do turismo social e ecológico, por meio da deliberação normativa, lançando as bases efetivas para o cenário de sustentabilidade ambiental e social do turismo (BENI, 2006). Com o propósito de organizar uma nova política nacional de turismo, foi estabelecida a criação do Sistema Nacional de Turismo, composto pela EMBRATUR, CNTUR e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), que segundo Beni (2006, p. 26), esperava-se,

[...] que essa configuração, apresentando uma centralização no planejamento, coordenação e execução do plano, programas e projetos, oferecesse maior eficiência na utilização dos recursos, mas essa estrutura deixava lacunas e colocava algumas deficiências nos processos decisórios,

sobretudo no que diz respeito à permanente ausência de representatividade por parte da iniciativa privada.

Esse cenário começa a mudar a partir de 1990, quando a ampliação na participação dos setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva do turismo, principalmente a iniciativa privada, marca a feição evolutiva do setor, além da academia e da sociedade civil. O governo federal lança o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que objetiva principalmente, descentralizar o planejamento do turismo e melhorar o produto turístico brasileiro por meio da conscientização e sensibilização de seus habitantes. Houve, na verdade, equívocos no processo de implantação do PNMT, que segundo Beni (2006, p. 26) e Endres (1999),

Em que pese os benefícios desse programa para o processo de sensibilização, conscientização e interiorização do turismo, chegando em poucos estados aos resultados esperados de empreendedorismo e planejamento regional integrado, esse modelo da Organização Mundial de Turismo – OMT, recomendado para seus países-membros e que se tornou normativo no caso brasileiro, apresentou, logo de início, uma falha estratégica na sua implantação. O modelo presumia o conhecimento prévio, por cada país, de seu espaço turístico nacional ou de sua imediata identificação, o que levaria o Relatório do Inventário Turístico Nacional – RINTUR a ser a primeira providência tomada. Como isso não foi feito, queimou-se essa primeira etapa, e muitos municípios apresentaram-se como vocacionados para o turismo.

Além das questões suscitadas, é importante ressaltar que em um país como o Brasil, de dimensão continental, o controle de um processo de desenvolvimento e planejamento do turismo deve necessariamente ter como prioridade de análise a imensidão desse território; e ainda, considerar as diferenças regionais. Reportando-se aos fracassos de planejamento e desenvolvimento de forma centralizada, Endres (2002) afirma que não foi possível estruturar de forma significativa áreas essenciais, ampliando o discurso da necessidade da corresponsabilidade entre governo, empresários, comunidades e outras organizações. É o caso específico do desenvolvimento do turismo, que segundo Dias (2003), a responsabilidade a partir dos anos de 1990, começa a passar para a agenda dos governos locais.

Ainda, neste período, o MICT elabora programas voltados ao desenvolvimento do turismo, objetivando tornar o turismo brasileiro um produto competitivo no exterior. Beni (2003) ressalta que são desse período os programas de pólos turísticos, turismo interno, formação de recursos humanos, produtividade e qualidade no setor turístico, ecoturismo MERCOSUL e marketing internacional. São também, desse período, a criação de programas e

projetos voltados para o desenvolvimento sustentável do turismo, como: Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE), com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR), com recursos também do BID e BIRD, ambos com objetivo de diagnosticar a situação do turismo nessas regiões, assim como melhorar a infra-estrutura básica visando a preservação ambiental.

Na perspectiva do desenvolvimento econômico e social, e do planejamento com inclusão, cria-se em 2003, o Ministério do Turismo, representando um marco para o turismo nacional, pois pela primeira vez, a política de turismo recebe orçamento e estrutura próprios, visando a condução política dos planos, programas e projetos. A partir de então é definida uma nova estrutura para a gestão do turismo nacional. Cria-se a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, responsável pela elaboração da Política Nacional de Turismo, com foco no desenvolvimento regional do setor, e efetivado pelo Programa de Regionalização do Turismo.

E também a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, responsável pela formulação de planos, programas e projetos destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional, fazer a gestão do FUNGETUR, assim como, coordenar a formulação, apoiar e acompanhar os programas regionais de desenvolvimento do turismo que objetivem beneficiar a população local, além de programar o Plano Nacional de Turismo (2003/2007 e 2007/2010).

Recria-se o Conselho Nacional de Turismo, e a EMBRATUR assume o papel de promotora do turismo no exterior e de realização de estudos e pesquisas, tanto que os indicadores do turismo nacional ainda são consolidados por esse organismo. Nesse processo de mudanças ressalta-se a estratégia adotada pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que adotando a ótica do desenvolvimento regional, tem assumido a função de instrumentalizar as políticas, programar ações e parcerias nas regiões turísticas dos estados e municípios. Segundo Beni (2006, p. 30) as diretrizes políticas do programa visam construir,

Um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, cujos princípios são a flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões. Compreendendo-se como regionalização a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística. Como princípios das diretrizes operacionais do programa tem-se a participação, a

sustentabilidade, a integração e a descentralização, apoiados pela criação de uma estrutura de coordenação que inclui a criação de instâncias de governanças regionais, ou simplesmente entes responsáveis pela gestão do turismo na esfera regional capazes de promover a gestão coordenada do programa e a formação de parcerias para sua implementação.

O PRT propugna parcerias técnicas e financeiras para implantação do programa, que pode estabelecer entre o MTUR e demais entidades governamentais estaduais ou municipais, e com organizações brasileiras sem fins lucrativos, a contrapartida mínima exigida de 5% a 20% do valor total do projeto apresentado. De acordo com as regiões há linhas de crédito diversas, assim como financiamentos provenientes de programas nacionais e até internacionais. No Brasil, Beni (2006) cita o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o PRODETUR, e o Plano Nacional de Qualificação – Fundo de Amparo ao Trabalhador, que podem ser acessados considerando as diretrizes e orientações do PRT.

Ao se considerar essas ações e a evolução do turismo nas questões de diretrizes, pode-se concluir que o desenvolvimento deste setor apresenta um cenário positivo. No entanto, é preocupante a condução dos instrumentos citados, que por mais que tenham sido criada com base na mais avançada teoria de desenvolvimento regional, se não houver compromisso por parte dos agentes interessados, a aplicação será desastrosa, sem resultados, inovações ou benefícios para as regiões envolvidas. Pautado no que Beni (2006) propugna,

Somente as regiões que mostrarem mobilização para o desenvolvimento regional e clareza no processo decisório, além do entendimento da necessidade de trabalhar estratégias integradas de desenvolvimento, é que conseguirão se beneficiar com as oportunidades existentes, bem como se destacar com destinações competitivas.

Portanto, é nesse contexto de incertezas teóricas e de indefinições quanto as políticas governamentais de turismo, que na Amazônia, esse setor começa a suscitar a preocupações. É no bojo do desenvolvimento regional, e entre outras atividades econômicas que o turismo é colocado como uma possibilidade para que as populações locais possam apropriar-se e conduzir um processo que alcance os resultados do desenvolvimento prometido. No âmbito do crescimento mundial, a partir da década de 1970, inicia-se, ainda que de forma incipiente, a política de turismo para a Amazônia.

E tem-se, conforme Brasil (1977) e Souza (2006) como pano de fundo a integração da região ao resto do País. O governo militar firma através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o primeiro convênio (122/1977) com a EMBRATUR, atualmente chamado de Instituto Brasileiro de Turismo, propondo incentivar e

executar o turismo na Amazônia como mecanismo de articulação do desenvolvimento regional.

No que se refere às políticas regionais de desenvolvimento, em especial na Amazônia, Castro (2001) afirma que foi desde os anos 1960 e em especial a partir da construção da Belém-Brasília, que a política que norteou o avanço da fronteira econômica estruturou-se. E, este processo deu-se de maneira a permitir a integração do mercado nacional e a acumulação do capital. É importante ressaltar que muitos projetos de desenvolvimento propostos não passaram de boas intenções, colaborando para a fragmentação de políticas setoriais e acúmulo de capital, excluindo o pequeno produtor dos benefícios das políticas de incentivos então vigentes.

Ainda para Castro (2001, p. 18):

[...] a Amazônia de hoje, com suas contradições crescentes, reflete as políticas públicas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e as desigualdades sociais.

A história do planejamento na Amazônia, inspirada à luz das intenções de ocupar o território vazio, apresenta várias investidas, que para Martins (1981) vai desde a criação de Fordlândia, no Pará, em 1928 pela ocupação através da Transamazônica, passando pelos ciclos mono extrativista, os projetos de grande porte e as monoculturas, como atualmente a cultura da soja, avançando na região. Para Mendes (1971), a viabilidade econômica da Amazônia estava centrada na definição de sua política de planejamento regional, analisa propostas como a de criação do grande lago do Amazonas, proposta pelo Instituto Hudson, que facilitaria o transporte, o acesso e possibilitaria o desenvolvimento econômico de forma mais acelerada e facilitada.

Inclusive o que chama de internacionalização da Amazônia com a chamada Pan-Amazônia, que politicamente tem contribuído para a aproximação dos povos que estão interligados física e culturalmente ao rio Amazonas, apesar das distâncias e dificuldades de acesso e contatos, objetivando maior cooperação no processo de desenvolvimento regional. O poder público tem papel fundamental em todo o processo de desenvolvimento regional, através das políticas públicas, setorizadas ou não, a despeito de que a principal diretriz que tem levado ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX e atualmente é de que a Amazônia é um grande vazio demográfico e que, portanto, para que haja um processo de desenvolvimento faz-se necessário ocupá-la a qualquer custo. As iniciativas tentadas foram desastrosas, com famílias oriundas da região nordeste ou do sul, que foram assentadas sem condições

financeiras e de infra-estrutura ou pelo desconhecimento do que viriam encontrar, até pelas diferenças culturais. Segundo Ianni (1996, p. 26 apud PINTO, 2006),

[...] sendo uma nova fase nas relações entre o estado e o sistema político-econômico. Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal não foram resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foi o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes.

Os discursos oficiais exaltam a participação de toda a nação brasileira em ocupar o vasto território vazio e que todos são responsáveis por este ato patriótico de assegurar à nação brasileira o domínio da região Amazônica. Os objetivos dos documentos oficiais de organismos regionais como o da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia são justificados por esta máxima da ocupação do vazio demográfico.

Nestes termos, para Pinto (2006, p. 28), este é o principal objetivo que tem levado a definição dos eixos de planejamento do desenvolvimento da Amazônia,

[...] cuja ação concreta dá início ao surgimento da “Operação Amazônia” e a criação do Instituto Agrônomo do Norte – IAN (1939), do Banco de Crédito da Borracha – BCN (1942), dos Territórios Federais de Guaporé, Amapá e Rio Branco (1943), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA (1952), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPEVEA (1953). Embora com o aparecimento de órgãos gerenciadores das *estratégias de desenvolvimento nacionalista* os problemas eram solucionados de acordo com o seu aparecimento no cenário político.

Ainda de acordo com D’Araújo (1992), a história da Amazônia é marcada por fases no seu processo de desenvolvimento, identificado pelas ameaças de degradação dos ecossistemas locais e depauperação da biodiversidade do planeta. A proposta do planejamento regional passa a ser prioridade e recebe atenção especial dos dirigentes governamentais nos campos técnicos e políticos. Desde então, a formação de recursos humanos torna-se prioridade, pois o governo necessitava de técnicos capazes de desenvolver o novo modelo de planejamento, com o objetivo de provocar o desenvolvimento das regiões brasileiras.

Entre as regiões brasileiras, a Amazônia recebe atenção especial, sendo amparada inclusive pela Constituição Federal de 1946, que, em seu Art. 199, de acordo com D’Araújo (1992, p. 64).

“[...] deixava claro que a região Amazônica se convertera em uma preocupação nacional, e que, como tal, deveria ter um tratamento à altura de suas dificuldades e dos esforços do país para promover o desenvolvimento”.

A criação da Superintendência para Valorização da Amazônia (SPVEA), por Getúlio Vargas em 1953, dá início ao processo de planejamento regional com intervenção estatal na região. Organismo concebido para elaborar as ações de planejamento e execução, seus projetos e orçamento eram submetidos à aprovação do Congresso Nacional e tinha como Programa de Emergência: Agropecuária; Recursos Naturais; Transporte; Comunicação e Energia; Crédito e comércio; Saúde; e Bens Culturais. Desde então, o planejamento na Amazônia tem acompanhado as conjunturas econômicas nacionais e internacionais, fato comprovado pelas transformações nas políticas de desenvolvimento, inclusive com a extinção e criação de órgãos gerenciadores e executores do planejamento regional.

Na década iniciada em 1960, após a extinção da SPVEA, o governo federal cria a SUDAM, com objetivos de também planejar e executar planos, programas e projetos de desenvolvimento que pudessem levar a Amazônia aos mesmos parâmetros de desenvolvimento nacional. É inclusive nesse mesmo período que o turismo na Amazônia começa a ser discutido enquanto atividade de desenvolvimento econômico e social que para Figueiredo (1999, p. 104),

Desde o governo militar que o turismo aparece como uma das atividades importantes na tentativa de “desenvolver” a Amazônia, seja nas políticas de incentivos da SUDAM, seja na criação fracassada do Núcleo Colonial Bela Vista – zona prioritária de interesse turístico, em 1977 – CNTUR/Resolução nº. 895 de 28/01/1977.

Para expressar as políticas propostas para a região foram publicados diversos instrumentos que propugnavam o desenvolvimento regional, desde os governos autoritários até os dias atuais, com diretrizes políticas para o desenvolvimento setorizado, visando sempre a ocupação do imenso vazio demográfico.

Autores como Pinto (2006) e Rocha (1997) indicam que foram elaborados os Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) (1972-1974), PND II (1975-1979) e PND III (1980-1985), orientando que as frentes de ocupação deveriam priorizar o desenvolvimento agrícola e industrial. Os principais programas setoriais eram a pecuária de corte, extração e industrialização da madeira, mineração e indústrias eletrolíticas, lavoura selecionada de caráter comercial e base agrônômica assegurada, pesca empresarial, e turismo. Para garantir a

viabilização da ocupação produtiva da região o Estado propõe o Programa de Pólos Agropecuários da Amazônia (POLAMAZÔNIA), do Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental e da Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia (HEBETTE, MARIN, 2004 apud PINTO, 2006).

Esses planos, programas e projetos de desenvolvimento são analisados por autores como Ianni (1996), como instrumentos para dinamizar e ocupar a região através de bases econômicas, e estavam fundamentados nos princípios dos planos governamentais de desenvolvimento econômico da nação, como o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1972), associados a uma estratégia maior, de vincular o desenvolvimento ao capital internacional, principalmente aos Estados Unidos da América (EUA).

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1992 – 1995) é elaborado num contexto de um novo modelo de desenvolvimento econômico para a região, tendo como princípio o ecodesenvolvimento, com alta tecnologia e elevada qualidade de vida, sintetizando o modelo a ser implantado na Amazônia, que de acordo com a SUDAM (1993, p. 5),

O novo modelo deve compatibilizar o crescimento econômico com a base ecológica e sócio-cultural regional, recorrendo aos mais importantes avanços da ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, deve promover a internalização dos benefícios do crescimento econômico e da exploração seletiva, racional e tecnicamente avançada dos recursos naturais.

Esse novo modelo de desenvolvimento regional foi aliado às transformações econômicas mundiais que, com a influência direta de uma nova prática de tratar os recursos naturais, obrigou os planejadores a rever conceitos e ferramentas que considerassem no processo de planejamento, o uso racional dos recursos, criando as bases legais e financeiras para a política ambiental no Brasil, a exemplo da criação do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Nesse sentido, a globalização, a inovação tecnológica e a nova ordem mundial ditam as mudanças internas e emergentes para o desenvolvimento da Amazônia.

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) (1992-1995) orientava-se através de nove diretrizes globais e que dariam sentido ao processo de planejamento e princípios às políticas públicas de desenvolvimento: 1) promover o crescimento econômico regional; 2) assegurar a conservação do meio ambiente; 3) promover o desenvolvimento científico e tecnológico; 4) induzir o desenvolvimento social; 5) garantir a diversidade sócio-cultural; 6) consolidar e fortalecer a democracia; 7) estimular a reorganização do espaço regional; 8)

reorientar a integração nacional e Pan-amazônica; 9) implantar, reestruturar e modernizar as instituições de atuação regional.

Neste novo cenário econômico, a economia regional sofre uma mudança de perfil (ROCHA, 1997, p. 167),

[...] volta-se de forma cada vez mais expressiva para ramos menos poluidores e predadores dos recursos naturais e de maior valor agregado, apresenta, em seguida, as atividades que exemplificariam esta nova tendência: a agroindústria, a bioindústria e o turismo ecológico.

Para o período de 1994-1997, o PDA mantém as mesmas diretrizes, estabelecendo de forma mais transparente o que queria com uma política ambiental, ou seja, um desenvolvimento para Amazônia sem a destruição do meio ambiente. Para garantir este pressuposto, o Estado cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA); incentiva a criação de Organizações Não Governamentais (ONGs) com objetivos de controlar a conservação da natureza, as compensações financeiras garantidas pela Constituição Federal, zoneamento ecológicos e econômicos, sistemas de monitoramento e fiscalização do meio ambiente.

O que se observa, no entanto, é que muito desses instrumentos criados, e que ainda existem em funcionamento, atuam sem respeitar os objetivos precípuos para os quais foram criados. É o caso dos Planos de Turismo para Amazônia (PTA⁸) previstos nos PDA, desde a década de 1970. Observe-se que as estratégias de ocupação regional foram variadas, que Becker (2007) chama de estratégias territoriais, e que cita Lefebvre (1978), ao conceituar “a produção do espaço” pelo Estado. Segundo esse autor, após a construção do território, fundamento concreto do estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para Becker (2007, p. 27), dois processos opostos têm como marco o ano de 1985,

Por um lado, o esgotamento do nacional desenvolvimentismo inaugurado na era Vargas com a intervenção do Estado na economia e no território, cujo último grande projeto na Amazônia é o Calha Norte. Por outro lado, neste mesmo ano, um novo processo tem início com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando um movimento de resistência das populações locais – autóctones e migrantes – À expropriação da terra.

Com a crise do Estado brasileiro, a resistência dos movimentos sociais e a pressão internacional, no que concerne às questões ambientais, todos se voltam para a Amazônia,

⁸ Planos que foram propostos pela SUDAM, e que não conseguiram alcançar os objetivos.

obrigando o Estado brasileiro a criar segundo Becker (2007) um vetor tecno-ecológico na dinâmica regional. Esse vetor predomina entre 1985-1996, configurando na Amazônia, uma fronteira socioambiental, possibilitando que os conflitos das décadas de 1970 e 1980 sejam transformados em demandas e projetos alternativos de desenvolvimento com ONG, movimento religioso, agência de desenvolvimento e partidos políticos.

Em nível global, essa concepção do vetor tecno-ecológico articula parcerias com organismos internacionais, como o G-7, Banco Mundial e governo brasileiro, assim como, criando estruturas governamentais para a coordenação das ações políticas na Amazônia. No Brasil é criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Secretária de Coordenação de Assuntos da Amazônia Legal, implementando uma política regional voltada para o desenvolvimento sustentável. É a partir de 1996, que o vetor tecno-industrial culmina. Segundo Becker (2007, p. 29),

Este vetor reúne projetos de atores interessados na mobilização de recursos naturais e de negócios, tais como empresários, bancos, segmentos dos governos estaduais e federais, e das Forças Armadas. Sua dinâmica na década de 1990, induzida pelos Programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999) pautados nos Eixos Nacionais de Integração, favoreceu a retomada das forças exógenas interessadas na exploração de recursos para exportação, conflitando diretamente com a fronteira socioambiental.

Pautados neste argumento, ressaltam-se as mudanças ocorridas na Amazônia ao longo de mais de dois séculos de ações isoladas, políticas públicas e projetos coletivos e/ou em parceria para o desenvolvimento dessa região da Amazônia. Nesse contexto, observa-se que ela mudou, não apenas no que diz respeito a sua configuração geográfica, mas, e principalmente, pelos valores culturais e sociais. Valores construídos por índios, as comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, migrantes de toda parte do mundo e de outras regiões do Brasil, que sempre se opuseram ao discurso de grande vazio demográfico, imposto a Amazônia pelos governos nacionais e internacionais.

Desta feita, as mudanças estão sendo registradas por estudiosos e autóctones. Mudanças estruturais, em todas as dimensões da vida, e que Becker (2007, p. 29) destaca como:

A conectividade, permitindo a região comunicar-se internamente, com o resto do país e com o exterior, rompendo com sua condição de grande “ilha” voltada para o exterior; 2) a estrutura da economia, que se transformou com a industrialização, hoje, a região ocupa o segundo lugar no país na exploração mineral e o terceiro lugar na produção de bens de consumo

duráveis; 3) urbanização, alterando de tal modo a estrutura do povoamento que a Amazônia é hoje uma floresta urbanizada; 4) a mudança da estrutura da sociedade regional – envolvendo diversificação social, conscientização e aprendizado político; 5) implantação de uma malha sócio ambiental que representa uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais, áreas protegidas e experimentos conservacionistas.

No percalço das mudanças na Amazônia está a discussão sobre a reforma do Estado, pois elas não se limita a questões de ordem econômica e/ou estrutural, percebe-se que existe uma discussão quanto à urgência de uma reforma do Estado, enquanto programa político. Igualmente, ressalta-se que essa tentativa de reforma da administração não é recente, possui uma longa história, fazendo com que a legitimidade da reforma seja uma ação premente nas políticas públicas. Portanto, na Amazônia, as mudanças necessárias passam obrigatoriamente por essa reforma que para Mathis (2001, p. 133),

[...] É considerada necessária devido às exigências que a globalização dita a todos que têm responsabilidades para transformar o Brasil em um País competitivo. [...] Nesse sentido considera-se a reforma administrativa como parte e pré-condição de um processo de modernização (no nível federal) ou de desenvolvimento (no nível do estado do Pará).

As mudanças citadas anteriormente refletem diretamente na alteração das bases produtivas e econômicas da região, e, em consequência, do processo de industrialização que eleva as necessidades de lazer; assim como o apelo ambiental da Amazônia tem contribuído para que a procura pelo setor de turismo seja uma das atividades produtivas previstas nos programas de desenvolvimento propostos para Amazônia nos últimos trinta anos. Autores como Rocha (1997), Figueiredo (1999), Cruz (1999), e Pinto (2007) analisam tais programas e ressaltam a inclusão do turismo enquanto alternativa econômica viável para região.

O desenvolvimento do turismo não escapou deste processo excludente de políticas públicas setoriais, pois, a partir do ano de 1960, foi implantada no Brasil a política nacional de turismo é implantada no Brasil com a criação da EMBRATUR, e o lançamento do primeiro PNT, seguindo o modelo de uma política centralizadora. Com a questão do desenvolvimento do turismo emerge a necessidade da reflexão quanto a verdadeira possibilidade de elevação da qualidade de vida das populações. Segundo Becker (1996, p. 186):

E aí se coloca para nós a questão de saber se o turismo pode se transformar num vetor de desenvolvimento, capaz de realizar a passagem para um novo modo de produzir sustentável, saindo daquela ótica do desenvolvimento rápido a qualquer preço. E também ser um vetor de desenvolvimento dentro dos parâmetros do novo modo de produzir que considera a natureza; que

poupa recursos. Na verdade, o novo modo de produzir tem uma preocupação social, enfim traga benefícios para as regiões.

Os Planos de Desenvolvimento do Turismo para Amazônia foram criados através por equipes técnicas, sem iniciativas de definir os projetos por meio da ação comunitária, fato que talvez tenha contribuído para o fracasso dos mesmos nas últimas décadas. A SUDAM foi a responsável pela elaboração desses planos, principalmente nos anos de 1980 e 1990. A SUDAM tentou estabelecer diretrizes e estratégias com vistas à implantação de infra-estrutura turística, equipamentos e serviços turísticos, investindo recursos através dos fundos de desenvolvimento, como Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), e do Banco da Amazônia (BASA), com o Fundo Constitucional do Norte (FNO), este com especificidade de ação no ecoturismo.

Entretanto, observou-se ao longo de vários anos de trabalho, que o turismo na Amazônia constitui suas referências iniciais de maneira completamente desarticulada da política regional de desenvolvimento, pois as primeiras questões discutidas sobre o tema não partiram de um plano ou programa estruturado e pensado pelos órgãos que trabalhavam na época o planejamento regional. Os levantamentos demonstram que eventos isolados, como a 1ª Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia – O Turismo no Pará, ocorreu por iniciativa do Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico do Pará (IDESP), que envolveu as cidades de Manaus e Belém, sem seguir diretrizes preestabelecidas pelos órgãos de desenvolvimento regional. A legislação que normatiza o turismo no Pará,

Autoriza o Poder Executivo a conceder favores fiscais a empresas consideradas de interesses para o desenvolvimento das atividades turísticas e dá outras providências”, ainda o Decreto Lei N.º 7081 de 1/06/1970 e “cria o Departamento de Turismo – DETUR – e dá outras providências”, há ainda a Lei Municipal N.º 6822 de 15/07/1970 que “Autoriza a concessão de estímulos fiscais a indústria turística e entidades similares”(PARÁ, DECRETO,1957).

Autores diversos como Barreto, (1991), Beni (2006), Swarbrooke (2000), Dias (2003), Cruz (2000) e Braga (2007) estudam o papel das políticas públicas no planejamento do turismo em nível nacional e internacional. Enquanto que, Nascimento (2006), Rocha (1997), Campos; Pinto; Simonian (2007) têm assumido o compromisso de estudar e explicar o processo de planejamento regional do turismo e os seus reflexos nas políticas públicas deste setor nas comunidades envolvidas. Esses estudos analisam, na região Amazônica, espaços turistificados e que se propõem a desenvolver o turismo sustentável, porém o que se observa é a ausência de

políticas públicas nestes espaços e não envolvimento das comunidades no planejamento e desenvolvimento, relegando os princípios éticos e de participação dessas comunidades.

Ao tecer críticas sobre as propostas de políticas públicas para a Amazônia, Simonian (2007, p. 33), enfatiza que essas propostas não indicam uma preocupação mais adequada aos critérios que definem sustentabilidade revelando duas instâncias importantes nessa direção,

[...] a afirmação relativamente recente do presidente do Brasil no sentido de que a política de conservação da floresta amazônica não deve engessar o desenvolvimento da região; e a política de privatização de florestas via contratos de duração longa de exploração madeireira a incidir em certas Unidades de Conservação.

Simonian (2007) prossegue enfatizando sobre a problemática do turismo na Amazônia, como um segmento do setor terciário da economia em que o setor privado tem dominado, apesar de denúncias relatadas por estudos recentes. Observa, ainda, que a perspectiva das políticas públicas tem sido limitada, principalmente a se pensar em um turismo de bases comunitária e sustentável.

Segundo Endres (1999), mesmo sem a atividade turística ter sido considerada como prioridade pelo governo, algumas iniciativas localizadas foram realizadas, principalmente no setor hoteleiro, através de incentivos fiscais. Porém, foi com a implantação dos grandes projetos na região que propiciou uma demanda maior de turistas ao Pará e, conseqüentemente, à Amazônia. Entretanto, os processos de desenvolvimento nacional e regional, nas últimas décadas passaram por diversas fases de mudanças principalmente face aos imperativos da globalização e modernidade nos sistemas de produção e desenvolvimento mundial. Os novos paradigmas de desenvolvimento têm sido diretamente influenciados e resultantes de outros paradigmas, como a globalização e o processo de modernização da sociedade.

O modelo de desenvolvimento implantado na América Latina, com forte orientação política da CEPAL, tinha na industrialização sua condição de crescimento nacional e suas perspectivas de equilíbrio inter-regionais. Entretanto, os resultados demonstraram pouco sucesso, haja vista o aumento dos desequilíbrios inter/intra-regionais e a rigidez tecnocrata de planejamento excluindo qualquer participação popular (BOSIER, 1989; RODRIGUES, 1981). Ainda, há os danos socioambientais nas regiões objeto de intervenções desta política de desenvolvimento, dos conflitos pela posse da terra e do aumento do desemprego em países da América Latina.

Para refutar esta noção de desenvolvimento industrial capitalista, busca-se um modelo que possibilite condições de garantir o aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de forma que este uso não degrade ou extermine os recursos. Porém, antes mesmo de se chegar a esta concepção de desenvolvimento no turismo, em que os recursos culturais e naturais são garantidos, o setor de turismo enfrentou a influência de um desenvolvimento capitalista de caráter economicista. A concepção de desenvolvimento implícita nos estudos do turismo, têm sido ao longo de aproximadamente, três décadas, em específico no enfoque econômico, cuja base teórica tem na economia clássica sua explicação e idéia de desenvolvimento. No entendimento de Hall (2004), o turismo relaciona-se ao processo de acumulação, de lucro e das várias possibilidades de extrair dos recursos naturais às riquezas e matérias-primas, sem levar em conta a equidade social, econômica, a justiça e a qualidade de vida.

A crise da economia mundial provocou a elaboração de estudos relativos a um modelo de desenvolvimento que fugisse da rigidez fordista, haja vista o desemprego, os níveis de exportação em queda, e os baixos índices de desenvolvimento registrados em vários países. A globalização exige um novo paradigma que tenha em seu escopo a flexibilização econômica e uma saída para a crise. No que se refere ao turismo, além do paradigma “sustentável” surge, segundo Fayó-Sola (1996) em alguns documentos da OMT, a Nova Era do Turismo, que prima pela competitividade a fim de atingir o desenvolvimento em espaços turísticos.

Autores como Possas (1996) e Porter (1989) acreditam que a competitividade aliada a uma ambiência entre os agentes econômicos, estimula a criatividade e a inovação, o que pode ocasionar o desenvolvimento do setor produtivo nacional. É nesta base teórica que o novo documento PRT (Roteiros do Brasil) elaborado pelo MTUR foi formulado e direcionado às diversas regiões do Brasil. Neste contexto, o turismo vem buscando novos espaços de inserção no sistema produtivo de vários países, contendo uma base teórica mais elaborada e persuasiva em que o neoliberalismo econômico faz parte da política econômica da maioria das nações querem por pressão ou interdependência política e econômica. O meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004) reestruturou as atividades produtivas. E, principalmente, a geração de emprego e renda, as relações de organização de trabalho, e no caso do turismo, uma nova concepção de planejamento e gestão da atividade no que tange a competitividade entre países e regiões.

Com o crescimento da oferta dos produtos turísticos, verifica-se um aumento da competitividade pela demanda (os turistas) e, por conseguinte, uma redefinição dos fatores de desenvolvimento e de competitividade. Nestes termos, acirra-se a diferenciação e a

concorrência entre as regiões, haja vista que a OMT, através de sua política, vem recomendando o desenvolvimento do turismo inserido nos novos parâmetros de competitividade. Desse modo, a qualidade do serviço, a diferenciação do produto turístico, a imagem do destino, segurança, a qualidade ambiental do destino turístico passam a serem fatores importantes na busca de vantagens competitivas no turismo, forçando as regiões e empresas do setor turístico a buscar inovações de seus produtos face às exigências da demanda.

A OMT tentando diferenciar o planejamento, do modelo anterior, adota alguns fatores de competitividade turística, que são: fidelização dos clientes, satisfação dos clientes, identificação das expectativas dos clientes, *marketing* apropriado à demanda, o papel da administração pública em fomentar a competitividade do setor. Neste sentido, as estratégias adotadas priorizam as exigências e necessidades da demanda, o que torna as empresas e regiões os receptadores da lucratividade a longo prazo. Por outro lado, a depreender-se da OMT (1998), há necessidade de coadunar as vantagens comparativas das regiões, principalmente os recursos naturais e ações que possibilitem a criação de um valor agregado, em termos de inovação e qualidade, dos serviços turísticos no paradigma da competitividade.

Em âmbito nacional a metodologia dos pólos de desenvolvimento permeou o setor do turismo, que considera a noção de que o espaço turístico está aliado à atuação das empresas e parques industriais, havendo irradiação do desenvolvimento aos demais espaços do entorno, assim como, aos demais setores produtivos. Esse modelo foi aplicado ao campo do turismo os chamados pólos turísticos, inicialmente em nível nacional e, depois, os estados adotaram o mesmo modelo em seu planejamento. Segundo Petrocchi (2001, p. 37), os pólos são fenômenos há muito existentes: representam a reunião de empresas em uma mesma região, voltadas para a produção competitiva de determinadas linhas de produtos. Segundo este autor, Porter, considerado guru mundial do marketing, elaborou o conceito de *cluster*, traduzido por aglomerados, ou pólos de empresas, privilegiando a localização geográfica como fator relevante em questões de produtividade/competitividade.

É comum, no turismo, os teóricos do planejamento utilizar os dois termos, pólos e *clusters* para o desenvolvimento metodológico de estratégias e ações de implementação de políticas públicas, pois em Petrocchi (2001, p. 38), os sistemas turísticos desenvolvem-se no entorno físico de cenários naturais, ou históricos, ou urbanos, ou culturais ou de lazer, isolados ou combinados. Estes se expandem sempre no entorno de atrativos turísticos, constituindo-se em aglomerações geográficas de empresas, isso por estarem perto uma das outras. Essas aglomerações possibilitam algumas vantagens para as empresas envolvidas,

como mão-de-obra disponível, proximidade de fornecedores especializados e facilidades para as relações comerciais.

De acordo com Michael Porter (1999 apud PETROCCHI 2001, p. 38), pólos (*clusters*) são:

Concentrações geográficas de organizações e instituições de certo setor, abrangendo uma rede de empresas inter-relacionadas e outras atividades importantes para a competitividade. Eles incluem suprimentos de insumos especializados, tais como componentes, maquinários e serviços, além de fornecedores de infra-estrutura especializada. Muitas vezes, também, os *clusters* permeiam os canais de distribuição e os consumidores, envolvendo paralelamente os fabricantes de produtos complementares e as organizações responsáveis por normas técnicas, tecnologia ou insumos comuns. Muitos clusters (como é o caso do turismo) incluem instituições governamentais e outras, como universidades, institutos de normas técnicas, celeiros de idéias, empresas de treinamento e associações comerciais que provêm treinamento, educação, informação, pesquisa e suporte técnico especializado.

No entendimento de Beni (2001, p.152) *cluster* é “[...] uma aglomeração competitiva, um pólo consolidado com forte interação entre as empresas, estendendo-se verticalmente, a jusante, e a montante, lateralmente, e comportando entidades de suporte privadas e públicas, com coesão social e política”. Com base nesse conceito de clusters e pólos é que as políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Brasil, na década de 1990, e início de 2000, definiu suas ações e estratégias de planejamento, seguindo orientações do MTUR, e sendo replicado para os estados e municípios, a exemplo das Secretarias de Turismo do Ceará, Maranhão, Pará e Amapá. Entretanto, a partir de 2003, o Brasil entra em outra conjuntura, sob os auspícios de uma política que tem como prioridade a inclusão social e a descentralização, concepções que mudam a configuração da política nacional de turismo, principalmente com a criação do Ministério do Turismo, até então inexistente no país, apesar de reivindicação antiga do setor empresarial e das organizações sociais do turismo, e que é criado sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A noção das dimensões territoriais do país e as diferenças regionais, é que norteia e define a política de turismo e ações que tenham como princípio a participação da sociedade civil organizada, na esfera pública e privada, destacando a necessidade do compromisso e coresponsabilidade. De acordo com BRASIL (2009, p. 81),

Uma das propostas é desconcentrar a oferta turística em direção ao interior do país, saindo da quase exclusividade do litoral e incluindo novos destinos, seja para o mercado interno como para o mercado externo, cada vez mais

ávido de novidades. A diversificação da oferta além do convencional denominado “sol e praia” envolvem o turismo cultural, esportivo, meio ambiente, de negócios e eventos (nas grandes cidades) e os diversos segmentos que formam a dinâmica do turismo atual.

Para garantir a aplicação desses princípios, em 2004 o MTUR lançou o Programa de Regionalização do Turismo/Roteiros do Brasil (PRT), apresentando uma nova perspectiva da atividade turística por meio da gestão descentralizada, estruturada com flexibilidade, articulação e mobilização (BRASIL, 2001). De acordo com Nascimento (2009, p. 41),

Atualmente, o planejamento do turismo segue esse enfoque regional. Entretanto, a partir do ano de 2003, este transcende a fronteira dos municípios. Agora o foco é a região turística, proclamada no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil (BRASIL, 2003, 2004b). E entendida como o “[...] espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território” (BRASIL, 2004b). Para Beni (2006), a regionalização turística avança o espaço turístico de maneira dinâmica e flexível.

Observa-se que as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, ao longo das últimas quatro décadas, têm priorizado os grandes investimentos, o capital internacional, relegando os agentes sociais locais, à margem dos processos de decisão, tanto no que concerne às ações do poder público, dos agentes econômicos ou das possibilidades de crédito, escoamento de mercadorias ou acesso a satisfação de suas necessidades básicas, como trabalho por exemplo. O modelo econômico destinado para Amazônia negligenciou as peculiaridades regionais, adotando sistemas agroindustriais, que geraram graves problemas para as populações amazônicas.

Em aspecto geral, a política pública de turismo não foge a essa realidade, quando vários documentos oficiais apontam o mercado turístico na Amazônia com grande possibilidade de investimentos e lucros, haja vista o número crescente do fluxo turístico para a região. Os empresários são incentivados a implantar projetos, os mais variados possíveis na Amazônia, através dos incentivos fiscais que os órgãos oficiais e bancos proporcionam. Alguns ramos são citados, como *lodges*, hotéis flutuantes, empreendimentos em Unidades de Conservação, hotéis de selva, centro de pesca e de mergulho, entre outros (BRASIL, 1992, 1995).

É assim que o poder público e o mercado, unidos, pensam o turismo para a Amazônia, utilizando o planejamento turístico como ferramenta que vai servir a expansão do capital, agregando valores técnicos e políticos, a serviço dos grandes empresários. Enquanto que os

pequenos empreendedores e comunidades caboclas, ribeirinhos, índios, negros, são excluídos do processo, contribuindo assim, para que o ciclo da pobreza e da exclusão se recrie e perpetue nas comunidades amazônicas.

O conceito de políticas públicas requer “propostas, planos, metas definidas a partir de estrutura de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e à sociedade” (SIMONIAN, 2000, p.14), assim, as ações voltadas ao turismo podem ser definidas, como “conjunto de decisões que expressam condutas a serem adotadas para a materialização de uma dada atividade, ou seja, são as diretrizes que orientam o desenvolvimento do setor turístico” (ROCHA, 1997, p. 164). Porém, está claro que as políticas públicas permeiam diferenças, complexidades, contradições, não tem o sentido da harmonia, pois é através da complexidade inerente às políticas públicas que o sentimento aparente da harmonização é desfeito, assim, para Azevedo (1994, p. 251),

As políticas públicas visam alcançar objetivos que não são harmônicos nem coerentes entre si, e que se transformam com a dinâmica da própria sociedade e com as trajetórias das agências públicas encarregadas de implementá-los.

Neste contexto de complexidade, competitividade e inovação tecnológica é que este estudo analisou as ações governamentais de turismo no Brasil e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. Por ser área de fronteira internacional, necessitou de uma análise mais aprofundada, principalmente por estarem em regiões periféricas, tanto no que diz respeito ao município do Oiapoque em relação à capital, Macapá, e a cidade de Belém, em relação a capital federal, quanto a comuna de São Jorge e Camopi, em relação à Caiena e a metrópole francesa, a França. Essa análise exigiu um olhar sobre as ações governamentais de desenvolvimento e turismo, sobre o entendimento de desenvolvimento e fronteira, e mais pontualmente sobre a configuração da variável turismo de fronteira.

2.3 FRONTEIRAS – TERRITÓRIOS DINÂMICOS E COMPLEXOS

As questões contemporâneas das áreas de fronteiras não são tão díspares em relação às do século XVII. O que se percebe é a falta de prioridade por parte do Estado para o ordenamento, planejamento e desenvolvimento de tais áreas, principalmente na Amazônia brasileira. Porém, para entender com mais clareza as contradições sociais, políticas, econômicas e culturais das fronteiras, importa que se analisem seus princípios conceituais, os aspectos que norteiam a dinâmica do desenvolvimento de tais áreas e as suas perspectivas locais, regionais e nacionais. E isto com vistas à cooperação e relação internacional, no caso entre Brasil e Guiana Francesa.

2.3.1 Fronteira e turismo na Pan-Amazônia

Historicamente, as classificações das fronteiras políticas internacionais têm sido ao longo dos séculos, tema de discussão exaustiva por estudiosos, técnicos e governos que necessitam definir geopoliticamente seus Estados. Segundo Steiman (2008), é possível encontrar inúmeras classificações e tipos de fronteiras e suas peculiaridades, sendo que a mais conhecida delas é a classificação de fronteiras em naturais e artificiais. Autores como Geiger (1993), Oliveira (2008), Coelho (1992) e Drosdoff (1986) analisam a origem histórica desse conceito, sua classificação e o entendimento dos termos que são derivados dessa compreensão, como zona de fronteira, faixa de fronteira e limites. Para Oliveira (2008), a idéia de fronteira como se conhece hoje surgiu com o *limes* romano. Porém, é de explicitar-se que esse *limes* não era uma linha e sim uma sucessão de fortes atrás dos quais se situava a maioria das legiões romanas.

Este mesmo autor continua fazendo outras considerações quanto ao surgimento das fronteiras, e ressalta a Muralha da China, iniciada e construída pela Dinastia *Ch'in*, por volta de 220 antes de Cristo, como modo de conter as ameaças de invasão dos povos do Norte. No século XIV, a palavra *frontière* é associada à *linha de frente* militar em oposição à *retaguarda*, o que pressupõe dois adversários frente à frente, em ambos os lados de uma linha que os separe (OLIVEIRA, 2008). Oliveira (2008, p. 14) prossegue citando Friedrich Ratzel, que diz,

A fronteira é função de um duplo movimento entre dois povos: é um meio-termo, organismo periférico que avança ou recua dando a medida da força ou da fraqueza da sociedade que limita. Em sua obra *Geografia Política*, de 1897, o autor argumenta que se deve considerar as fronteiras não como simples linhas ou divisórias, e sim como instrumentos vivos. Ao elaborar as *Leis do Crescimento Espacial do Estado*, Ratzel aponta que as fronteiras são o suporte e a fortificação de seu crescimento. Assim como o sueco Rudolf Kjellén, Ratzel entende a fronteira como a “epiderme do Estado”, sempre se constituindo em áreas geopoliticamente sensíveis. A fronteira aparentemente rígida não seria mais do que a detenção temporária de um movimento.

A interpretação da fronteira pela geografia predominou até meados do século XX, tanto que as principais referências bibliográficas disponíveis são de estudiosos desse campo de estudo. Em Oliveira (2008, p. 14), observa-se a citação de duas obras fundamentais para o entendimento do significado de fronteiras, a de Vallaux e a de Turner.

No que respeita a esse último, ele sofreu muitas críticas por ter produzido a concepção de territórios “vazios”, em “estado natural”, como segue,

Na obra *Géographie Sociale: Le sol et l'État*, de 1911, Camille Vallaux assinala que as fronteiras devem ser concebidas mais como *zonas* do que como *linhas* formais. A *zona-fronteira* constituiria uma área destinada simultaneamente às *inter penetrações* e às *separações* entre os Estados. As *interpenetrações* estariam associadas a aspectos econômicos como a circulação de mercadorias. Já as *separações* estariam relacionadas a aspectos políticos como a definição de territórios sob jurisdição de diferentes Estados. Vallaux considera um equívoco falar-se em fronteiras naturais, posto que as fronteiras, mesmo quando referenciadas a aspectos naturais (como rios e montanhas), seriam essencialmente demarcações políticas decorrentes de conflitos e negociações entre Estados. Uma abordagem diferente é a apresentada por Frederick Jackson Turner, autor da obra *The Frontier in American History* (1920). Nesta obra o autor analisa a história da formação dos Estados Unidos da América por meio da *marcha para o oeste*. A expansão da fronteira teria sido possibilitada pela existência de terras livres e de legislações que incentivavam sua ocupação. Assim teria se constituído, de acordo com o autor, a democracia social e a perspectiva de prosperidade fundadoras da identidade estadunidense (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Ainda seguindo a análise sob a ótica da geografia, Oliveira (2008, p. 16) apresenta outros autores e obras importantes para o entendimento de fronteiras, Ancel e Raffestin, que contestam a visão dos autores anteriormente citados.

Nesta direção, Ancel (1938), ao publicar *Géographie des frontières*, questiona as visões puramente cartográficas e naturais das fronteiras. O mesmo segue afirmando que os elementos naturais não bastam por si só para configurarem fronteiras. Para o autor a fronteira é uma noção construída intelectual e socialmente, resultado do equilíbrio de forças entre sociedades diferentes. As fronteiras teriam, portanto, um caráter transitório, pois seriam

modificadas quando ocorresse uma alteração deste equilíbrio. Na obra de Raffestin e Guichomet (1974), *Géographie des frontières*, enfatizam que as forças das relações econômicas estariam se sobrepondo à rigidez dos limites fronteiriços.

Em *Pour une géographie du pouvoir*, Raffestin (1980) afirma que a definição das fronteiras não seria subordinada aos elementos naturais. Para ele, não haveria um ou outro aspecto que pudesse ser apontado como responsável absoluto pela definição das fronteiras entre países. Ao contrário, Raffestin defende uma abordagem que compreenda a complexidade das relações econômicas, culturais e sociais.

Assim, as forças sociais que atuam no território compartilham determinados projetos e colocam em prática estratégias com vistas a viabilizá-los (RAFFESTIN, 1980). Ao utilizar o conceito de tempo social vêem a fronteira como disjuntores de tempos desiguais, como evoluções econômicas não-paralelas, mutações não comparáveis na organização do espaço, ritmos desiguais. A fronteira não seria apenas um disjuntor espacial, mas para Guichonnet e Raffestin (1988 apud OLIVEIRA, 2008, p. 17), um disjuntor temporal.

Estes dois últimos autores citados por Oliveira (2008, p. 17), por suas experiências e estudos localizados no continente europeu propõem que,

O ideal seria que todas as fronteiras não interrompessem a circulação cotidiana de bens e pessoas, evitando-se disfunções como o contrabando e outros artifícios. Segundo os autores, fronteiras livres não significariam, contudo, homogeneidades irrestritas. Afinal, as especificidades culturais e sociais não deixam de existir devido às facilidades de circulação.

Além do entendimento das primeiras noções de fronteiras importa também abstrair as diferenciações entre limites e fronteiras, termos que são usados quase sempre como sinônimos, mas que guardam entre si diferenças fundamentais para o entendimento suas funções e usos recentes seja o uso político, cultural ou econômico.

Autores contemporâneos como Machado (1998), Geiger (1993), Steiman (2002) e Oliveira (2008), têm apresentado reflexões acerca desses entendimentos. Em Machado (1998), Steiman (2002) e Oliveira (2008), a palavra fronteira está associada ao *front*, o que está à frente. Eles consideram que a noção de fronteira surge não em função de um conceito legal ou essencialmente político ou intelectual. “Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado” (OLIVEIRA, 2008, p. 18). Ainda, “[...] na realidade, o sentido de *fronteira* era não de fim, mas do começo do estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir Machado” (1998, apud OLIVEIRA, 2008 p. 18).

Em relação à palavra limite, em Oliveira (2008, p. 18) tem-se que,

É uma palavra de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, com seu monopólio legítimo do uso da força física, capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos) e capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (MACHADO, 1998). Portanto, conforme aponta Machado (1998), a fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas) enquanto os limites são orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. O limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais (Machado, 1998).

A interpretação de limites e fronteiras elucida as questões existentes em torno da complexidade dos territórios de fronteiras no Brasil, pois aponta para questões política, ou seja, de Estado. Segundo Oliveira (2008, p. 19), que analisa a fronteira Brasil e Paraguai, “[...] o limite é um fator de separação entre o *meu* e o *teu*, a fronteira pressupõe a interpretação, a troca, o contato, a integração e o conflito entre diferentes projetos sociais e grupos de interesses. A fronteira tende a corromper o limite”.

Por sua vez, esse corromper ocorre quando esses projetos sociais de interesses mútuos ou não, interferem na vida cotidiana de quem habita em uma área de fronteira. Observa-se que não há muros físicos, barreiras ou até mesmo leis institucionalizadas que impeçam a integração humana e criem processos sociais e culturais entre os povos que habitam esses territórios. Ainda, na discussão sobre as tendências contemporâneas sobre as fronteiras, Coelho (2002) analisa-as nos continentes os mais diversos.

Nessa direção, a autora defende que a noção contemporânea é que permite identificar na concepção de fronteira não como “[...] uma linha que separa dois Estados, mas a *zona* ou área que se estende de cada lado da linha limítrofe, com especialidades e necessidades próprias” (COELHO, 2002, p. 10). E, prossegue,

A fronteira passa a ser, como se pode ver na Europa Ocidental, nas fronteiras da América do Norte, inclusive e, sobretudo nas dos EUA com o México, e mesmo nas fronteiras do Cone Sul da América do Sul, um recurso social e econômico, e um fator de integração. Passam a ser verdadeiras áreas-recursos, capazes de vistas dentro da perspectiva correta, propiciar

mecanismos importantes, se não fundamentais, para os processos interativos, em termos regionais e nacionais. [...] no caso das fronteiras, a visão nova e positiva que passa a caracterizá-las, em termos globais, pode ser facilmente visualizada com a queda do Muro de Berlim, episódio que, por sua transcendência, se projeta, por exemplo, na idéia de que segurança nacional se faz melhor por via da integração, do que por via do confronto. O Brasil vê essa noção posta em prática nas suas relações com os países do Cone Sul da América do Sul, a partir da gradual aplicação dos esforços de integração, consubstanciados no MERCOSUL. Na Amazônia, porém, ainda estamos aparentemente presos a conceitos envelhecidos. Neles, a fronteira é vista como um confim inútil, uma periferia – e, como tal, desprezível –, numa imagem simplificada onde os personagens são, como se disse, índios, garimpeiros e, de pontos em pontos, grupamentos militares, ali postados para “garantir a integridade nacional”.

Essa análise de Coelho (2002) caracteriza o cenário da fronteira Brasil e Guiana Francesa, para a qual se percebe a ausência de ações governamentais por meio de políticas públicas, do judiciário para garantir a aplicação das leis, da força policial mais ostensiva na tentativa de combater a ilegalidade e o ordenamento.

Na verdade, a região em questão está entre as regiões periféricas identificadas, tanto para o governo brasileiro quanto para o francês. Assim, passam a ser territórios sem lei, onde o submundo invisível dita as regras e controla as ações da população local, e por conta dessa complexidade é que surgem as tipificações, ou seja, ora se chama zona, ora região de fronteira. Na compreensão de Geiger (1993, p. 54), o termo fronteira se aplica tanto ao “[...] alargamento do ecúmeno, como a regiões avançadas de um país, cuja dinâmica econômica e social possa ser relacionada a progressos tecnológicos, seja a novas formas de organização social, ou, a ligações com outras formações sócio-econômicas”.

Ainda, Geiger (1993) apresenta quatro tipos de regiões, ou áreas de fronteiras, a saber:

- 1) As fronteiras que se apresentam como o lócus do novo ciclo econômico ou tecnológico;
- 2) As regiões do tipo fronteiras clássica, que dizem respeito ao povoamento de áreas de baixa densidade em atividades e populações;
- 3) Áreas geográficas que, por diferentes razões, foram deixadas de lado quando do avanço do ecúmeno, ou que declinaram, e estão sendo tomadas por um novo ciclo de desenvolvimento;
- 4) Regiões localizadas sobre limites de Estados, ou de outras unidades políticas e cujos desenvolvimentos são marcados por esta condição.

No caso da região em estudo, pode-se correlacioná-la com essas tipologias, pois é de densidade populacional baixa, foi *locus* de garimpo que atualmente é uma atividade em escala baixa, podendo ter outro ciclo de desenvolvimento como o turismo e, por fim, é uma região que está localizada em limite de Estados.

O conceito de fronteira tem sido nas últimas décadas, objeto de estudos, análises e discussões em diversos campos de investigação. Isto vem ocorrendo tanto na visão dos sociólogos, economistas, antropólogos, como mais recentemente, dos turismólogos. O conceito de fronteira é percebido como um processo de expansão das atividades produtivas, num determinado espaço, mantendo relação com sua totalidade, e imbricadas por contradições sociais, culturais e econômicas. Em seguida, discute-se a noção de fronteira sob a ótica de autores que a entendem, principalmente, com olhares socioculturais e políticos.

Na perspectiva sociocultural, segundo Ferreira (1988, p. 38), por fronteira entende-se: “O processo de ocupação de um espaço reputado vazio. O vazio pode ser tanto demográfico como econômico ou jurídico, e o espaço se encontra tanto na floresta amazônica, como nos cerrados ou em qualquer lugar do Brasil”. Há estudos, como os de Léna (1988) e Ferreira (1988), que explicam que a noção de fronteira acompanha a história do Brasil, ao que seguiram os processos de ocupação, tanto demográfico, como econômico, a exemplo dos ciclos econômicos ocorridos nas regiões do país, que apresentaram uma escala de expansão e desenvolvimento; depois, declinaram e deixaram saldos negativos diversos, mas que podem ser, ou não, absorvidos pelos processos seguintes, dependendo do ápice de desenvolvimento da fronteira em questão.

Todavia, segundo Léna (1988, p. 92), a fronteira apresenta,

O caráter histórico da fronteira no Brasil, sua importância fazem dela um fato social total, concreto, mas também político, ideológico e psicológico. Há uma dimensão cultural de fronteira. Ela é a expressão das características e das contradições da sociedade nacional como um todo, refletindo ao mesmo tempo também os interesses em jogo na economia internacional.

A mesma pode ser abordada de acordo com os interesses vigentes, sejam interesses que estejam além dos limites nacionais, o lugar para a dinamização do grande capital, de produção e reprodução do campesinato, podendo ainda ser abordada por sua especificidade geográfica, ecológica, ou como espaço “[...] periférico” (LÉNA, 1988, p. 89). Portanto, é um espaço contraditório na medida em que os recursos estruturais, políticos e de controle do sistema não apresentam condições de enfrentar os conflitos internos. De fato, esse é um sistema frágil e as instituições que o compõem não são instrumentalizadas o suficiente para organizá-lo a suportar as rupturas causadas pelos conflitos.

Becker (1998) apresenta a significância contemporânea da fronteira, suscitando o debate, primeiramente, para o entendimento de que é necessária uma definição de fronteira nova e mais abrangente, alcançando sua especificidade via das contradições e da

dinamicidade, e a relação com a totalidade de que é parte. A autora segue apresentando duas vertentes sobre os estudos de fronteira, a dos economistas, que defendem a funcionalidade da fronteira e a dos sociólogos e antropólogos na “terra liberta”⁹. Explica que em ambas, a fronteira é inicialmente concebida como *locus* da reprodução camponesa, seja por submissão ao capital, seja, ao contrário, por uma “lógica” camponesa anticapitalista.

Ainda para Becker (1998, p. 66), o significado novo de fronteira amazônica na contemporaneidade é interpretado a partir da inserção do Brasil no capitalismo global, ou seja,

Decorrente da nova escala da relação capital-trabalho tendo como referência a produção de um espaço planetário onde os Estados nacionais conservam suas funções de controle, hierarquização e regulação, e como base o espaço. Fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros, Tão pouco se restringe a um processo de colonização agrícola. Distintivo da situação de fronteira não é o espaço físico em que se dá, mas o espaço social, político e valorativo que engendra. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas.

Portanto, como espaço potencialmente gerador de alternativas, a fronteira amazônica tem sido alvo de investimentos de capital atendendo os interesses do Estado, através de projetos nacionais de desenvolvimento. Exemplares a respeito são os projetos de porte que, de acordo com Hebette (2004) foram implantados não para atender os interesses regionais e locais, mas o capital nacional e internacional. Autores como (ANDRADE, 2006; AROUCK, 2001; CASTRO, 2001; OLIVEIRA FILHO, 1979; SIMONIAN, 2005; STEIMAN, 2002) analisam o conceito de fronteira, enfatizando que o mesmo ultrapassa a dimensão da fronteira interna de um país. De fato, o mesmo implica a conexão entre Estados diversos, a partir de limites físicos.

Em seus estudos, Martins (1997) analisa a concepção de fronteira através de uma lógica sociológica e antropológica, onde o homem se encontra com o outro, com o desconhecido e passa a fazer parte desse contexto. Ele considera a fronteira como sendo um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que a disputa perdura visivelmente. Revela ainda o sentido da fronteira de forma em que esta não é espaço delimitado nem divisor de território, ou seja,

⁹ Terra Liberta – tratamento dado ao debate sobre a questão da fronteira por sociólogos e antropólogos.

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*.

Durante anos, considera-se que a Amazônia, na América Latina é a última fronteira em expansão, porém observa-se que esta tem sido objeto de movimentos diferenciados ao longo dos dois últimos séculos. Dentre esses, tem-se os movimentos de penetração que se registra com as drogas do sertão, até mais recentemente com a disseminação de movimentos sociopolíticos como os dos castanheiros, seringueiros e garimpeiros. Martins (1997) assinala que a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é, também, uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança.

Os processos de ocupação das fronteiras são semelhantes, sempre pela busca da expansão econômica, ocupação de territórios. São muitos os conceitos e entendimentos sobre esses espaços, Martins (1997, p. 157 apud NEIVA), argumenta que no Brasil é necessário,

[...] distinguir, no interior das fronteiras políticas do país, a fronteira demográfica e a fronteira econômica, esta nem sempre coincidindo com aquela, geralmente aquém dela. Isto é, a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica.

As fronteiras no Brasil possuem papéis estratégicos e políticos, pois estão sendo instrumentalizadas no sentido de avançar no combate às atividades ilícitas, além da importância central de interesse nacional e ainda reativando as relações transfronteiriças. Têm estabelecido as prioridades para o fortalecimento das relações internacionais. Como posto por L. Simonian (2010),¹⁰ essas são situações que evocam a presença do Estado, o que inclui a política internacional e é notadamente representativa na região do rio Oiapoque, na atualidade.

No sentido de uma atuação nessa faixa extensa há de se reconhecer a importância das diferentes condições geográficas, socioeconômicas, políticas e culturais, no grau de permeabilidade e vulnerabilidade das fronteiras amazônicas (BECKER, 2007). É o que se propõe neste estudo: o de reconhecer na fronteira da Pan-Amazônia oriental as diferenças existentes neste espaço, seus valores, dinâmica social, aspectos econômicos, políticos e

¹⁰ Conforme informação verbal em sessão de orientação, em fins de 2009.

ambientais, com ênfase para a complexidade que envolve a questão do turismo internacional na Panamazônia. Essa questão, por sua vez, revela a importância da política e, especialmente, do Estado em áreas fronteiriças, a exemplo da do Oiapoque, onde em parte, se realizou a pesquisa para esta tese.

Nesse sentido, é que as relações transfronteiriças são relevantes nessa análise, pois se trata do estudo de um espaço importante para as relações internacionais, visando a fronteira como um fator de integração, que segundo Becker (2007, p. 57),

[...] na medida em que é uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado de uma fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas. Caracterizam-se ainda as fronteiras, por serem locais de instabilidade e mutabilidade, onde podem surgir reações e conflitos de diferentes naturezas (nacionalistas, libertadores, econômicos etc.), a partir tanto das aspirações das populações que vivem nessas zonas, como de pressões externas. A presença do imprevisível é, assim, outro aspecto marcante da *Faixa de Fronteira*, para o que contribui a multiplicidade de atores e redes técnicas e políticas que nela incidem.

Assim como, a noção de fronteira política internacional, onde, não apenas os conceitos de limites, mas a discussão sobre o papel integrador e político das fronteiras faz-se importante neste estudo. Segundo Owen Lattimore (apud Retis, 2009) foi outro geógrafo norte-americano que estudou as relações entre fronteira e civilização, porém suas conclusões enfatizam a complexidade dos fundamentos sociais e culturais que regem as concepções políticas de fronteira. Prossegue analisando as condições políticas das fronteiras européias e norte-americanas, principalmente pelo desenvolvimento de políticas de integração entre as regiões fronteiriças, dando relevância para as questões socioculturais.

O uso e o tempo da fronteira são distintos, ao se considerar os dois lados antagônicos que estão presentes neste espaço, e no caso da faixa de fronteira norte, que corresponde à Amazônia Legal, limitando-se com sete países da América do Sul, esta distinção se faz presente de forma mais acentuada. Os antagonismos são visíveis, apesar de que geograficamente as condições sejam semelhantes, nesses 70% do total da área de fronteira terrestre do Brasil (BECKER, 2007), há disparidades. E elas estão centradas nas questões sociais, ambientais, econômicas, demográficas e política, com cidades mais dinâmicas no setor produtivo, seja por atividades legais ou ilegais, e outras apresentando condições abaixo do nível de desenvolvimento econômico, incapazes de garantir a sobrevivência das populações.

Nesse contexto, o turismo aparece como uma das alternativas de desenvolvimento econômico que pode contribuir para o aproveitamento racional dos recursos e o engajamento das populações locais em atividades econômicas produtivas, seja no grupo dos empregos diretos gerados pela atividade, ou indireto. O turismo, ao aliar-se aos princípios do desenvolvimento sustentável tem, em alguns casos, elevado as condições de vida de grupos de comunidades tradicionais e transfronteiriças, como os índios da fronteira de Roraima com a Venezuela e Guiana, Acre e Bolívia, Amazonas e Peru, Rondônia e Bolívia e Amapá e Guiana Francesa. O mesmo tem ocorrido nas regiões Centro-Oeste e Sul do país.

Belisário (2007) demonstrou que o desenvolvimento do turismo em Caldas Novas, no estado de Goiás, conformou um tipo específico de fronteira manifestada por uma zona pioneira distinta no Centro-Oeste, acarretando uma configuração singular naquela parte do território goiano. Propõe neste estudo que:

A região que compreende o município de Caldas Novas, ter sido envolvida pelas fronteiras da agropecuária e mineração, caracteriza-se por ter sido um dos primeiros palcos de surgimento e evolução de uma fronteira atípica para Goiás. Ou seja, nesta região surge com força o que se denomina aqui de fronteira turística, que extrapola o padrão da dualidade agropecuária/mineração (BELISÁRIO, 2007, p. 53).

A fronteira amazônica que até então foi desvelada por meio de estudos sobre a dinâmica do campesinato, seus modos de produção e uso da terra, da mineração através dos grandes projetos de desenvolvimento e/ou do aproveitamento hidrográfico, apresenta muito além desta interpretação. E por conta dessas avaliações, faz-se importante, segundo Paixão (2006), explicar, na contemporaneidade, outros modos de produção que tem levado às novas formas de ocupação do espaço, aos conflitos sociais, à dinâmica dos processos econômicos causados por fatores econômicos como o turismo.

Conforme Ramos, Carneiro, Costa et al (2003, apud BELISÁRIO, 2007, p. 2), a lógica capitalista conforma a existência de várias fronteiras que estruturam e desestruturam a configuração do território goiano. Por exemplo, além da fronteira agroindustrial, destacam-se as fronteiras automobilística, urbano-metropolitana, biotecnológica, telecomunicações e de turismo, entre outras. Turismo este em conformidade com os processos de ocupação da fronteira, não apenas enquanto limite divisor, mas enquanto espaço de relações conflituosas e dinâmicas, e que são detentores de recursos naturais e culturais, inerentes ao espaço e ao lugar. No caso em estudo, entre dois países com formação histórica e econômica dispares

como o Brasil e Guiana Francesa, mas que estão num ambiente geográfico similar, que é o Platô das Guianas.

Neste aspecto, afirma Cardoso de Oliveira (1999, apud BELISÁRIO, 2007 p. 51):

É assim que em ambos os lados da fronteira podem-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração.

Para Oliveira Filho (1979, apud ANDRADE, 2006), a “fronteira” é como uma ferramenta heurística aplicada a uma região concreta no intuito de melhor entender uma série de fenômenos com características comuns, supostamente devidos à situação específica de fronteira. Ainda segundo Andrade (2006, p. 4):

Atualmente, o território brasileiro limita-se com dez países e, entre, estes se tem a Guiana Francesa e o Suriname, que fazem fronteira com o estado do Amapá. E, como posto por Simonian (2005^a), em muitos pontos, as áreas limítrofes vêm se transformando em pólos de desenvolvimento e, também, de desdobramentos sócios ambientais no mais das vezes negativos, a exemplo da disseminação da malária.

As perspectivas ambientais e socioeconômicas da fronteira norte são muitas, não somente através do parâmetro dos benefícios, mas como Simonian (2005) discute, dos muitos desdobramentos negativos principalmente em relação aos aspectos socioambientais.

Assim, nas condições de fronteira, em especial as internacionais, evidencia-se os conflitos originados pela busca de melhores condições de vida, emprego e geração de renda, criando situações inaceitáveis de degradação humana. Exemplar, nessa direção, é o tratamento recebido pelos brasileiros ao entrarem ilegalmente na Amazônia Francesa (AROUCK, 2001; SIMONIAN, FERREIRA, 2005). Ainda segundo Arouck (2001), produziu-se estudos como os de Davis (1977) e de Velho (1976; 1972), que procuraram discutir, em linhas mais gerais e com grau de abstração teórica, o papel da fronteira, sua expansão, sua natureza e significado no âmbito do capitalismo contemporâneo.

Além dos estudos nacionais quanto à problemática inerente às dinâmicas do turismo em área de fronteira, como no caso dos estudos de Paixão (2005), sobre a problemática do turismo na fronteira Oeste do Brasil. De Nogueira (2007), que analisou os processos de ocupação da região das Missões Jesuítica - Guarani e sua contribuição para que a mesma tenha se constituído hoje, em uma “Região Turística Transfronteiriça”. E de Steiman (2002) que objetivou traçar o perfil dos municípios da fronteira norte e analisar as relações espaciais

das cidades de Tabatinga, no estado do Amazonas e Letícia, no Departamento do Amazonas, na Colômbia.

Recentemente, tem-se uma produção sobre turismo em áreas de fronteira internacional, o que remete à relação entre os conceitos de fronteira e de política. Por exemplo, Gomes (2007) analisou as condições do turismo comunitário em áreas de proteção ambiental na fronteira Brasil e Guiana Francesa, precisamente, no Parque Nacional do Cabo Orange. Por sua vez, Irving (2006) que contribuiu para discussão da perspectiva do turismo sustentável em áreas protegidas de fronteiras, o Parque Nacional do Cabo Orange e Tumucumaque, enfocando duas lógicas distintas de desenvolvimento em face da fronteira internacional entre Brasil e Guiana Francesa. Também, Quaresma (2009) realizou pesquisas no sentido de analisar a situação do turismo na tríplice fronteira Brasil, República da Guiana e Venezuela em áreas indígenas, no território do Monte Roraima.

Há os estudos que partem de abordagens dos espaços internacionais fronteiriços. Ressaltando-se os de Camarata (2002) que abordam o fenômeno do turismo no Paraguai, na região das Missões. Esta análise enfoca o espaço transfronteiriço no contexto do desenvolvimento de novas práticas sociais que dão origem ao conjunto de atividades como fonte da turistificação, ou, como se origina e desenvolve um lugar turístico para poder caracterizar a produção, o uso e o consumo do espaço. Destaca-se ainda Zuluaga (2007) que apresenta o turismo como alternativo para o desenvolvimento da fronteira Pan-Amazônica, Brasil, Colômbia e Peru, no que tange às áreas de fronteira com o Brasil. E os de Mendonça (2000) que analisa a fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, enfocando a problemática ambiental e turística que envolve o Parque Nacional de Iguazu, no Brasil e Iguazú na Argentina.

Ainda, na América do Sul, mais precisamente na fronteira sul e centro-oeste do país, há estudos que demonstram e caracterizam a dinâmica das fronteiras quanto aos fluxos migratórios, turísticos e culturais. Em Gatti, Silva, Alessandra Sobrinho (2009) analisam o turismo internacional através da diversidade econômica e social da fronteira entre Brasil e Bolívia, avaliam o potencial turístico das regiões bilaterais e apontam propostas de cooperação para o desenvolvimento de políticas públicas para a região. Gatti, Silva, Sobrinho (2009, p. 18) ressaltam que, “[...] cabe ao governo dos países envolvidos, no caso o Brasil e a Bolívia, estimular e favorecer o intercâmbio turístico-cultural de forma ordenada e voltada para o desenvolvimento sustentável de ambos”.

Na mesma direção, Bauducci Junior, Lambert e Martins (2006, p. 22) fazem reflexões a respeito de uma centralidade nova decorrente do Turismo de Compras na fronteira Brasil –

Paraguai, cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, respectivamente. Primeiramente, discutem os conceitos de Turismo de Fronteira, Turismo de Compras e em seguida analisam a dinâmica da região. A respeito, trabalham o uso do espaço pelo turismo, que dá a eles novos significados, “o espaço então, passa a ter novas funções e a sofrer interferências com novas relações de produção como o turismo”.

Em caráter mais abrangente, Pebayle (2008) analisa as regiões fronteiriças e o projeto de integração do MERCOSUL, à luz das experiências regionais da Comunidade Econômica Européia (CEE). O mesmo faz essa análise a partir de três aspectos: “[...] a organização espacial atual das regiões fronteiriças; a nova problemática fronteiriça gerada pelo MERCOSUL; e as chances de sucesso, a médio e a longo prazo, do novo grande mercado nos espaços periféricos que constituem atualmente as regiões de fronteira dos quatro países em questão” (PEBAYLE, 2008, p. 8). Esse estudo vai ao encontro da proposta desta pesquisa, pois ao definir como parâmetro de análise o processo de desenvolvimento em regiões fronteiriças, especialmente entre Brasil e Guiana Francesa objetivou-se elucidar de que forma esse mercado transfronteiriço, e com a construção da ponte binacional contribuirá para a reorganização espacial e das funções econômicas e socioculturais dessa região.

Para elucidar ainda mais os estudos realizados na região do cone sul, da América do Sul, Gallero (2006) resume que as fronteiras, os movimentos migratórios e os turísticos se entrelaçam em múltiplas formas, retroalimentando-se mutuamente. Enfatiza que os vínculos entre os movimentos migratórios e o turismo não são novos, mas na atualidade se acentuam por conta da flexibilidade do capitalismo e da globalização. Sua análise parte da realidade do Uruguai, demonstrando que neste país o fluxo turístico ocorre, preponderantemente, em áreas de fronteiras, além de que muitos cidadãos uruguaios residem em outros países, sejam limítrofes ou não, e que a cada ano retornam em visita a parentes e amigos, sendo estes computados nas estatísticas do turismo.

Em países como Portugal, Espanha, México e Estados Unidos da América, tem-se aprofundado as questões inerentes à dinâmica local das fronteiras e suas repercussões no campo do turismo. Nos casos de Portugal e Espanha, o destaque é para os estudos de Cavaco (1995), Gonçalves (2004), Garrinhas (2004) quanto ao entendimento conceitual, teórico e institucional do termo fronteira, além da representação histórica que esse espaço, ao longo de séculos, tem sobre o desenvolvimento e a dinâmica local das localidades que estão nessas áreas. Ainda, fazem referência às atividades econômicas diversas que tendem a se encaixar no âmbito das fronteiras, ressaltando que o turismo se apresenta como elemento que agrega valor a diversidade cultural e ambiental desses espaços. No geral, esses estudos procuram

apresentar as dinâmicas diversas, difusas e desigualmente distribuídas no tempo, com a elaboração de um diagnóstico das potencialidades e estrangulamentos do desenvolvimento dessas regiões.

Sob um prisma mais geral, Dosdoff-Bolognesi (1986) realiza um estudo analisando a classificação tipológica dos casos de integração fronteiriço na América Latina, especialmente o caso da fronteira brasileiro-paraguaia, verificando a delimitação, as características das atividades de produção e serviços, as ações, os programas e os projetos de desenvolvimento propostos, assim como, o marco legal e institucional utilizado. Em Menezes (1999) analisam-se as regiões de fronteiras em sua realidade urbana, realizando estudos em três cidades da Amazônia, e que estão em fronteiras internacionais, que é fronteira tríplice Tabatinga, Tefé (localizadas no alto e médio rio Solimões) e São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro. Sendo que esta borda conforma uma dupla fronteira tríplice do limite internacional do Brasil com Venezuela e Colômbia e do Brasil com Colômbia e Peru.

Mais especificamente nesta área em estudo observou-se que há análises para elucidar os problemas encontrados na fronteira norte do Brasil, especialmente entre Brasil e Guiana Francesa. Essa região foi estudada na tentativa de explicar as mudanças e usos político territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). Os autores demonstraram a importância geopolítica da região, explicando os novos rumos que o conceito de fronteira vem tomando nas últimas décadas, em Silva; Ruckert (2009, p. 12),

Novos cenários inserem-se, então, na atual conjuntura econômica mundial e regional que impõe mudanças das noções de fronteira, de modo a tornar mais *flexíveis* os conceitos de “fronteiras de contenção” e “fronteiras de separação”. Estas mudanças tendem a reforçar as características fronteiriças atuais como áreas de transição, de interface e/ou comutadoras entre países vizinhos.

Os recursos existentes, destacando-se os bens econômicos, como madeira, recursos hídricos, minério, entre outros fatores de preocupação da abertura da fronteira amazônica para o adensamento de fluxos turísticos internacionais. Porém, a população local é carente de políticas de desenvolvimento que garantam sua sobrevivência.

Nesse estudo, a área em questão será chamada de Amazônia Francesa, o que compreende o território da Guiana Francesa, e Amazônia Brasileira, no território do Brasil. No entendimento de Foucher (2000), a definição de fronteira é polissêmica, e nesta tese é tratada como uma área em constante expansão, muito além do entendimento de mero limite entre duas nações, apoiando-se na compreensão de Coelho (1992). Precisamente, nas últimas

décadas, esse conceito tem alcançado uma evolução muito intensa, “[...] não apenas em seu sentido estrito, mas em função de sua aplicação a fenômenos marcadamente contemporâneos, tais como a formação de blocos econômicos” (SILVA; RUCKERT, 2009). Nesse caso, trata-se do desenvolvimento do turismo em faixas de fronteiras internacionais.

A atividade turística sendo trabalhada sob os auspícios do desenvolvimento social, e enquanto um fator de integração de ações cooperadas contribui para a superação das diferenças visíveis em função das assimetrias existentes, principalmente. Ainda, neste contexto são relevantes as questões culturais que no turismo são fundamentais para o desenvolvimento de ações integradas e para o fortalecimento das relações transfronteiriça, que para RETIS, 2010,

As assimetrias e diferenças de gradiente são a fonte do dinamismo dos espaços fronteiriços. Não apenas as assimetrias econômicas têm efeitos sobre as regiões fronteiriças. A interpenetração de culturas que lhes é peculiar, com seu bilingüismo e costumes próprios, é em muitos países explorada para o turismo. Levando-se em consideração que a maior parte dos turistas são habitantes de grandes cidades, o isolamento das regiões de fronteira permite paisagens mais preservadas que podem funcionar como um atrativo importante, especialmente se ela estiver próxima a áreas fortemente povoadas (MIOSSEC apud PRADEAU, 1994). As assimetrias culturais, por outro lado, podem gerar efeitos negativos para as transações transfronteiriças. Na fronteira entre Estados Unidos e México, os persistentes estereótipos culturais do "anglo-saxônico prepotente e dominador" e do "hispânico preguiçoso e ignorante" são fatores limitantes do processo de integração.

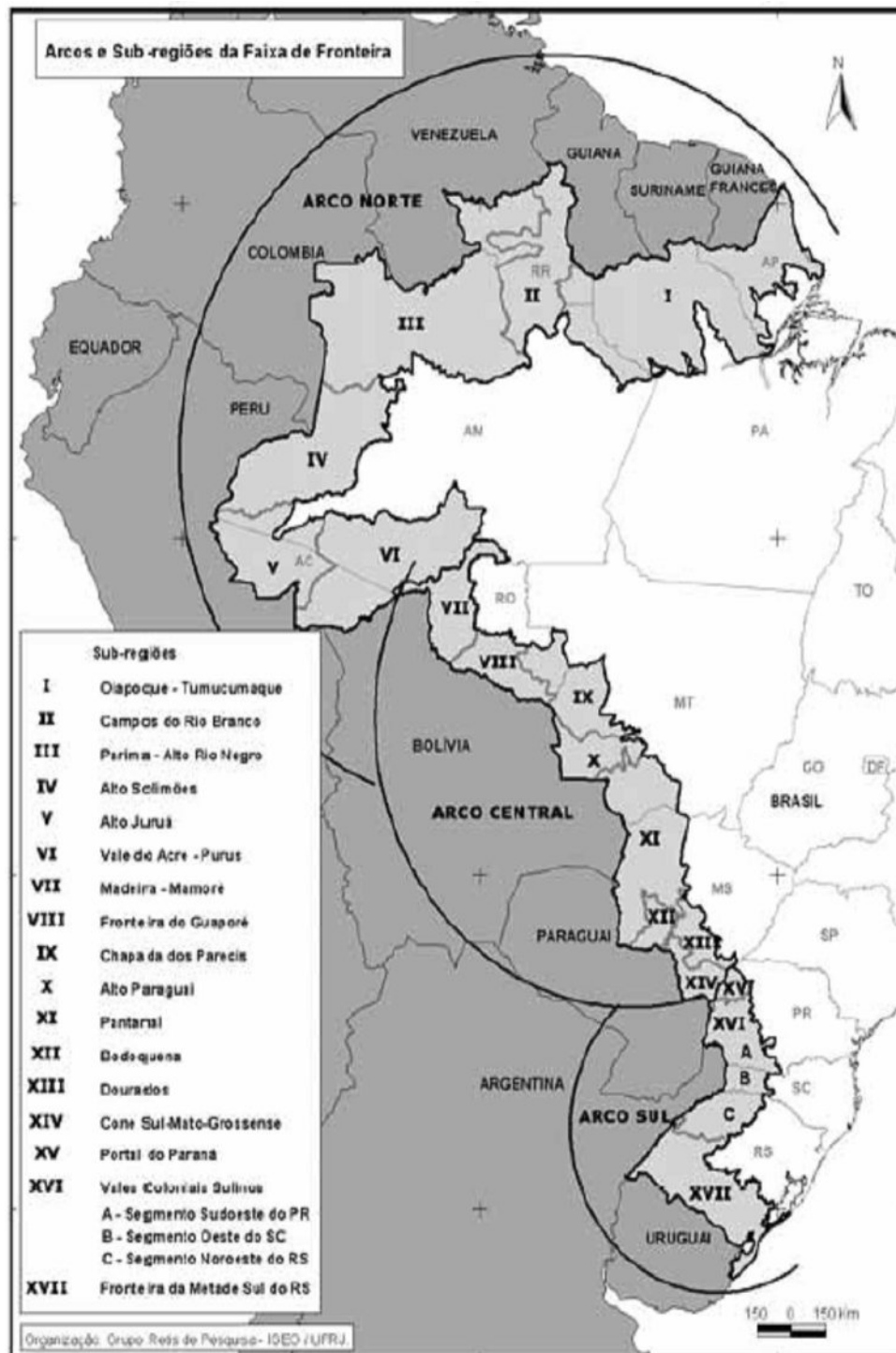
Assim, com base no aporte teórico e na pesquisa de campo este estudo propõe a confirmação da tese de que o turismo de fronteira é um segmento apresentado enquanto instrumento de desenvolvimento regional e que contribui para a dinâmica de ações de cooperação internacional entre os países da Panamazônia. Mas neste estudo, especialmente quanto ao Brasil e à Guiana Francesa, priorizou-se o questionamento quanto à existência de políticas e ações governamentais de desenvolvimento do turismo considerado pelos dois países. Assim, é de se questionar: por que, a considerarem-se os avanços nas discussões sobre turismo e fronteira, é importante apresentar um conceito de Turismo de Fronteira, enquanto tipologia do turismo?

3 PERSPECTIVAS AMBIENTAIS, HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS NA FRONTEIRA ORIENTAL DA PAN-AMAZÔNIA

Este capítulo traça os aspectos históricos, culturais, sociais, ambientais e políticos da fronteira oriental da Pan-Amazônia, fazendo parte do mosaico dos arcos de fronteira internacional no Brasil, Mapas 3 e 4. Neste estudo, a Amazônia Brasileira, especificamente os estados do Amapá, cidades de Macapá e Oiapoque e Pará, cidade de Belém. E a Amazônia Francesa, comunas de São Jorge, Camopi e Caiena.

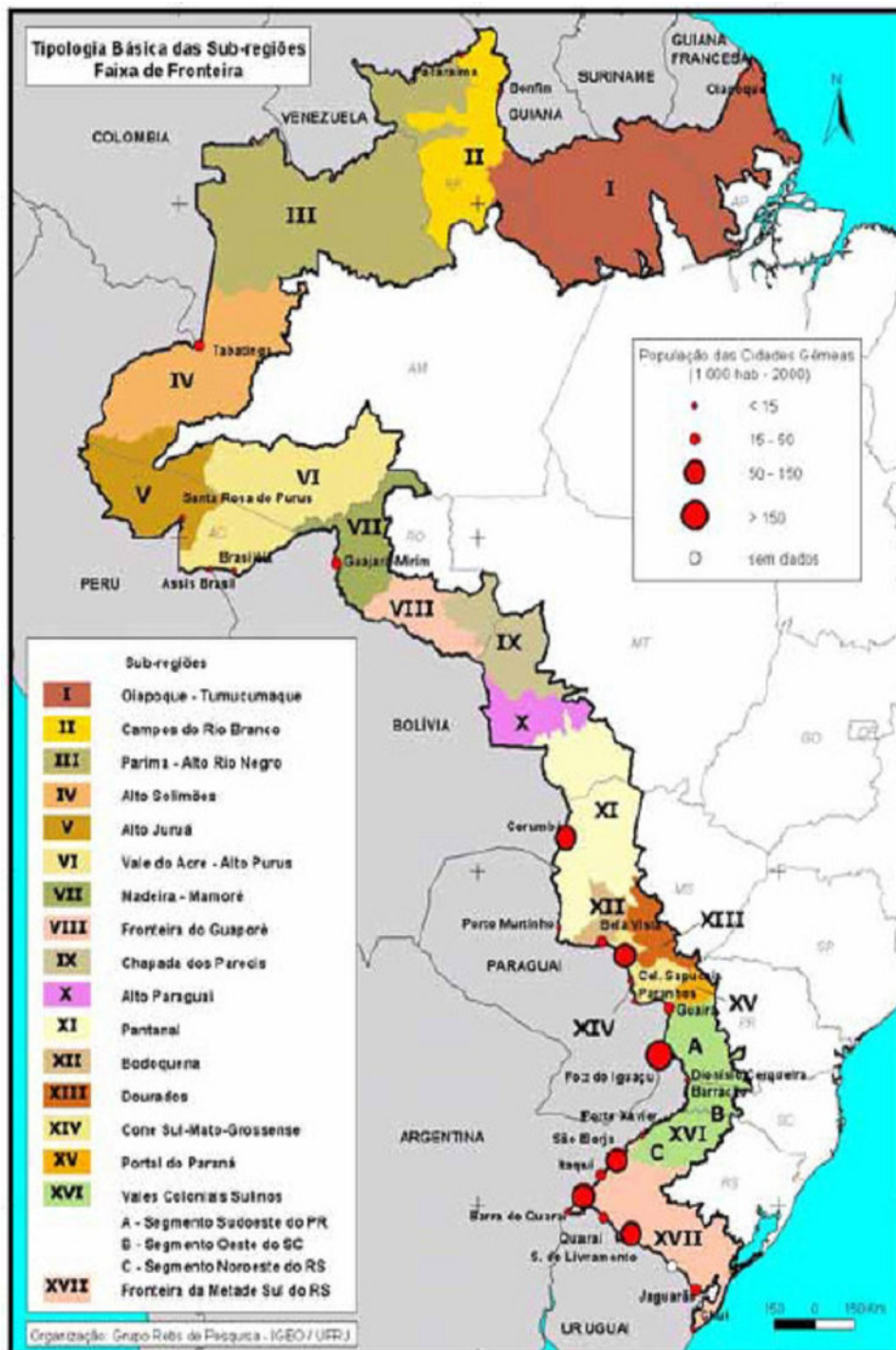
3.1 PAN-AMAZÔNIA – DELIMITAÇÃO E ENTENDIMENTO

A delimitação da Amazônia é tema controverso. Estudos de Aragon (2005, p. 12) apontam que a delimitação da área da região está condicionada a diversos fatores, sejam através dos critérios hidrográficos, domínio da selva tropical úmida, legais ou administrativos, além de outros que consideram os fatores culturais, biológicos, históricos, econômicos e até políticos. Apresenta a definição de Gutiérrez, Acosta e Salazar (2004, p. 32 apud ARAGON, 2005) como a considerada para definição da Grande Amazônia sendo “Região integrada pelos conceitos político-administrativos, ambientais e geográficos, e que é equivalente ao termo Pan-Amazônia. Tem uma extensão aproximada de 7.989.004 Km²”.



Mapa 3: Arcos da Fronteira Internacional no Brasil (Grandes arcos).

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).



Mapa 4: Arcos da Fronteira Internacional no Brasil (sub-regiões).

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

A Pan-Amazônia compreende os territórios totais ou parciais de nove países, somando cerca de 7,8 milhões de km² (MENDES, 1971), e 44% da superfície terrestre da América do Sul. Mendes (1971) analisa na época, as questões sociais, econômicas e políticas da Panamazônia, enfatiza também o vazio demográfico, o distanciamento da presença humana na

região, a ocupação e suas dimensões nacionais, dentro das fronteiras de cada país. Além do aspecto econômico que, secularmente, acompanha o processo de desenvolvimento regional, seja nacional ou internacional, destacam-se os aspectos das atividades extrativistas, a expansão dos serviços de apoio, a debilidade do setor industrial, o crescente aproveitamento dos recursos minerais, havendo, entretanto, diferenças internas nas várias Amazôniaas.

Entre as alternativas de integração internacional na Panamazônia destaca-se o Pacto Amazônico, idealizado pelo Itamaraty na década de 1970, um acordo político entre os países da Panamazônia, mas que não resultou em ações concretas de cooperação, a não ser pela criação do TCA, em 1978, e que teve a assinatura de oito países, com exceção da Guiana Francesa. Para Martins (1981, p. 49),

Essa é mais uma tentativa, entre tantas, que se vem fazendo há mais de 100 anos, no sentido de consolidar, harmonizar, e definir a Amazônia e sua bacia. No passado, a ameaça procedia da Inglaterra, Estados Unidos e França, que durante o século XIX, por repetidas vezes, tentaram internacionalizar não só a Amazônia, como o resto de sua bacia.

É importante ressaltar que o TCA, assinado em 1978, teve como princípio a cooperação, o desenvolvimento, o respeito à soberania e a preservação do meio ambiente, e como subsídio o Tratado da Bacia do Prata (TBP), destacando-se as diferenças entre sua estrutura e funcionamento. Para garantir o funcionamento do TCA, este foi estruturado em conselhos, secretarias e comissões coordenadas pelos países signatários, que apesar de esboçar entre suas diretrizes, o “desenvolvimento harmônico da Panamazônia”, não conseguiu alcançar o nível de prioridade necessário ao desenvolvimento cooperado dos países envolvidos, pelo menos, nas décadas de 1980 e 1990. Entre os vários aspectos citados pelo TCA está o turismo, no artigo XIV, segundo o qual as partes contratantes cooperarão para,

[...] incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos, sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais e, também, no sentido de lograr a eficácia das medidas que se adotem para a conservação das riquezas etnológicas e arqueológicas da área amazônica.

Observa-se que após várias reuniões há poucas propostas e ações em nível prático. Somente a partir do ano 2000, os países signatários alardeiam a necessidade de redirecionar e rediscutir os princípios do TCA. Percebe-se que, isoladamente, os países signatários não poderão alcançar e se manter em nível de concorrência no mundo globalizado, para que haja um

desenvolvimento social e econômico capaz de subtrair os problemas existentes. A exemplo do desemprego, ocupação desordenada do espaço, migração clandestina entre países, criminalidade, prostituição e tráfico de drogas e seres humanos.

Portanto, cria-se a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) que tem articulado politicamente projetos de desenvolvimento com foco na cooperação de ações. Neste sentido, é que o turismo na Pan-Amazônia por meio de projetos específicos, a partir de 2003, passa a ser considerado como uma alternativa de desenvolvimento social, econômico e sustentável, proporcionando a integração entre os povos e a valorização dos recursos. Assim, analisa que o turismo na região amazônica deve ser visto não apenas como função indutora da implantação de infraestrutura, mas, acima de tudo, como geradora de benefícios sociais para as comunidades locais com a mobilização dos recursos humanos, e ainda, Cruz (1990, p. 47), enfatiza que,

[...] sendo o turismo uma atividade que induz à cooperação e a integração dos povos, este poderá favorecer e auxiliar o Estado nas questões problemáticas nas áreas de fronteiras. Assim como, no crescimento econômico e social das áreas ocupadas nas faixas de fronteiras e que não são detentoras de políticas públicas de desenvolvimento.

Apesar de a Guiana Francesa não ter sido signatária do TCA em 1978, atualmente há um reconhecimento, por parte do governo francês, de que essa Guiana está em área amazônica e que, portanto, necessita estar integrada politicamente com os países da Panamazônia. Fato que deve ser considerado, em caráter de prioridade com aqueles países que fazem limites geográficos e fronteiriços, e que necessitam dividir e tomar decisões conjuntas para a solução de problemas comuns às áreas envolvidas e de interesse de ambos, como é o caso da relação estabelecida com o Brasil no tocante à área de Saint George e o município de Oiapoque. Portanto, no que diz respeito ao turismo, há o estabelecimento de ações que estão em andamento e que necessitam de análises visando elucidar as questões inerentes à dinâmica e trajetória do turismo nas Amazôniaas Francesa e Brasileira.

3.2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

A problemática da fronteira, enquanto espaço do contestado entre Brasil e França, não é recente, remonta ao século XVII, como espaço de cobiça pela diversidade ambiental e socioeconômica do Cabo Norte, que compreende: “[...] que lhe chamamos assim por ser a ponta da terra que o ryo Almazonas da outra banda deita ao mar em 2 graos 40 minutos Norte, são setenta legoas, que tem este emperador dos ryos de largo na boca, alguns querem sejam oitenta”. Esta descrição, segundo Reis (1947, p. 123), demonstra a área contestada pelo Brasil e França desde o século XVII, aproximadamente, que por suas riquezas, principalmente as drogas do sertão da época levavam à cobiça pelos reinados da França e Portugal, além, dos holandeses e ingleses. E pelos registros históricos a questão colocada pela França para a disputa das áreas, diz respeito ao fato de que o limite da Guiana Francesa com o Brasil chegava até o rio Amazonas, ou seja, o que é hoje a cidade de Macapá. Até meados do século XVIII, pelos relatos de Gonçalves (1932), antes da assinatura do tratado que dá ao Brasil o direito às terras, houve vários impasses.

Diante destes houve a invasão das áreas do Cabo Norte por forasteiros estrangeiros em busca de ouro, a tentativa do governador de Caiena em manter relações comerciais com o governador geral do Maranhão, sem sucesso, para compra de cavalos, a migração ilegal de negros fugitivos do Pará para Caiena, entre outros problemas sociais. Foi em 1713, pelo Tratado de Utrech, e confirmado em 1816, na Convenção de Viena, entre as duas potências, que Brasil e França deveriam resolver para sempre a questão, pois marcava como fronteira natural o rio Oyapoc, ou seja, o curso d’água cujo estuário se abre entre a montanha Dárgent e o Cabo Orange (GONÇALVES, 1932). Solucionado juridicamente o litígio, somente em 1955 iniciaram-se os trabalhos de natureza técnico-geográficos, que terminaram em 1962 com a implantação de sete marcos ao longo da fronteira terrestre, no divisor de águas, que corre pela serra de Tumucumaque, de acordo com Fotografia 1.



Fotografia 1: Marco fronteiro 6 – Brasil e Guiana Francesa.
Fonte: Comissão Demarcadora de Limites/PA (1960).

Os marcos limítrofes entre os dois países são referências para o que se considera como divisor de territórios, de forma mais objetiva. Porém, os espaços criados pelas dinâmicas próprias destas áreas ainda se confundem, subjetivando o que seja posse de cada um dos países, pois a vida cultural, política, econômica e social são vivenciadas, por ambos os lados, de maneira intensa e complexa, apesar das legislações vigentes em cada país. É o que discute quando há a produção do espaço pelo Estado e que se estabelecem estratégias territoriais de ocupação, segundo Lefebvre (1978 apud BECKER 2007, p. 26)

[...] após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis e hierarquias. Para tanto impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação.

E este é o cenário da fronteira da Panamazônia Oriental que, após o processo do laudo arbitral concluído, o Estado brasileiro e francês promove um processo de ocupação do território, criando um espaço político de controle e segurança das fronteiras nacionais. Becker (2007) enfatiza que entre 1968 e 1974, o Brasil implantou tal malha na Amazônia, visando completar a apropriação física e controlar o território (BECKER, 1990). Ainda nos termos desta mesma

autora, é neste momento que as redes de circulação rodoviárias, de telecomunicações, urbanas etc., são implantados. Propiciam-se subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposição de territórios federais sobre os estaduais, compõem-se a malha tecno-política definida para Amazônia, estabelecendo-se o processo histórico de formação do estado do Amapá.

3.3 AMAZÔNIA FRANCESA

3.3.1 À guisa de uma história

Os primeiros traços arqueológicos (gravuras rupestres, peças de argilas), dos povos ameríndios, localizados entre os rios Oiapoque e o Maroni, remontam ao VI milênio antes de nossa era. Segundo dado oficial da Prefeitura da Guiana Francesa (2007), estima-se que, no final do século III, os índios Arawak e Palikur, vieram do rio Amazonas e instalaram-se no litoral da Guiana. No século VIII, estes foram seguidos pelos índios Caraibes ou Karibes, os Kali'na (Galibis) e Wayana.

A partilha do continente sul americano, do Novo Mundo, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), no século XV, não contribuiu para que Portugal e Espanha dessem prioridade a estas áreas amazônicas. É apenas no século XVI que as nações européias, como França e Portugal, dão andamento ao processo de colonização, incluindo ainda as terras que lhes eram pertencentes, como é o caso da Guiana. Então, é registrada uma série de viagens, programadas com o subsidio da metrópole para que a colônia fosse desvendada. Uma das principais tentativas foi realizada pelos franceses com a viagem de Nicole Guimestre, em 1539, seguido pela viagem do inglês Robert Baker (1562) e pela de Gaspard de Sottele (1568-1573), que assentou mais de 120 famílias espanholas na ilha de Caiena. Ainda com Guyane (2007), de 1596 a 1598, o inglês John Ley e Lawrence Keymis, e o Holandes Adrian Cabeliau, efetuaram o preciso reconhecimento geográfico das costas da Guiana.

Conforme Coudreau (1886), até o final do século XV essa área eram terras secundárias nas prioridades do reino francês, não apenas pelas dificuldades de acesso, mas pelo

desconhecimento dos recursos existentes em terras equinociais. Foi no início do século XVI, que o Estado Francês realizou uma das melhores partilhas em relação à extensão de terra que lhe pertencia, tanto ao norte, como ao centro ou sul do novo continente, viu-se uma nova França, a França Equinocial, a França Antártica, mas a metrópole não conseguiu proteger suas conquistas, nem conservar ou utilizá-las.

A luta contra a hegemonia Ibérica no continente e a disputa comercial no século XVII, levou a França, Inglaterra e Países Baixos a promover o mais importante assentamento humano da época com a ocupação da embocadura fluvial da Guiana. No endimento de Arouck (2001, p. 82),

Quando os franceses finalmente tomaram posse da ilha de Caiena no início do século XVII, o vasto império português e espanhol já se havia formado no continente sul-americano e a parte conquistada pelos franceses era, então, a menos protegida ou cobiçada pelos ibéricos (Mam-Lam-Fouck, 1996, p. 24). O objetivo prioritário dos franceses – a conquista da foz do Amazonas – não se concretizou, processo que se encontra amplamente documentados em Reis (1993), entre outros autores.

Conforme Coudreau (1886), a história da colonização da Guiana Francesa pode ser analisada através de setes fases. Em referência ao fato, de acordo com o mesmo autor, a primeira corresponde à pesquisa cosmopolita do Eldorado, a Guiana, quando se dá início ao processo de conhecimento e primeiros assentamentos europeus neste território, e os contatos com os indígenas. Na segunda época, que chama de colonização feudal, é quando os senhores feudais estão arruinados, momento em que La Ravardière, obtém a direção da primeira colônia francesa e se instala na Guiana (COUDREAU, 1886). É em 1610 que se dá oficialmente a posse da Guiana pela França. Porém, não foi a melhor época, apesar do que se viu em termos de organização e prosperidade na costa da ilha, do Oiapoque ao Sinnamary, e principalmente com a entrada de colonos do Suriname na ilha de Caiena, a vinda dos holandeses expulsos do Brasil pelos Portugueses.

Em 1667, o capitão *La Barre* parte da ilha, e o processo de declínio inicia. No final desta época, é como se o que se entendia por barbárie houvesse recrudescido: os Galibi da costa, cansados pela luta contra os franceses, abandonam seus abatis e não retornam mais ao Tigre. A terceira época dá-se quando ocorre a administração direta da colônia pela metrópole, sendo Colbert, o responsável. A sociedade vassala foi suprimida em 1674. A França Equinocial, durante esta época, atinge sua prosperidade máxima. Depois de 1789, iniciam-se

os estudos para ocupação da costa de Kourou. E ocorre em 1794 a primeira emancipação dos escravos.

Da quarta fase em diante, há um percurso mesclado por momentos de resistência, prosperidade e declínio do sistema político e econômico vigente. Em 1802, volta à escravidão. Em função da resistência dos negros, que se esconderam na floresta inacessível, é que se decide pela colonização branca na ilha. No período de 1807 a 1817, o Brasil domina Caiena. Em 1820, a administração metropolitana convoca trezentos chineses e maleses para introduzirem na Guiana o cultivo do chá, apenas trinta e dois chegaram. E, 1831, há a entrada de migrantes dos Estados Unidos da América (EUA), dados estes que foram registrados por Coudreau (1886).

No sétimo momento, chamado de transporte por Coudreau (1886), quando são assinados decretos que modificam por completo a condição social, política, econômica e cultural da Guiana Francesa, resumindo as providências tomadas pela metrópole em relação a colônia e que contribui, sobremaneira, para as transformações impetradas. Neste sentido, destaca-se o Decreto de oito de dezembro de 1851, atribuindo a Guiana e a Argélia a condição de colônias que receberiam os prisioneiros de justiça e membros de sociedades secretas, além do Decreto de vinte e sete de março de 1852, que gratificou a colônia da Guiana de detentos dos campos de trabalho forçado, que fizeram uma demanda de “novos senhores”. O Decreto de trinta e um de maio de 1852, que trouxe para Guiana os deportados da Argélia que depois de sua chegada incorrem em uma pena aflictiva ou infamante; Decreto de vinte de outubro de 1853, que trouxe os reclusos e os condenados ao trabalho forçado das diferentes colônias francesas.

Por último, segundo Coudreau (1886), há uma lei que extingue todos os campos de trabalho forçado da França, e a Guiana Francesa é “beneficiada” por eles. Igualmente, para Coudreau (1886), tais processos de renovação da Colônia, originam melhorias nas condições estruturais, nos transportes utilizados para construir as rotas ao interior da ilha, as pontes, os canais, os trabalhos de entrada no interior do país, onde faltava, deixando na colônia os serviços imprescindíveis. Entre outras extravagâncias feitas, foi levado aos quatros cantos do país, às pequenas ilhas do litoral, sobre a costa, nas florestas do interior, o corte da madeira, plainar o solo, cultivar a cana e o açúcar, as especiarias, tudo por conta do governo.

Todos os processos de migração se deram com o objetivo de elevar a condição socioeconômica da colônia, posto que os negros recusavam-se a voltar para o trabalho que mantinham na agricultura, na pecuária, no extrativismo, atividades sustentadoras da vida da colônia. Ainda no século XIX, precisamente em 1895, ocorre um conflito na vila do Amapá,

onde a disputa pelo território do contestado é marcada por uma violenta investida dos franceses para conquistar a almejada área que hoje é o estado do Amapá. Segundo Cardoso (2003, p. 22) este território contestado franco-brasileiro,

[...] desde sempre tinha sido território nacional brasileiro que os franceses tinham tentado roubar através da violência, mas tinham sido impedidos por um indômito patriota, Francisco Xavier da Veiga Cabral que era um nome digno de toda confiança e respeito do povo do Amapá.

É uma relação com base em disputas, contradições e lutas que a Guiana Francesa, desde antes, vem estabelecendo com o Brasil. A preocupação das duas nações é sempre em tentar manter controlado o seu lado, dentro do seu limite fronteiriço, e naquilo que acreditam como sendo seu território. Não observando as nuances criadas num espaço de fronteiras, isso é percebido desde e, principalmente em função da disputa pelo contestado franco-brasileiro. Conforme Reis (1972, apud CARDOSO, 2003, p. 22),

O encontro com as forças navais francesas no Amapá ocorreu a 15 de maio de 1895. Velha diferença, a propósito dos contêrminos entre o Brasil e o território francês da Guiana, separava as populações da fronteira. Apesar de todas as razões históricas e jurídicas invocadas pelo Brasil, os franceses teimavam nos propósitos de ampliar seus limites sobre a região evidentemente brasileira.

O propósito da França era ampliar seus limites e território para além do afluente Oiapoque, chegando até o rio Amazonas, ou a cidade de Macapá, não apenas pela ambição geopolítica de ampliar a superfície de sua colônia, a Guiana Francesa, Figura 1. Esta tentativa de expansão dava-se, principalmente, em função da existência de recursos auríferos, que há muito vinham sendo contrabandeados para Caiena, por meio de brasileiros emigrados para a Guiana, ou franceses que entravam no Brasil e viviam aqui clandestinamente, e realizavam o comércio ilegal de produtos diversos, entre estes, o ouro.

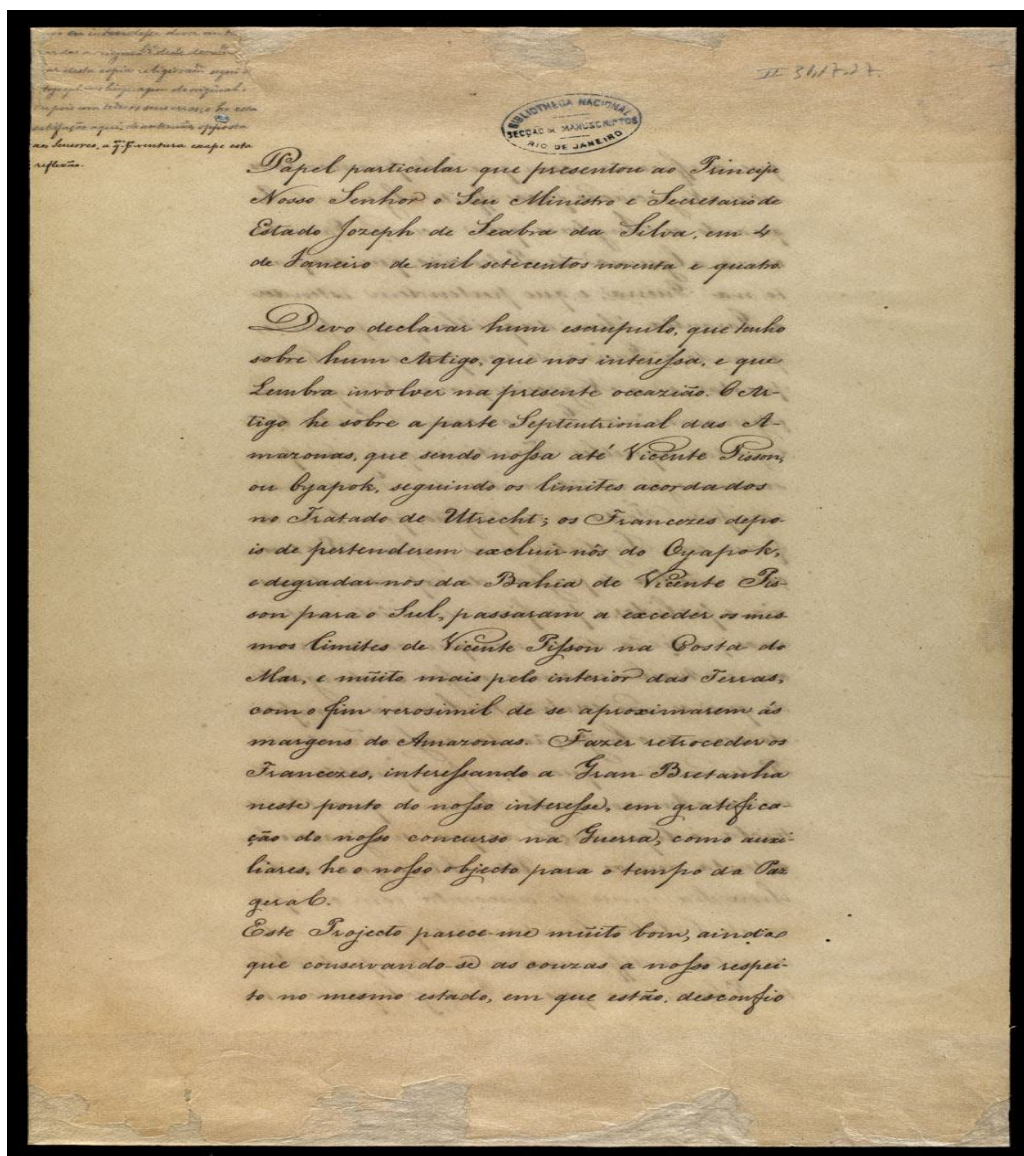


Figura 1: Carta ao Príncipe Regente do Brasil. Explana sobre os limites pretendidos pela França¹¹.
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2009)

¹¹ Papel particular que apresentou ao Príncipe Nosso Senhor o seu Ministro e Secretario de Estado Joseph de Seabra da Silva em 4 de janeiro de mil setecentos noventa e quatro.
 Devo declarar hum esaufeito, que tenho sobre hum Artigo, que nos interessa, e que lembra involver na presente occasião. O Artigo He sobre a parte Septentrional das Amazonas, que sendo nossa até Vidente Pisson ou Oyapok, segundo os limites acordados no Tratado de Utrecht; os Franceses depois de pretenderem excluir nós de Oyapok, e degradar-nos da Bahia de Vidente Pisson para o Sul, passaram a exceder os mesmos limites de Vidente Pisson na costa do Mar, e muito mais pelo interior das Terras, com o fim verosimil de se aproximarem as margens do Amazonas. Fazer retroceder os Franceses, interessando a Gran Bretanha neste ponto do nosso interesse em gratificação do nosso concurso na Guerra, como auxiliares, é o nosso objecto para o tempo da Paz geral. Este projecto perece-me muito bom, ainda que conservando-se as cousas a nosso respeito no mesmo estado, em que estão, desconfio.....

De acordo com Arouck (2001, p. 82), há diferenças quanto à formação social e econômica da Guiana Francesa em relação às demais colônias francesas, principalmente às das Antilhas Francesas, tais diferenças podem ser observadas em,

Diferentemente das colônias francesas congêneres nas chamadas Antilhas francesas (Martinica, Guadalupe e Haiti), a Guiana Francesa teve seus projetos de colonização e exploração econômica malogrados durante todo o período colonial mercantilista e na chamada “revolução comercial” promovida por Richelieu. Fracassou, sobretudo, o modelo econômico conhecido como *habitation*¹² (Cardoso, 1992). Esse modelo escravista não conseguiu fixar naquela área uma população européia expressiva, que se limitou, durante quase toda sua história, a um reduzido contingente de escravos trazidos das plantações mais bem-sucedidas do Caribe francês.

Observam-se, na contemporaneidade que as diferenças citadas por Arouck (2001), estão presentes nos dias atuais, pois segundo os dados estatísticos oficiais da Guiana Francesa, o maior contingente populacional no DUF é de descendentes de escravos, visto, principalmente pelas características da população local, tanto no que concerne a questões objetivas de hábitos e costumes até hoje preservados, como também na arquitetura local, e em artefatos utilizados pelos primeiros moradores, índios e escravos.

3.3.2 Características ambientais da área de estudo

A Guiana Francesa localiza-se no “Platô das Guianas” ou “Escudo das Guianas”¹³, a uma distância de cerca de 1,5 milhões de km² do centro norte do continente latino-americano. Essa área situa-se entre o Brasil, a Venezuela, a Guiana (antiga Guiana Inglesa) e o Suriname (antiga Guiana Holandesa), como mostra a Figura 2. Precisamente, como posto por Guyane (2007), a Guiana Francesa está situada ao Norte da América do Sul entre o Suriname e o Brasil. E possui uma área de 86.504km², entre a linha do Equador e o Trópico de Câncer, sendo 53° de longitude Oeste e 4° de latitude Norte.

¹² Habitation – habitação

¹³ Platô das Guianas ou Escudo das Guianas – Encontra-se delimitado a Oeste por uma linha imaginária de norte-sul que passa por Caracas, Barcelona e Santa Elena de Uaién em território venezuelano e em Bonfim.; Boa Vista - Manaus em território brasileiro; a oeste por uma linha imaginária norte-sul que parte da península de Guiría no extremo norte - oriental do caribe venezuelano e das cidade de Georgetown (Guiana) e Paramaribo (Suriname) – Macapá (Brasil); ao norte pelo mar do caribe e o Oceano Atlântico e a sul pelo rio Amazonas no entorno de Macapá e Manaus. Possui superfície territorial total de 2.699.000Km² (IIRSA, 2009)

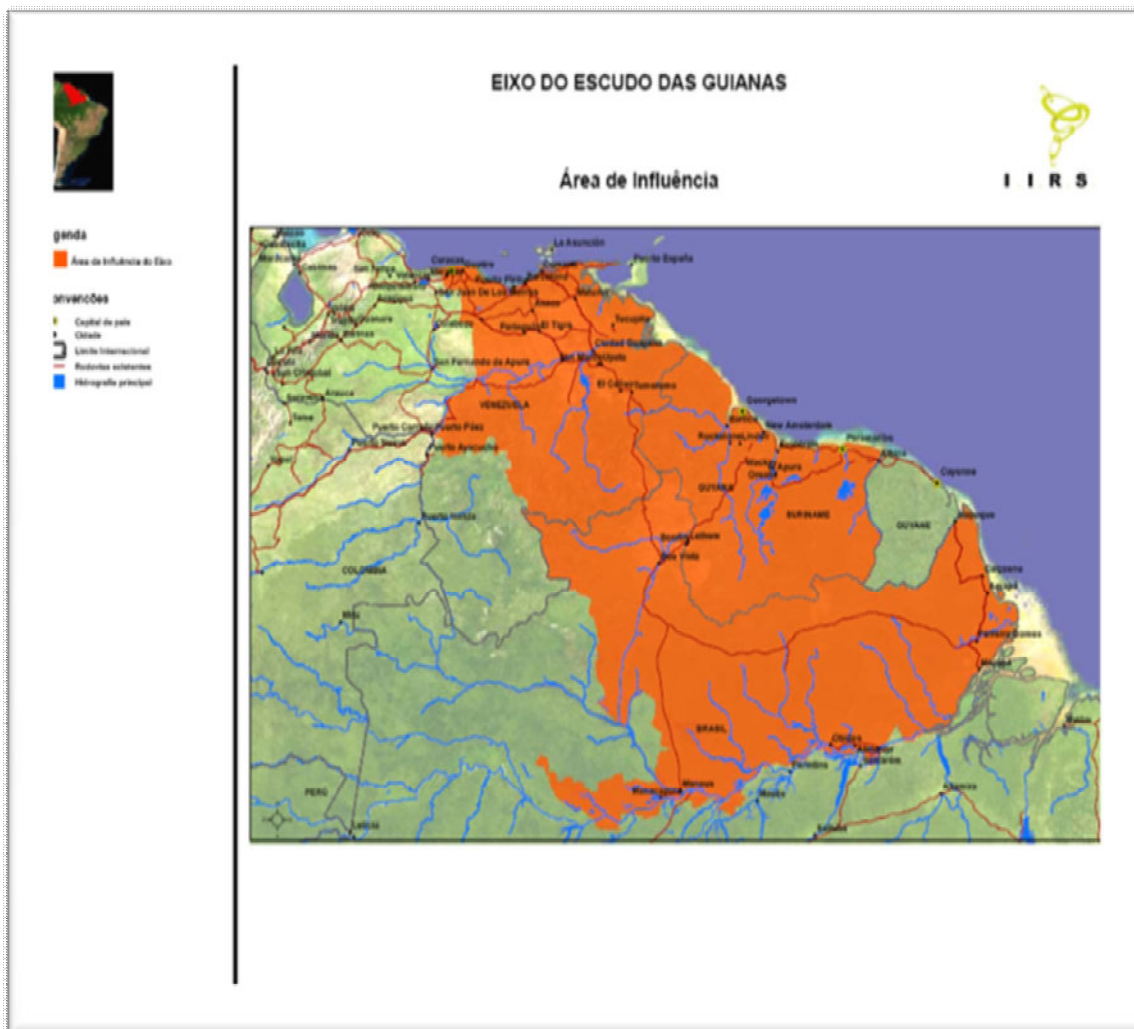


Figura 2: Platô das Guianas ou Escudo das Guianas.

Fonte: IIRSA (2009).

Os recursos fluviais e naturais são representados pelos rios Maroni a Oeste, o rio Oyapoque a Leste, e pelas montanhas de Tumucumaque, ao Sul, constituindo-se as fronteiras naturais deste departamento. Seu território é arborizado em 96% por uma floresta primária de grande diversidade, que segundo Crevaux (1883), é recoberta por uma imensa floresta, que geralmente não é interrompida, apresentando raras clareiras. A Guiana Francesa partilha 730 km de fronteira com o Brasil e 510km com o Suriname, como pode ser observado no Mapa 5.



Mapa 5: Limites fronteiriços naturais – Brasil e Guiana Francesa (rio Oiapoque); Guiana Francesa e Suriname (rio Maroni).
Fonte: BRASIL (2007).

A lei de dezenove de março de 1946 transformou a Colônia em DUF, sendo, a Guiana, hoje, um dos quatro *Département d'outre mer* (DOM), como Guadalupe, Martinica e Reunião (GUYANE, 2007). Constitui-se, como um dos três Departamentos Francêses na América (DFA). Assim como, uma « Região¹⁴ » depois da criação das regiões pela lei de trinta e um de dezembro de 1982.

O território da Guiana Francesa é dividido em dois arrondissement,¹⁵ Figura 3, uma circunscrição territorial, ou seja, uma subdivisão do departamento, sendo ele dividido em cantons, Figura 4 e em communes,¹⁶ Figura 5. A administração dos arrondissement é confiado a um subprefeito, que auxilia o prefeito do departamento. Os dois arrondissement são *Cayenne*, a leste com dezesseis cantons,¹⁷ e quatorze communes, e Saint Laurent du Maroni, a Oeste, com três cantons e oito communes, de acordo com as

¹⁴ São territórios pertencentes a França, sem ter autonomia administrativa e financeira. A Guiana Francesa pertence a uma Região de ultramar. Tendo mesmo status das regiões metropolitanas.

¹⁵ uma circunscrição territorial, subdivisão do Departamento.

¹⁶ É o menor nível da divisão administrativa da França. São locais onde vivem pequenos grupos com vida em comum

¹⁷ É uma divisão administrativa, subdividindo os arrondissement. Agrupam várias comunas.

Figuras 3, 4 e 5 . A administração e designações oficiais dos arrondissement são feitas pelo Presidente da República Francesa.



Figura 3: Arrondissements – DUF.
Fonte : GUYANE (2007).



Figura 4 : Cantons – DUF.
Fonte : GUYANE (2007).



Figura 5: Communes – DUF
Fonte : GUYANE (2007).

A capital desse DUF é Caiena, distante da cidade de Belém, no Brasil 800km e 7.100km, de Paris. Os países fronteiriços da Guiana Francesa são o Brasil através de estado do Amapá, e o Suriname, definidos durante a convenção de 1938, que fixou o ponto trijunção entre estes países. A Guiana Francesa beneficia-se de um clima tipo equatorial, com

temperaturas próximas e constantes, ao longo do ano, de aproximadamente 28°C, em média. Há uma estação seca, que se estabelece entre agosto e dezembro, sucedida pela estação de chuvas abundantes, sendo este período interrompido por um « pequeno verão de março ».

A umidade relativa média é elevada, variando entre 80 e 90% segundo a estação. A planície costeira, onde a maioria da população está concentrada, beneficia-se dos ventos alísios do leste. No interior do país, de acordo com os dados da França (2007), a presença da floresta equatorial, apesar de não permitir a passagem de luz, contribui para manter o clima mais ameno, ficando mais agradável à noite. Os ciclones comuns no Caribe são incomuns nessa Guiana.

No que concerne à cobertura vegetal, possui 96% de seu território coberto por floresta, considerada, com seus 7,5 milhões de hectares, a maior floresta da União Européia (GUYANE, 2007). A floresta úmida não se constitui o único ecossistema da Guiana Francesa ; se junta a esta, as nobres formações da planície costeira aluvial, formando em média 350 km de litoral, os mangues, lagoas, subcostas pantanosas e savanas. Sobre o vasto e profundo platô continental, se estende um rico mar, propicio principalmente a pesca, tendo o camarão como um dos mais importantes recursos de exportação por esta Guina, Fotografia 4.

Em 2000, a Guiana Francesa criou o Parque Nacional (PARNA) - de Roura. Esta decisão teve por objetivo a proteção da fauna, da flora e dos recursos socioculturais da floresta amazônica naquele DUF. Além das normas de proteção, o PARNA - de Roura, Fotografias 2 e 3, desenvolve atividades de ecoturismo, com visitação nos principais ecossistemas nas áreas que permitem essa atividade.



Fotografia 2: Paisagem natural/Flora no PNR
Fonte : GUYANE (2007).

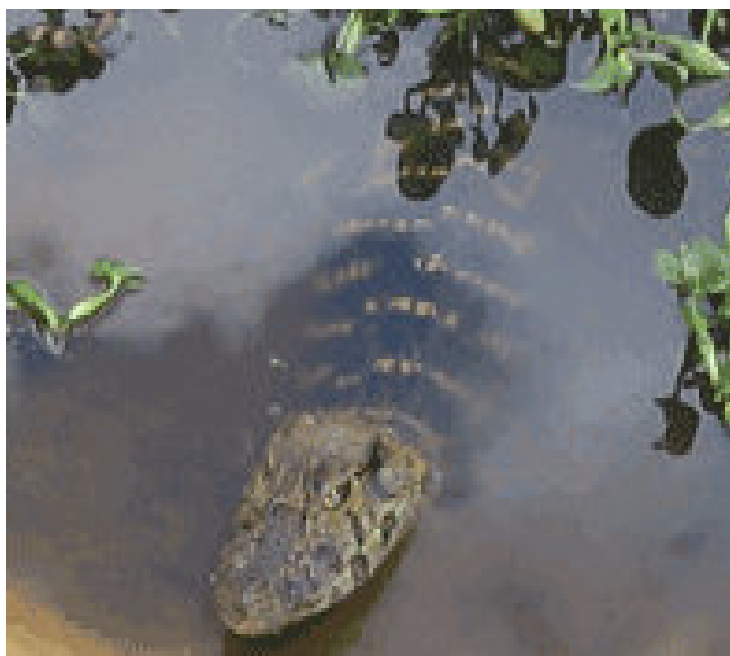


Fotografia 3: Recurso fluvial no PNR
Fonte : GUYANE (2007).



Fotografia 4: Litoral da Guiana
Fonte: GUYANE (2007).

Ainda de acordo com dados de Guyane (2007) registra-se uma significativa biodiversidade. Ao todo são mais de 5.500 espécies vegetais muito raras. Apresenta 700 espécies de pássaros, 177 espécies de mamíferos, 430 espécies de peixes e 109, de anfíbios. Nas Fotografias 5, 6 e 7 a seguir, mostram-se algumas imagens dessa fauna.



Fotografia 5: Fauna no PNR – Guiana Francesa
Fonte: GUYANE (2007).



Fotografia 6: Fauna no PNR – Guiana Francesa
Fonte : GUYANE (2007).



Fotografia 7: Fauna no PNR – Guiana Francesa
Fonte: GUYANE (2007).

A biodiversidade da Guiana é rica e semelhante a brasileira, em virtude disso devem ser trabalhadas ações de cooperação no sentido de elevar o sistema de proteção desses recursos, não apenas para mantê-lo vivo, mas para que o seu uso possa ser desenvolvido de forma sustentável para as comunidades envolvidas. Entre as alternativas aponta-se o

ecoturismo, com práticas racionais, que promovam a preservação e uso desses recursos com vistas à geração de emprego e renda sem destruição, e monitoramento das ações, por meio de políticas públicas específicas para a área.

3.3.3 Tendências demográficas

A colonização européia da Guiana foi realizada inicialmente, por trabalhadores europeus, os chamados ‘assalariados’, que também recebiam a denominação local de ‘os trinta e seis’, em função de um contrato de três anos com seu patrão (GUYANE, 2007). É um quase escravo europeu, por falta de voluntários, e foi rapidamente substituído por uma servidão de origem africana, empregada nos *habitations* para o trabalho agrícola nas culturas dos produtos coloniais: açúcar, especiarias, chocolate e café. Deste modelo econômico, denominado *habitation*, restou o modelo econômico dominante nesse DUF, até a segunda abolição da escravidão em 1848.

Segundo estudos da Prefeitura da Guiana Francesa (2007), a população local apresentou aumento nos últimos trinta anos, em decorrência dos aportes migratórios dos países vizinhos (Brasil, Suriname, Guiana e Haiti), e igualmente pelos Hmongs do Laos, que criaram duas grandes comunidades guianenses, a Javouhey e Cacao. Em meio século, a população da Guiana passou de 28.000 a 200.000 habitantes (atingida em 2006), porém segundo outras fontes, como a da Prefeitura da Guiana, este número é uma projeção para o ano de 2007. A população é jovem (50% tem menos de 25 anos), o que justifica que este aumento populacional ocorre em função, principalmente, do fluxo migratório que se direciona para esse DUF.

Essencialmente, a população está concentrada no lado costeiro e ao longo dos rios Oiapoque e Maroni. Porém, a maioria da população reside na ilha de Caiena, onde vive mais de um terço da população total. A região de Maroni, a Oeste, constitui o segundo pólo de povoamento; o terceiro está na vila de Kourou. Na questão de etnicidade, autores como Arouck (2001), Zonzon; Prost (1997) afirmam que há uma mestiçagem populacional, pois, historicamente, a Guiana Francesa recebeu ao longo dos últimos três séculos povos de diversos continentes, contribuindo não apenas para o adensamento populacional deste Departamento, mas, para a formação de um multiculturalismo interno, formando segmentos populacionais com raiz, como o *créole*. Na avaliação de Arouck (2001, p. 83),

O segmento *créole* da população guianesa-francesa formou-se pela mestiçagem da população escrava com a de origem branca européia na época colonial e, posteriormente a 1848, pela chegada dos chineses e « coolies » ou hindustãos, vindos principalmente da Índia (Zonzon, Prost, 1997, p. 26). A cultura « créole » é resultante de uma formação social de hibridização da cultura européia com elementos africanos que, segundo Zonzon e Prost (1997, p.26), é ampliada pela entrada de novas etnias que são « creolizadas ». Os brasileiros que vivem na Guiana Francesa fazem parte dessa categoria « nova etnia ».

A Guiana Francesa acolhe cerca de quarenta nacionalidades sobre seu território, porém as identidades variadas são mais baixas, quantitativamente, em relação à nacionalidade francesa, como pode ser observado no Quadro 1 e nas Fotografias 8, 9 e 10.

TIPO	%
Les Créoles	40% (da população total)
Les Amérindiens (Awaraks, Palikurs, Kali'na, Wayanas, Wayampis, Emérillons)	Aproximadamente 4.500 pessoas
Les Noir Marrons (Aluku, Saramaca, Paramaca, Djuka)	Aproximadamente 4.000 pessoas
Les Hmongs (Provenientes do Laos, chegaram em 1977. Foram agrupados nas comunas de Roura(Vila de Cacao) e de Mana (vila Javouhey)	s/d
Les Metropolitans	12% da população
Les autres pop. (chineses, libaneses, brasileiros, haitianos, surinamês, guianês, dominicanos, hindoustãos, javanês)	40% da população

Quadro 1: Dados populacionais da Guiana Francesa.

Fonte: Adaptado de FRANCE (2007).



Fotografia 8: Povos Kali'na-Awala-Yalimapo.
Fonte : GUYANE (2007).



Fotografia 9: Créole.
Fonte : GUYANE (2007).



Fotografia 10: Metropolitano.
Fonte : GUYANE (2007).

A heterogeneidade da população da Guiana resulta do pluriétnicismo e multiculturalismo dos processos migratórios, e a Prefeitura de Guyane (2007), deste Departamento, atribui aos jovens a responsabilidade por esta característica diversificada. Os ameríndios, primeiros habitantes representam diferentes etnias, dentre as quais há uma forte dinâmica demográfica. Há os povos do interior do país como os Wayana, no alto do rio Maroni; os Wayampis ou os Emerillons no alto do rio Oiapoque; e os povos do litoral como Arawaks, os Palikur, os Galibis na embocadura do rio Maroni.

Os descendentes dos escravos fugitivos da ex-Guiana Holandesa - ‘noirs marrons’, estão estabelecidos no lado interno e inferior do rio Maroni (Bonis de Papaichton, Maropasoula e Apatou, N’djukas de Grand-Santi e Saint-Laurent), assim como em certas comunas do litoral (os Saramakas em Kourou). Os *créoles* (guianenses mas também antilhanos), como evidenciado por Arouck (2001), resultam da mestiçagem da população escrava com a de origem branca européia na época colonial. E, posteriormente a 1848, deu-se a chegada dos chineses e coolies, os hindustãos, que também se estabeleceram em todo o território do DUF.

Os H’mongs, originários do Laos, estão instalados na vila de Cacao e de Javouley, onde desenvolvem uma produção agrícola próspera de hortelã, estando plenamente integrados ao sistema guianês. Quanto aos metropolitanos, formam um grupo pouco homogêneo. Na Guiana não há um grupo de descendentes dos primeiros colonizadores brancos europeus, como existe em Guadalupe e na Martinica.

Esta diferente configuração étnica, acrescentada da população imigrante ou franceses de origem estrangeira, tem contribuído para aumentar a diversidade cultural e linguística da Guiana. Aliás, os estudos de Grénand; Grenand (1990, p. 138) comprovam, por meio da aproximação botânica e etnolinguística do conhecimento dos ameríndios sobre a floresta em que vivem a dinâmica e adaptação linguística de espécies botânicas. Estes autores definem como escopo de análise os índios Wayãpi, índios da língua Tupi, cuja migração desde a região da « Volta Grande do Xingu » no início do século XVIII, até o alto rio Oiapoque, na Guiana francesa, por volta de 1830.

De acordo com dados do Institut (2007), as estimativas para a Guiana no ano de 2007 é que o contingente populacional chegue a 210.000 habitantes. Mesmo assim, não parece ser um país povoado, pois a densidade média é de dois habitantes por Km², contra 18 na metrópole, 249 em Guadalupe e 339 na Martinica. Entretanto, a taxa de crescimento da população é a mais elevada em relação aos demais departamentos franceses. Segundo os recenseamentos de 1990 e de 1999, a população cresceu num ritmo anual de 3,6%.

Os órgãos oficiais da Guiana Francesa e da Metrópole avaliam que o crescimento populacional da Guiana é resultante, principalmente, do constante processo de imigração corrente naquele DUF, apesar das medidas repressivas postas pelas polícias e organismos representativos daquele governo. Além dos processos migratórios ilegais, ocorreu ainda nos primeiros séculos de colonização do DUF o incentivado pelo governo francês visando o desenvolvimento econômico e social da colônia, e que em muito, reflete nos processos atuais, posto que os descendentes e parentes daqueles que inicialmente para ali imigraram, buscam novas oportunidades neste território ainda pouco aproveitado e desconhecido, no que diz respeito aos seus recursos econômicos, nos dias atuais, em consequência da crise socioeconômica internacional e do processo de globalização.

Segundo o Institut (2007, p. 85),

O 'eldorado' guianense continua a suscitar uma forte imigração provenientes dos países vizinhos, onde os níveis de vida são muito baixos. Esta dinâmica demográfica explica a extrema juventude da população guianense (50% da população tem menos de 25 anos).

Porém, apesar dos problemas sociais, econômicos, culturais e políticos surgidos em decorrência dos processos migratórios, é de se reconhecer que estes também contribuem, sobremaneira, para o desenvolvimento deste DUF. De fato, o contingente populacional imigrante sempre é composto não apenas por garimpeiros, mas por profissionais com

habilidades diversas em áreas técnicas especializadas, fato este analisado por Arouck (2001, p. 83-85),

Neste ponto, há de se ressaltar que, a partir da departamentalização da França em 1946, o fluxo migracional para a Guiana Francesa regionalizou-se com a chegada de populações oriundas de áreas próximas ou de suas fronteiras geográficas, especialmente da Guiana, Suriname e Brasil. Já em 1990, a imigração fronteiriça constituía-se em mais da metade dos imigrantes (CALMONT, 1994, p.189). Todo esse processo migratório foi deflagrado a partir da falência do sistema de colonização que veio a ser conhecido como *habitation*, modelo que tornara o país pouco desenvolvido e pouco habitado. O desenvolvimento local ficou, então, condicionado à imigração. É nessa conjuntura mais contemporânea que se organizam as primeiras migrações regionais e fronteiriças para a Guiana Francesa, proveniente da Guiana e Suriname, em parte atraídos pela instalação de porto pesqueiro estadunidense no litoral local.

De certo que o processo imigratório é de interesse comum em dado momento, para o imigrante e para o país que acolhe esse imigrante, pois segundo avalia Arouck (2001), a entrada do fluxo do Suriname foi importante para a Guiana Francesa, naquele período, à medida em que estes imigrantes tinham um poder aquisitivo elevado, o que de certa forma teve importância para a economia da Guiana, pois os recursos financeiros trazidos pelos migrantes foram aplicados na economia do DUF, a despeito dos motivos da imigração.

De todo modo, a população está distribuída de maneira heterogênea pelo território, concentrando-se, essencialmente, ao longo do litoral, com três pólos principais: ilha de Caiena, Kourou e Saint Laurent-du-Maroni. Os demais contingentes populacionais ocupam as comunas do 'interior', ao longo do rio Maroni (Apatou, Grand-Santi, Papaichton, Maripasoula), do rio Oiapoque (Saint George e Camopi), e área central da floresta e do país (Saint-Elie, Saul), como pode ser observado na Mapa 6.



Mapa 6: Pólos principais de ocupação
Fonte: Adaptado de GUYANE (2007).

Portanto é de se destacar que a Guiana Francesa, nas últimas décadas, tem recebido por parte da metrópole atenção redobrada, principalmente quanto aos processos de migração, com leis mais rígidas e limitantes. O objetivo principal seria evitar o inchaço populacional, contendo, assim, os desgastes políticos, sociais e econômicos que a dinâmica da migração sempre provoca. Igualmente, apesar das normas legais quanto à entrada de migrantes neste DUF, observa-se o importante papel dos brasileiros, surinameses e demais imigrantes no desenvolvimento da Guiana Francesa, principalmente em setores econômicos como o da construção civil.

3.3.4 Aspectos socioeconômicos e políticos

Desde os tempos primevos da colonização da Guiana Francesa, observa-se a posse do território imbuída, não em primeiro momento, de tentativas de possibilitar o desenvolvimento socioeconômico da colônia. Iniciam-se através da colonização humana, do aproveitamento dos ameríndios, dos escravos africanos, dos trabalhadores europeus, e mais recentemente, dos imigrantes de países vizinhos, Ásia, América do Norte e Europa, para o desenvolvimento de atividades diversas, como comércio, mineração, serviços públicos, agricultura, pesca, e

atualmente a indústria, em função do Centro Espacial de Kourou. As atividades agrícolas receberam destaque histórico por conta do sistema de *habitation*, que mesmo não sendo um exemplo de sucesso, posto que, segundo Arouck (2001), foi um sistema falido, tornando o país pouco desenvolvido e pouco habitado, mas que de certa forma influenciou o modelo econômico da Guiana até a segunda abolição da escravidão em 1848.

Ainda em 1763, houve a tentativa da expedição de Kourou, em estabelecer a abertura das savanas do Oeste da Guiana Francesa visando uma veia colonial européia de agricultores. Porém, mais uma vez foi um fracasso retumbante, quase todos os colonos sobreviventes fugiram de volta para a metrópole, restando apenas os colonos alemães e canadenses, que se implantaram em Kourou, Sinnamary, Malmanoury, Corossony e Iracoubo, sendo fundada uma sociedade de mestiços. Em 1848, com a abolição definitiva da escravidão, a economia colonial tradicional da Guiana é mais uma vez liquidada pela falta da mão-de-obra escrava, que era barata e com potencial de produção.

Para aliviar a situação e substituir a mão-de-obra escrava é o Segundo Império cria os campos de trabalhos forçados nessa Guiana, a despeito do objetivo de livrar a metrópole de seus opositores políticos e dos delinquentes de direito. Em 1855 descobre-se um sítio aurífero sobre o rio Arataye, um afluente do Appouague no interior da Guiana Francesa. No Oeste, o ouro é extraído do rio Inini (alto Maroni). O começo do século XX é marcado por uma corrida ao ouro, com aproximadamente 10.000 homens em atividade, segundo a Prefeitura da Guiana (2007). O garimpo provocou o crescimento do comércio local, mesmo que volátil, e contribuiu para que a atividade agrícola entrasse em estagnação.

Mesmo em condição política semelhante à de Guadalupe e de Martinica, passando a ser DUF em 1946, a decolagem econômica tarda a se realizar. E isto muito em razão dos custos de produção elevados, do baixo índice populacional, da dependência comercial com a metrópole, no que tange às importações, e da falta de infraestrutura essenciais e necessárias aos processos de desenvolvimento. Dentre estas se tem: vias de comunicação, escolas, sistemas de saúde, vias de transporte etc.

Contemporaneamente, a Guiana Francesa alcança um certo desenvolvimento, muito em função da construção, em 1964, da base espacial, destinada a substituir a base Saharienne, situada na Argélia, e também para desenvolver a economia guianense. A posição geográfica deste DUF é privilegiada, próxima ao equador e com uma larga abertura sobre o Oceano Atlântico. O Centro Espacial Guianense, na comuna de Kourou, depois dos primeiros lançamentos é substancialmente desenvolvido. Considerado o Porto Espacial da Europa, em seguida aos lançamentos dos foguetes Ariane 4 e Ariane 5, se revelaram um sucesso

comercial de forma vertical para o mundo. Atualmente, o Centro Espacial Guianense desenvolve também, o Programa Véga, e uma base de lançamento, SOYUZ, em final de construção em Malmanomy (GUYANE, 2007).

É sabido que a Guiana representa regionalmente e, internacionalmente, um pólo de prosperidade muito atrativo, caracterizando-se por um nível de vida elevado em relação aos seus vizinhos, como Suriname e Brasil. Porém, este índice elevado é muito em função da relação de dependência econômica historicamente mantida com a Metrópole, que recebe benefícios como o estabelecido pelo Plano de Contrato Estado-Região (CPER) e da Programação dos Fundos Estruturais Europeus (DOCUP), financiando as Regiões e Departamentos com recursos estimados na ordem de sete milhões de francos, no período de 1994-1999 (GUYANE, 2007). Este reforço financeiro estabelecido para os parceiros pelo Estado Francês, em muito representou para a Guiana Francesa.

O objetivo principal era remediar, progressivamente, a fraqueza do tecido econômico guianense, e impulsionar a produção a partir dos recursos locais, dinamizar o investimento privado ainda insuficiente na indústria, reequilibrar o setor terciário marcado pelo peso da função pública e do pequeno comércio para o desenvolvimento do ecoturismo ou de outros serviços empresariais. Outrossim, desenvolver na Guiana um crescimento econômico mais rico em empregos, afim de fazer diminuir as baixas taxas de desemprego, maior do que nos demais Departamentos Franceses.

A Guiana Francesa entra no século XXI com importantes perspectivas para o seu desenvolvimento sócioeconômico. O exemplo concreto tem-se o documento Programme de Coopération Transfrontalière Amazonie – 2007-2013, apresentado em 2007 à Comissão Européia (FRANCE, 2007). A elaboração deste documento deu-se sob a responsabilidade de uma comissão guianense designada pelo governo francês, que, juntamente com o Suriname e o Brasil (estados do Pará e Amapá), realizaram as pesquisas e definição de estratégias e ações de cooperação de interesse dos países envolvidos. Como objetivo central está o fortalecimento dos laços de cooperação visando o desenvolvimento sócioeconômico dessa região de fronteira.

O documento faz uma análise sócioeconômica da região da Guiana, Suriname e Brasil. Segundo os dados apresentados, a Guiana possui um PIB que chegou a 12.858 € em 2002 (+ de 1,3% por ano). Porém, o crescimento demográfico tem absorvido sobremaneira este aumento do PIB. A economia guianense é marcada pela área espacial a qual necessita de bens dos setores industriais, serviços e empresariais. A participação dessa área na criação de riquezas ainda não foi quantificada. A atividade aurífera é igualmente significativa gerando

em média 45% das exportações de bens. A Guiana, no entanto, é muito dependente do exterior com uma balança comercial estruturalmente deficitária.

Neste ponto, importa que se demonstrem indicadores estatísticos, conforme o Quadro 2, que espelham de forma mais transparente a situação da sócioeconomia da Guiana.

População	Superfície (Milhar Km2)	Densidade (hab/km2)	Nº criança por mulher	Expectativa de vida -H e M (por idade)	PIB/hab (\$US)	Importação (Milhão \$US)	Exportação (Milhão \$US)	Número de Turistas (milhar)
202.000	84	2,4	3,8	71/79	13.864	595	117	95
IDH 2000		Posição Mundial		Índice de expectativa de vida		Índice Nível de instrução		Índice do PIB
0,85		35		0,83		0,88		0,84

Quadro 2 : Indicadores estatísticos sociais e econômicos da Guiana Francesa.
Fonte: adaptado de FRANCE (2007).

Segundo os dados de France (2007), e apresentados acima o IDH, da Guiana em 0,85%, possui um nível mais elevado, se relacionado com os países vizinhos como Brasil, com 0,757 e Suriname com 0,756. Isso demonstra que mesmo em retardo no desenvolvimento interno do país, a dependência e o aporte financeiro da França têm feito com que haja certa evolução na dinamização econômica e social.

Os dados estatísticos das relações comerciais no que tange às exportações e importações face à contribuição destas áreas para a economia local, como mencionado anteriormente, mostram certo privilégio da Guiana é privilegiada quanto às suas relações comerciais com a União Européia e a França, sem deixar de manter intercâmbio com seu ambiente regional, apesar de ocorrer sobre bases primárias. A exportação destinada à América Latina não diminui e os dois países limítrofes não escapam a esta inclinação, embora uma nova perspectiva tenha se criado em 2005, com estes dois países. O montante das importações provenientes do Brasil aumentou 41% em 2005, passando de 5,6 milhões em 2004 para 7,9 milhões de euros em 2005.

A seguir, observe-se as Tabelas 4 e 5, com as principais exportações e importações realizadas pela Guiana no período de 2000 a 2005.

Tabela 4: DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES GUIANENSE

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
France	70,9%	66,1%	69,8%	79,3%	71,2%	71,0%
dont	7,6%	8,0%	5,7%	9,4%	9,2%	6,9%
Antilles Françaises						
Union	8,6%	10,1%	11,8%	2,7%	6,2%	13,8%
européenne						
Autres	5,5%	3,0%	8,7%	10,8%	17,2%	11,1%
pays d'Europe						
Amérique	5,6%	7,7%	7,9%	5,7%	3,2%	3,2%
Latine						
dont Brésil	4,3%	5,6%	3,9%	2,3%	1,0%	3,1%
Dont	1,1%	1,1%	0,8%	0,0%	0,4%	0,1%
Suriname						
Divers	9,4%	13,1%	1,9%	1,5%	2,2%	1,0%

Fonte: FRANCE (2007).

As exportações guianenses no ano de 2000 em 8,6% destinadas a União Européia e 7,6% às Antilhas Francesas, demonstrando que este DUF mantém, inclusive na economia, fortes laços com a metrópole e seus vizinhos do continente europeu, além dos demais DUFs, seguindo as orientações da política econômica da França. Ressalta-se que para com o Brasil, o percentual de exportação de 4,3% é um índice baixo, demonstrando que as relações comerciais com o Brasil ainda são bastante insipientes. No que concerne à procedência das exportações guianenses observa-se a intensa relação com a União Européia, com 12,4% e com o Brasil apenas 0,8% no ano de 2000

Tabela 5: PROCEDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES GUIANENSES

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
France	58,1%	54,9%	54,1%	49,9%	49,5%	44,5%
dont	2,0%	2,6%	2,3%	2,7%	2,3%	2,2%
Antilles Françaises						
Union	12,4%	11,6%	11,5%	11,4%	10,8%	10,3%
européenne						
Amérique	11,7%	11,2%	9,8%	10,8%	10,6%	13,8%
Latine						
dont Brésil	0,8%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	1,1%
Dont	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%
Suriname						
Dont	10,7%	10,2%	8,7%	9,6%	9,4%	12,5%
Trinidad						
Asie	6,1%	6,0%	4,9%	4,9%	5,5%	5,7%
Divers	11,7%	16,2%	19,7%	23,0%	23,6%	25,6%

Fonte: France (2007).

Assim, segundo o estudo em referência as importações provenientes do Brasil apresentaram um ligeiro aumento (+ 0,3) em 2005, revelando a necessidade de a Guiana desenvolver e/ou intensificar as relações comerciais com o Brasil. Paralelamente, o montante das exportações destinadas ao Brasil estão passando de 0,9 milhões de euros em 2004 a 2,9 milhões de euros em 2005. Mesmo com tais índices em crescimento é de se observar que a Guiana, segundo Arouck (2001 p. 88), é,

Do ponto de vista estrutural, a Guiana Francesa é econômica, social e culturalmente mais ligada ao Caribe do que ao continente a que pertence, apesar de sua forte dependência da metrópole. A Guiana Francesa, portanto, embora esteja localizada no continente sul-americano, não está ainda integrada nem política nem economicamente a esse conjunto.

Essa realidade econômica, de dependência, que a Guiana Francesa mantém com a França, possivelmente será alterada após a interligação transfronteiriça a ser estabelecida com o Brasil e demais países da fronteira norte, por via terrestre. A intensificação de um fluxo comercial com a América do Sul é, atualmente, a possibilidade de expansão do setor econômico guianês com o Brasil, facilitando a compra e venda de matéria-prima e produtos beneficiados. A expansão comercial e das relações econômicas desse DUF com a América do Sul fará com que essa Guiana se torne mais autônoma e faça prevalecer a aproximação desta com os demais países vizinhos.

Internamente, a organização política da Guiana Francesa é descentralizado. É uma região monodepartamental subdividida em dois *arrondissement* administrativos. São vinte e duas comunas reagrupadas em três estruturas intercomunais das quais duas são fronteiriças: com o Suriname, e com o Brasil, uma no litoral, no entorno do Oceano Atlântico, e a do interior do país, Figura 6.

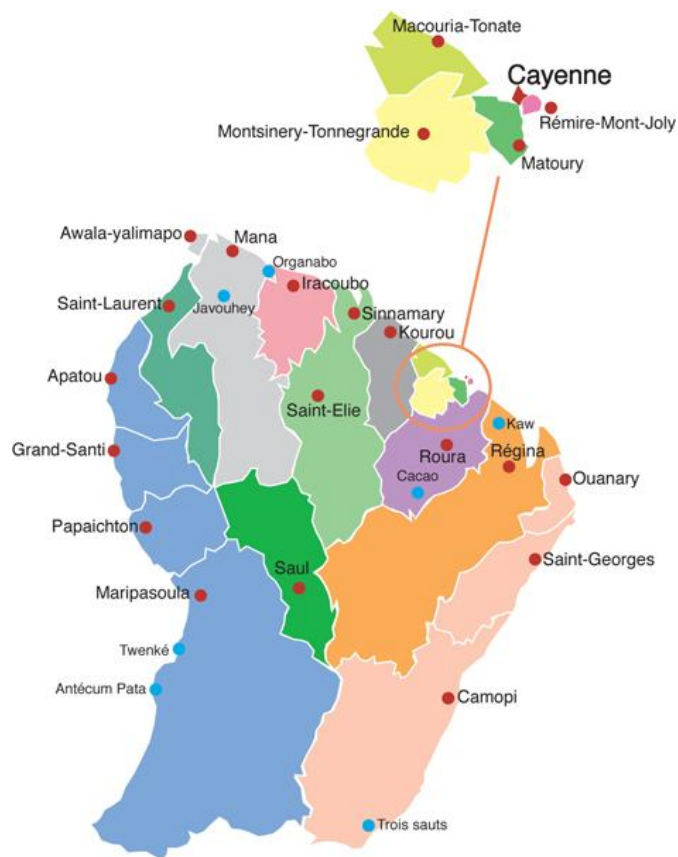


Figura 6: Representação das Comunas – Guiana Francesa
Fonte : GUYANE (2007).

A administração está a cargo do Prefeito do Departamento, e de representações do Conselho de Desenvolvimento da França, sediado na metrópole. A assessoria é realizada por uma Secretaria Geral, ambos os cargos são indicados pelo Presidente da República Francesa. Na nova ordenação administrativa, os DUF, os nascidos na Guiana são considerados franceses, com os mesmos direitos civis dos metropolitanos. De acordo com Arouck (2001, p. 87),

Nessa Guiana a administração é de gestão, em vez da França assumir uma estratégia de desenvolvimento efetivo e a prazo longo. Essa perspectiva impõe uma limitação grande à mesma, por exemplo, enquanto DUF, ela não participa de nenhuma estrutura ou organização internacional das Américas. Suas relações internacionais, no contexto das nações, com autonomia, não existem, a não ser a partir da ligação com a França metropolitana, Sua estrutura econômica como moeda, sistema financeiro etc., é totalmente francesa. Seu sistema de defesa é francês e o seu chefe de Estado é o Presidente da França.

O Programa de Cooperação Transfronteiriça da Amazônia, objetiva contribuir para a criação de um espaço regional de cooperação entre o Brasil, Suriname e o DUF, além da inserção deste, na América do Sul. A União Européia reconhece o estado de Região Ultra-Pérférica (RUP) da Guiana, que foi estabelecido pelo Tratado de Amsterdam (artigo 299§2), caracterizado em particular como: afastado em relação ao continente europeu; relevo e clima difícil; dependência econômica de qualquer produto. Tais regiões fazem parte da União Européia e recebem atenção especial nos diversos setores e têm direitos diferenciados, ou seja, de acordo com suas especificidades.

Entre as vinte e duas comunas existentes no território francês, para efeito deste estudo, destaca-se a de Caiena, por ser o centro das decisões e São Jorge do Oiapoque e Camopi, por estarem geograficamente localizadas na região fronteira com o Brasil, e estabelecerem relação direta com o município do Oiapoque, com a sede municipal e Vila Brasil, respectivamente, além de categorizarem-se como cidades-gêmeas.

A capital da Guiana Francesa, Ilha de Caiena, localiza-se na porção norte deste DUF, nas coordenadas N 04° 56. 21” e W052° 20. 41”, na foz do rio Caiena com o oceano Atlântico, formando um estuário de cerca de 2 km. A superfície da ilha é de 23,60 km², e população de 64.297 hab (2007). A formação histórica e econômica segue o de toda Guiana Francesa. Em termos econômicos, Caiena é um centro industrial de camarão para exportação e um centro turístico e por ter em seu entorno o centro Espacial de Kourou, que anualmente recebe turistas de todo o mundo, além dos trabalhadores da metrópole que constantemente utilizam os equipamentos da capital, tem contribuído para geração de renda. É uma cidade agradável do ponto de vista do multiculturalismo, por ser um território europeu na Amazônia, e por possuir diversidade natural atraindo os aficionados pela natureza. Ao mesmo tempo que mantém um aspecto tradicional, o moderno está presente nas exigências do mundo globalizado e na necessidade desta, enquanto capital, atender à expansão das novas tecnologias, mas que guarda a historicidade de seu povo construída ao longo dos séculos, Fotografias 11 e 12.



Fotografia 11: Aspecto da área central de Caiena/GF.
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 12: Aspecto da área central de Caiena/GF.
Fonte: Cruz (2009).

Percebe-se a influência caribenha e francesa nas ruas de Caiena. Possui infra-estrutura de apoio satisfatória, com distribuição de água, energia elétrica, um comércio diversificado e representado principalmente pelos chineses. Os restaurantes dispõem de serviços à francesa, com preços elevados, principalmente pelo fato dos produtos serem importados da metrópole,

além daqueles que oferecem comidas típicas locais. Há cinemas, bares, mercados, bibliotecas, igrejas, museu, bancos, correios, serviços telefônicos e prédios históricos que chamam a atenção dos visitantes, pela peculiaridade de suas construções, um misto de tradicional e moderno, com expressividade o prédio que abrigou a Prefeitura de Caiena, e que hoje é o hotel de *Ville*. O coração da cidade de Caiena é a *Places des Palmistes*, concentrando prédios que mantêm a arquitetura tradicional, Fotografias 13, 14 e 15, com palmeiras plantadas desde o século XIX. Caiena possui outras praças arborizadas e prédios históricos.



Fotografia 13: Aspectos da arquitetura tradicional de Caiena/GF
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 14: *Place de Palmistes* em Caiena/GF.
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 15: Antigo prédio da Prefeitura de Caiena.
Atualmente Hotel.
Fonte: Cruz (2009).

Como todo centro urbano, Caiena apresenta áreas consideradas nobres para moradias, e em função do processo de modernização está criando área de expansão para os chamados condomínios fechados, e por estar localizada em área litorânea, é justamente, nesse território praiano, que Caiena está recebendo o processo de expansão urbana, Fotografia 18. Observam-

se, ao longo do litoral, obras diversas que reafirmam o processo de modernização da cidade através das novas configurações das moradias. Por outro lado, e em decorrência de Caiena receber um fluxo alto de migrantes, brasileiros, venezuelanos, surinameses, haitianos, chineses, entre outro, é que também se observou algumas “ilhas”, bairros, que servem de moradia, Fotografia 16, para esses agrupamentos, quer por afinidade lingüística ou cultural, estabelecem um laço de solidariedade e apoio para a resolução de problemas, principalmente os relacionados à ilegalidade de permanência neste DUF.



Fotografia 16: Vila de Migrantes. Caiena – Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 17: Condomínios nas Praias de Caiena. Área de expansão imobiliária.
Fonte: Cruz (2009).

O sistema hoteleiro funciona com dois hotéis de categoria internacional, e os demais em categorias diversas, indo desde os chamados *Studios* até os hotéis ecológicos. As agências de turismo operam pacotes turísticos locais, além da venda de passagens e produtos brasileiros, como o nordeste. Há agências comercializando produtos da Amazônia brasileiro, como Marajó, Santarém, Manaus e Belém, principalmente no período do círio de Nazaré. Os serviços de saúde, segurança e educação trabalham seguindo as orientações do Conselho Geral, que são aplicados em toda a Guiana Francesa.

Por localizar-se na região litorânea da Guiana Francesa, Caiena possui algumas praias, Fotografias 19 e 20, destacando-se *Montjoly*, considerada a melhor praia do litoral. Observou-se que as praias não são dotadas de infraestrutura física, os banhistas se dirigem para lá no intuito de banhar-se, tomar sol e contemplar a natureza. Não há estabelecimentos para venda de água ou alimentos. Entre os produtos turísticos vendidos em Caiena está o *Centro Spatial Guyannais*, na Comuna de Kourou, que possui uma população preponderantemente de brancos. A atração turística principal é o Centro Espacial, que ocupa uma zona costeira de 30 km de extensão. Além da Base de Lançamentos, existe o *Musée de l'Espace*, retratando a exploração espacial francesa, lugar muito interessante para conhecer.



Fotografia 18: Praias de Caiena. Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 19: Praia de Caiena. Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).

O arquipélago *Îles du Salut*, é composto por três ilhas: *Île Royale*, *Île St. Joseph* e a *Île Du Diable*, Fotografias 22 e 23. Estas abrigaram por séculos, a sede da colônia penal francesa, construída em 1852. O conjunto de ilhas impressiona pela paisagem e pela história do lugar. A colônia penal permaneceu em atividade até 1953, e, durante esse período, mais de 90 mil pessoas, entre homens e mulheres, foram prisioneiros neste lugar. Dentre as três ilhas, apenas duas recebem visitação, a *île Royale* e a *St. Joseph*, que são monitoradas pelo *staf* do Centro Espacial. Os passeios têm duração de um dia e partem de marinas localizadas em Kourou, em embarcações locadas pelas agências de turismo, Fotografia 21. As visitas são realizadas em francês. Para os que desejam pernoitar apenas uma das ilhas oferece hospedagem.



Fotografia 20: Embarcação e porto de chegada no arquipélago *Îles Salut*
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 21: Aspecto das Ilhas “*Diable e St. Joseph*”
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 22: Îles *St. Joseph e Royale*
Fonte: Cruz (2009).

Atualmente, pode-se chegar a Caiena por vias terrestre, fluvial e aéreo. O Aeroporto de *Rochambeau*, com capacidade para operar aeronaves de grande porte, apresenta o seguinte quadro de companhias e destinos, Quadro 3,

ORIGEM	DESTINO	COMPANHIA
Caiena	Lyon e Paris – França Martinica - DUF Belém/PA	Air Caraibes
Caiena	Paris	Air France
Caiena	Maripasoula Saul Saint-Laurent Du Maroni	Airguyane

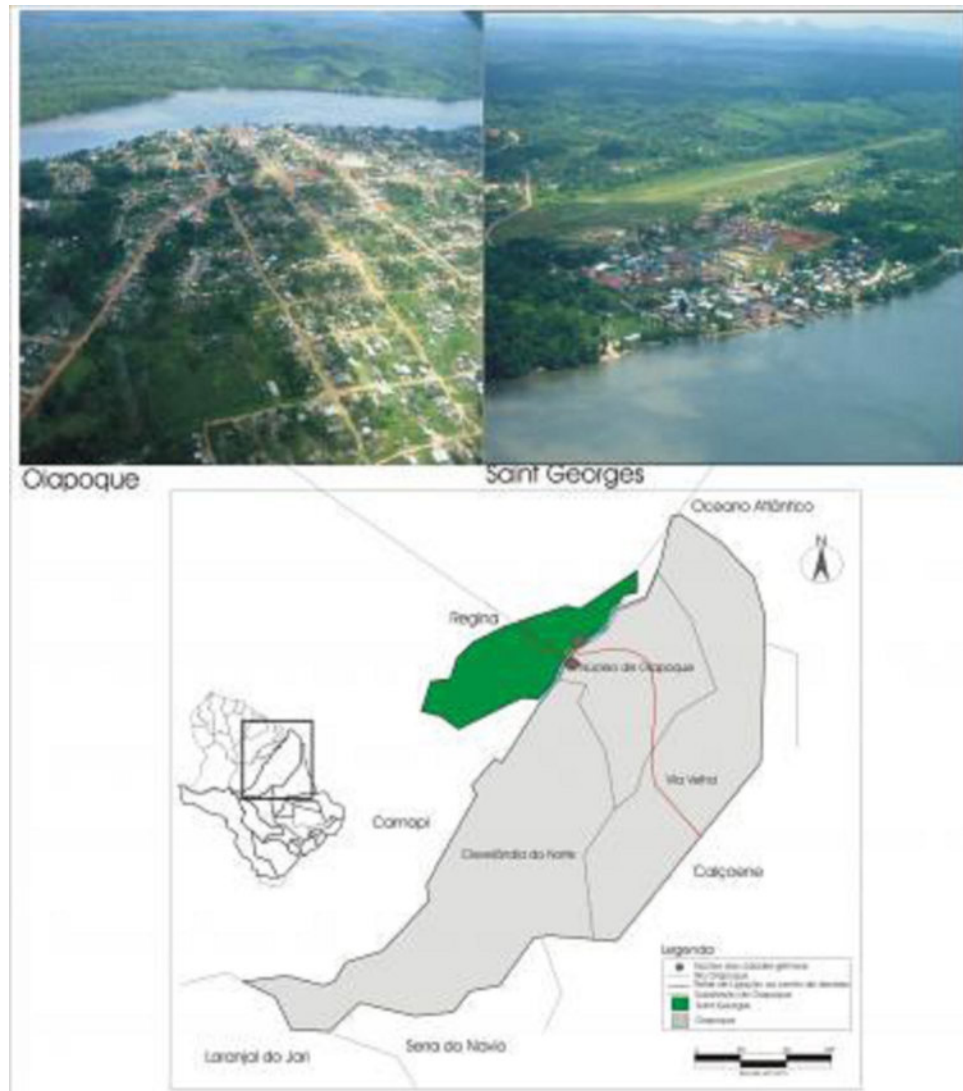
Quadro 3 - Companhias Aéreas e destinos partindo de Caiena – DUF

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

É importante observar que, em termos de rotas aéreas, Caiena está interligada com a Europa, Caribe e América do Sul, através da cidade de Belém, porém, o fluxo para esta ainda é restrito, com apenas dois vôos semanais, sendo que para os destinos da Europa e Caribe a rota é feita diariamente. Por outro lado, ressalta-se que os preços das passagens aéreas entre Caiena e Belém são considerados elevados para o padrão brasileiro, ficando em torno de R\$ 1.600,00, entre ida e volta. Na questão do transporte terrestre, Caiena é servida pela *Route Nationale 2*, que atravessa este DUF, partindo de São Jorge, passando por *Régina*, Caiena e seguindo em direção a *Saint Laurent Du Maroni* na fronteira com o Suriname. O transporte e rotas fluviais são para as cargas que chegam e saem pelo porto de Caiena, assim como para o transporte de passageiros, interligando as comunas ao longo dos rios.

3.3.5 Comuna de São Jorge do Oiapoque

A Comuna de São Jorge é uma cidade pequena com aproximadamente 2.883 km², e 2.153 habitantes, Institut (1999), Mapa 7 e Fotografia 24. Localiza-se na faixa de fronteira com o Brasil, tendo como divisor o rio Oiapoque.



Mapa 7: Localização das cidades-gêmeas de Oiapoque e Saint Georges
 Fonte: SILVA, G. V. (2009).



Fotografia 23: Frente da Comuna de São Jorge – Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).

A economia influenciada pelas dinâmicas do turismo, da pesca e da agricultura, é a comuna mais amazônica da França, juntamente com Camopi. Situa-se às margens do rio Oiapoque, e serve de passagem para àqueles que desejam chegar ao Brasil, por via fluvial. Mantém um intenso fluxo de turistas que, diariamente, atravessam o rio para chegar a Amazônia Brasileira, nas chamadas catraias, embarcações que fazem o transporte fluvial entre o Brasil e o DUF, Fotografia 25.



Fotografia 24: Travessia entre Município do Oiapoque/Brasil e
São Jorge/Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).

A Comuna de São Jorge do Oiapoque localiza-se no leste da Guiana Francesa, nas seguintes coordenadas geográficas, N 03° 53. 32' e WO 51° 48. 07'. Mantém relação direta com a sede do município do Oiapoque através do rio de mesmo nome, e com Caiena e Kourou, principais cidades da Guiana Francesa, pela *Route Nationale 2*, que é parte integrante da rodovia Transguianense. Segundo estimativas de 2006, essa comuna possui 3.200 habitantes, porém há controvérsias em relação a esse número, pois em estudos de Silva (2007), este aponta que este número pode estar chegando em 5.000hab. Assim como, em toda Guiana Francesa a formação populacional de São Jorge é de *créole*, índios, brasileiros, franceses e chineses.

A economia, além do turismo, da pesca e agricultura, possui um centro comercial que atende às necessidades básicas dos moradores e transeuntes, Figura 36, inclusive com a frequência constante de brasileiros interessados em adquirir produtos franceses, como vinhos, queijos e demais iguarias. Há restaurantes, lanchonetes e pequenos bares frequentados por brasileiros, índios e o Guianês, Fotografia 27.



Fotografia 25: Centro de São Jorge/Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 26: Restaurante e Hotel *Chez Modestine*
Fonte: Cruz (2009).

Como em toda a Guiana Francesa, a população de São Jorge recebe recursos da Metrópole como subsídio para a educação das crianças. Na questão da educação, há escolas públicas, Fotografia 28, com formação até o nível médio, em período integral, por isso que não se vê crianças na rua. Ao concluir o período escolar, os jovens são encaminhados para a Universidade, em Caiena ou na Metrópole Francesa.

Entretanto, é uma cidade, aparentemente, pacata, com a presença ostensiva da Guarda Nacional Francesa – ‘Gendarme’, Fotografia 29, e da PAF – Polícia Aduaneira Francesa, Fotografia 30 . Os problemas detectados dizem respeito a furtos de veículos que, segundo a polícia local, é feito por brasileiros para o traslado de clandestinos ao garimpo da Guiana Francesa. O sistema de comunicação segue o mesmo de Caiena, com telefonia móvel e fixo, e telefones públicos. No quesito cultural e religioso, vê-se uma igreja católica e não há indícios de manifestações culturais importantes, apenas eventos programados por Caiena e pela Prefeitura da Comuna.



Fotografia 27: Escola Pública na Comuna de São Jorge/GF
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 28: Sede da PAF/São Jorge/GF
Fonte: Cruz (2009).

Fotografia 29: Sede da Gendarmie/
São Jorge/GF
Fonte: Cruz (2009).

O que tem caracterizado o turismo, nesta comuna, é o que se pode chamar de turismo de compras, assim como serve de passagem para aqueles que desejam chegar ao Brasil, via município do Oiapoque, ou a Caiena, via *Route Nationale 2*. Observa-se que não há um apelo turístico significativo na comuna que possa motivar o interesse para um turismo especial, o que se observa são “chamadas” em que esta comuna configura como um ponto de apoio àqueles que querem conhecer a Amazônia, tanto brasileira como francesa. Os equipamentos de apoio ao turismo, como hotéis, pousada, agências de turismo são poucos, apenas três hotéis e aproximadamente 50 apartamentos (informação verbal)¹⁸.

O sistema de transporte e acesso é satisfatório. Internamente, a comuna é pequena, com vias asfaltadas, e o deslocamento da população dá-se através de veículos particulares, bicicletas ou motos. Para sair da Comuna via *Route Nationale 2*, Fotografias 31 e 32, há um sistema de transporte em *navette*, Fotografia 33, que transportam passageiros entre São Jorge e Caiena e demais Comunas, custando aproximadamente 40€ até Caiena, num tempo de 2h 30min, percorrendo 185 km. O transporte fluvial também é realizado pelas catraias, via rio Oiapoque, em direção a diversas comunidades da Guina Francesa e do Brasil. O valor cobrado entre São Jorge e município do Oiapoque está em 10€, num percurso realizado em 15min.



Fotografia 30: Route Nationale 2 – Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).

¹⁸ Adriana Franklin. Entrevista concedida à Silvia Cruz, set. 2009.



Fotografia 31: Route Nationale 2 – Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 32: Navettes – Caiena
Fonte: Cruz (2009).

Por ser a mais amazônica das comunas deste DUF, ao lado de Camopi, este estudo buscou aprofundar a importância estratégica de São Jorge no que tange ao turismo, no contexto de desenvolvimento dessa faixa de fronteira. A ponte que ligará a Guiana Francesa

ao Brasil não afetará diretamente essa Comuna, em face da distância de aproximadamente 32 km que ficará desta, Fotografais 34 e 35. Moradores do local não apresentaram perspectivas positivas em relação à construção da ponte, pois no ponto de vista destes, hoje o que proporciona movimentação a esta Comuna é a ligação que mantém com os Oiapoque e Caiena abrigando os meios de transporte e obrigando que todos a tenham como passagem obrigatória.

A despeito dos problemas hoje enfrentados pelas autoridades locais quanto à entrada clandestina de brasileiros, visando chegar aos garimpos franceses, o que tem ocasionado muitos fatos conflitantes com os brasileiros que chegam a Saint George, com o objetivo inclusive de prestar serviços oficiais ao governo, além de alguns conflitos estabelecidos com jornalistas brasileiros. A materialização desses fatos é que ao longo da *Route National 2*, é comum avistar carros de brasileiros clandestinos abandonados e queimados pela *Gendarme*, Fotografia 36, em represália pelos atos ilegais cometidos e na tentativa de evitar o retorno desse cidadão ao território da Guiana Francesa. Além da fiscalização ostensiva aos veículos que se dirigem à Caiena, que são parados no posto de fiscalização da *Gendarme*, Fotografia 37, quando o motorista e todos os passageiros, brasileira ou não, são obrigados a apresentar documentos, para verificar a legalidade de permanência.



Fotografia 33: Local destinado para Ponte. Vista do Oiapoque
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 34: Canteiro de Obras da ponte.
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 35: Carro Queimado Route National 2.
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 36: Posto de Fiscalização da Gendarmerie – RN 2
Fonte: Cruz (2009).

A construção da ponte fará com que aqueles que utilizam São Jorge como passagem não o façam mais, pela facilidade de acesso proporcionada pela nova construção. Essa mudança tem criado percepções diferenciadas quanto aos benefícios econômicos que a ponte trará para as comunidades, que se mostraram confusos, pois segundo os catraieiros, taxistas, agentes de turismo, técnicos do SEBRAE e prefeitura municipal, por aquela estar localizada fora do centro urbano de ambas as cidades, o fluxo de pessoas que utilizarão essa ponte não terão o município do Oiapoque, nem a comuna de São Jorge como base de apoio, ou seja, passarão direto ao seu destino final. Entretanto, em nossa análise há outra percepção, pois um condutor fazer um percurso entre Macapá e Caiena, percorrerá aproximadamente 700 km, assim, mesmo com uma estrada em nível de excelência, o mesmo precisará de descanso entre os trechos, e essas cidades são as que oferecem melhores condições para tal.

3.3.6 Comuna de Camopi

A Comuna de Camopi localiza-se na região do médio rio Oiapoque, na “boca” do rio Camopi, afluente da margem esquerda do Oiapoque. É, juntamente com Saint George, a mais amazônica das comunas guianenses. Geograficamente, está nas seguintes coordenadas: N 03° 10. 23” e W052° 19. 82’, na região Sudeste da Guiana Francesa. Possui superfície de 10.454, 34 Km², com 1.032 habitantes (*PARC NATIONAL*, 2009), faz parte da área demarcada do *Parc Amazonien de Guyane*. Porém, a prefeitura de Camopi informou que o contingente populacional é de 1.632 hab, incluindo a aldeia de Três Saltos. É organizada em uma vila central, Camopi, com infraestrutura, e a Aldeia de Três Saltos, no alto rio Oiapoque, sem acessibilidade fácil e sem estrutura de apoio. O acesso a Camopi se dá através rio Oiapoque, que apresenta grandes entraves e problemas, ou por meio de transporte aéreo fretado, que custa em média 470€ por pessoa.

Em termos de organização social, a Comuna de Camopi segue as orientações do Conselho Regional, sediado em Caiena, porém com autonomia para decisões internas da comuna. O prefeito é índio, eleito através de eleições diretas que já acontecem desde o ano de 1980. O orçamento destinado para a Comuna, segundo dados da Prefeitura de Camopi (2009), é de 1.600.000€ para custeio (funcionamento) e 1.800.000€ para investimento, tendo como fonte a Comunidade Européia. A formação histórica e econômica da comuna está diretamente relacionada a sua demografia, pois Camopi é terra indígena *Wayampis* e *Émerillons*, e mesmo seguindo a organização administrativa de Caiena, tenta manter as tradições dos povos

indígenas, a despeito das transformações inevitáveis. No plano administrativo, os habitantes de Camopi, não são diferentes dos demais cidadãos franceses. Segundo informações da prefeitura, ao longo do rio Camopi há 10 aldeias indígenas, as que estão mais no interior do rio mantêm a língua Tekô, Fotografia 38.



Fotografia 37: Indígenas do Camopi/GF.
Fonte: Cruz (2009).

A população índia residente em Camopi mantém relação comercial com Vila Brasil, em território brasileiro. Por serem considerados cidadãos franceses recebem todos os benefícios e incentivos que o governo francês destina para as regiões periféricas, como o subsídio para as famílias manterem as crianças na escola, recursos pago por filho até os 16 anos. Em média, o valor recebido por família varia de 2.500€ à 3.000€. Ao receberem, mensalmente, o valor correspondente, vão até Vila Brasil e adquirem no comércio local suprimentos para as casas, alimentação, bebidas e material de caça e pesca. O problema que se cria com tanta fartura, é o desvirtuamento do uso dos recursos, como por exemplo, o consumo de álcool por índios franceses em Vila Brasil, fato observado na pesquisa de campo.

No território indígena de Camopi há um centro de apoio aos índios, a Gendarme e a Legião Estrangeira, organizações militares que mantém a ordem e a proteção das fronteiras, Fotografias 39 e 40. É comum o deslocamento destas organizações ao longo do rio Oiapoque em busca de garimpeiros clandestinos. Os prédios existentes abrigam a *Gendarme*, e a Polícia Aduaneira Francesa (PAF), a Prefeitura de Camopi, a Escola local, o Hospital. Atravessando o rio Camopi há a sede e as instalações de apoio a Legião Estrangeira, Fotografia 41, que

mantém um aeroporto com capacidade para receber aeronaves de grande porte, assim como helicópteros. O objetivo desse aparato militar e civil é garantir, no lado francês, a proteção de suas fronteiras e de seus recursos naturais, contra a prática ilegal do garimpo ou qualquer outro tipo de ameaça.



Fotografia 38: Sede da Gendarme. Camopi/GF
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 39: PAF. Camopi/GF
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 40: Legião Estrangeira. Camopi/GF
Fonte: Cruz (2009).

A educação formal dos índios é organizada pela Prefeitura da Comuna, juntamente com a direção da escola. A escola em Camopi, Fotografias 42, 43 e 44, segundo o Sr. Roger, diretor da mesma, avançaram em sua proposta nos últimos dez anos afirmando, inclusive, que “o avanço da Guiana Francesa e de Camopi vem da Escola”. Atualmente, há 315 crianças matriculadas, entre o pré-escolar e o ensino médio, após esse período são encaminhados para cursar a faculdade em Caiena ou na Metrópole francesa. A escola conta com 23 professores

com formação universitária, oriundos de Caiena, Paris ou Martinica, que devido o difícil acesso para a escola, residem na Comuna, Fotografia 45, pelo período em que estão trabalhando. O mesmo ocorre com as famílias indígenas que residem fora do centro de Camopi. A frequência escolar é obrigatória por conta do subsídio financeiro.



Fotografia 41: *Ecole Publique du Camopi/GF* e Sala de Aula.
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 42: Salas de Aula. Camopi/GF
Fonte: Cruz (2009).

Fotografia 43: Aula ao ar livre. Camopi/GF
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 44: Casa de Professores. Camopi/GF
Fonte: Cruz (2009).

O hospital em Camopi conta com a presença de dois médicos, também franceses. Os procedimentos mais realizados são os exames de rotina como: obstetrícia, pré-natal e atendimento de urgência e emergência. Os casos mais graves são encaminhados para Caiena, via aérea, em aviões fretados pela Prefeitura. As doenças mais comuns são as dermatológicas e a diarreia. As doenças endêmicas como a malária estão controladas. Não há registros de casos de dengue, febre amarela e o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Há campanhas de vacinação sistemáticas, assim como, campanhas de prevenção da gravidez. Os principais problemas estão relacionados ao alcoolismo e suicídios, principalmente entre os jovens, que ao deslocaram-se para Caiena a vontade para acompanhar o programa escola da capital, com isso voltam para a Camopi, deparando-se com algumas contradições: ao saírem para Caiena perdem o aprendizado das tarefas tradicionais, e não conseguem seguir a escola, sentem-se deslocados e “perdidos” chegando a cometer suicídio. Há a iniciativa de criar um programa de acompanhamento psiquiátrico e psicológico, porém ainda não é de forma sistemática, e conseqüentemente com pouco efeito positivo.

O sistema de comunicação segue o padrão da Guiana Francesa, na escola e prefeitura há acesso à internet, banco, correio e uma espécie de armazém para venda de produtos diversos, desde alimentação, bebidas, produtos de limpeza, queijos, etc., com preços em euro, Fotografia 46.



Fotografia 45: Armazém de Camopi/GF
Fonte: Cruz (2009).

O meio de transporte dos índios são as lanchas voadeiras, que transitam livremente pelo rio Oiapoque e Camopi, inclusive entrando e saindo de território brasileiro. Os brasileiros, por sua vez, para adentrar na Comuna, necessitam manter contato prévio, solicitar autorização de entrada, detalhando o motivo da visita. Por ser uma área indígena, e estar localizada no médio rio Oiapoque, e hoje compor a área do *Parc Amazonien de Guyane*, apresenta diversidade cultural e ambiental riquíssimas, apesar das constantes ameaças do garimpo ilegal.

Ao ser informado sobre a questão do turismo no território de Camopi, que está sendo incluído através de Caiena, na divulgação deste produto nos materiais promocionais, o Prefeito da Comuna, Sr. Rene, foi taxativo em afirmar que “as pessoas não querem ver o turismo”, que é necessário “preparar o local para o turismo no futuro” e que “o Comitê de Turismo de Caiena e as agências não tem autorização para divulgar a Comuna”. Porém diz que quem decide sobre a questão do turismo é a Prefeitura da Comuna e os caciques, ficando a aldeia de Três Saltos de fora de projetos para o desenvolvimento do turismo. Havendo inclusive possibilidades de se trabalhar com o Brasil.

3.4 AMAZÔNIA BRASILEIRA - ESTADOS DO AMAPÁ E PARÁ

A Amazônia brasileira, segundo Bertini; Cruz; Gomes (2004) possui uma extensão de 5.109.812 km², correspondendo a cerca de 60% do território nacional e, aproximadamente, a 70% da chamada Pan-Amazônia ou Amazônia Continental, que inclui áreas pertencentes ao Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Venezuela, República Cooperativa da Guiana e Guiana Francesa. Localiza-se na parte norte do Brasil, fazendo limites com todos esses países, à exceção do Equador, detém uma faixa de fronteira da ordem de 12 mil quilômetros. Possui uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 60% do território brasileiro.

No Brasil, a Amazônia Legal¹⁹ é formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. No contexto nacional do turismo, ela está entre as prioridades de investimentos para o Governo Federal, pois é inegável a potencialidade turística dessa região, que conserva seu patrimônio natural, cultural e a riqueza biológica. Tais recursos, formam um complexo desenho ecológico, que se integra, através das fronteiras transnacionais, em continuidade a floresta e agregam valores dos recursos hídricos, harmonizando a paisagem amazônica, segundo dados referenciados por Bertini, Cruz e Gomes (2004).

Em termos territoriais, a Amazônia detém 1/3 da floresta tropical úmida do planeta, com baixa densidade demográfica, formando ilhas de povoamentos, e grandes extensões de terras naturalmente postas ao homem com todos os seus desafios e complexidade sociocultural, visando o aproveitamento estratégico de interesse internacional, traduzindo-se em interesses de mercado e relevância social.

Além dos recursos biológicos, é importante ressaltar a existência de reservas de minérios como ferro, bauxita, ouro, cassiterita, nióbio, manganês, titânio, que estão sendo explorados por capital nacional e internacional, visando matérias-primas essenciais ao desenvolvimento tecnológico mundial. Os recursos disponíveis na Amazônia, principalmente as bacias hidrográficas, começam a ser identificadas como alternativas a implantação de hidrelétricas e ao desenvolvimento da prática pesqueira, seja em escala industrial, artesanal ou esportiva. Com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento industrial e turístico das

¹⁹ Definição criada por critérios administrativos, por meio da lei 1806 de 1953, que criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), visando delimitar a área de atuação desse órgão.

microrregiões em potencial, é que Amazônia (2004) realiza o estudo do potencial ecoturístico da região, seguindo a concepção de pólos, sendo a proposta de planejamento que objetiva a criação de centros indutores de desenvolvimento, que irradiam as ações para os demais núcleos em seu entorno, segundo Beni (2003). Para a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) (2004, p.20) atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM):

[...] a Amazônia detém 80% da água doce disponível no território brasileiro - a grande riqueza deste novo milênio, pela sua gradativa escassez - ou 6,4% daquela disponível no Planeta, considerando que o Brasil detém 8% da água doce existente na Terra.

Ainda de acordo com Amazônia (2004, p. 21), essa região possui valorização estratégica como espaço territorial e fundamenta-se:

Na extensão territorial, bem como em sua auto defesa, representada, no caso, pelo "fator amazônico", constituído pelas imensas distâncias e pela cobertura de massa florestal que, até agora, bloquearam a ocupação, e pelo novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural, cuja expressão máxima é a biodiversidade;

- Na nova posição estratégica como entroncamento dos blocos de poder norte-americano, europeu e asiático;
- Na sua identidade cultural que, fundada na diversidade social, constitui inestimável fonte de saber local e de conhecimento ímpar sobre a natureza tropical, cujas práticas alternativas geram formas novas de uso e proteção da biodiversidade;
- No potencial e na oportunidade que representa para o mundo, de promover uma utilização alternativa de recursos naturais; e
- Na ampliação das comunicações e da própria circulação (de informação, dinheiro, negócios) permitida pelas redes de telecomunicações que conectam pontos do território horizontalmente, com outros pontos e, verticalmente, com o espaço nacional e transnacional.

A Amazônia brasileira situa-se no Platô das Guianas, que faz limites e fronteira com a Guiana Francesa, será considerada para efeito deste estudo, especificamente, a área do estado do Amapá, a capital Macapá e o município do Oiapoque, que historicamente, representam a resistência pela ocupação e contestado questionado pela República Francesa no século XIX.

3.4.1 O estado do Amapá – história, geografia e caracterização socioeconômica, cultural e política.

A história do Amapá, Assim como o processo de ocupação que ocorreu em toda a Amazônia, estando vinculado às incursões de portugueses, espanhóis e franceses que tentaram conquistar a região desde o século XVI. Além desses, o Amapá recebeu também a visita de holandeses, ingleses e irlandeses, principalmente por sua localização estratégica, nos limites do território brasileiro, e que exploravam as drogas do sertão. Em 1500, Vicente Pizon percorre o rio Oiapoque, que recebeu inicialmente o nome deste navegador, e que, por muitos anos, serviu de palco para as disputas entre franceses, brasileiros, ingleses e holandeses pelas terras do Cabo Norte. Segundo Cardoso (2003, p. 10),

Desde o período colonial, a questão de fronteiras na Amazônia representa uma discussão bastante delicada tendo em vista a extensão dessa região que gerou inúmeras dificuldades no controle de sua posse. Uma das formas do governo português garantir o seu domínio sobre esta região foi dividir a sua colônia, na América, em dois estados praticamente independentes entre si. De forma que no século XVIII, foi criado o Estado do Grão Pará e Maranhão separado do Estado do Brasil. Porém, nem mesmo esta medida conseguiu assegurar sua posse definitiva, haja vista, além da extensão da região, haver o acesso difícil e o baixo contingente populacional (Machado, 1998).

O estado do Grão Pará e Maranhão, que incluía o atual estado do Amapá, foi parte da América Espanhola e passa a ser oficialmente ocupado pelos portugueses durante a União Ibérica. Desta maneira, a região do Cabo Norte contava com a presença de franceses, portugueses, ingleses e espanhóis desde o início do século XVII (CARDOSO, 2003). É somente a partir desse século que os portugueses, efetivamente, traçam políticas de ocupação desta região. Porém foi no século XVIII, com Marquês de Pombal, que as fortificações militares, vilas e expulsão dos jesuítas e demais ordens religiosas efetivou a ocupação de forma concreta. Fato constatado com a construção da vila de Macapá e Mazagão.

Mesmo com o processo de independência do Brasil, em 1822, as terras do Cabo Norte continuam sendo desconhecidas, servindo de área para que muitos desertores, foras da lei e contrabandistas buscassem refúgio. Não obstante, em 1893 acontecimentos como o descobrimento de ouro em Calçoene, fez com que houvesse uma corrida em busca do eldorado. Além dos garimpeiros brasileiros, chegaram trabalhadores das demais regiões fronteiriças, da Guiana Francesa, Antilhas, Guiana Inglesa e Holandesa e Venezuela. É

quando, segundo Cardoso (2003, p. 12), acontece um dos principais conflitos pela luta e posse do território contestado e que passou a ser considerado pelos estados brasileiro e francês, como questão nacional,

O principal destes conflitos ocorreu na vila do Amapá em 15 de maio de 1895. O encontro de soldados franceses e de homens armados por Francisco Xavier da Veiga Cabral passou a ser divulgado, pela imprensa guianense e pela paraense, como a luta nacional pelo território em litígio. Etnias indígenas, mocambeiros, pescadores, fugitivos dos *bagnes*, soldados desertores, criminosos, crioulos de diversas localidades passaram a ser identificados como brasileiros ou como franceses.

A luta, inicialmente travada pela posse da área do contestado, leva aproximadamente mais de uma década para ser solucionado. Realizam-se estudos por ambos os países para avaliar e emitir pareceres que pudessem substanciar as defesas e decisões em torno da posse da região. A 10 de abril de 1897 foi assinado no Rio de Janeiro, entre o Governo da Republica Francesa e o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, um tratado encarregando o Conselho Federal Suíço de fixar definitivamente, por decisão arbitral, as fronteiras do Brasil e da Guiana Francesa. A decisão faz parte do que se chama Tratado de Arbitragem, quando os países em litígio colocam suas propostas e defesas, para que um arbitro estabeleça a decisão, que será obrigatória e sem apelação.

A questão foi resolvida pela comissão de arbitragem que se reuniu em Genebra, precisamente em 1900. A tese criada e defendida pelo Barão do Rio Branco, garantiu a posse definitiva da área contestada para o Brasil. Que, de acordo com Brasil (2007), teve a seguinte descrição:

Conforme o sentido preciso do Art. 8 do Tratado de Utrecht, o Rio Japoc ou Vicente Pinsão É o Oyapoc, que se lança no Oceano imediatamente ao Oeste do Cabo de Orange. E que por seu Thalweg forma a Linha Fronteira. A partir da nascente principal deste Rio Oyapoc até a fronteira Hollandeza, a linha de divisão das águas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituída, na sua quasi totalidade, pela linha da cumiada da Serra Tumucumaque, forma o limite interior.

Decidido o litígio, e com os limites definidos, até 1943 o Amapá era parte do território do estado do Pará. Em treze de setembro de 1943 foi criado o Território Federal do Amapá, e em 1950, um fato importante é incorporado em sua história; a implantação da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI). Empresa cujo objetivo de desenvolver a extração do

manganês na Serra do Navio, segundo avaliações muito contribuiu para a dinamização da economia e da vida socioeconômica do Amapá, a despeito dos problemas gerados pela prática predatória da extração. Em cinco de outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, este território foi elevado à categoria de estado, mas o estado do Amapá só foi instalado de fato às 17: 45 do dia 1º de janeiro de 1991, com a posse do primeiro governador eleito.



Mapa 8: Estado do Amapá e limites naturais
Fonte: AMAPÁNET (2007).

O estado do Amapá, situado no extremo norte do Brasil, possui uma área de 143.454 km² (AMAPÁ, 2000). Faz limite a leste com o Oceano Atlântico, ao norte com a Guiana Francesa (655 km de fronteiras com esse estado) e o Suriname (53 km com esse país), e ao sul e a oeste com o Estado do Pará. A linha do Equador passa ao sul do estado, na cidade de Macapá. O seu litoral, com 242 km de extensão, vai do Cabo Orange ao Cabo Norte, isto é, da foz do rio Oiapoque a foz do rio Amazonas, Mapa 8.

3.4.2 Aspectos ambientais

Os recursos fluviais do Amapá são diversificados e abundantes, possui uma hidrografia semelhante aos demais estados da Amazônia, destacando-se como principais rios, o Oiapoque e o Araguari. Ambos deságuam no Oceano Atlântico, fenômeno este, que segundo Drumond; Pereira (2007), em termos de drenagem, tornam o Amapá parcialmente amazônico, pois conta com algumas bacias isoladas (como as do Oiapoque, Calçoene, Amapá Grande e Araguari), que, por desaguiarem diretamente no oceano Atlântico, não integram a bacia amazônica propriamente dita. A principal via de acesso interestadual e intermunicipal é a fluvial, que entre outros rios destacam-se: o Amapá Grande, Amapari, Amazonas, Cassiporé, Calçoene, Flexal, Gurijuba, Jari, Matapi, Maracá, Maracapé, Pedreira, Tartarugal Grande, Tartarugalzinho, e o Vila Nova.

Segundo Amapá (2007), em todo o estado predomina o clima tropical super-úmido, a máxima absoluta pode-se estimar em 36°C e a mínima 20°C. Normalmente, a máxima absoluta é atingida no fim da tarde entre as 17h00min às 19h00min, já a mínima ocorre ao alvorecer entre 05 h e às 07h00min. O regime pluviométrico diverge de localidade para localidade, isto devido à umidade do ar, a proximidade do mar e a floresta. Durante o ano duas estações são definidas: o inverno e o verão, o inverno caracterizado pelas fortes descargas pluviais que vão desde fins de dezembro até agosto e o verão com predominância dos ventos alísios, vai de setembro a dezembro.

Geomorfologicamente, o estado do Amapá está situado em um complexo de formações bem antigas com outras bem jovens, divididas por uma pequena faixa de formações de idade intermediária, existindo duas zonas geomorfológicas principais. Uma delas, é a das Depressões da Amazônia Setentrional, cobre mais de 70% do estado, correspondendo às suas seções centrais e oeste, segundo Drumond; Pereira (2007, p. 159), os referidos pesquisadores prosseguem explicando que,

Ela compreende a porção oriental do chamado Escudo Guianense e as suas franjas dissecadas, além de alguns platôs isolados remanescentes. Esta formação enorme e antiga se estende até a Amazônia central, muito além das fronteiras do Amapá. A sua morfologia é, em grande parte, montanhosa ou ondulada, mas há grandes seções planas ou pouco onduladas que permite que esta formação seja considerada um planalto, e não uma serra ou cordilheira.

A cobertura vegetal do estado é representada, principalmente, pela floresta, que se apresentam sob ricas diversidades de espécies, como, florestas tropicais, latifoliadas, úmidas, de folhagem permanente; cerrados (ou campos naturais, ou campos cerrados); manguezais; restingas costeiras; lagoas e alagados de água doce ou salgada (ou campos inundados ou campos de várzea); florestas de palmeiras, (BRASIL, 2007). No Amapá predominam os campos inundáveis. Em todos esses campos se pratica a criação de gados bovino e bubalino.

Nas partes baixas da planície litorânea, constantemente alagadas, surge a vegetação denominada mangue e manguezal, que se estende por todo o litoral, predominando a mata de mangue. Dentre as espécies de árvores representativas da floresta, destacam-se as palmeiras, árvores de grande porte, como a castanheira e o angelim que alcançam 40 metros de altura, que podem ser aproveitados para os mais diversos usos, como confecção de moveis, além dos inúmeros tipos de cipós os, e que pode ser observado no Quadro 4 e na Fotografia 47.

Nome Popular	Termo científico
Acapu	<i>Vouacapoua americana</i>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>
Amapá	<i>Parahancornia amapa</i>
Bacaba	<i>Oenocarpus distichus</i>
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>
Angelim	<i>Dinizia excelsa</i>
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>
Ucuúba	<i>V. surinamensis</i>
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>
Pau Mulato	<i>Calycophyllum spruceanum</i>
Carnaúba	<i>Copernicia cerifera</i>
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>
Pracuúba	<i>Mora paraensis</i>
Pau Rosa	<i>Aniba roseodora</i>
Paxiuba	<i>Socratea exorrhiza</i>
Castanha-do-pará	<i>Bertholletia excelsa</i>
Piquiá	<i>Caryocar villosum</i>
Aquariquara ou Acariquara	<i>Minquartia guianensis</i>
Tucumã	<i>A. vulgare</i>
Ubuçu	<i>Manicaria saccifera</i>

Quadro 4 - Principais espécies florestais do estado do Amapá e da Amazônia
Fonte: Adaptado de AMAPANET (2007) e Cavalcante (1982).



Fotografia 46: Vegetação de Manguezal – PARNA Cabo Orange
Fonte: Gomes (2007).

Além das espécies de grande porte da floresta, no Amapá se encontra, também, as plantas medicinais, cuja manipulação para preparos constitui prática milenar na Amazônia, repassada tradicionalmente por diversas gerações, entre índios, brancos e negros. Observa-se que todos estes recursos naturais são matéria-prima para o uso caseiro e em escala comercial, porém faz-se importante que a população seja responsável pelo uso racional de tais recursos, pois, atualmente, o estado do Amapá é considerado o único da região amazônica que possui aproximadamente 50% da cobertura vegetal intacta, apesar das queimadas, Fotografia 48. Estas avançam sobre a floresta, não apenas pela expansão da pecuária, monocultura da soja ou do garimpo, mas também pela possibilidade de assentamentos de comunidades imigradas para o Amapá, principalmente da região nordeste.



Fotografia 47: AP 156 com incidência de queimadas, entre os municípios de Amapá e Calçoene/AP.

Fonte: Cruz (2006).

Segundo Drumond; Pereira (2007), no entorno da rodovia AP 156 observa-se a presença de floresta com predominância da palmeira do buriti, cerrado e campo, mudando a paisagem de floresta fechada, característica da região amazônica. Ressalta-se neste contexto, a incidência de queimadas ao longo dessa rodovia. Nos últimos vinte anos o Amapá implantou um novo princípio de gestão dos recursos naturais, o que foi balizado pelo desenvolvimento sustentável, por meio do chamado Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), no final da década de 1990. No entanto, este modelo não conseguiu ser referência para o desenvolvimento do Estado, sendo implantado apenas como ação isolada em algumas áreas, sem continuidade enquanto política de governo.

É importante ressaltar que o Amapá é, entre os estados da Amazônia, o que apresenta menor percentual de desmatamento. Segundo Drumond; Pereira (2007, p. 51),

O caráter relativamente remoto do Amapá, junto com uma população também relativamente pequena e bastante urbanizada, contribuiu para o fato notável da preservação da integridade ecológica e fisionômica de grandes extensões de suas comunidades florísticas nativas. Quando se iniciou o zoneamento ecológico e econômico do Amapá, em meados da década de 1990, o uso de imagens de sensoriamento remoto revelou o tamanho da perda das florestas nativas do estado, desde a década de 1970; pouco mais de 1%. O grupo executor do zoneamento descobriu que toda a flora nativa do Amapá, e não apenas as suas florestas, foi a menos alterada entre todos os estados Amazônicos.

O nível de preservação relativamente alto das florestas do Amapá, tem formado um patrimônio natural protegido por unidades de conservação de uso direto e indireto, Quadro 5, assim como a demarcação das terras indígenas, Tabela 6, e quilombolas, assegurando às comunidades tradicionais, Fotografia 49, fonte de renda e recursos naturais para gerações futuras. Segundo Amapá (2000), são 29.980 km² de áreas protegidas, ocupando 21% da área total do Estado; no total são mais de 30% da área do Estado destinada às unidades de conservação e reservas indígenas, sem considerar as terras das comunidades quilombolas.



Fotografia 48: Vista aérea da Vila Velha do Cassiporé, PNCO, Oiapoque/AP.
Fonte: Gomes (2007).

Em seguida apresenta-se um a Tabela 6 com as identificações das áreas indígenas demarcadas e suas respectivas áreas, com objetivo de reafirmar a expressividade desse povo no estado do Amapá.

Tabela 6: ÁREAS INDÍGENAS DEMARCADAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS AFETADOS

NOME	MUNICÍPIOS AFETADOS					
	OIAPOQUE		LARANJAL DO JARI		Área total	População total
	Área (ha)	População (1998)	Área (ha)	População (1998)		
T.I. UAÇÁ	470.168	3.665	-	-		
T. I. JUMINÃ	41.601	129	-	-		
T. I. GALIBI	6.689	168	-	-		
T. I. WAIÃPI	-	-	607.017*	495*	1.145.471	5.474
PARQUE INDÍGENA TUMUCUMAQUE	-	-	58.384	1.017		
TOTAL	518.458	3.962	665.401	1.512		

Fonte: AMAPÁ (2007).

* Laranjal do Jari/Amapari

Os conflitos e tensões historicamente ocorrem nas terras indígenas, que por serem áreas que abrigam população com fragilidades sociais e culturais, no que concerne a peculiaridade cultural, de saúde e socioeconômica, também enfrentam problemas pela ausência de políticas públicas mais eficientes. Essas populações são afetadas, principalmente, pela falta de controle do avanço do garimpo nestas áreas, o que tem disseminado doenças endêmicas como a malária e provocado a dizimação de etnias, além de impossibilitar o aproveitamento das reservas para garantir o desenvolvimento sustentável desses povos, apesar da demarcação de suas terras.

Nome	Jurisdição	Área (hectares)	% do território do Amapá	Municípios abrangidos
Parque Nacional do Cabo Orange	Federal	619.000,00	4,31	Calçoene, Oiapoque
Reserva Biológica do Lago Piratuba	Federal	357.000,00	2,48	Tartarugalzinho, Amapá
Estação Ecológica Maracá-Jipoca	Federal	72.000,00	0,50	Amapá
Estação Ecológica do Jari	Federal	90.000,00	0,62	Mazagão, Almeirim (PA)
Floresta Nacional do Amapá	Federal	412.000,00	2,87	Amapá, Serra do Navio
Reserva Extrativista do Rio Cajari	Federal	501.771,00	3,49	Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Federal	3.867.000	26,95	Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio
Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo	Federal	9.996,16	<0,01	Ferreira Gomes
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro do Paraíso	Federal	46,75	<0,01	Macapá
Reserva Particular do Patrimônio Particular REVECOM	Federal	17,18	<0,01	Santana
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Boa Esperança	Federal	43,01	<0,01	Porto Grande
Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia Ekinox	Federal	10,87	<0,01	Macapá
Reserva Biológica da Fazendinha	Estadual	193,53	<0,01	Macapá
Reserva Biológica do Parazinho	Estadual	111,32	<0,01	Macapá
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Estadual	806.184,00	5,61	Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari
Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú	Estadual	21.676,00	0,14	Macapá
TOTAL	-	6.757.049,80	46,97*	-

Quadro 5: Unidades de Conservação do estado do Amapá – situação em 2002. * cálculos dos autores
Fonte: Drumond; Pereira (2007).

As terras indígenas e as unidades de conservação compõem o cinturão verde do estado do Amapá, sendo que essas últimas por terem jurisdição, em sua maioria, do governo federal apresentam problemas inerentes ao seu gerenciamento. Problemas que podem ser listados como a falta de planos de manejo, fiscalização ineficaz e falta de planejamento para o aproveitamento de tais áreas. Isso, principalmente, como via de desenvolvimento socioeconômico para as comunidades que residem no interior das áreas ou em seu entorno, acontecimentos que têm contribuído para o aumento de tensões no Estado.

3.4.3 Questões de demografia

A formação da população do estado do Amapá remonta a história da Amazônia, resultado da miscigenação dos índios, negros, portugueses e imigrantes de nacionalidades francesa, holandesa e marroquina, que fizeram parte do processo de organização política e social do estado. Porém, autores como (AROUCK, 2001; DRUMONT; PEREIRA, 2007; GOMES, 2007; SILVA, 2006) registram que o processo de migração do Amapá não é contemporâneo, ou seja, vem ocorrendo desde o século XVI e ainda vem sendo registrado no século XXI. É um estado de possibilidades e perspectivas, fato dificultado pelo seu quase isolamento, que o Amapá vem superando nos últimos anos, mas que tem chamado atenção para os migrantes nacionais, principalmente nordestinos, que chegam à busca de novas oportunidades.

Este isolamento não tem possibilitado um desenvolvimento acelerado, nem um aglomerado populacional de forma rápida no Amapá, ao contrário dos estados do Pará e Amazonas. Enfim, apesar de ser possuidor de diversidades em termos de recursos florestais, minerais, faunísticos, o Amapá alcança, paulatinamente, certa importância geopolítica, em nível regional, nacional e internacional.

Neste contexto, a formação demográfica contribuiu para a expansão do estado em todas as suas fronteiras de desenvolvimento, que desde o ano de 1940, apresenta um crescimento populacional ascendente, Tabela 7. Porém, observa-se que este crescimento não é vertiginoso, mesmo com a presença da ICOMI em 1950, que possibilitou um processo de dinamização econômica na época, mas com a incidência de diversos problemas sociais e econômicos em fase posterior à saída da mineradora. Segundo o censo de 2000, IBGE, a população do Amapá é de 475.843 habitantes, com densidade demográfica de 3,33 hab/km²,

baixa para um estado que possui recursos variados e que é politicamente apresentado como uma fronteira em expansão na Amazônia.

Há uma concentração populacional nas cidades como Macapá e Santana, principais centros urbanos do estado. A área rural apresenta baixa densidade demográfica, que em valores percentuais e segundo (IBGE, 2000), perfaz 10,99% da população rural, enquanto área urbana concentra 89,01% da população. Este fato é confirmado por Drumond; Pereira (2007) quando citam que em muitas partes desse estado inexistem quaisquer centros populacionais permanentes, nem mesmo de indígenas.

Tabela 7: POPULAÇÃO DO AMAPÁ, TAXA DE CRESCIMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - (1950-2000)

<i>Ano</i>	<i>Urbano Absoluto/%</i>	<i>Rural Absoluto/%</i>	<i>Total</i>	<i>Taxa de crescimento para cada década ou período (%)</i>	<i>Densidade (hab./km²)</i>
1950	13.900/37,08	23.577/62,92	37.477	-	0,27
1960	34.794/51,35	32.956/48,65	67.750	80,77	0,47
1970	62.451/54,60	51.908/45,40	114.359	68,79	0,82
1980	103.735/59,19	71.522/40,81	175.257	53,25	1,26
1991	234.131/80,90	55.266/19,10	289.397	65,12	2,01
1996	330.590/87,12	48.869/12,88	379.459	31,12	2,64
2000	423.581/89,01	52.262/10,99	475.843	25,82	3,33

Fonte: Drumond; Pereira (2007).

Na Amazônia há os processos migratórios interestaduais, e os intra-regionais. Observa-se que a população dessa região, principalmente, os que residem em áreas ribeirinhas, movimenta-se entre os limites dos estados, mudam de cidades, sempre em busca de melhores condições de vida. Este fenômeno ocorre também no estado do Amapá, fato que tem contribuído para o quadro de densidade populacional apresentado acima, a despeito da falta de interligação rodoviária com outros estados da Amazônia. As melhores condições esperadas são sempre relacionadas às condições socioeconômicas de subsistência, seja pela agricultura, extrativismo, pesca, os ciclos dos rios e outras atividades que possam garantindo a sobrevivência destas comunidades.

Segundo dados apresentados por Drumond; Pereira (2007), o Amapá tem “importado” muito mais pessoas do que “exportado”, confirmando a contribuição da imigração para o crescimento populacional do estado. As suas condições políticas e econômicas são semelhantes aos demais estados da Amazônia. Porém, há diferenças na dimensão territorial, avanço da fronteira, assim como, na recente história do estado enquanto unidade da federação

com pouco menos de meio século de existência. A principal mudança político-administrativa importante deu-se através do Decreto Federal 5.812, de 13 de setembro, o qual criou o Território Federal do Amapá, desmembrando-o do Pará (BRASIL, 2007).

Depois de 45 anos como território, o Amapá foi elevado à condição de estado em 1988, por decisão da constituição federal. A divisão política e administrativa está centrada em duas mesorregiões: a Norte e a Sul. A Mesorregião Norte compreende a microrregião do Amapá, com os seguintes municípios: Amapá; Pracuúba; Tartarugalzinho; e microrregião do Oiapoque, municípios de Oiapoque e Calçoene. A Mesorregião Sul, compreende a microrregião de Macapá: municípios de Macapá, Ferreira Gomes, Itaubal, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Serra do Navio, e microrregião de Mazagão: municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí. É uma unidade da federação com 16 municípios, dos quais Macapá, Mazagão e Amapá são os mais antigos, e de acordo com Drumond; Pereira (2007), o estado possui os seguintes municípios, Tabela 8:

Tabela 8: ÁREA, POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO ESTADO DO AMAPÁ, SEGUNDO SEUS MUNICÍPIOS - 2000

<i>Nome e ano de criação</i>	<i>Área (km²)</i>	<i>População</i>	<i>Densidade (hab./km²)</i> %
Amapá (1901)	9.203,5	7.122	0,77
Calçoene (1956)	14.333,0	5.678	0,40
Cutias (1992)	2.127,6	3.281	1,54
Ferreira Gomes (1988)	5.072,2	3.529	0,70
Itaubal (1992)	1.569,8	2.894	1,84
Laranjal do Jarí (1988)	31.170,3	28.196	0,90
Macapá (1856)	6.562,4	282.745	43,09
Mazagão (1888)	13.189,6	12.027	0,91
Oiapoque (1945)	22.725,7	12.895	0,57
Pedra Branca do Amapari (1992)	9.537,9	3.993	0,42
Porto Grande (1992)	4.421,6	11.037	2,50
Pracuúba (1992)	4.979,1	2.297	0,46
Santana (1988)	1.599,7	80.169	50,11
Serra do Navio (1992)	7.791,3	3.294	0,42
Tartarugalzinho (1988)	6.742,0	7.088	1,05
Vitória do Jarí (1994)	2.428,0	8.550	3,52
Total	143.453,71	475,843	3,32

Fonte: Adaptado de Drumond; Pereira (2007).

Com baixa densidade demográfica, e população concentrada nos principais núcleos urbanos, o estado do Amapá nasce com características econômicas sedimentadas no extrativismo, que de acordo com Drumond; Pereira (2007, p. 66),

A economia do Território Federal do Amapá nascia com o perfil extrativista típico da Amazônia, produzindo borracha, castanha-do-pará, pau-rosa, sementes oleaginosas, toras de madeira, ouro e algum gado. Uma atividade diferenciada, mas temporária, foi a de uma pequena base aérea situada no município do Amapá, operada como parte de uma rede de apoio a aviões norte-americanos que transportavam soldados e suprimentos para os campos de operações na África, durante a Segunda Guerra Mundial. A base operou até 1948.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a base foi desativada, porém atualmente, ainda se encontra em as bases do alojamento e demais instrumentos de apoio ao funcionamento da base aérea, apesar de bastante danificados, segundo as Fotografias 50 e 51, que demonstram alguns aspectos do espaço onde foi instalada a estrutura de funcionamento da base.



Fotografia 49: Museu Base Aérea do município de Amapá
Fonte: Cruz (2006).



Fotografia 50: Ponto de pouso do Zeppelin do Museu Base Área de Amapá
Fonte: Cruz (2006).

A Base Área do Amapá não teve nenhum impacto no desenvolvimento econômico da região, deixou apenas os destroços das estruturas construídas e pista de pouso, apesar da tentativa do governo estadual em transformar o espaço em um museu aberto para visitação de turistas, sem, porém, um planejamento para o desenvolvimento desta atividade, fato que impossibilitou o avanço da proposta.

3.4.4 Situação na Economia

Economicamente, o estado do Amapá contribui modestamente para o PIB brasileiro. Em 1995 sua participação foi de 0,09%, estando a economia amapaense ligada à extração dos recursos minerais ou dos demais recursos naturais. Segundo a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), com base no Anuário Estatístico do Amapá, que faz uma série histórica do desempenho econômico das últimas cinco décadas do estado, demonstrando que os produtos mais importantes foram os recursos naturais, mesmo sem haver qualquer tipo de beneficiamento industrial, como o manganês, cromita, caulim, ouro, borracha, castanha-do-pará, pescado, madeiras diversas, além de couros e peles de animais silvestres e demais produtos extrativistas.

Os dados da SEPLAN (2007) registram que a produção agrícola configura-se por culturas permanentes e temporárias. Entre os anos de 1997 e 2000, os principais produtos de cultura permanente eram a banana, dendê, goiaba, laranja, mamão e maracujá, a laranja com

maior rendimento médio anual de produção, em torno de 58,316/ha., enquanto que o menor rendimento médio anual ficou com a banana, com 609,25/há. A cultura temporária é representada pelo abacaxi, feijão, mandioca, melancia, milho e cana-de-açúcar, essa com o maior rendimento médio anual de 22,964/há; e o feijão com o menor rendimento médio 363,75/ha. Porém, a produção agrícola não constitui a principal atividade econômica do Amapá, o que se registra é a atividade de mineração como o elemento essencial desta economia, além das atividades de serviços.

No que concerne à mineração, o Amapá, contribui historicamente, para o PIB nacional com altas taxas de produção, fato registrado desde o Brasil colônia, quando o manganês representou para o Estado o mais importante produto até a década de 1950, com a ICOMI, além do cromo e do ouro. De acordo com a SEPLAN (2007), a produção mineral do estado apresenta-se em dois grupos, a produção dos minerais metálicos e os dos não-metálicos, Quadro 6. Os dados da SEPLAN estão quantificados em produção bruta e beneficiada, considerando o período de 1996 à 2000, porém neste estudo, que pretende apenas demonstrar a importância da mineração para o Amapá, organizou-se os dados referentes à produção beneficiada, valores que efetivamente contribuem para a economia do estado.

Grupo de Minerais	1996	1997	1998	1999	2000
Metálicos	60.552.010	11.073.743	17.452.375	20.812.779	21.166.338
Cromo	10.045.987	1.180.277	17.452.375	20.812.779	21.166.338
Manganês	25.494.893	8.517.580	-	-	-
Ouro	24.931.650	1.375.886	-	-	-
Prata	79.480	-	-	-	-
Não Metálicos	81.315.664	101.013.752	99.340.197	103.808.152	152.059.918
Areia e cascalho	308.940	8.313.834	1.263.250	1.401.204	1.261.413
Argilas com. E plast.	354.900	307.310	335.690	353.192	360.240
Caulim	80.166.823	78.608.291	95.888.962	99.999.176	148.380.865
Pedras Britadas	485.001	13.784.317	1.852.295	2.054.580	2.057.400

Quadro 6: Valor da produção beneficiada (r\$ 1.000,00)

Fonte: AMAPÁ (2007).

A importância da mineração na economia do estado do Amapá é evidente. Os valores da balança comercial mostram que a exportação apresenta um alto índice em comparação às

taxas gerais, pois as exportações são mais altas que as taxas de importações, resultando em saldo positivo, conforme Tabela 9.

Tabela 9: BALANÇA COMERCIAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ – 1997 – 2000 (R\$ 1.000,00)

<i>ANO</i>	<i>EXPORTAÇÃO</i>	<i>IMPORTAÇÃO</i>	<i>SALDO</i>
1997	64.117	48.442	15.675
1998	62.352	17.072	45.280
1999	45.028	22.061	22.967
2000	35.999	28.282	7.717
2001	30.465	11.211	19.254

Fonte: BRASIL (2007).

É importante ressaltar que os dados apresentados espelham a situação do setor mineração no Estado do Amapá, em que pese o saldo positivo ou negativo deixado pela indústria da mineração no que concerne à exportação. Os principais blocos econômicos para os quais se destina a produção do Amapá são, em primeiro lugar, a União Européia, seguido do ALADI, Ásia, Estados Unidos, Europa Oriental e demais blocos.

Além da mineração e agricultura, os setores de serviços e comércio contribuem com parcelas significativas para a economia amapaense, principalmente no que é relativo ao serviço público. No setor de serviços, ou terceiro setor, está o turismo, que no estado do Amapá, segundo Gomes (2007), configura-se, ainda, como um desafio a ser vencido, pois mesmo o Estado, enquanto governo e política de desenvolvimento, que apresenta uma estrutura administrativa de Secretaria, ainda não conseguiu apresentar resultados que demonstrem claramente a contribuição da atividade para a economia estadual. O que Gomes (2007) analisa é que o compromisso político ainda não chegou para depurar o turismo enquanto uma atividade de efeito multiplicador radial, e que contribui sobremaneira para a sustentabilidade dos recursos.

Há planos, programas e projetos apresentados e desenvolvidos isoladamente, porém, percebe-se a iniciativa do governo estadual em começar a investir num turismo em que o Estado do Amapá possa ser mais um elemento da cadeia produtiva do turismo na Amazônia. Os acordos de cooperação com a Guiana Francesa visam fortalecer o desenvolvimento da Panamazônia, para isso, Silva (2005) afirma que têm sido incentivadas modalidades oficiais de intercâmbio e cooperação entre os governos do Amapá e essa Guiana, especialmente nas áreas da educação, cultura, esportes, convenções, empresarial, militar, turismo e meio ambiente. Apesar dos programas nacionais de desenvolvimento do turismo e ecoturismo,

como o PROECOTUR, que dividiu o estado em pólos de desenvolvimento, Figura 7, mas que não passou de sua primeira fase, a de estudos, tornando-se mais uma ação governamental obsoleta e inconclusa no estado do Amapá e na Amazônia.

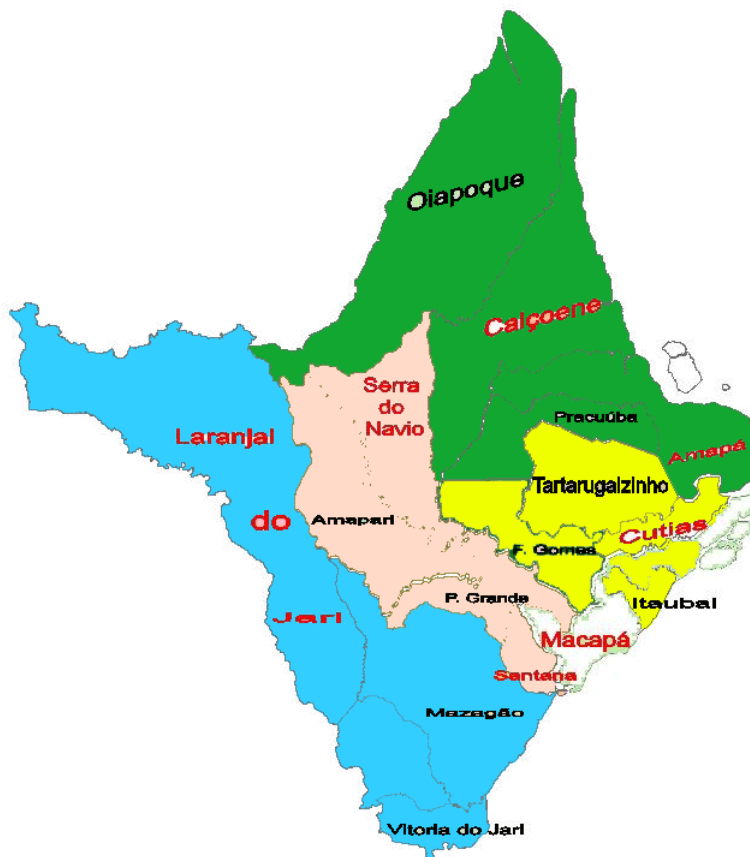


Figura 7: Pólos de Ecoturismo do Amapá
Fonte: Gomes, 2007.

Igualmente, o asfaltamento de toda a extensão da AP 156, e a construção da ponte no extremo norte, sobre o rio Oiapoque, ligando a fronteira norte com a Guiana Francesa e consequentemente, ao Caribe, traz uma grande perspectiva para o desenvolvimento do turismo nesta região. Situação esta, não apenas em termos quantitativos, mas no sentido de estabelecer e efetivar um verdadeiro acordo de cooperação bilateral, em que os governos brasileiro e francês pudessem conjuntamente



Fotografia 51: Frente da cidade do Oiapoque/AP
Fonte: Geocities (2008).

desenvolver ações coadunadas e imbuídas de compromissos para o desenvolvimento do turismo sustentável na região, em particular no município do Oiapoque, Fotografia 52.

3.5 MUNICÍPIO DO OIAPOQUE

O município do Oiapoque, Fotografia 53, foi criado através da Lei nº 7.758, de 23 de maio de 1945. Segundo Moraes; Moraes (2005), o vocábulo Oiapoque tem origem tupi e significa “casa dos Uayãpis” ou “casa dos guerreiros ou parentes”. O município do Oiapoque tem origem na morada de um mestiço de nome Émile Martinique, no início do século XX, quando a localidade passou a ser chamada de Martinica. Naquele momento, o governo federal criou um destacamento militar para onde foram transferidos vários presos políticos. Alguns anos mais tarde, esse destacamento foi transferido para Santo Antônio, atual distrito de Clevelândia do Norte, Fotografias 54 e 55, com a denominação de Colônia Militar. Os primitivos habitantes da região são antepassados dos povos *Waiãpi*, que ocupavam a extensão territorial do rio Oiapoque, dos *Galibi* e *Palikur*, concentrados no vale do rio *Uaçá* e seus afluentes.



Fotografia 52: Monumento Marco, Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 53: Posto Exército. Clevelândia do Norte,
Município do Oiapoque/AP.
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 54: Clevelândia do Norte, Município do Oiapoque/AP.
Fonte: Cruz (2009).

Ainda na fase colonial brasileira, o Oiapoque foi palco de importantes fatos históricos no que tange a delimitação do território brasileiro. Em 30 de janeiro de 1500, o navegador Vicente Pizon, a serviço dos reis católicos da Espanha Fernando e Isabel (Castela e Aragão), percorre o rio Oiapoque, que por muito tempo ficou conhecido pelo nome desse navegador. Este, inclusive, foi um dos motivos que originou a questão fronteiriça entre Portugal e França e, posteriormente, entre o Brasil e a França. Em Moraes; Moraes (2005, p. 105),

Em 11 de abril de 1713, os portugueses assinaram com os franceses o Tratado de Utrecht, que estabelecia o rio Oiapoque (ou Vicente pizon), como limite entre o Brasil e a França. Sendo esse impasse resolvido apenas em 1900, com assinatura do Laudo Suíço.

O município do Oiapoque está localizado no extremo norte do Brasil, em Latitude 03° 50' 45" e Longitude de 51° 50' 09, na mesorregião do Oiapoque (AMAPÁ, 2007). Essa condição faz desse município a principal referência nacional naquela região, com uma importância estratégica dada a fronteira com a Guiana Francesa. Sua área territorial é de 22.725,70 km², distando da capital 500 Km, por via terrestre – BR 156. O município limita-se ao norte com a Guiana Francesa, ao sul com os municípios de Calçoene e Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Ao leste é banhado pelo Oceano Atlântico e a oeste faz fronteira com o município de Laranjal do Jari, Figura 8.



Fotografia 55: Visão do rio Oiapoque/AP.
Fonte: Cruz (2009).

Além da importância estratégica, pela sua localização, dispõe de grandes áreas florestais, ambientes inundáveis e litorâneos. Em seu território se encontram diferentes grupos indígenas. Para completar a importância desse município, se encontram em seu território, o Parque Nacional do Cabo Orange e o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, ambos com forte adensamento florestal e fauna abundante.

A economia no que tange a agricultura está centrada na produção de banana e laranja enquanto culturas permanentes; e no abacaxi, mandioca, milho, melancia, feijão e arroz, como cultura temporária. O setor de serviços apresenta um comércio de variedades, bares e restaurantes e serviços de hospedagens, com atendimento principal dos turistas oriundos do DUF, e que entram no Brasil pelo Oiapoque e São Jorge. Segundo Moraes; Moraes (2005), a renda do município concentra-se, quanto ao setor primário, na criação dos gados bovino, bubalino e suíno e nas culturas da mandioca (farinha), laranja, milho, cana-de-açúcar e outros. Há outras atividades que também contribuem enquanto fonte complementar de renda, o artesanato, por exemplo, com a ourivesaria, e também trabalhos com pedras preciosas, como a cassiterita.

Ainda na economia, observa-se a presença do setor moveleiro, da indústria de panificação, do comércio em geral, além da relação comercial que estabelece com a comuna de São Jorge. Ainda, faz-se importante salientar, o comércio de produtos importados, fator visível no comércio de São Jorge, além das operações financeiras de câmbio, tanto a legal

como a ilegal, que fazem com que o mercado financeiro do município seja aquecido. O PIB gira em torno de R\$ 143.244 mil (IBGE, 2005), o quarto do estado do Amapá. O PIB per capita é de R\$ 8.828,00 (IBGE, 2005). Nesse sentido, observa-se a importante posição econômica do município para o estado do Amapá, fato observado pela movimentação do comércio local, da agência bancária, e pelo estilo de vida das pessoas que residem na sede do município, as quais fazem questão de mostrar o seu “status” e nível socioeconômico, através de bens moveis e imóveis, apesar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apontar 0,738, sendo considerado de nível médio para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000).

Faz-se importante citar a presença constante da população indígena, tanto brasileira quanto francesa, que ao receberem seus proventos, deslocam-se para a sede municipal com o objetivo de adquirir suprimentos, contribuindo dessa forma para as operações financeiras de mercado. O turismo faz parte dessa movimentação econômica do Oiapoque, pois segundo estudos de AMAPA (2007), o município possui várias atrações naturais e culturais, com passeios pelos rios, ilhas e comunidades ao longo do rio Oiapoque, igrejas, museu do índio, Fotografia 57, entre outros. Em Irving (2006, p. 42),

A economia local se baseia no setor primário e de serviços. No entanto, em alguns casos, como no município de Oiapoque, o comércio ganha dimensões mais importantes e estabelece uma dinâmica distinta, de relação direta com a Guiana Francesa. De maneira geral, a agricultura de subsistência, a criação de gado, a pesca, as explorações florestais e minerais constituem a base da economia local.

O turismo é visto como uma das atividades econômicas em perspectiva para o desenvolvimento regional das faixas de fronteira. No que diz respeito à fronteira norte, há análises que conseguem perceber uma perspectiva positiva para o turismo nessa área, porém, e em consequência dos problemas estruturais ainda se encontra resistências em promover uma política pública que pudesse estabelecer ações e projetos para o setor. Apesar dos problemas presentes na área como, a prostituição, rota de tráfico de drogas e até de seres humanos²⁰, ainda se observa a falta de incentivos ao desenvolvimento do turismo. Entretanto, a curto prazo não é possível identificar alternativa econômica que possa contribuir para a

²⁰ Segundo relatório de EMAUS (2002), o estado do Amapá – município do Oiapoque, juntamente com o estado do Pará, integram rotas para o tráfico internacional de seres humanos. Principalmente, pelo município do Oiapoque estar em uma fronteira internacional e possibilitar a entrada na Guiana Francesa e na rota transcontinental do tráfico internacional de mulheres.

garantia da qualidade de vida dessas populações, oportunizando a criação de empregos e a geração de renda para o local.



Fotografia 56: Igreja Matriz e Museu do Índio. Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).

A infraestrutura do município é insipiente, com problemas no sistema de comunicação, nas vias de acesso, como as precárias condições da BR 156, com os trechos sem asfalto, racionamento de energia elétrica por conta de um sistema inoperante de geradores a diesel, no saneamento básico ainda por ser implantado, e nas vias internas do município também em piçarra. O acesso ao município pode ser realizado via aérea, fluvial e terrestre, sendo esta a mais utilizada, operada por três empresas entre a capital, Macapá e o município, com chegadas e partidas de até quatro vezes ao dia. As empresas são; Amazontur, Garra e viação Santanense. Esse acesso é feito através da BR 156 que é asfaltada até o município de Tartarugalzinho. Entre Tartarugalzinho e uma hora antes da chegada ao município do Oiapoque, a estrada é de chão batido, Fotografia 58.



Fotografia 57: BR 156 – trecho não asfaltado
Fonte: Cruz (2009).

O transporte fluvial é realizado por catraias²¹ e barcos, Fotografia 59, sendo a catraia mais utilizada para o transporte de passageiros e o barco, para o transporte de mercadorias. As catraias são operadas por cooperativas e associações organizadas por moradores do município. A Cooperativa Mista Fluvial de Catraieiros do Oiapoque (COMFCOI), possui 60 associados e a Associação de Catraieiros Autônomos do Oiapoque (ASCATRA), possui 50 associados; A Associação dos Catraieiros do Município do Oiapoque (ACMO) possui 20 associados; a Empresa W. Júnior possui três catraias, e a Associação da Guiana *Val de L'oyapoque* e ainda mais duas empresas Guianenses, que viabilizam o transporte de passageiros entre o município e a comuna de São Jorge.

²¹ Embarcação, a motor, que realiza a travessia de passageiros pelo rio Oiapoque.



Fotografia 58: Catraias no rio Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).

O acesso aéreo, atualmente, é feito apenas por aeronaves fretadas. O transporte local no município é operado apenas por táxis, Fotografia 60, e moto-táxi, com preços elevados, sendo o menor percurso com preço médio de R\$ 10,00, que funciona como um tipo de tabelamento. Há cooperativas e sindicatos de taxistas e moto-táxi, a Cooperativa Mista dos Taxistas do Oiapoque (COMTOI) – com 80 associados; a Cooperativa dos Condutores Autônomos de Veículos Automotores do Oiapoque (COOPTOI), com 42 associados e o Sindicato dos Taxistas Autônomos do Oiapoque (SINDTAXI), com 49 associados. Os moto-táxi operam com aproximadamente 180 motos, em uma associação e uma cooperativa, ressaltando que a frota disponível é de carros novos e semi-novos, anos de 2007 a 2009.



Fotografia 59: Ponto de Táxi, centro no município Oiapoque
Fonte: Cruz (2009).

Os serviços turísticos disponíveis, entre hotéis, bares e restaurantes e serviços de agenciamento são satisfatórios, Fotografias 61 e 62, apesar da infra-estrutura de apoio ainda ser precária. Entretanto, é notória a presença de turistas circulando no centro comercial, nos bares e restaurantes e fazendo operação de câmbio. Há registrado na Prefeitura Municipal do Oiapoque 17 bares e restaurantes adequados ao uso turístico, com trabalhadores oriundos dos vários cantos do país, predominando os paraenses e maranhenses. Os hotéis apresentam condições satisfatórias para atendimento ao turista, com serviços básicos essenciais, distribuídos em 808 apartamentos, perfazendo 917 leitos disponíveis. Os meios de hospedagem, bares e restaurantes são destinados ao público procedente da Guiana Francesa, que chega no Oiapoque para conhecer a Amazônia Brasileira, e aproveitar os preços mais baixos da alimentação. Inclusive, no comércio do Oiapoque é comum a negociação ser feita tanto na moeda nacional, o real, como na moeda da Comunidade Européia - o Euro.



Fotografia 60: Meio de Hospedagem, município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 61: Meio de Hospedagem e Lanches, município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).

Os passeios turísticos são operados por agências de turismo, maior destaque para a Mairipá Tour, Fotografia 63, que opera passeios turísticos pelo rio Oiapoque, cidade de Saint George e faz emissão de bilhetes aéreos, nacionais e internacionais.



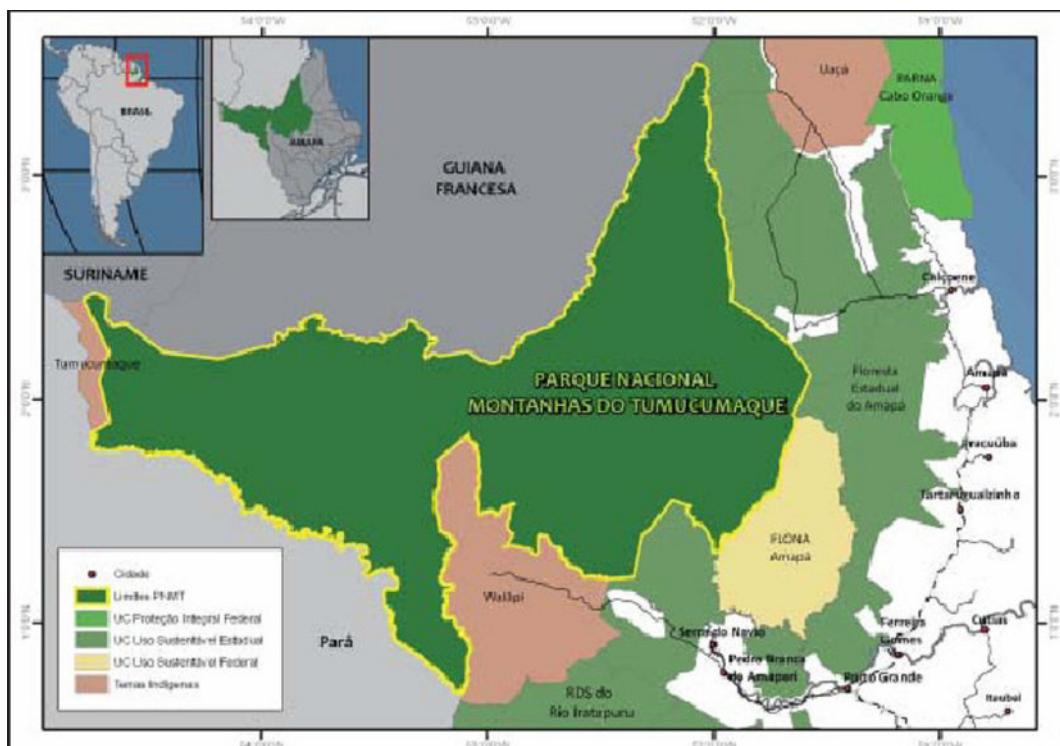
Fotografia 62: Agência de Viagens e Turismo, município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).

Como suporte às atividades turísticas têm-se os serviços de saúde e educação. Na educação, o município conta com os ensinos fundamental, médio e superior. Conta com um campus avançado da Universidade Federal do Amapá ofertando cursos que visam suprir as deficiências na formação dos professores. Na saúde, além das unidades básicas, em número de quatro, há um hospital geral, que funciona como unidade mista, municipal e estadual, e uma clínica particular.

Das vilas que formam o município do Oiapoque, e que estão ao longo da faixa de fronteira internacional, está, a Vila Brasil, que para efeito deste estudo será considerada como área importante e estratégica ao desenvolvimento do turismo, principalmente em função de sua localização e das condições naturais e culturais que oferece.

3.5.1 Vila Brasil

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque - PNMT, criado por decreto s/n, publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 2002, com área de 3.867.000 ha, localiza-se no estado do Amapá, na região noroeste, mas tem parte de sua área no estado do Pará, e faz fronteira com a Guiana Francesa e Suriname, Mapa 9, (IBAMA, 2009). A região onde o PNMT se encontra abriga as nascentes dos principais rios do Amapá, como o Oiapoque, o Jari e o Araguari.



Mapa 9: Localização Geográfica do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. Município do Oiapoque/AP.
Fonte: BRASIL (2008).

Por estar localizado em área de fronteira internacional, o PNMT possui importância geopolítica para as estratégias de proteção dessa faixa, não apenas na questão de segurança nacional, mas pela riqueza ecológica e cultural. O patrimônio natural é exuberante, com diversidade de *habitats* faunísticos e florísticos, conjugando uma das maiores potencialidades turísticas do Amapá, e o interesse para a pesquisa científica. Segundo Irving (2006, p. 37),

A importância ecológica do PNMT é reforçada ainda por este se inserir num imenso corredor de biodiversidade, ligando toda a face oeste do estado do Amapá até o nordeste do Pará, que proporciona a interligação de diversas áreas protegidas, a grande maioria em ecossistema de floresta densa. O parque é ainda a peça maior em um mosaico de unidades de conservação que recobre mais de 50% da área do Estado do Amapá.

A dificuldade de acesso é garantia da preservação dos recursos naturais do PNMT, pois não existe acesso rodoviário, e as estradas existentes não oferecem condições de trafegabilidade e não chegam ao seu limite. Além do que não há grande concentração urbana em sua área ou em seu entorno, apenas alguns focos isolados de garimpo e o núcleo populacional de Vila Brasil, dentro dos limites do parque. Com maior interação apresentam-se “duas comunidades em seu entorno (Lourengo no município de Calçoene e Perimetral Norte no município de Pedra Branca do Amapari) e duas no interior (Vila Brasil e Ilha Bela), ambas no município do Oiapoque” (MONTEIRO, 2009).

No interior do PNMT, de acordo com Irving (2006) foram identificadas, pelo IBAMA, 25 pistas de pouso clandestinas, algumas ainda ativas. Um dos objetivos da criação do parque foi a implantação de uma política de turismo aliada a sustentabilidade dos recursos. Porém, em face da precariedade de infra-estrutura, dos problemas do garimpo ilegal, e da falta de um plano de manejo concluído e aprovado, o turismo ainda está por ser uma alternativa de desenvolvimento para o PNMT. Entretanto, mesmo com as distâncias e as dificuldades de acesso, e por estar em território do município do Oiapoque, que é um dos locais de maior permeabilidade transfronteiriço, possibilita a interação de um fluxo transfronteiriço constante, sendo este um importante fator para o estabelecimento de ações no campo do turismo.

Percebe-se, em decorrência da relação das cidades gêmeas de Oiapoque (Amapá) e São Jorge (Guiana Francesa), um forte fluxo transfronteiriço devido as atividades de comércio, contrabando, e o turismo de compras²² e turismo sexual²³, tanto na sede do município como entre Vila Brasil e a Comuna de Camopi, na Guiana Francesa. Para chegar a Vila Brasil, parte-se da sede municipal em catraias, pelo rio Oiapoque, num percurso que dura aproximadamente 6 horas, caso não ocorra nenhum imprevisto, pelo fato do

²² Turismo de compras – Deslocamento de pessoas para centros urbanos organizados, que possuem o comércio como atrativo principal (SEBRAE, 1998).

²³ Turismo sexual – [...] a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem. (OLIVEIRA, 2006 p. 56)

rio formar pequenas corredeiras e apresentar muitas rochas ao longo de seu percurso. No caminho, antes de se chegar a Vila Brasil, depara-se, na margem direita, e do lado brasileiro, com a Ilha Bela, Fotografia 64.



Fotografia 63: Ilha Bela – Área de trânsito para o garimpo na Guiana Francesa. Município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz, 2009.

É um conjunto de três ilhas, que servem de apoio para o trânsito de garimpeiros, que adentram nos garimpos da Guiana Francesa. Não oferece nenhum tipo de infra-estrutura básica, sanitária e de sobrevivência. Atualmente, segundo dados do ICMBIO, residem na ilha aproximadamente 200 pessoas, porém durante a pesquisa de campo constatou-se que esse contingente é muito maior, pois o índice de natalidade é alto, e há uma população flutuante intensa na área, com pessoas oriundas dos diversos estados do Brasil como, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, entre outros (CRUZ, 2009).

O poder público não tem ingerência no local, seja por falta de recursos físicos ou materiais, por ser uma região de difícil acesso e sem infraestrutura para instalar um ponto de apoio adequado ao enfrentamento dos problemas existentes, como a prostituição, bandidagem, tráfico de drogas, assassinatos, doenças endêmicas, e a própria ocupação desordenada da área

do PNMT. Em janeiro de 2009 houve uma ação conjunta, do ICMBIO, IBAMA, Polícia Federal, Ministério Público e Polícia Civil, objetivando a retirada dessa população da área, porém, a ação foi apenas o início de uma batalha que ainda está por acontecer.

A Vila Brasil localiza-se na margem direita do rio Oiapoque, em frente a “boca” do rio Camopi, Fotografia 65. As características de ocupação e infra-estrutura da Vila Brasil são diferentes do que ocorre em Ilha Bela. Segundo dados do posto de saúde local, hoje residem aproximadamente 93 casas/famílias na área da Vila Brasil, não podendo mais ser construído outras, também com origens diversas, como Pará, Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Macapá, entre outros. O que se observou foi que o principal motivo para que os mesmos residam nesse local, é ou foi o garimpo, pois mesmo os que atualmente não o praticam constituíram família no local e lá permanecem. Possui uma escola precária, que atende crianças no ensino fundamental, de primeira a quarta série, depois os mesmos deslocam-se para a sede do município. Atualmente, conta com 20 alunos e duas professoras com formação no magistério. As condições estruturais são mínimas e precárias, Fotografia 66.



Fotografia 64: Vila Brasil. Município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 65: Escola Municipal. Vila Brasil, município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).

No que tange ao sistema de saúde pública, a Vila conta com um posto de saúde municipal, Fotografia 67, onde prestam serviços uma técnica de enfermagem, que ao ser entrevistada relatou que as doenças mais freqüentes na vila são a malária, problemas de coluna e gripes. E, segundo a técnica, há ações regulares de imunização de crianças através das campanhas de vacinação, com distribuição de medicamentos para emergências. A mesma relatou, ainda, que sempre quando necessário, há pedidos de auxílio para o serviço médico da Comuna de Camopi – GF, inclusive com a remoção, via helicóptero, para Caiena, de pacientes avaliados em estado grave e que residem em Vila Brasil. Essa informação foi confirmada, tanto por outros moradores da Vila como pelas autoridades da Comuna de Camopi.



Fotografia 66: Posto de Saúde. Vila Brasil. Município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).

O posto de Saúde da Vila Brasil foi inaugurado em 2006, e sua estrutura física é regular, com ambulatório para atendimento de casos de pouca complexidade, como pequenos cortes, hematomas, suturas, aplicação de soros e injetáveis.

O setor de serviços e comércio configura-se como uma das atividades econômicas em Vila Brasil, e é aquecido pelo fluxo de indígenas franceses que cruzam o rio Oiapoque para adquirir suprimentos de pesca e caça, vestuário, alimentos e bebidas, no lado brasileiro, Fotografia 68. Segundo o Sr. Ivan (2009)²⁴, a despeito de Vila Brasil ser considerada um ponto de apoio do garimpo, há também um fluxo de turistas franceses e índios que aportam nesse lugar, pois sendo o proprietário da única pousada na vila, possui um controle maior sobre esse cenário. Para ele, os hóspedes aportam com os mais diversos motivos desde missão oficial do governo francês, até para a prática de pesca esportiva, pesquisa científica ou lazer. A pousada *Le Belvedere*, construída em 2004, Fotografia 69, possui oito quartos, duas suítes e área de estar; serve café da manhã com produtos franceses, almoço e jantar, se forem solicitados com antecedência. Os quartos não têm ar condicionado nem ventilador, devido o clima ficar mais suave durante. O valor da diária é em Euro, numa média entre 20€ e 30€.

²⁴ Morador e proprietário da Pousada “*Le Belvedere*”.



Fotografia 67: Indígenas Franceses. Rio Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 68: Pousada *Le Belvedere*. Vila Brasil. Município do Oiapoque/AP
Fonte: Cruz (2009).

Além da pousada, há aproximadamente quinze casas comerciais, que podem ser caracterizadas como grandes armazéns, Fotografia 70, onde se vende os mais diversos produtos como alimentos, vestuários, combustível, lonas, redes de dormir e pescar, utensílios para caça e cobertores. Seus clientes, além dos moradores da vila, são preponderantemente os

índios do Camopi, que aproveitam a variedade e os preços mais baixos para adquirir seus produtos. Além de consumirem bebidas nos pequenos bares e restaurantes, e frequentarem as pequenas boates da vila.

O que se observou em Vila Brasil, é uma completa ausência do poder público. Sem as ações de segurança e ordenamento do território. Não há delegacias de polícia, apenas a presença do exército brasileiro, que para os moradores da Vila Brasil, são apenas “bons vizinhos” (SR. MIGUEL, 2009)²⁵, pois não desenvolvem ações de inibição e coerção contra os atos de vandalismo. Segundo o Sr. Miguel, o comando do exército não tem poder de polícia, mesmo estando em área de fronteira, e que segundo orientações do comando geral, esse destacamento de fronteira tem o dever de proteger as fronteiras brasileiras, por questões de segurança nacional. Por conta dessa situação, é que os que ali transitam e residem, voluntariamente, criam suas próprias leis e regras de convivência.

É comum a entrada de índios franceses em território brasileiro (Vila Brasil), para fazer compras ou fazer roçado, ou ainda, como foi informado pelos moradores, operações financeiras de câmbio, inclusive, com o comércio local, dando preferência para que os clientes paguem em Euro, pois o real é a moeda menos aceita nas transações comerciais. Além disso há a contratação de brasileiros por índios franceses, que ganham aproximadamente 3000 euros por mês, para fazer roças em território brasileiro, numa espécie de trabalho temporário e aluguel do roçado. Sendo essa prática quase que “oficial” entre eles.

²⁵ Morador e presidente da Associação de Moradores da Vila Brasil



Fotografia 69: Comércio da Vila Brasil. Município do Oiapoque/AP.
Fonte: Cruz (2009).

Em termos econômicos, observou-se que a comunidade de Vila Brasil, além da agricultura de subsistência, das pequenas roças de mandioca, tem no comércio a sua principal fonte de renda, pois segundo Moreira (2009, p. 7),

Os euro-indígenas são a principal fonte de renda do assentamento na selva. Mas os nativos ingênuos são facilmente enganados, pagando mais de 30 euros por uma caixa de cerveja brasileira e 50 euros por uma visita ao bordel local. Os *wayapis* passam a noite sentados em bares à margem do rio, embebedando-se de cerveja e cachaça. Em vez de ser um benefício o dinheiro francês transformou antigos caçadores e coletores em alcoólatras. A eles juntam-se milhares de pessoas que atravessam a fronteira ilegalmente e garimpam ouro no rio *Camopi*, que já está contaminado com mercúrio, usado para separar o ouro das rochas.

A população da Vila Brasil é composta prioritariamente de homens, na faixa etária entre 36 e 44 anos (FIGUEIREDO, 2006). A maioria das pessoas não nasceram em Vila Brasil, são migrantes que chegaram e constituíram famílias, e ainda, faz-se importante ressaltar que não há nascimentos na vila, face às poucas condições para a realização de partos, no posto de saúde. Segundo a informante, as mulheres em período de gestão, próximo ao parto, são aconselhadas a procurar a sede do município do Oiapoque, pois não há parteiras na Vila.

Figueiredo (2006, p. 14) aponta que “as crianças da Vila Brasil ou são brasileiras, nasceram na sede municipal; ou francesas, nasceram na Comuna de Camopi ou Caiena”.

Vila Brasil, além de sua história ter origem no garimpo, também possui campo de futebol, igreja católica e evangélica, e grandes extensões de áreas verdes. Para alguns, a Vila Brasil está fadada ao desaparecimento, como Monteiro (2009) propugna, por estar inclusa em um parque nacional, de onde deverá por lei ser retirada. Porém, nas palavras do Sr. Miguel a população local vai resistir a mais essa demanda. Segundo Moreira (2009, p. 7),

Com isso a faixa de fronteira se contradiz com suas políticas públicas (desenvolvimento x conservação), alimentando na faixa de fronteira alguns pontos nocivos para a integração regional, como o acultramento dos índios da aldeia Camopi; o levado fluxo migratório (busca de trabalho e de melhores condições de vida, tendo em vista suprimento de educação e saúde gratuitos dados pelo governo francês); e principalmente de rede de abastecimento para os garimpeiros clandestinos, gerando conseqüências criminosas (acerto de contas, prostituição, contrabando, tráficos de toda espécie).

As Amazônias, brasileira e francesa, detentoras de recursos diversificados e de potencial de desenvolvimento ainda por acontecer, pela ausência de políticas públicas de expansão racional e organização da economia local, exigem aprofundamentos quanto a essas problemáticas. Nesse sentido, e considerando as questões inerentes à complexidade dessas regiões, este estudo apresenta as hipóteses que nortearão a pesquisa proposta, na tentativa de confirmá-las ou não, explicitando o que o estudo objetiva aprofundar no que concerne às ações governamentais de desenvolvimento do turismo. Portanto, para compor a análise da área em estudo, no próximo item, fez-se a caracterização da cidade de Belém enquanto sítio importante no contexto das relações estabelecidas entre Brasil e Guiana Francesa para o desenvolvimento e cooperação no turismo.

3.6 ESTADO DO PARÁ – CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS COM ÊNFASE NO MUNICÍPIO DE BELÉM

O Estado do Pará, o segundo maior do Brasil, está localizado no centro da região norte, dividido em 143 municípios, com uma extensão de 1.247.689,515 km². Os municípios mais importantes para a economia do estado são: Ananindeua; Barcarena; Belém; Castanhal; Capanema; Itaituba; Marabá; Parauapebas; Salinópolis; Tucuruí; Santarém; Ulianópolis. Sua população está estimada em 7.321, 493 habitantes. Os seus limites são: ao norte, Suriname e Amapá; ao nordeste, o oceano Atlântico; ao leste, o Estado do Maranhão; ao sudeste, o Estado do Tocantins; ao oeste, o Estado do Amazonas e ao noroeste, com Estado de Roraima e República da Guiana, Mapa 10. A base da economia do Estado é o extrativismo mineral e vegetal, a agricultura, a pecuária, o comércio e serviços, (IBGE, 2009).



Mapa 10: MAPA DO ESTADO DO PARÁ
Fonte: BRASILCOM (2009).

3.6.1 Dados Históricos

Efetivamente, a colonização do Estado do Pará ocorreu com a fundação do Forte do Presépio, em 12 de janeiro de 1616 e conseqüentemente, a fundação da cidade de Belém do Pará por Francisco Caldeira Castelo Branco, também capital do estado, que chegou a ser chamada de Feliz Lusitânia, Santa Maria do Grão Pará, Santa Maria de Belém do Grão Pará. A fundação da cidade revelou a transição entre o fim da conquista do litoral maranhense e o início da jornada efetiva da bacia Amazônica e esteve diretamente associada à necessidade de uma maior integração territorial e soberania portuguesa que se encontrava ameaçada pela presença constante de franceses, ingleses e holandeses em territórios brasileiros. De acordo com Moreira (1966, p.40), Portugal objetivou descobrir, expandir e aproveitar com fins políticos, militares e/ou econômicos, certas vantagens naturais e geográficas da cidade de Belém.

A construção do Forte do Presépio, no bairro da Cidade Velha constitui um marco na história de Belém, pois foi a partir dessa edificação que as primeiras ruas foram abertas, dando início ao processo de urbanização. As intensas alterações na paisagem podiam ser percebidas pelo contínuo fluxo de índios em torno do burgo, além da presença crescente de portugueses que inicialmente aparentavam boas intenções quanto às relações com os indígenas, contudo, prevalecia o interesse dos primeiros, pela exploração do trabalho e maior conhecimento da região, (FRANÇA, 2009). Em um segundo momento a relação se revelou impositiva e exploradora, como no restante do país.

Segundo Moreira (1966, p. 50 e 39, apud FRANÇA, 2009), a cidade vivera à beira-rio e nas suas proximidades desde a sua fundação até o século seguinte, crescendo continuamente em termos de penetração e se estendendo desde o Convento de Santo Antônio (atual Igreja e colégio Santo Antônio), até a sua extrema do lado do Guajará, e o Convento de São Boaventura (onde atualmente se encontra o Arsenal da Marinha), ao lado do Guamá. Belém sofreu ao longo dos séculos diversas influências em sua fisionomia, dentre elas: A pioneira (influência indígena); a colonial (influência portuguesa); a cosmopolita (influência do boom da borracha).

No século XIX, a Revolta da Cabanagem, se revelou como um grande movimento político, ocorrido na Província do Grão Pará, contra a política centralizadora de Portugal,

constituiu-se em um dos mais importantes movimentos de cunho popular já ocorrido no Brasil, apresentando uma duração de cinco anos 1835 - 1840 consecutivos. O fato social significou uma insatisfação, em especial das camadas populares: índios, negros, latifundiários, membros das tropas, do clero, das lojas maçônicas, entre outros, em relação às formas de dominação e opressão política da época, e que, através da tomada do poder, criaram um governo autônomo em relação ao restante do Brasil. O objetivo do movimento Cabano era expulsar as forças reacionárias que pretendiam manter a Província do Grão-Pará como colônia portuguesa, mesmo após a independência do Brasil. Como consequência é possível apontar o enfraquecimento da economia, bem como algumas transformações urbanas e a redução do número de habitantes, de 24.500 em 1819 para 15.000 em 1848.

Alguns nomes marcaram fortemente a rica história da Cabanagem como do cônego e jornalista João Batista Gonçalves Campos, Vicente Papagaio, Félix Clemente Malcher, Antônio Vinagre, entre outros. Para França (2009), é importante enfatizar que a cidade de Belém, após a Revolta Cabana, estava deteriorada, pois além de sua população ter sido dizimada, reduzida em cerca de 30 a 40% de uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, a sua estrutura física foi fortemente afetada pelas destruições dessa luta armada.

A economia paraense esteve pautada principalmente na produção e exportação de açúcar, algodão, arroz, cacau e café até fim do século XVIII, porém, nenhuma produção apresentou tantos benefícios econômicos para a cidade de Belém e Manaus como a borracha. A sua disseminação na Amazônia está diretamente vinculada ao processo de industrialização mundial, do final do século XIX, quando o setor automobilístico, demonstrou grande interesse por este produto, pois o beneficiamento da borracha dependia a produção de pneus. Na cidade estavam concentradas as elites, como fazendeiros, grandes seringalistas, comerciantes, profissionais liberais (advogados, médicos, jornalistas, etc), grandes aviadores, políticos, donos e representantes de firmas nacionais e estrangeiras, funcionários públicos, etc. Logo, intensificaram-se as pressões, por esses segmentos da sociedade, para que o governo modificasse a infra-estrutura urbana, oferecendo com isso uma melhoria significativa da qualidade de vida das elites, prioritariamente. Foram feitas inúmeras construções de casas particulares entre a Praça da República e São Brás.

Belém tornou-se um grande centro comercial, despertando interesses nacionais e internacionais, configurou-se como a primeira praça financeira da Amazônia, pois era o local de concentração de importantes bancos estrangeiros da época. Neste contexto foi negociado com o governo do Estado a constituição de uma comissão de profissionais com a finalidade de viabilizar um plano geral de embelezamento e saneamento de Belém. “[...] Tratava de

embeleazar a cidade, contratando técnicos, criando ambiente para essas realizações através de incentivo aos artistas e de prodigalidade, que o fizeram na sua época” (CRUZ, 1973, p.405).

Os largos foram ajardinados e as ruas ganharam granito. Belém apresentou melhorias nos sistemas de viação e iluminação pública, para Cruz (1973, p. 384).

Enquanto no estado a preocupação máxima do governo era com o desenvolvimento de riquezas públicas, nos seus diversos aspectos, na administração municipal o embelezamento da cidade preocupava o seu responsável, atento ao trabalho de dar a Belém os méritos de uma cidade moderna.

É importante destacar que até o advento da administração do intendente Antônio Lemos, a cidade de Belém havia apresentado pouco progresso. De acordo com Cruz (1973), os processos de modernização pelos quais passaram às cidades de Belém e Manaus, estavam diretamente ligados à economia da borracha e sofreram ações significativas no setor de saneamento e consequentemente na renovação da estética, como por exemplo, dos logradouros públicos. França (2009) analisa que Belém ganhou contornos arquitetônicos característico das cidades que desempenhavam grandes papéis na economia mundial, como as modificações nas faixadas dos casarões, nas praças e nas ruas arborizadas, entre outros elementos, que permanecem até os dias atuais,

Durante o ciclo da borracha, a cidade de Belém sofre diversas modificações em sua estrutura econômica, política, vida social e paisagística, a partir das riquezas produzidas na época. As casas aviadoras lucravam demasiadamente com a concessão de crédito, sem limites, aos donos de seringais, que ostentavam as suas riquezas em espaços requintados e diferenciados dos demais. Grande parte da infra-estrutura de lazer de Belém se consolidou no início do séc. XX, com as riquezas produzidas pela economia da borracha no estado, que alavancado um intenso processo de urbanização nos bairros tradicionais da cidade, possibilitou o traçado planejado de ruas e praças.

Com a decadência do ciclo da borracha na década de 1920, em função da ampliação do mercado na Ásia (Ceilão, Indonésia e Malásia) cidades da Amazônia sofreram um esvaziamento. No período compreendido entre os anos de 1870 e 1920, a produção gomífera possibilitou uma dinamização da vida social, política e econômica da cidade de Belém, refletida, em grande parte, nas construções de casarões e espaços públicos de lazer e no reordenamento das relações e classes sociais. A população atual de Belém é de 1.408.847 habitantes (IBGE, 2008), uma área territorial de 1.065 km². No ano de 2000 a população da Grande Belém extrapolou o número de um milhão de habitantes

3.6.2 Aspectos Socioeconômicos

Nas últimas três décadas a demografia e a economia, no Estado do Pará e na Amazônia, foram aspectos que mais sofreram mudanças. Essas transformações deram ao Estado uma nova configuração territorial, o esgotamento na infraestrutura social, e de certa forma, deterioraram a qualidade de vida social da população. Consequências patentes da má distribuição de renda, dos conflitos agrários pela concentração de terras, assim como do modelo de desenvolvimento econômico implantado na região que tem como base os grandes projetos. Segundo PARATUR (2007), a construção de obras de infraestrutura no Estado, como hidrelétricas, telecomunicações, eixos viários, a instalação dos grandes projetos, a expansão das atividades auríferas, enfim, a colonização dirigida pelo Governo Federal foram entre outras variáveis, os principais fatores que determinaram um intenso processo migratório, com repercussões na sociedade local, em face de falência dos equipamentos sociais e da incapacidade da economia e da esfera governamental em absorver este contingente populacional excedente.

O Estado do Pará apresenta uma participação modesta em termos de Produto Interno Bruto total e *per capita*. Em relação à Região Norte, essa participação é mais significativa. Tradicionalmente calcada no extrativismo vegetal e/ou mineral, a economia paraense, nos anos de 1970 sofreu uma grande modificação com a política de incentivos do Governo Federal, que estimulou o estabelecimento de pólos agro-industriais. Em meados da década de 90, o Governo do Estado adotou uma política de incentivos e planejou uma alavancagem econômica segundo as vocações regionais: a verticalização da produção mineral, a agroindústria e o turismo. O Pará dispõe de 32 milhões de hectares para a área agrícola. Atualmente, é o maior produtor de dendê, pimenta-do-reino, mandioca e abacaxi, liderada pelas culturas industriais. A produção agrícola tem expandido o cultivo de frutas, especialmente as nativas, como açaí, cupuaçu e pupunha, além da soja, que também vem ganhando espaço. O Estado possui três grandes pólos que correspondem à metade da soja produzida no País, basicamente cultivada em áreas desmatadas e de cerrado.

A atividade pecuária também é significativa. O Pará ocupa lugar de destaque na pecuária nacional, com um rebanho de 12 milhões de bovinos, 2 milhões de suínos e 1 milhão de bubalinos. A pecuária se desenvolveu com a chegada das rodovias estaduais e federais, ocupando a região sudeste do Estado. Antes, este tipo de cultura era desenvolvido apenas nos campos do Marajó e na região do Baixo Amazonas. Técnicos da Secretaria Executiva de

Agricultura (SAGRI) apontam a agroindústria como o caminho para o desenvolvimento do setor agrícola do Pará. Para facilitar o acesso aos recursos financeiros, o governo tem estimulado a organização de produtores em cooperativas e associações.

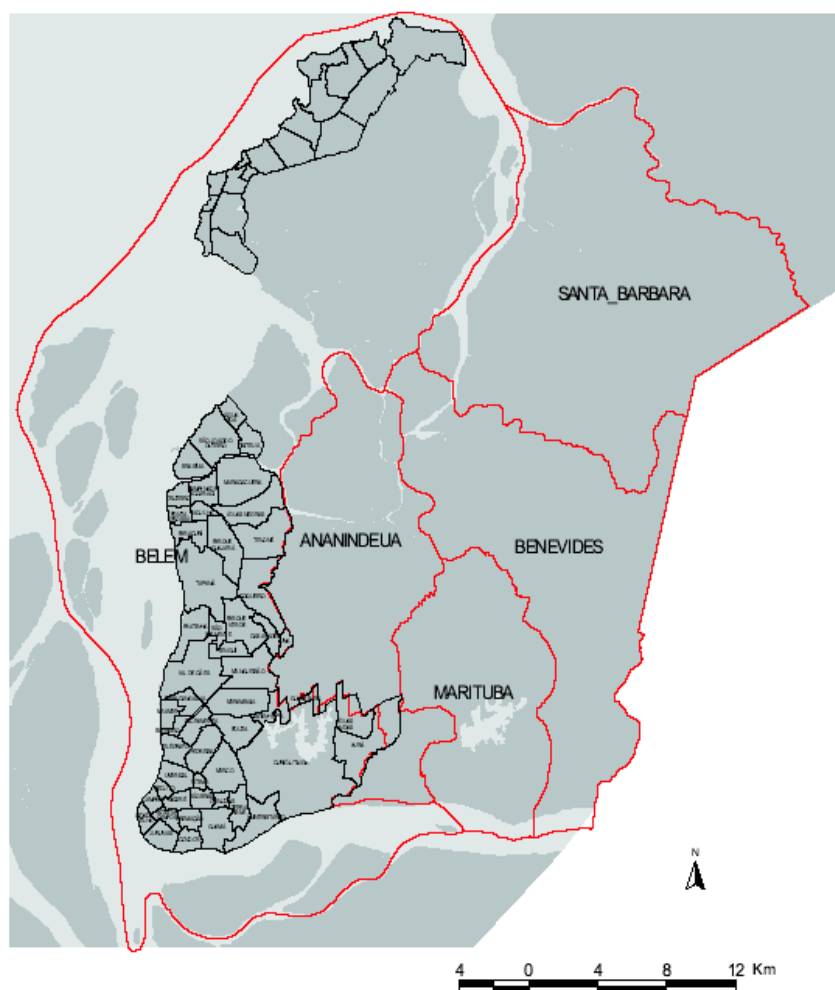
Outra atividade importante para o Estado é a mineração. O Pará é o segundo maior estado do Brasil em produção mineral. Em 2000, o setor foi responsável por 75,98% das exportações do Estado. Reservas de ferro, bauxita, ouro, manganês e caulim são os principais minerais encontrados no solo paraense. A produção de minérios atende a dez projetos industriais e cinco áreas de garimpo, com destaque para o Projeto Carajás e o garimpo do Tapajós.

O turismo, de acordo com PARATUR (2006), principalmente o ecoturismo, também constitui um importante propulsor da economia estadual. O Pará possui atrativos naturais e culturais, havendo, porém, necessidade de maiores investimentos no setor. A atividade pode ser considerada incipiente, apesar do grande potencial turístico da região.

3.7 MUNICÍPIO DE BELÉM

O município de Belém pertence à mesorregião Metropolitana de Belém, sendo considerada a maior cidade da linha do Equador, ao mesmo tempo em que é o principal portão de entrada da região norte, por ser acessada por diversas vias: aérea, marítima e terrestre. Dados de PARATUR (2009) apontam que a cidade de Belém, possui dois terços de seu território formado por ilhas; sendo 39 identificadas e habitadas. A cidade de Belém está localizada na embocadura de um braço do delta Amazônico, na baía do Guajará, cercada de ilhas que pertencem à parte insular do município, sendo recortada por vários canais, igarapés e rios. O relevo é plano ou levemente ondulado constituído por terra de várzea e terra firme. A topografia, pouco variada, é muito baixa em diversas áreas da cidade e parte significativa da porção continental acha-se em áreas de cota inferior a 4 (quatro) metros, alagadas permanentemente ou sujeitas às inundações periódicas, espaços tradicionalmente conhecidos pela denominação de baixadas.

Em divisão territorial datada de 15 de julho de 1999, o município é constituído de 8 distritos: Belém, Benguí, Entroncamento, Guamá, Icoarací, Mosqueiro, Outeiro e Sacramenta (Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, 2005), Mapa 11.



Mapa 11: Região Metropolitana de Belém.
Fonte: Cardoso (2009).

Belém é uma metrópole brasileira e a maior cidade da região Norte. Sua densidade demográfica de 1.201,39 hab./Km² fazendo parte das 23 maiores aglomerações urbanas mundiais situadas na faixa costeira. O município de Belém tem entre as suas principais atividades econômicas a indústria e o setor de serviços. O PIB per capita do estado do Pará em 2006 era de R\$: 6.241,00, representando 49,19% do valor per capita nacional, mantendo a 22^a posição no ranking dos estados brasileiros e permanecendo na última colocação da Região Norte (PARATUR, 2009). Está interligada ao centro-sul do país através de rodovias e acesso aéreo. O acesso fluvial faz a comunicação intra-regional, diariamente. Com sua localização no extremo Norte da malha rodoviária brasileira BR-316 (Nordeste) e BR-010 (Belém-Brasília), Belém é considerada como uma das principais entradas para toda a região Norte.

O Aeroporto Internacional de Belém, conhecido como Aeroporto Internacional de *Val-de-Cans*, é responsável pelo incremento do turismo na região, escoamento da produção e captação de novos investimentos. Administrado pela INFRAERO opera com a capacidade de atender à demanda de 2,7 milhões de passageiros por ano, em uma área construída de 33.255,17 metros quadrados, operando com seis empresas aéreas: Gol, Meta, Sete, *Surinam Air Ways*, Tam, *Trip*. O acesso hidroviário é realizado pelo Porto de Belém, inaugurado em 02 de outubro de 1909, e está situado a uma distância de 120 km do oceano atlântico. Sua localização é na margem direita da Baía do Guajará, formada pelos Rios Moju, Guamá, Acará e Pará. É um porto abrigado, praticamente isento de ventos fortes. Na margem esquerda dessa baía se localiza a Ilha das Onças com 19 km de comprimento e uma série de ilhas menores. Está localizado nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude - 01° 28'03'' Sul e Longitude - 48° 29'18'' Oeste. (CDP; PARÁ, 2009).

O Crescimento Demográfico do Município de Belém é demonstrado na Tabela 10, com dados obtidos a partir dos estudos estatísticos municipais, do IBGE, e elaborados pela SEPOF no ano de 2008. A população do Município de Belém se manteve estável na década de 1990, experimentando no período de 1991 a 1996 um decréscimo em função da redefinição dos limites geográficos do município, a partir da perda populacional que passou a fazer parte do Município de Ananindeua. A partir do ano 2000, essa população volta a ultrapassar 1.200.000 habitantes, tendo um crescimento em 2005 para 1.400.000, que se manteve estável até 2008.

Tabela 10: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, 1991- 2007

Ano	População (hab.)
1991	1.244.689
1996	1.144.312
1997	1.160.181
1998	1.173.534
1999	1.186.926
2000	1.280.614
2001	1.304.314
2002	1.322.683
2003	1.342.202
2004	1.386.482
2005	1.405.871
2006	1.428.368
2007	1.408.847

Fonte: IBGE, 2009

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do município de Belém é de 0,806, índice que o coloca no patamar de alto desenvolvimento humano. No que diz respeito ao fator longevidade o município obteve um índice de 0,758 refletindo a expectativa de vida da população que era de 70,5 anos em 2000. Em 2000, o município alcança o índice de alto desenvolvimento humano.

As atividades econômicas que mais contribuíram para o crescimento real do PIB em 2006 foram: Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) com 14,95%, intermediação Financeiro 13,94%, indústria de transformação 11,65%, serviços prestados às empresas 9,05%, comércio 8,79%, indústria extrativa 8,70% e alojamento e alimentação 8,66%. Em 2006 na grande Belém, apenas 9% dos domicílios utilizavam a rede pública de esgoto, enquanto em regiões metropolitanas como Curitiba e Belo Horizonte esse serviço já atendia 60% e 84% da população, respectivamente (SNIS, 2005).

O percentual de domicílios que utilizam rede de esgoto na Grande Belém sofreu redução. Em 2001, 13% dos domicílios eram servidos pela rede, enquanto em 2006 essa porção caiu para 9% (IBGE, 2001; 2006). A redução decorreu do aumento do número de domicílios e da desativação de redes antigas. Os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara não possuem rede pública de esgoto, e a Grande Belém está abaixo da média de domicílios atendidos pela rede de esgoto nas regiões metropolitanas pesquisadas, dados apresentados por PARATUR (2009).

O sistema de esgoto de Belém, assim como o de abastecimento de água, é de competência da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que concluiu as obras das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e a implantação de redes, coletores, interceptores e elevatórias de esgoto sanitário nos bairros da Marambaia e Guanabara e está sensibilizando a população com orientações técnicas, para que façam a ligação das instalações internas de suas residências para a rede de esgoto.

Na Grande Belém, o lixo encontra-se nas ruas, praças, canais e terrenos baldios. De maneira distinta das outras metrópoles do Brasil, na Grande Belém, o lixo é geralmente disposto em condições inadequadas. Embora a coleta de lixo esteja acima da média do Brasil, o tratamento e o destino final são precários.

A urbanização das baixadas de Belém, realizadas a partir da década de 80, com as Bacias do Una e Tucunduba atingem cerca de 40% do município, aproximadamente 550 mil habitantes ou quase 38% da população total. A Bacia do Una é formada por 18 (dezoito) “canais”, inclusive o do Una e atinge 11 (onze) bairros de Belém (Souza, Marambaia, Benguí, Marco, São Brás, Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Umarizal, Nazaré e Fátima). A Bacia do

Tucunduba, que por sua vez, é formada por 06 (seis), inclusive o do Tucunduba, e atinge 05 (cinco) bairros (Guamá, Terra Firme, Canudos, São Brás e Marco).

O transporte coletivo de Belém é insuficiente. Entre 2001 e 2007, a frota de transporte coletivo (ônibus e microônibus) aumentou de 3.555 para 4.674 veículos. Um aumento de 31%. Além da insuficiência, em termos quantitativos da frota, a qualidade deixa muito a desejar no que tange à segurança e acessibilidade dos passageiros. Os serviços de iluminação pública em Belém passaram a ser executados pela Prefeitura Municipal de Belém, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB). Segundo o órgão, Belém conta atualmente com 70.000 pontos de iluminação pública e o atendimento da manutenção é feito com 05 (cinco) viaturas pequenas e um caminhão.

O número de vagas disponíveis nos hospitais credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Belém – e que são administrados pela Central de Leitos do município é insuficiente para atender à demanda. Segundo dados da SESMA, existem 2.339 leitos cadastrados pelo SUS em Belém, mas o ideal seria o incremento de, pelo menos, mais 261 novos leitos para atender a contento a população da capital e do interior do Estado.

A cidade de Belém tem despertado entre aqueles que a visitam, interesses diversos dentre as tipologias e motivações por turismo, o turismo cultural, ecoturismo, turismo religioso, turismo de eventos. Observa-se que os atrativos são variados e diversificados, com monumentos históricos, manifestações culturais e religiosas, natureza, gastronomia, e a própria formação histórica e econômica da cidade o que provoca a curiosidade daqueles que não conhecem a metrópole da Amazônia, Fotografias 70 e 71.



Fotografia 70: Paisagem Natural de Belém.

Fonte: PARATUR (2009).



Fotografia 71: Patrimônio Cultural de Belém.
Fonte: PARATUR (2009).

Em termos de infraestrutura turística, a cidade de Belém apresenta um cenário favorável, com um parque hoteleiro de aproximadamente 2000 leitos disponíveis, e com perspectivas de crescimento. Apresenta equipamentos de lazer e entretenimento variados, assim como no quesito alimentação, uma variada e exótica culinária. Os principais problemas estão na qualidade do atendimento, que ainda não satisfaz as exigências da agilidade combinado com o bem servir.

A posição geográfica, estratégica na Amazônia, as facilidades de acesso em três modais, aéreo, rodoviário e o hidroviário, mantendo relações direta com as demais regiões do país, assim como com países limítrofes do Brasil na fronteira Norte, e que opera rotas diretas com a Guiana Francesa fortalecendo os laços de cooperação seculares e parceria para o desenvolvimento do turismo na Panamazônia, é que consideramos a cidade de Belém importante para o estabelecimento de ações governamentais. Nessa direção, no caso o desenvolvimento do turismo de fronteira, algumas condições reais tornam a cidade de Belém importante para o estabelecimento de ações governamentais visando o desenvolvimento do turismo de fronteira. São elas: a posição geográfica estratégica, criando facilidades de acesso em três modais, aéreo, rodoviário e hidroviário; a sua ligação direta com as demais regiões do país, assim como com países limítrofes do Brasil na fronteira Norte, e a proximidade geográfica com o continente Europeu; e as rotas diretas com a Guiana Francesa, fortalecendo

os laços de cooperação e parceria seculares para o desenvolvimento do turismo na Pan-Amazônia.

Portanto, faz-se necessário analisar as seguintes hipóteses: as políticas de turismo do Brasil e Guiana Francesa podem ser consideradas como instrumentos de desenvolvimento internacional na Panamazônia; o turismo na Panamazônia pode ser considerado pelo Brasil e Guiana Francesa como um instrumento de cooperação internacional; a trajetória do turismo na fronteira Brasil e Guiana Francesa é uma prática que tem contribuído para o desenvolvimento da fronteira internacional; o turismo de fronteira é um conceito consolidado teoricamente e institucionalmente, pelo Brasil e Guiana Francesa.

4 O TURISMO NA FRONTEIRA PAN-AMAZÔNICA – BRASIL E GUIANA FRANCESA

Este capítulo contextualiza a dinâmica da fronteira, Brasil e Guiana Francesa; a trajetória do turismo na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, considerando as ações governamentais propostas e em execução. Assim como, as ações de cooperação estabelecidas entre os dois países para a faixa de fronteira, e que provocam reflexos no setor de turismo; analisa a percepção dos agentes públicos, comunidades, empresários e entidades envolvidas com esse setor.

4.1 QUESTÕES DE FRONTEIRA

As fronteiras, espaços distintos, complexos e dinâmicos, são na contemporaneidade, elementos estratégicos para os países em desenvolvimento, frente ao processo de globalização econômica. As forças que ali atuam atendem desde as exigências do comércio exterior contemporâneo até às especificidades cotidianas de seus habitantes (MAX, 2009). No entendimento de Foucher (2009), a definição de fronteira é polissêmica, e nesta tese é tratada como uma área em constante expansão, muito além da compreensão de mero limite entre duas nações, apoiando-se na idéia que Coelho (1992) expõe, de que nas últimas décadas, o significado de fronteira tem alcançado uma evolução muito intensa, “não apenas em seu sentido estrito, mas em função de sua aplicação a fenômenos marcadamente contemporâneos, tais como a formação de blocos econômicos” (SILVA; RUCKERT, 2009), e neste caso, ao desenvolvimento do turismo em faixas de fronteiras internacionais.

As problemáticas presentes nas fronteiras são semelhantes, sejam em caráter social, econômico, político ou cultural, independente da localização. Autores como Foucher (2009), Coelho (1992), Max (2008), Paul-Guers (2008), Boudoux d’Hautefeuille (2009), Machado (2006), Quaresma (2008), Gomes (2008), Grenand (2009), Silva (2007) e Arouck (2001), entre outros, têm analisado a situação das fronteiras internacionais nos continentes Europeu, Norte e Sul americano, Asiático e Africano, além da América Central, e apontam que, em primeiro lugar está a disputa pelo território entre os países; a situação dos contestados e a soberania das nações foram, a princípio, as situações implicadas ao longo dos últimos três séculos. Porém, identificam, também, em paralelo, as situações da definição dos limites, sejam eles naturais ou artificiais, e em seguida, as questões referentes às dinâmicas existentes nesses territórios, como a comercialização de produtos, legais e ilegais, uma vez que são espaços de passagem e transição; a existência de mercados invisíveis ao poder público; o câmbio ilegal, sem taxação, a prostituição; o contrabando; o tráfico de seres humanos e de animais; o não reconhecimento de legitimidades e pertencimentos dos povos que ali habitam por séculos, assim como toda sorte de marginalidade.

Entretanto, não se pode deixar de ressaltar que, além das questões – problemas, as fronteiras são territórios em que as diversidades culturais, lingüísticas, as dinâmicas econômicas, políticas, culturais e ambientais estão presentes e em muito têm possibilitado a compatibilização de interesses entre as nações, aproximando-as, visando a cooperação internacional entre regiões até então em situação de isolamento, seja pelas dificuldades e falta de acesso, ou pela não importância sócio-política considerada pelos centros de decisões às quais estão vinculadas. No caso do Brasil e França, via Guiana Francesa, essa possibilidade tem sido posta em destaque, desde a última década, quando da intenção dos presidentes desses

países em estabelecer acordos visando a aproximação da França com o Brasil, e uma das ações neste sentido foi a construção da ponte entre o Brasil e a Guiana Francesa.

As várias noções de fronteira têm contribuído para o entendimento da função dessas no contexto do desenvolvimento econômico internacional. Segundo Foucher (2009, p. 9 e 10),

Desde 1991, mais de 26 mil quilômetros de novas fronteiras internacionais foram instituídos, outros 24 mil foram objeto de acordos de delimitação e de demarcação e, se todos os programas anunciados de muros, cercas e barreiras metálicas ou eletrônicas fossem levados a cabo, se alongariam por mais de 18 mil quilômetros. Nunca se negociou, delimitou, demarcou, caracterizou, equipou, vigiou e se patrulhou tanto. As fronteiras terrestres e marítimas tornaram-se, mesmo em tempo de paz, um próspero mercado para as empresas de segurança eletrônica e para os escritórios de advocacia especializados em arbitragem internacional.

[...] assim, o mundo contemporâneo é estruturado por 248 mil quilômetros de fronteiras políticas terrestres e 332 fronteiras entre Estados, que eu chamo diádes, limites comuns a dois Estados contíguos. Ou seja, quase meio milhão de quilômetros de limites a gerenciar.

Ao criar fronteiras, pretende-se, sempre, solucionar um problema, seja de definição de limites, de trânsito entre os territórios, de partição, mesmo sem a idéia do que acontecerá após a delimitação. São várias as funções das fronteiras, segundo Foucher (2009, p. 11), “uma versão moderna da antiga linha fortificada se difunde, aqui para conter ameaças à segurança, ali para decidir unilateralmente um traçado definitivo em um território contestado, e em outro lugar para diminuir os fluxos migratórios”. É dessa forma que as fronteiras assumem o papel de territórios com múltiplas funções, e esse entendimento tem permeado a ação e pensamento de diversos envolvidos em questões fronteiriças, segundo Grenand (2009, p. 1),

Em oposição às fronteiras artificiais, os geógrafos contribuíram para difundir a noção de fronteira natural que rios e cadeias de montanhas encarnam de maneira exemplar. A posição dos diplomatas não foi diferente: muitos traçados transfronteiriços entre Estados são confundidos com um curso de água ou uma linha de divisão de águas. As Guianas fornecem um exemplo reiterado dessa configuração: rios que descem do Sul para o Norte separam a Venezuela da Guiana, a Guiana do Suriname, o Suriname da Guiana Francesa, a Guiana Francesa do Brasil. Por sua vez, correndo de Oeste para leste nas nascentes dos rios, uma linha de montanhas que se transformam gradualmente em colinas, separa as antigas colônias do gigante brasileiro.

Essas funções são claramente identificadas na faixa de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, pois se pautando no que Max (2009, p. 2) ressalta “o entendimento de que as fronteiras servem a um propósito, portanto, possuem uma função, que pode representar desde a defesa da soberania ao controle do espaço, leva, por consequência, a uma diversidade”.

Neste mesmo estudo Max (2009) apresenta a classificação que Guichonnet; Raffestin (1974, p. 48-52) definem para as funções da fronteira:

- a) A função legítima, onde a fronteira delimita o perímetro institucional formal, representada pela circunferência do território do Estado onde o sistema político exerce autoridade;
- b) A função fiscal, que habilita o Estado a proteger sua economia contra a competição estrangeira;
- c) A função controle, que atua como filtro já que está destinado a administrar o acesso de pessoas, de mercadorias e demais circulações entre países;
- d) A função militar, que enfatiza o limite como papel de defesa da soberania nacional;
- e) A função ideológica, caracterizada pela representatividade da diferenciação entre sistemas político-ideológicos.

Observe-se que as funções são notadamente marcadas pela presença humana nos territórios, e são passíveis de mudanças constantemente, chegando a desaparecer, ou tem seus efeitos reduzidos pelas constantes transformações provocadas pela ação humana, e em função de seu uso. Neste contexto, o Brasil tem desenvolvido mecanismos legais para que as fronteiras e suas funções estejam habilmente monitoradas, visando a soberania e o controle desses territórios, seja no arco norte, central ou sul. As mudanças identificadas nas faixas de fronteiras no Brasil estão intimamente relacionadas às questões relativas ao submercado econômico criado nesses espaços, e no caso da fronteira Brasil e Guiana Francesa, pelas características ambientais e de reservatório de riquezas auríferas encontradas em ambos os países.

O Brasil, nesse cenário de reconfiguração territorial, frente às estratégias exigidas pela globalização, tem procurado estabelecer e confirmar seu interesse quanto à integração física e política de suas faixas de fronteira com os demais países que são limítrofes ao seu território. Essa questão passa a ser fundamental, face ao combate das atividades ilícitas, atribuindo às suas fronteiras um novo papel estratégico, o de integração e de proteção do território. No que Silva (2008, p. 64 e 65), discute,

A integração física do Brasil como questão central do interesse nacional e ao combate às atividades ilícitas, atribui às fronteiras um novo papel estratégico. Reativam-se, assim, as fronteiras por esse duplo processo, tornando as relações transfronteiriças um tema prioritário das relações internacionais. Com efeito, a busca de um novo significado para as interações de vizinhança do Brasil com os países a ele limítrofes, já está impondo o redirecionamento da ação pública, com reflexos na geopolítica.

Esta última caminha, contemporaneamente, no sentido da integração, em diversas escalas, dentro de um espaço mundial crescentemente perpassado por diversas forças unificadoras e, ao mesmo tempo, excludentes (BECKER, 2006, p. 65).

O espectro de mudanças que o Brasil tem promovido inclui, desde os acordos transfronteiriços oriundos da reconfiguração mundial, da necessidade de estabelecer acordos em que as nações que mantêm faixas de fronteiras possam desenvolver ações de controle e proteção, assim como, criar alternativas de desenvolvimento, possibilitando a inclusão das populações fronteiriças nesses processos. No caso em estudo, essas ações têm sido promovidas por ambos os lados, pois, de um lado têm-se a Guiana Francesa, que é território francês, localizado na América do Sul, e que secularmente esteve isolada dentro do continente sul americano, o que se deu, principalmente, por assumir uma postura em que os motivos históricos e culturais sempre foram colocados em primeiro plano, como os territórios contestados pela França. Por outro lado, os demais países do continente sul-americano também mantiveram uma atitude quase de preconceito frente ao distanciamento da Guiana Francesa.

Esse isolamento remonta à assinatura do Laudo de Berna, em 1900, que deu ao Brasil o direito sobre o contestado entre o Brasil e a França. Essas áreas passam a constar como limite fronteiriço, divididas entre os dois estados nacionais. Os marcos legais para demarcação das fronteiras começaram a ser colocados em 1955 e os trabalhos concluídos em 1962, com a colocação de sete marcos ao longo da fronteira terrestre. Ainda no século XX, essas mudanças têm provocado transformações nas funções da faixa de fronteira norte, principalmente no território Brasil e Guiana Francesa. As funções de controle e fiscal têm sido postas em prática constante, pelo DUF de forma mais ostensiva e pelo Brasil de modo mais brando.

Os acordos diplomáticos foram vários, entre Brasil e França que segundo Silva (2009, p. 8),

O primeiro acordo foi a Convenção de Arbitramento em 1909, confirmando o limite entre Brasil e França. De todos os acordos celebrados, os que atingiram e influenciaram diretamente os usos político-territoriais da fronteira foram apenas sete em mais de um século. Mesmo assim, somente através do Acordo-Quadro (1996) ocorreu uma política efetiva de (des)envolvimento fronteiriço que pudesse trazer benefícios aos atores locais. A assinatura deste acordo se efetivou no mesmo ano em que os dirigentes do Mercosul e da União Européia assinaram também um Acordo-Quadro de cooperação entre os blocos, o que mostra que a análise a partir das escalas

geográficas de gestão e poder mostram que uma série de decisões convergem para determinados comportamentos políticos no território.

O Acordo-Quadro de 1996, promulgado em 1997, pelas duas nações, acordo sobre a cooperação ensejada por ambos os países no que concerne às questões políticas, técnicas, culturais e de fronteira. Enfatiza que,

Convencidos de que a participação ativa do Brasil e da França nas relações políticas e econômicas internacionais, bem como sua contribuição ao diálogo das culturas, favorecem o estabelecimento de uma ordem mundial mais aberta e mais equânime; Animados pelo desejo de instituir uma nova parceria e de reforçar suas tradicionais relações de amizade pela criação de um mecanismo de consultas bilaterais regulares e pelo aprofundamento do diálogo político; Ciosos de promover a cooperação nos campos econômico, cultural, científico e técnico, bem como em novos setores de interesse comum; Desejosos de desenvolver suas relações de boa vizinhança na zona fronteira situada de um lado e de outro de sua fronteira comum; Tendo em vista ser o Brasil membro do Mercosul e a França, da União Européia, e conscientes da importância do diálogo cada vez mais estreito que se desenvolve entre esses dois grupos regionais, acordão que farão o possível para manter essa intenção, (Decreto nº 2.200, de 08 de abril de 1997. BRASIL, 1997).

Este acordo marca o reinício de um processo para o estabelecimento de ações visando à cooperação transfronteiriça entre Brasil e França, que objetiva estreitar os laços entre as nações, muito em consequência de uma representatividade internacional²⁶, como também, objetivando a aproximação do Brasil com a Guiana Francesa em face da resolução de problemas frequentes nessa faixa de fronteira. A partir desse Acordo-Quadro houve um desdobramento de ações cooperadas, que segundo Silva (2008) e Boudoux d'HAutefeuille (2009) foram imprescindíveis para a definição das demais ações. Em seguida apresenta-se um quadro histórico das principais ações estabelecidas pelos dois países no sentido de operacionalizar as intenções do Acordo-Quadro. Ver Quadro 7,

ANO	AÇÕES
1996	• Celebrado, em Paris/França, Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. • Primeiro encontro transfronteiriço em Saint Georges.

²⁶ A França compromete-se em apoiar o Brasil para que este seja aceito no Conselho de Segurança da ONU. Este apoio está previsto no documento assinado entre Brasil e França, em 2008, em São Jorge do Iapoque, quando do encontro entre o Presidente Luis Inácio Lula da Silva e Nikola Sarkozy.

1997	- Aprovado pelo Congresso Nacional o Acordo-Quadro de cooperação por meio do decreto Legislativo nº 5, de 28 de janeiro. - Promulgado, no dia 08 de abril, o decreto 2.200/MRE que institui o Acordo-Quadro de cooperação. - Início, no estado do Amapá, da Rodada Internacional de Negócios, que tinha como um dos seus objetivos aproximar as empresas amapaenses das do planalto das Guianas. - Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na área de Turismo entre Brasil e França, assinado em 12 de março de 1997 e entrou em vigor em 01 de maio de 1997.
1998	- Reunião, em Paris/França, da comissão Franco-brasileira, nas áreas científica, técnica e cultural, em que o estado do Amapá aparece como integrante da cooperação com a Guiana Francesa. - Reunião, em Brasília, da comissão franco-brasileira, nas áreas científica, técnica e cultural, visando permitir ao governo do estado do Amapá manter e intensificar as ações de cooperação com a França e Guiana Francesa, avaliando as ações de cooperação internacional. - Realizada em Caiena a segunda consulta transfronteiriça.
1999	Missão oficial do Governador do estado do Amapá, João Alberto Cabiperibe, à Europa (Bélgica, Inglaterra e França), com objetivo de intensificar a cooperação transfronteiriça.
2000	Implementada a iniciativa de Integração de Infra-estrutura Regional Sul-americana, IIRSA, que coloca a construção da ponte binacional franco-brasileira, a pavimentação da rodovia BR 156 e o Porto Organizado de Santana/Amapá, como necessários à integração de mercados no Norte da América do Sul.
2001	É instituída Comissão Bilateral relativa ao projeto de construção da ponte binacional.
2002	- Realizada a terceira consulta Transfronteiriça em Macapá. - Assinatura, em Brasília, pelo Poder Executivo, do Decreto nº 4.373 para construção da ponte binacional.
2004	Destinado R\$ 24,9 milhões, pelo PPA 2004/2007, para construção da ponte binacional, bem como R\$ 252,3 milhões para asfaltamento de trecho da rodovia BR 156.
2005	Ano do Brasil na França. Nesta oportunidade estiveram presente na França o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Governador do estado do Amapá Waldez Góes, com objetivo também de dinamizar os acordos de cooperação transfronteiriça. Naquele evento foi fechado o acordo de construção da ponte binacional.
2006	- Autorização da Assembléia Nacional Francesa para a construção da ponte binacional. - Reunião de cooperação em matéria de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável. - Visita Oficial do presidente Jacques Chirac ao Brasil. Mencionou em pronunciamento algumas relevâncias da aproximação binacional com a construção da ponte.

2007	• Promulgado o acordo de cooperação para construção da ponte Binacional, inicialmente elaborado no dia 15 de julho de 2005. • Encontro entre os dias 15 e 17 de janeiro com representantes da Guiana francesa e de vários representantes de secretarias do estado do Amapá. • Encontro no dia 18 de janeiro com o presidente da Câmara Municipal de Oiapoque. • Assinado o primeiro documento para concretização do Projeto de Cooperação no campo do turismo entre Brasil e Guiana Francesa, visando o desenvolvimento do Projeto “Produto Turístico Combinado, envolvendo Guiana Francesa, Suriname e Brasil (Pará e Amapá)”.
2008	• Encontro franco-brasileiro no dia 12 de fevereiro de 2008, em Saint Georges, entre os presidentes Lula e Nicolas Sarkozy, revelando a maquete da futura ponte transfronteiriça, com previsão de inauguração em 2010 e do Plano de Ação Franco-Brasileiro. • Protocolo de Cooperação entre o Governo Francês e Brasileiro para o desenvolvimento sustentável do Bioma Amazônico, tanto do lado brasileiro como do lado francês, assinado em 23 de fevereiro de 2008, mas ainda não promulgado. • Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo Francês e Brasileiro sobre a Cooperação descentralizada, assinado em 12 de fevereiro de 2008, mas ainda não promulgado.
2009	• Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação técnica e Científica para Criação do centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica

Quadro 7 - Atos de Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França, no período de 1996 a 2008.
 Fonte: Adaptado por Cruz (2010) a partir de Silva (2008) e Ministério das Relações Exteriores (2009)

O quadro demonstra os principais atos assinados entre os governos francês e brasileiro com o objetivo de estreitar as relações de cooperação para a área de fronteira, e assim garantir um controle mais amplo desse território, com vistas a minimizar os problemas comuns, tanto do lado brasileiro quanto do lado francês. Observe que os acordos, memorandos e protocolos foram assinados com a metrópole, posto que a Guiana Francesa, por sua condição política frente à França, ainda encontra-se em situação de departamentalização, desde 1946. Em Boudoux d’Hautefeuille (2009, p. 2),

De acordo com o princípio da assimilação, a departamentalização removeu qualquer possibilidade de autonomia para o território ultramarino, impedindo assim o desenvolvimento de iniciativas de cooperação regional. Depois das Leis-Quadro francesa de descentralização de 1982, que permitiram à Guiana começar a posicionar-se no subcontinente [Brial, 1997], a Lei de orientação para o Ultramar (LOOM), em 2000, oferece à Guiana um pouco mais de liberdade de decisão, especialmente em termos de cooperação internacional [CHICOT, 2005].

Esses acordos, na verdade, começam a ser fomentados ainda na década de 1990, quando o então governador do estado do Amapá, João Capiberibe, inicia uma política internacional de

inserção do Estado num contexto de relações, cooperação e abertura de possibilidades com o vizinho francês, a Guiana Francesa, posto que o acesso ao Amapá sempre fosse uma dificuldade para o seu desenvolvimento, e a abertura de uma via de comunicação, acesso e ações cooperadas com o vizinho (europeu), seria uma alternativa a ser construída para as esperadas mudanças. Foram estabelecidos alguns acordos entre os Estados do Amapá e a Guiana Francesa, principalmente quanto à questão cultural, inclusive com a criação de um Centro de Língua Francesa “Daniele Mitterand”, na capital, Macapá, visando a aproximação transfronteiriça. Entretanto, essa abertura almejada por ambos os lados, só é oficialmente constituída em 1997, por uma decisão conjunta dos presidentes francês e brasileiro, na época, Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso, o projeto de construção da ponte sobre o rio Oiapoque ligando os dois países.

Observe que essa decisão partiu da metrópole e do poder central do governo brasileiro, reafirmando a situação de dependência econômica e política do estado do Amapá e da Guiana Francesa frente aos poderes centrais. Apesar de o Brasil ser uma República Federativa, e seus Estados possuírem autonomia; territórios como os de fronteira, por não terem influências políticas e muito menos situação econômica favoráveis, e apresentarem constantes problemas sociais e dificuldades de acesso, tornam-se marginalizados face às de decisões, apesar de que o Estado do Amapá, por uma decisão política de seu governador, na década de 90, consegue articular o início de um diálogo visando às estratégias de cooperação.

No caso da Guiana Francesa, por ter uma configuração político-administrativa diferenciada do Brasil, e apesar também do isolamento, enfrenta situação de dependência, política, administrativa e econômica em relação a França. Porém, essa situação de isolamento incomoda a política governamental guianense. É evidente, segundo Boudoux d’Hautefeuille (2009) que a evolução estatutária na Guiana Francesa, poderá conquistar maior liberdade de decisão, assim como, a abertura com o continente sul americano. Caso ocorra a perpetuação do estatuto vigente, esse DUF continuará enfrentando consequências do isolamento e desconhecimento em relação aos vizinhos, Brasil e Suriname. Além do custo de vida da Guiana, em função do impacto das importações provindas da França na sua balança comercial. Em 2003, houve a revisão constitucional francesa, momento em que o Governo reconhece o desafio da Guiana de abrir-se para o continente sul-americano.

A decisão tomada pelos dois países quanto a construção da ponte, num primeiro momento, parece ser a solução para mudanças em relação ao isolamento da GF e do Brasil (Estado do Amapá). Inclusive, a decisão veio no sentido de acelerar os anseios do Brasil em ver o continente sul americano interligado, de norte a sul, com os seus vizinhos, pois a ponte

ligará a BR 156 (Macapá ao Oiapoque) com a Transguianense – RN 02, que faz o percurso entre São Jorge do Oiapoque ao Suriname, por Saint Laurent Du Maroni, que possibilita o prosseguimento de viagem através do Suriname, República da Guiana e Venezuela, todos localizados no Escudo das Guianas, Figura 9.

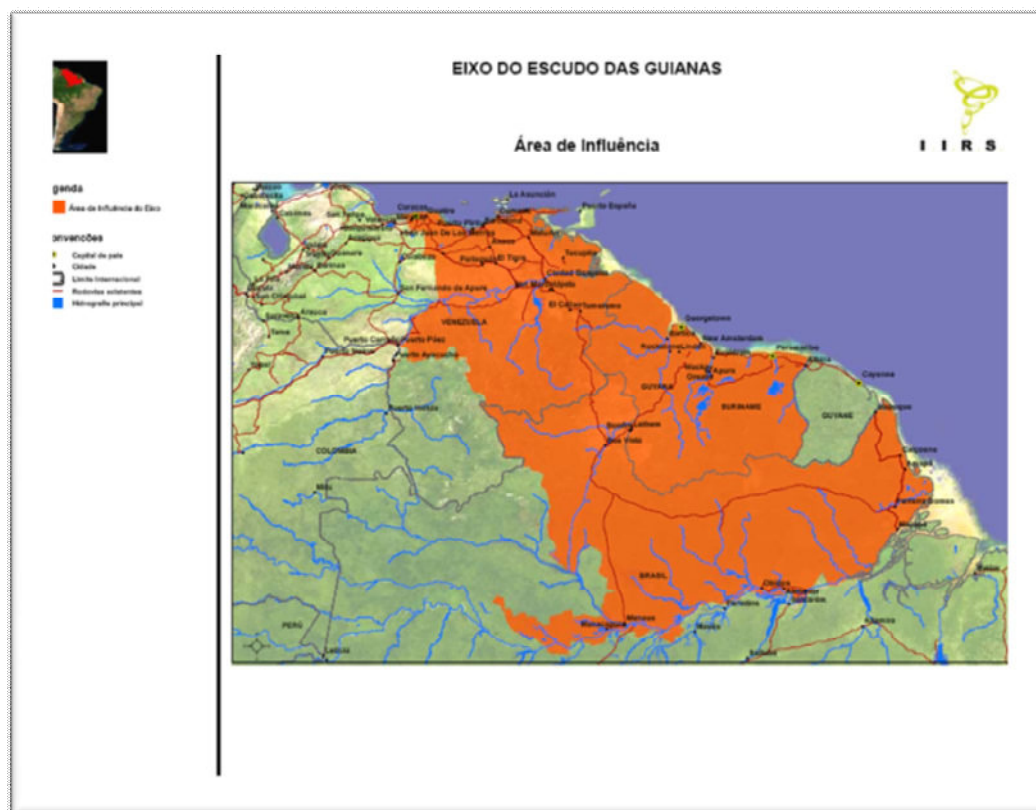


Figura 9 : Eixo do Escudo das Guianas.
Fonte: BRASIL. IRSSA (2009).

Esse é um projeto de caráter binacional, e faz parte das ações em execução pela Iniciativa para a IIRSA. A Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque integra a proposta de interconexão entre Guiana – Suriname – Guiana Francesa e Brasil, com relevância para os dois últimos, Mapa 12. Os custos deste empreendimento estão sendo compartilhados pelo Brasil e França, na ordem de R\$ 115 milhões, sendo R\$ 58 milhões para a ponte; R\$ 20 milhões para as instalações de fronteiras, como espaço-físico para Receita Federal, Polícia Federal e ADUANA; e R\$ 4 milhões para os acessos. O projeto da ponte tem as seguintes características: extensão de 378 m; largura da seção transversal: 13,7m; comprimento do tabuleiro estaiado: 345m; vãos principais: 245 m; vãos de equilíbrio: 50m; passeio para pedestre: 2,25 m; mureta lateral: 0,20m (Ministério do Planejamento do Brasil, 2009), Figura

10. No Brasil é uma obra inserida no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, iniciada em agosto de 2009 e com previsão de inauguração até o final do ano de 2010.



Mapa 12: Indicação do Local da Ponte Binacional. Entre o município de Oiapoque e comuna de São Jorge.



Figura 10: Maquete Ponte Oiapoque (Brasil) e São Jorge
(Guiana Francesa)

Fonte: Prefeitura do Oiapoque (2009).

A retomada das obras na rodovia BR – 156 que corta o Amapá de norte a sul, e a construção da ponte que possibilitará a travessia do rio Oiapoque e estabelece a aproximação do Brasil com a Guiana Francesa (continente europeu) e Caribe, pois ao unir-se com a Transguianense, o percurso vai atingir a Venezuela que mantém saída para o mar do Caribe, reafirmando as possibilidades do desenvolvimento regional para a região da Panamazônia em face de tornar-se uma via de escoamento econômico, assim como encurtando o transporte de importações e exportações para os países que se beneficiarão com esse anel hidroviário, Figura 11. Na questão do turismo será um elo importante na cadeia produtiva do setor, viabilizando a acessibilidade e tornando as cidades mais próximas, elevando os índices de atratividade e competitividade dos produtos turísticos dessa faixa de fronteira. É o que Petrochi (2008) e Beni (2006) propugnam como a articulação dos elos da cadeia produtiva do turismo, levando ao desenvolvimento de regiões até então isoladas ou fora do contexto turístico internacional.

Segundo Carvalho (2005, p. 8), os governos federal e estadual no Brasil, afirma em documentos oficiais, com os seus respectivos Planos Plurianuais, que essa obra contribuirá para a desconcentração do desenvolvimento econômico, gerando maior dinamismo às áreas favorecidas pelo empreendimento e inserindo-as competitivamente no mercado globalizado.

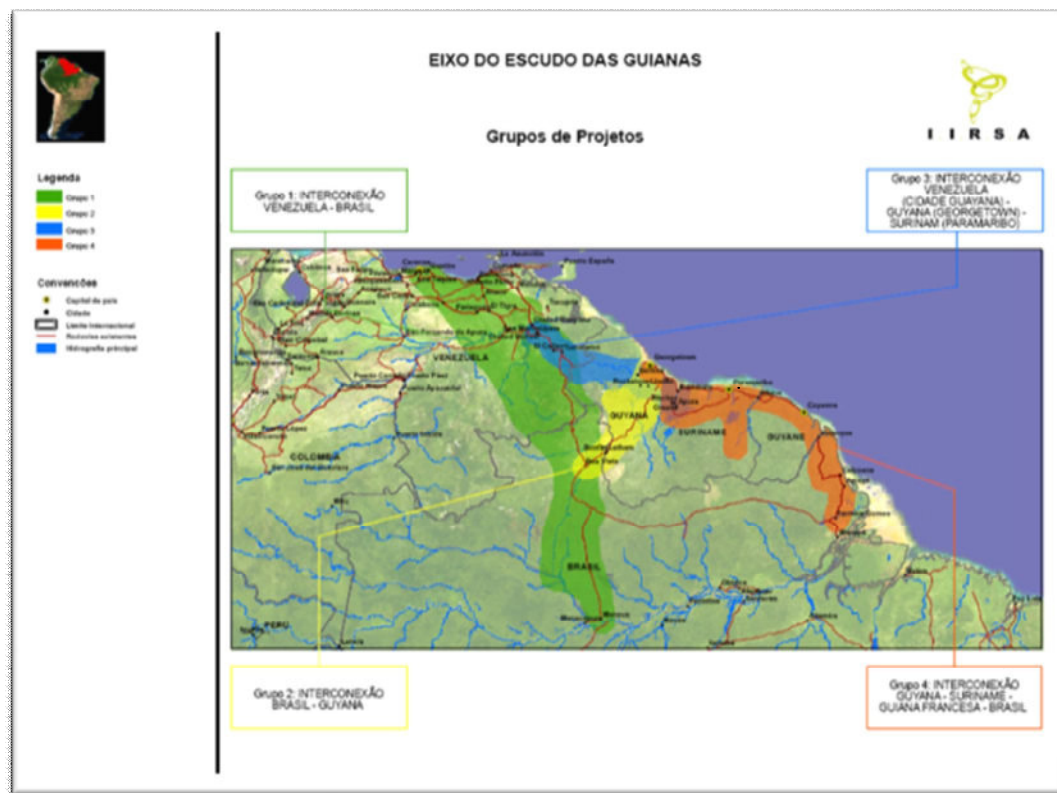


Figura 11: Escudo Guianês, com destaque para BR 156 e Transguianense – RN 2, e demais interconectividades.

Fonte: BRASIL.IIRSA (2009).

Foi, portanto, uma decisão de impacto, pois a partir daí, tanto o governo brasileiro quanto o francês, criaram mecanismos e instrumentos legais para a viabilização da construção dessa ponte. No entendimento de Boudoux d’Hautefeuille (2009, p. 8),

A ponte apresenta-se primeiro como um trunfo para a Guiana, para resolver sua situação de enclave territorial e ampliar sua margem de manobra em relação à França metropolitana. A abertura rodoviária em direção ao Brasil poderia ter potencialmente impactos econômicos e institucionais fortes para a Guiana: reflexões sobre uma comunidade de interesses ligados à proximidade geográfica, acesso a novos mercados [Etats Généraux de l’Outre-mer, 2009]. Mas este “entusiasmo” para a abertura em direção ao subcontinente só é aparente: no entanto, ainda existe uma certa tensão entre as autoridades locais e centrais. De fato, apesar do desejo de um melhor integração na sub-região expressado desde a década de 1990, as reações guianenses ao anúncio da criação da ponte não são tão positivas. Este projeto não tem origem local. Em 1997, a Guiana Francesa e o estado brasileiro do Amapá ouviram da boca dos presidentes, francês e brasileiro, Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso que daqui a pouco tempo eles seriam ligados por uma ponte. A maneira como o anúncio da ponte foi feito em 1997 é claro: como o disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, a primeira missão da ponte não é ligar a Guiana com o Amapá, mas antes a França com Brasil.

Em suas análises, a autora prossegue afirmando que a Guiana Francesa e o Amapá são, portanto, excluídos da decisão. Isso reforça o sentimento não muito “positivo” do guianense frente ao projeto, que procuram manter fiéis aos ditames do governo francês, mas na verdade gostariam de ter decidido sobre esse projeto, não apenas tomado conhecimento a posteriori. *“Os eleitos guianenses tomaram posse do dossiê “Ponte sobre o Oiapoque” com a vontade de ter outro papel que meramente consultivo e de “coadjutor de cômico”, disse Antoine Karam (2005), durante a primeira Comissão Bilateral sobre a ponte do Oiapoque, no dia 15 de junho de 2005 em Caiena (apud BOUDOUX D’HAUTEFEUILLE 2009, p. 9).*

No lado brasileiro, especificamente em Belém, Macapá e município do Oiapoque a preocupação com a construção da ponte vai, desde às questões de expectativas frente aos possíveis benefícios que a mesma trará, até a suposição dos problemas originados, após a conclusão da mesma, e o agravamento dos existentes. No tocante ao governo estadual, a expectativa está no sentido de ampliar as ações de cooperação em todos os níveis, e mais especialmente, na questão do turismo. Porém quanto aos atores locais, do município do Oiapoque, há grandes expectativas no sentido de que os catraieiros, que hoje estão em torno de 350 membros das associações e cooperativas, sejam excluídos desse mercado, pois segundo eles, a ponte tira a necessidade do transporte em catraias.

Na Cidade de Belém, não foi encontrada nenhuma reação contrária a construção da ponte, pois, geograficamente não é uma ação em que trará conseqüências diretas para esta cidade. A despeito de que a ligação fluvial entre Belém e Macapá (porto de Santana), possibilitará àqueles que tenham como destino final o Oiapoque e/ou Caiena, mais uma alternativa de acesso, com a pavimentação da BR 156 e a construção da ponte, podendo contribuir para o rearranjo do turismo numa perspectiva regional. O mesmo pode ocorrer com a rota aérea entre Belém e Macapá adicionando o trecho rodoviário entre Macapá e Oiapoque e/ou Caiena. Essa perspectiva pode ser um impulso que irá concretizar a operacionalização do Produto Turístico Combinado Amazônia (PTCA), (em seguida será detalhado).

Ao contrário de Belém, a reação constatada em Macapá e Oiapoque, é de que existem múltiplas percepções em torno do que a ponte binacional e a pavimentação da BR 156 possibilitarão para o desenvolvimento regional, assim como, das conseqüências advindas com a sua conclusão. As entrevistas realizadas com os agentes sociais locais como: poder público, iniciativa privada e organizações sociais possibilitaram identificar opiniões semelhantes em relação às expectativas com a construção da ponte binacional e a pavimentação da BR 156. A Sra. Odinéia, presidente de uma das associações dos catraieiros, mostrou-se preocupada quanto aos impactos que a ponte trará para a sua categoria, visto que a mesma enfatiza que o

fluxo de passageiros, que gira em torno de 500 mensalmente, diminuirá drasticamente, abalando a receita das famílias proprietárias das catraias que faz o percurso entre o município do Oiapoque e São Jorge. Porém, frisou que é necessária uma ação governamental visando avaliar novas alternativas de geração de renda para essa categoria.

A posição da prefeitura municipal do Oiapoque em relação aos impactos causados pela construção da ponte binacional é dicotômica, posto que, ao mesmo tempo que acreditam no desenvolvimento que a mesma proporcionará ao município, também estão apreensivos quanto ao desemprego dos catraieiros, que segundo o Sr. Castilho (2009), secretário municipal de turismo, é uma categoria representativa no município. Ao ser inquirido sobre as perspectivas da prefeitura municipal em relação à ponte, prossegue afirmando

[...] na verdade nós estamos pensando nesse sentido, porque a princípio a ponte...ela é um fator de desenvolvimento claro para o município, mas aí com a construção dela vai trazer um pouco de é como eu posso falar, uma crise social, por que hoje nós temos uma classe muito grande que trabalha diretamente com os turistas, são aquelas pessoas que recebem o turista no município. São os catraieiros, as pessoas que fazem esse transporte do turista tanto pra vir como pra levar pra lá, pro nosso vizinho. São Jorge, cidade vizinha, porque ele recebe esse turista e fazem o transporte pra cá pro município, com a saída da ponte isso vai gerar um conflito social, por que eles vão estar perdendo espaço, a ponte não vai precisar da questão deles pra fazer esse transporte, todo mundo já vem no seu carro. Nós já estamos trabalhando com eles, nós estivemos agora no município de Amapá nos dias 24 a 27 de agosto, nós levamos a classe deles, dos catraieiros, juntamente com a empresa de consultoria Conectur, a serviços do Ministério do Turismo, visando buscar uma alternativa pra esse problema social .

Ainda, prossegue relatando que a reunião em Amapá foi importante para que os catraieiros percebessem que a prefeitura municipal está preocupada com a situação, e tentando criar possíveis propostas e projetos que venham complementar ou substituir a atividade produtiva de cada um. Observe que a percepção em relação a ponte é de muita apreensão, em todos os sentidos, mas principalmente quanto às questões sociais e econômicas. No município do Oiapoque são poucas as alternativas de ocupação por emprego, e de certa forma o projeto da ponte representa um desafio para o poder público: reconfigurar o território do município, no sentido de discutir novos usos para esse espaço, principalmente no tocante à geração de emprego e renda.

Neste sentido, o turismo pode ser incluído como uma dessas alternativas, fugindo às práticas mais tradicionais ou às atividades triviais de apoio, como os serviços oferecidos pelos catraieiros. A prefeitura municipal, juntamente com os catraieiros, a empresa de consultoria e demais segmentos interessados no setor podem recriar as práticas do turismo municipal,

inclusive discutindo possibilidades de inovação no tocante a roteirização e também quanto às tipologias do turismo existentes, avaliando o aproveitamento de recursos disponíveis para a criação de novos roteiros e produtos. O Sr. Castilho informou, ainda, que o IBAMA e o ICMBIO estão experimentando um projeto de turismo comunitário no Parque Nacional do cabo Orange, acreditando ser este o caminho para a inovação necessária ao desenvolvimento do turismo municipal.

Na mesma direção, de criação de alternativas para o desenvolvimento ou melhoria do setor turismo, é que o SEBRAE - Amapá/Oiapoque, propõe, no campo do turismo, a criação do Grupo de Trabalho para o Turismo. Esse grupo, composto por representantes dos segmentos da hotelaria, agenciamento, ambulantes, catraieiros, taxistas, moto-taxistas, poder público entre outros, tem o objetivo de propor ações que contribuam para a melhoria de infraestrutura da cidade, dos serviços turísticos e do atendimento, face à necessidade de oferecer um serviço de qualidade ao turista, assim como, de contribuir para minimizar os impactos sociais em decorrência da construção da ponte binacional, segundo a Sra. Neuzete, técnica do SEBRAE, que prossegue,

Em princípio a ponte já tá causando impacto, já está causando uma expectativa na população, já está causando, um pensamento assim, o pensamento, a intenção, porém a questão que é a questão, todo mundo comenta, todo mundo fala, mas ninguém age, então é por conta disso que o grupo (de turismo) quer agir, mas tem que esperar a ponte sair pra fazer alguma coisa . O povo fala que haverá redução de catraias. Os catraieiros falam da redução de movimento e os moradores ambulantes da orla estão esperando a orla ser concluída pra melhorar os seus empreendimentos, eles não vêem a qualidade como investimento, e outros falam que a instalação dos órgãos legais ali na entrada, no início da ponte vão fazer com que o movimento melhore, ou então, outros tem o pensamento já negativo, se eles passarem aqui vão direto pra Macapá e vão deixar de visitar o Oiapoque... o grupo tá pensando em fazer palestras com catraieiros, tem previsto a gente fazer essas palestras com catraieiros, duas cooperativas, visando sensibilizar, falar pra eles que há alternativas e algumas são simples, são apenas comportamentais (NEUZETE, 2009).

Com base nestes depoimentos, observa-se que a população do Oiapoque assim como os representantes institucionais, está apreensiva quanto ao desenrolar da construção da ponte sobre o rio Oiapoque. As percepções são dualistas, pois em alguns depoimentos percebe-se as expectativas positivas em relação aos benefícios que a mesma trará, porém, a visão de que a ponte será um entrave ao desenvolvimento do turismo perdura de forma mais significativa. A questão latente é a perda de oportunidades, mesmo que no momento, as atividades de prestação de serviços dos catraieiros, os ambulantes e até mesmo dos taxistas, estejam sendo mal direcionadas. Entretanto, ressalta-se que é o momento para que o poder público,

juntamente com a sociedade civil organizada, perceba a importância de discutir as bases para a consolidação de um novo encaminhamento ao processo de desenvolvimento local e endógeno, sem deixar de considerar os paradigmas da globalização.

Consubstanciando essa idéia, há necessidade de se pensar um novo processo de desenvolvimento para o município do Oiapoque, que tenha como premissa o social e a prioridade política. Seguindo essa concepção, Cruz (2008, p. 134) explica que é necessário pensar o desenvolvimento do turismo sob a égide do desenvolvimento endógeno e local, em contraposição ao atual modelo de desenvolvimento replicado na região e que não tem conseguido responder às demandas locais e internacionais. Apresenta duas vertentes do conceito de desenvolvimento, uma noção que levasse em conta a atuação do setor público na evolução das localidades e regiões periféricas. E outra, de caráter empírico, que levasse em consideração os processos de desenvolvimento industrial, com base em experiências concretas de regiões do sul da Europa. A vertente que trabalha a noção das regiões periféricas e localidades está, no entendimento da autora, mais coadunado com o cenário posto para a região da faixa de fronteira, em estudo.

Segundo Barquero (2001), a teoria do desenvolvimento endógeno reconhece, portanto, a existência de rendimentos crescentes no tocante aos fatores acumuláveis, bem como dá ênfase ao papel dos atores econômicos, particulares e públicos, nas decisões de investimento e localização. Os fatores determinantes do desenvolvimento endógeno são essenciais para garantir o desenvolvimento econômico local, sendo que este ocorre em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente e, eventualmente, pela atração de recursos externos, assim como, pela incorporação das economias externas ocultas nos processos produtivos. Ainda em Cruz (2008, p. 135),

Percebe-se que o desenvolvimento endógeno vem com o objetivo de atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. E, principalmente, buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas industriais e de serviços). Os processos de desenvolvimento estão presentes em setores com raízes, que dependem da natureza com qualidade, podendo contribuir com os rendimentos crescentes dos produtos.

Ao explicar que o desenvolvimento endógeno é uma estratégia para ação, percebe-se a importância dos agentes sociais e econômicos no processo do desenvolvimento, pois ao estabelecer as redes de cooperação interna, fortalecendo suas capacidades organizacionais, criam condições de negociação e impedem que as organizações externas interfiram e

diminuam suas atuações enquanto agentes de negociação nos processos decisórios de desenvolvimento. Através do fortalecimento das comunidades, cria-se uma rede de cooperação que possibilita a negociação interna e externa, proporcionando às empresas locais condições favoráveis para a busca de recursos, criação de serviços e redes de cooperação entre os agentes, aumentando a competitividade entre os mercados nacionais e internacionais.

Neste sentido, se houver a potencialização da ponte binacional, os agentes sociais terão capacidade de criar e fortalecer as relações internas e externas, principalmente pelo fato de as mesmas aumentarem as redes de relação existentes, no sentido da cooperação transfronteiriça. Porém, há necessidade, primeiramente do fortalecimento interno. É certo que, esse tipo de infraestrutura provoca mudanças ou agravamento dos problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais, posto que a abertura das vias de tráfego alargará o raio de comunicação e ampliará as relações, possibilitando a entrada de agentes externos que nem sempre estão dispostos a contribuir de forma positivo, pelo contrário, trazem ou fomentam as mazelas da criminalidade, da prostituição, da inseguranças, e da precariedade de infraestrutura, entre outras conseqüências. Daí a importância de a região estabelecer, tão logo seja possível, ações que tenham o poder de minimizar tais fissuras.

Estabelecer uma análise da problemática da construção da ponte binacional decorre da constatação de que esse fato terá uma influência direta sobre a condução das ações governamentais de turismo para essa região de fronteira. Os problemas sociais, econômicos, culturais, lingüísticos, ambientais e políticos são anteriores à proposta de construção da ponte binacional, mas se não forem pensados numa lógica que estabeleça metas quanto aos novos rumos do desenvolvimento, aqueles tenderão a se alastrar cada vez mais, provocando ações mais severas de coerção das polícias francesa e brasileira. Para se ter uma idéia da situação de tensão nessa região de fronteira, ver Quadro 8.

Indicador/Cidades	Macapá	Oiapoque	Vila Brasil/Ilha Bela	Camopi/GF	São Jorge/GF	Caiena/GF
Faz parte de rotas para tráfico de mulheres	x	x	x	x	x	X
Prostituição Infantil	x	x	x	-	x	X
Cidade trânsito para migração	x	x	x	-	x	X
Consumo e venda de drogas	x	x	x	x	x	X
Garimpo ilegal	-	x	x	x	-	-
Câmbio ilegal do Euro	x	x	x	-	x	X
Presença de clandestinos	x	x	x	-	x	X
Assaltos e furtos	x	x	x	x	x	X
Roubo de carros	-	x	-		x	X
Transporte de clandestinos para garimpo	-	x	x	-	x	X
Infra-estrutura enfraquecida	-	x	x	x	x	-
Devastação ambiental	-	x	x	x	x	-
Desorganização na área urbana	-	x	-	-	-	-

Quadro 8 - Problemas identificados, em comum na faixa de fronteira, segundo as principais cidades fronteiriças.
Fonte: Cruz, 2009. Observação de campo.

Os problemas identificados no Quadro 8, produzem tensões que permeiam toda a faixa de fronteira, tanto no Brasil como na Guiana Francesa, refere-se às questões sociais, ambientais, econômicas e até políticas, Fotografia 72. No decorrer da pesquisa de campo foi possível observar que há iniciativas de ambos os lados em criar paliativos para as situações, porém a dimensão dessa área, em alguns aspectos, torna a tarefa mais difícil. É o caso do controle da migração ilegal; do controle das questões ambientais - Fotografias 74, 75 e 76 - no percurso entre Vila Brasil e Oiapoque os barqueiros e passageiros coletam ovos de tracajá nas pequenas praias que se formam na margem do rio Oiapoque. A questão é mais crítica no lado brasileiro, onde a escassez de fiscais ambientais e guardas de fronteiras torna difícil manter o controle da situação e permite que haja uma sensação de não “proteção” da região e daqueles que ali vivem ou visitam. No percurso pelo rio Oiapoque, da sede municipal até a Vila Brasil, avista-se apenas dois postos de fronteiras do Exército Brasileiro, um em Clevelândia do Norte e outro em Vila Brasil, Fotografia 73.



Fotografia 72: Garimpeiros e moradores no transporte de mantimentos, do Oiapoque para Ilha Bela e Vila Brasil; Moradias e banheiros insalubres em Ilha Bela.

Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 73 : Batalhão do Exército, Comando de Fronteira/ Vila Brasil. Município do Oiapoque/AP.

Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 74: Comunidade coletando ovos de tracajá no rio Oiapoque.

Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 75: Ovos de tracajá coletados por moradores do Oiapoque.
Fonte: Cruz (2009).



Fotografia 76: Ocupação desordenada no município do Oiapoque.
Fonte: Cruz (2009).

A contextualização dos problemas permite uma análise mais aprofundada das possibilidades das ações governamentais visando melhorar as condições do turismo local. Observa-se que, apesar deles, o setor de turismo tem estabelecido uma dinâmica própria, pois mesmo com todas as questões apontadas anteriormente, foi constatado que existe um fluxo espontâneo de turistas vindos de Caiena, sejam guianenses ou de outras procedências, como franceses da metrópole em visita à Guiana Francesa, assim como de outras nacionalidades, a lazer ou trabalho. Portanto, a reflexão sobre a dinâmica do turismo é fundamental para entender como esse setor pode contribuir para o desenvolvimento das faixas de fronteiras, e se é um instrumento de cooperação internacional na Panamazônia, respondendo às hipóteses iniciais.

4.2 TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E FRANCESA: POR UMA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Neste estudo considerou-se como Amazônia Brasileira e Francesa, o Estado do Amapá (cidades de Macapá e Oiapoque), Estado do Pará (cidade de Belém) e a Guiana Francesa (Comunas de Caiena, São Jorge do Oiapoque e Camopi), e como objeto de análise a dinâmica do turismo existente entre elas, que refletem ações governamentais, e as consequências destas no desenvolvimento da faixa de fronteira em questão. Essas cidades e comunas são importantes no que tange ao turismo, primeiro, por possuírem localização geográfica estratégica; segundo, por historicamente, terem estabelecido relações socioeconômicas e culturais; e terceiro, por na contemporaneidade, manterem essa relação, através dos acordos políticos e institucionais, além das relações secularmente mantidas por seus habitantes.

Mesmo se tratando de uma atividade da era contemporânea, o turismo em muitas regiões tem contribuído para a construção de relações sociais, econômicas e culturais em faixas de fronteiras internacionais, em todos os continentes, a exemplo de Portugal e Espanha, Estados Unidos e México, Estados Unidos e Canadá, Brasil e França (Guiana Francesa) e Brasil com os países do cone sul (Argentina, Paraguai e Uruguai), com países da fronteira central, como Bolívia, além do Arco Norte como Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa e na Ásia com Camboja e Tailândia. São regiões que possuem produtos turísticos localizados nos dois países, com divisão de espaços ou não, e que para visitaçaõ há necessidade do estabelecimento de acordos de cooperação visando à regulamentação das atividades, ou ainda que, pela proximidade das fronteiras, tenha trabalhadores dentro da legalidade, que moram em um país e trabalham no outro.

Esses exemplos nos reportam à dinâmica do turismo na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, pois mesmo sendo o talvegue²⁷ do rio Oiapoque o divisor, ou limite daquela fronteira, observou-se que há uma relação daquele povo com o rio e suas margens, que vai além das normas legais ou governamentais, principalmente na mente das populações indígenas e também das não indígenas. Por conta disso é que difícil para a população do Oiapoque aceitar e entender, que a “*Roche Marripá*”, está, de acordo com o arbitramento daquela fronteira, em terras francesas. Apesar de que as agências de turismo do Oiapoque

²⁷ Talvegue – O canal mais profundo do leito de um curso d’água(Dicionário Aurélio). É o que define o limite territorial em um rio que separa dois países.

comercializam essa rocha, Fotografia 77, como um atrativo turístico do município, assim como as agências de turismo da Guiana Francesa, sem nenhum tipo de constrangimento.



Fotografia 77: Turistas na *Roche Marripá*.
Fonte: Cruz (2009).

Para entender de forma elucidativa o cenário do turismo nessa faixa de fronteira, analisou-se as ações governamentais do setor, assim como outras ações que estão sendo executadas e propostas, e que estão contribuindo de forma direta ou indireta para o desenvolvimento do turismo. Portanto, fez-se uma análise do turismo na cidade de Belém, com foco específico na relação estabelecida com a Guiana Francesa; o mesmo foi realizado na cidade de Macapá e Oiapoque, no Brasil. Em seguida, o mesmo cenário foi construído em relação à Caiena, São Jorge e Camopi, na Guiana Francesa. O objetivo principal desse cenário foi comparar as ações governamentais de turismo para essa região, e verificar os reflexos delas no desenvolvimento regional dessa faixa de fronteira.

4.2.1 O Turismo na Faixa de Fronteira – Análise comparativa das ações governamentais de cooperação

De acordo com a caracterização da área em estudo foi possível avaliar que a atratividade turística dessa região é latente, em face de estar estrategicamente localizada numa região que detém uma das maiores concentração de recursos da biodiversidade. A área foi analisada considerando três cidades de grande e médio porte, respectivamente, Belém, Macapá e Caiena; além de três cidades consideradas rurais, como Oiapoque, São Jorge e Camopi. O setor de turismo, nessas aglomerações, possui dinâmicas diferenciadas, tanto pela sua tipologia, como pelo perfil dos turistas que as visitam, além das diferenças estruturais entre cada uma. Porém, a motivação quase sempre é a mesma, estar em solo brasileiro ou francês, mas na região Amazônica. No entendimento de Quaresma (2008, p. 213), o turismo vem se constituindo na terceira maior atividade geradora de emprego e renda na América Latina. Fóruns e reuniões vêm sendo realizados no sentido de fomentar e desenvolver essa atividade, na Pan-Amazônia o “Turismo de Fronteira” vem emergindo de modo efetivo.

Observam-se incentivos, mesmo que tímidos, no sentido de incrementar o turismo em direção à área de fronteira com o Brasil. Mas, dadas às condições de insegurança, a ocupação desordenada pela busca de ouro por parte de garimpeiros, os problemas oriundos da prostituição, não se tem de forma organizada e concreta um relacionamento do Brasil com o Governo Francês quanto ao incremento do turismo na área limítrofe. Apesar dessa problemática, é assinado, no final de 2007, um acordo de cooperação entre o governo brasileiro e francês para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, através dos espaços fronteiriços, inclusive com a criação de um corredor turístico que ligaria Suriname, Guiana Francesa e Brasil, utilizando-se tanto das vias áreas, como terrestres. Esse acordo tem como objetivo principal a formatação e operacionalização do PTCA, ver Anexo 1. No primeiro momento, assinaram o acordo, Anexo 2, como participantes no Brasil, o Estado do Amapá e Pará, após discussões, resolve-se incluir o Estado do Amazonas; Na Guiana Francesa, foi a comuna de Caiena e no Suriname, a capital Paramaribo.

Segundo a Sra. Letard²⁸, do Comitê de Turismo de Caiena, o primeiro passo para construção do produto foi dado em 1999. Iniciou-se um processo de discussão intensa, que apenas em 2007 foi concretizado com a assinatura o primeiro documento do projeto de cooperação. Para assegurar a operacionalização desse produto, é criado o Plano Operacional

²⁸ Chefe do Serviço de Promoção Regional do Comitê de Turismo da Guiana.

Amazônia (PO Amazônia). O objetivo desse plano é financiar o Produto Turístico Combinado Amazônia, através de investimentos junto ao mercado. Na assinatura do primeiro acordo ficou estabelecido que a operação desse produto seria compartilhada entre os países, ou seja, os custos com as ações a serem desenvolvidas seriam assumidos por cada parceiro.

Para direcionar as ações de marketing do PTCA, em primeira instância, foram definidos os mercados nos quais se deveria investir, optando-se por: Mercados prioritários (América do Norte, América do Sul e Europa); Mercados secundários (Caribe). É previsto a participação em feiras e exposições comerciais, nacionais e internacionais de turismo, como a *Top Résa* na França; Feira de Turismo da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) no Rio de Janeiro; Bolsa Internacional de Turismo de Berlim (ITB) Berlim, na Alemanha; *World Trade Show of Tourism*, na França; Festival Internacional no Meio do Mundo, em Macapá; a Feira Internacional de Turismo da Amazônia, em Belém e o Salão de Turismo de Caiena, na Guiana Francesa. Além disso, foram produzidos folders e material de áudio visual para instrumentalizar a campanha de marketing.

As ações de participação em eventos são financiadas pelos órgãos de cada país. Entretanto, no ato de assinatura do primeiro acordo de cooperação, ficou estabelecido que nos três primeiros anos do PTCA, a estimativa de gasto seria de 246,700€, dividido pelos três parceiros, 35% para Guiana Francesa, 35% para Suriname e 30% para o Brasil. Ressaltando-se que esses recursos teriam o aval e assinatura dos responsáveis dos órgãos estaduais de turismo no Brasil, do presidente do Comitê de Turismo da Guiana Francesa e do Diretor da Fundação de Turismo do Suriname (PARÁ, 2008). A coordenação do processo será feita em rodízio entre os parceiros, com alteração anual. Em entrevistas realizadas na pesquisa de campo, observou-se que o PTCA ainda está em vias de amadurecimento, e restrito aos órgãos oficiais de turismo das principais cidades como Caiena, Macapá e Belém. Os sítios turísticos do município do Oiapoque, das comunas de São Jorge e Camopi não compõem o PTCA, fato comprovado pela secretaria municipal de turismo e representante oficial das comunas.

Outrossim, as expectativas dos organismos oficiais estaduais no Brasil, e do Comitê de Turismo da Guiana quanto a execução do PTCA, são de que o mesmo a partir de 2010, começará a produzir efeitos mais concretos, pois entre 2007 e 2009 os países estavam construindo e solidificando a proposta. Inclusive, com vistas a solucionar questões legais e burocráticas para facilitar a operacionalização do PTCA, como os referentes aos vistos de entrada e saída nos países, especialmente, na Guiana Francesa, que possui uma rígida política

de liberação desse visto para brasileiros²⁹, apesar da relação de reciprocidade estabelecida com a metrópole, a França. Esse problema é uma consequência direta da situação estabelecida pelas práticas de migração e garimpo ilegal naquele DUF.

O Comitê de Turismo da Guiana, quando questionado sobre como resolver essa questão, a Sra. Letard³⁰ foi incisiva e respondeu,

Esse é um problema político. O Comitê de Turismo da Guiana está trabalhando no sentido de apresentar alternativas ao desenvolvimento do turismo. Devendo esse problema ser resolvido pelas autoridades competentes, como o Estado Brasileiro e Francês (Inf. Verbal)

Essa é uma resposta que reafirma a mentalidade de que a Guiana não é o Estado Francês, e que, portanto, nada pode fazer no sentido de mudar tal situação. Talvez haja um desconhecimento, por parte da representante do Comitê de Turismo, de que no documento base do acordo sobre o estabelecimento da cooperação no turismo amazônico “os parceiros estão de acordo em contribuir para um procedimento flexível e fluente de visas e procedimentos de entrada para turistas viajando no PTCA, pedindo a atenção das organizações políticas para este tema”. E que essa não é uma tarefa apenas do executivo da França e do Brasil, mas de toda a comunidade interessada no desenvolvimento do turismo.

Ainda, sobre a essa questão, a Consul Geral do Brasil em Caiena, a Senhora Ministra Ana Lélia Beltrame, tem uma visão pessimista da liberação do visto. Segundo a mesma, o governo francês não vai “afrouxar” a liberação do documento. Fato justificado pela problemática da migração ilegal do Brasil para a Guiana Francesa, mesmo para fins de práticas turísticas. Prossegue enfatizando que há uma possibilidade de se abrir um debate para criar estratégias quando da entrada desses turistas. Quanto à questão da migração ilegal, aponta que o Presidente Nicolás Sarkozy é categórico em afirmar que o Brasil deve reter os imigrantes brasileiros no território brasileiro, e a Marinha Brasileira assumir a responsabilidade de cooperação com a Marinha Francesa no sentido de guardar a costa norte (fronteira) do Brasil e Guiana Francesa. A presença da guarda francesa é ostensiva nesta área, Fotografia 78. Porém, a Ministra responde que o Brasil não pode assinar esse tipo de acordo,

²⁹ A liberação do visto de entrada na Guiana Francesa exige o cumprimento de um rígido processo burocrático, que vai desde o pagamento da taxa de liberação até a apresentação de comprovantes de hospedagem, passagens de ida e volta e carteira de vacinação internacional, emitido pela ANVISA e com as devidas anotações do histórico de vacinação do requerente. Não ocorrendo a recíproca para os Guianenses que desejam visitar o Brasil.

³⁰ Entrevista concedida à autora.

“segurar as pessoas”. O Estado brasileiro entende que não pode impedir o direito de ir e vir do cidadão. Direito assegurado pela Constituição Federal do Brasil de 1988.



Fotografia 78: Guarda de Fronteira no rio Oiapoque – Guiana Francesa
Fonte: Cruz (2009).

Aposição do governo francês influencia, apenas, o fluxo dos turistas que vão do Brasil para Guiana Francesa, pois no inverso mantém-se a política de reciprocidade que o Brasil estabeleceu com a França e o Suriname, inclusive tendo como orientação o memorando assinado em 1997, pelo governo francês e brasileiro, objetivando a cooperação no turismo, Anexo 2, e o Acordo-Quadro de 1997, Anexo 3 e 4.. A presidente da PARATUR, Sra. Conceição Silva³¹, é cautelosa quanto às perspectivas de operacionalização do PTCA, mesmo afirmando que o estado do Pará cumpriu com as metas pelas quais ficou responsável. A mesma refere-se a problemas crônicos que se configuram como entraves ao desenvolvimento do turismo na Pan-Amazônia, como a questão do acesso à região e a disponibilidade e ampliação da malha aérea, há décadas considerados os vilões que impedem o desenvolvimento do turismo, Conceição (2009) prossegue,

A PARATUR tem executado as metas que lhe foram colocadas visando à operacionalização do PTCA referentes ao ano de 2009, e propugna que irá cumprir as metas de 2010, mesmo com o contingenciamento dos recursos. Diz que ainda não vê o turismo de fronteira como uma política de governo e que há necessidade de definir melhor essa questão (Inf. Verbal)

³¹ Entrevista concedida à autora; Presidente interina da Companhia Paraense de Turismo, de Novembro de 2009 à Março de 2010.

De repente, aqui no extremo norte, especificamente o Para e Amapá, que tem fronteiras diretas com esses países foram colocados diante dessa realidade. Fala-se em abertura de rodovias para ligar o Brasil com esses países, Guiana Francesa e Suriname. Inicialmente pode não ter sido com a intenção turística, que não o é, mas se abre aí uma grande possibilidade porque você diminui o que seria aí o maior impeditivo. o acesso, criando-se uma grande facilidade de mercado, se usando o que o povo do turismo diz: “a estrada que trás a farinha, leva o turista e vice-versa”. Se o Brasil vai estabelecer uma relação comercial com esses países, o turismo pode perpassar nessa relação tranquilamente. Então, eu vejo isso como uma sinalização e até um amadurecimento do território brasileiro começar a pensar o turismo junto com o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Porém, eu percebo que ainda falta o trabalho conjunto dos Estados, Para e Amapá, pois enquanto perdurar as políticas individualizadas, essas idéias ficarão no papel. Eu já conversei com o Ministério do turismo no sentido de sinalizar o PTCA como uma ação do governo federal para que se possam destinar recursos visando à execução dessa ação. Isso porque nós ainda não amadurecemos muito que é esse PTCA. Em 2010 nós vamos seguir com a mesma prática, por que é de nosso interesse ver isso como uma grande possibilidade de abertura para o turismo internacional. Não podemos ficar alheio a esse processo, não vejo como a gente não estar nesse processo, sob pena de que amanhã a gente tenha que correr atrás do prejuízo. Eu acho que ainda cabe uma discussão de que produto turístico é esse, a Fita vem aí... Será uma grande oportunidade de amadurecimento e de desenhar estrategicamente o que se quer com esse Produto Turístico Combinado (Inf. Verbal).

Esse depoimento nos remete a várias análises. Primeiro, é certo que ainda não se tem no turismo de fronteira uma ação política determinada, apesar de que no seio do Ministério do Turismo há um acúmulo de discussões sobre as implicações do turismo nas fronteiras internacionais, desde 2004. Esse ano marca o início das discussões em torno dessa prática, com a realização em cidades localizadas nas faixas de fronteira, do Seminário Internacional do Turismo de Fronteira. Esse evento discute as problemáticas inerentes ao desenvolvimento do turismo em cidades fronteiriças, e está na sua sexta edição. Existe, então, uma contradição, pois como o MTUR fomenta a realização dessas discussões, cria grupos de trabalho, apóia a criação do Observatório de Turismo de Fronteira, e não estabelece estratégias e ações para o amadurecimento e operacionalização dessa prática de turismo?

Segundo o processo de abertura e melhorias de rodovias, assim como a construção da ponte binacional, no caso a BR 156 e a Transguianense, são considerados como possibilidades para o desenvolvimento do turismo. Ainda, são estratégias que abrem oportunidades visando à integração entre os países e suas faixas de fronteiras, principalmente pelo fato do Brasil, juntamente com os países do cone sul terem criado a IRSSA, que segundo Quaresma (2008, p. 214),

Foi criada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), composta pelos doze países sul-americanos. Fruto da reunião da Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, no ano de 2000, com o objetivo de, em dez anos, “[...] promover el desarrollo de la infraestructura de transporte, energía y telecomunicaciones bajo una visión regional procurando la integración física de los doce países suramericanos y el logro de un padrón de desarrollo territorial equitativo y sustentable”(INICIATIVA, 2007, não paginado). Infelizmente, a questão ambiental não é priorizada por esta iniciativa, que privilegia aspectos que venham a alavancar e fortalecer o setor econômico, mas apenas faz referência a questões de sustentabilidade, de economia, a aspectos sociais, ambientais e político-institucionais.

Para tanto, foram estabelecidos eixos de integração e desenvolvimento, dos quais quatro abrangem a região Amazônica (Eixo Andino, Eixo Central do Amazonas, Eixo do Escudo Guianês e o Eixo Peru-Bolívia-Brasil) (INICIATIVA, 2007).

Essa Iniciativa tem sido para os países do Escudo Guianês uma oportunidade de desenvolvimento econômico da região, pois a curto prazo cria novas conexões e aberturas para o escoamento de mercadorias às regiões inacessíveis, como a abertura para o mar do Caribe e daí para a Europa; Além de criar infraestrutura para garantir o funcionamento das conexões intercontinentais e inter-regionais. Nesta perspectiva, o turismo, de acordo com o depoimento da Sra. Conceição Silva, Presidente Interina da PARATUR, é oportunizado com essa infraestrutura de acesso e comunicação, diminuindo, cada vez mais, as distâncias entre os países, e facilitando a operacionalização do PTCA. Em Quaresma (2008, p. 215), faz uma análise sobre o turismo em uma área de fronteira envolvendo três países, Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa, que trabalham um único atrativo turístico – o Monte Roraima - “percebe-se, neste sentido, um olhar a médio/longo prazo para o turismo como possibilidade integradora da região”.

É necessário pensar o turismo juntamente com o desenvolvimento de outras atividades econômicas, sendo necessário estabelecer a capacidade produtiva visando garantir a diversificação da cadeia produtiva local, faltando para isso, mais ações em parceria. Essas parcerias ajudam no fortalecimento das ações e na otimização do uso de recursos. A Sra. Conceição Silva foi enfática ao declarar que, para que o PTCA venha a frutificar e amadurecer, é necessário que o governo federal abrace essa ação enquanto uma ação de governo, não ficando apenas na responsabilidade dos estados federados. Pois, é uma grande ação que poderá abrir caminhos para a intensificação do turismo internacional na Pan-Amazônia.

Outra questão significativa para o desenvolvimento do turismo na região, e para a integração dos países, Brasil e Guiana Francesa, é a discussão sobre as condições da malha aérea. O histórico dessa atuação é controverso, pois o corredor aéreo entre Caiena, Macapá e Belém sempre apresentou situações de altos e baixos. Na década de 1970 e 1980, o tráfego aéreo entre essas cidades se dava pela Viação Rio Grandense – VARIG e *Surinam Airway*. A primeira mantinha vôos diretos entre Caiena e Belém, a segunda iniciava o vôo em Paramaribo, fazia escala em Caiena e seguia para Belém, no retorno mantinha o mesmo procedimento. Problemas políticos e econômicos nas décadas seguintes, tanto no Brasil, como no Suriname, faz com que essas companhias retirem de funcionamento esses vôos. Na década de 1990 surgem outras companhias que tentam estabelecer a rota Belém – Caiena, como Penta Linhas Aéreas, TAF Linhas Aéreas e atualmente a *Air Caraïbes*, que é subsidiária da *Air France*. No percurso dessas mudanças, em alguns momentos, a ligação entre Caiena, Belém e Macapá ficou suspensa, até que a situação de crise no transporte ficasse normalizada.

Nos anos de 2005 e 2006, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) (2007) realiza um estudo denominado Programa de Integração Física da América do Sul – Módulo Aéreo – Foco Turismo, objetivando criar condições para impulsionar o setor de turismo e viabilizar as redes regionais e sul-americanas por meio da consolidação das ligações aéreas. Esse estudo demonstra a situação da malha aérea brasileira em relação aos países da América do Sul e demais continentes. Neste estudo a situação da ligação aérea entre Brasil e Guiana Francesa apresenta-se satisfatória. Em 2005, a Guiana Francesa mantinha com o Brasil, cinco vôos semanais, entre Caiena e Belém, sendo operado pela *Air Caraïbes*, este não incluía Macapá, a rota era *Fort de France/ Caiena/Belém*. Neste momento, eram originados cinco frequências semanais de vôos regulares intra-regionais internacionais na América do Sul, todos provenientes do Brasil.

Em 2006, são duas empresas operando, a *Air caraïbes* e a TAF, alterando a rota para Caiena/Belém/Fortaleza/Macapá/São Luis, com dez vôos semanais. Porém, em 2008, a TAF é abalada pela crise econômica internacional e retira de seus destinos Caiena, Belém e Macapá, fato que abalou o turismo entre o Brasil e a Guiana Francesa. A TAF seria no mercado das companhias aéreas, a alternativa mais barata para viajar a Caiena e de Caiena a Belém e Macapá. Atualmente há apenas uma companhia atuando na rota Caiena/Belém que é a *Air Caraïbes*, com preços elevados para o padrão econômico do turista brasileiro, pois as passagens são comercializadas tendo com base o euro, e com dois vôos semanais, não incluindo Macapá na rota. Neste estudo a ANAC apresenta perspectivas e alternativas para

melhorias do tráfego aéreo na América do Sul, por país, inclusive ampliando a ligação da Guiana Francesa com outros países deste continente, além do Brasil.

Autores como Bourdoux d'Hautefeuille (2009, p. 5), analisam a ligação aérea da Guiana Francesa no continente e destaca que,

Por via aérea, Paris, Pointe-à-Prince (Guadalupe) e Fort-de-France (Martinica) são os únicos destinos quotidianos segurados de Caiena fora do território guianês. As ligações dos dois vizinhos continentais da Guiana, o estado brasileiro do Amapá e o Suriname, são anedóticas. A fraqueza do tráfego aéreo com os vizinhos se poderia explicar pela intensidade das relações transfronteiriças.

A partir de Caiena há ainda vôos diários pela *Air France* para Paris, e o transporte aéreo regional se faz presente pela *Air Guyane*, ligando Caiena às demais Comunas. No Brasil, especificamente as cidades de Belém e Macapá, possuem uma malha aérea razoável ao desenvolvimento do turismo, com a atuação de empresas aéreas como Transporte Aéreo Marília (TAM), Gol Linhas Aéreas Inteligentes (GOL), PUMA AIR, além das representações internacionais como a *Air Cairaibes e Surinam Airways*. Os vôos internacionais existentes para Belém são os originados de Caiena e de Paramaribo, os demais desembarques internacionais são realizados através de conexões com vôos domésticos. Em Macapá, a situação é mais problemática, pois não há, atualmente, nenhum vôo de caráter internacional atuando para aquele município.

A principal via de ligação de Macapá com a Guiana Francesa é através da BR 156, rio Oiapoque e a *Route Nationale* (RN 2). Inclusive, a integração para o desenvolvimento do turismo na faixa de fronteira, e a inclusão das cidades de Oiapoque, e comunas de São Jorge e Camopi dependem, essencialmente das vias rodoviária e fluvial, Mapa 13.



Mapa 13: Mapa de acessos entre os dois países, Brasil e Guiana Francesa.
 Fonte: IBGE (2007). Adaptado pela autora.

A gestão do turismo visando a execução das ações governamentais é estruturada em ambos os países, seguindo as orientações das políticas de desenvolvimento estabelecidas para ambos. No caso do Brasil, essa estrutura é representada pelo MTUR, que estabelece a Política Nacional de Turismo. Nos níveis estaduais e municipais têm-se os órgãos oficiais de turismo, que planejam, organizam e executam as políticas em seu âmbito, tanto para o Amapá como para o Pará. No estado do Amapá existe a SETUR, que é o órgão estadual, e a Secretaria Municipal de Turismo de Macapá. No município do Oiapoque há a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. E no estado do Pará é através da PARATUR em nível estadual, e BELEMTUR, no âmbito municipal. Considerando-se a participação da comunidade instituiu-se o Fórum Estadual de Turismo que congrega diversas entidades e organismos públicos.

Essa organização é imprescindível para que a governança do turismo nessa faixa de fronteira seja estabelecida. Porém, o que se percebe é a necessidade de se criar mecanismos capazes de fortalecer os laços de aliança e cooperação entre os agentes de turismo local, visando criar condições concretas ao desenvolvimento do turismo nessa região. Para isso, observou-se que há iniciativas locais que estão em fase de articulação e estudos, como é o caso das ações do SEBRAE, no Oiapoque, para o setor de turismo. Segundo a Sra. Maria Neuzete,³² o SEBRAE está incentivando a criação de um Grupo de Trabalho em Turismo, que já reuniu por duas vezes, com o objetivo de discutir com a comunidade os problemas e soluções para as ações do turismo no município. Tem convidado os representantes das instâncias pública e privada e da sociedade civil organizada, porém a participação tem sido fraca, e prossegue,

A gente tem um plano de ação, já em decorrência de vários diagnósticos, o próprio plano de marketing, documento da secretaria de turismo, quem realizou foi a Conectur, o PDTS também, a gente tem trocado muitas idéias a respeito e iniciamos desde 2008 palestras de sensibilização, além disso, como a gente observa muitos empreendimentos do trade turístico e pouca qualidade na oferta desses serviços a gente busca conversar, sensibilizar e ver o que realmente o SEBRAE pode fazer por aquela pessoa, por esse empresário. As palestras já iniciaram inclusive na própria rádio o radialista comenta sobre aspectos históricos do turismo, como tudo começou. É um trabalho lento, porém o retorno que a gente tem observado, das pessoas virem procurar o SEBRAE por saber que a gente tem informações a dar, nós já praticamente somos uma referência nessa área, informar, capacitar (Inf. Verbal)

Ainda, segundo a Sra. Neuzete, há a inserção do governo francês no sentido de instalar em Macapá, um posto de atendimento da Câmara do Comércio, que segundo a mesma, está funcionando na sede da representação do Consulado Francês, então ela prossegue questionando o porquê de não ter sido no Oiapoque? Inclusive por ter ali um Centro de Língua Francesa como tem em Macapá? Porém, é notória a condição de periferia dada para aquele município em relação a Macapá, e também pelo fato das demandas em Macapá para ambos os casos serem maiores do que no Oiapoque. O Grupo de Trabalho teve a seguinte trajetória para sua articulação, segundo Neuzete (2009),

Esse grupo de trabalho é formado por instituições e a gente quer alcançar a população, a comunidade, moradores, esse grupo na verdade ele foi um trabalho de sensibilização, começou com um consultor contratado e depois a

³² Entrevista concedida a autora.

gente foi atrás dessas pessoas, dos empresários principalmente que é o nosso foco né, a população, sensibilizar, informar o que é o turismo, qual a necessidade de desenvolver esse setor aqui, as constantes reclamações, a população sempre fala que não tem futuro, muitas inclusive vendem os seus bens e vão embora, não tem esperança de que o local vai mudar, não acredita... então a gente foi fazer um resgate dessas pessoas pra compor esse grupo. Associada a empresários e essa população estão a prefeitura, a Secretaria de Turismo, a Secretaria de Meio Ambiente, a Câmara, e principalmente fortalecendo esse grupo a gente pretende fazer um fórum, pretende fazer um seminário, chegar realmente quer criar um conselho que não tem, a gente chegou a provocar o aparecimento de um conselho de 2006, não 2002, esse conselho tinha a intenção de fiscalizar, porém ele não é legal segundo a própria prefeitura, então é um trabalho de resgate, é um trabalho de sensibilização e de apoio (Inf. Verbal).

Há algumas ações citadas pela Sra. Neuzete, como o Plano de Marketing Turístico do Oiapoque, que precisam ser mais bem explicitados. Esse plano faz parte das ações estabelecidas pelo Projeto Estruturante do Turismo na Amazônia Brasileira, e é uma iniciativa conjunta dos SEBRAE dos sete Estados da Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Plano tem como finalidade o desenvolvimento da atividade turística na região, ampliando sua capacidade de geração de renda, criação de empregos e arrecadação de impostos. No entanto, é uma ação questionável, pois como antecipar um plano de marketing sem antes trabalhar a estruturação do destino? Talvez seja mais uma daquelas ações em que não existe a sinergia necessária para que a mesma possa dar resultados substanciados. Na fala da Sra. Neuzete, percebe-se que, inclusive, o consultor não retornou, até a data da entrevista para discutir os resultados com os interessados.

Em princípio assim, particularmente não foi essa, até porque ele não retornou aqui, em princípio ele não deu esse retorno pra gente, mas pelo relatório dele e pelo que a gente já vivenciou no ano passado, nos anos anteriores, inclusive várias pessoas que participaram de vários eventos aqui com a gente percebe-se que talvez ainda não seja o momento, tem que se preparar, o impacto geralmente não é bom, há um retorno sim, mas negativo, você vender algo que não tá pronto (Inf. Verbal).

Na mesma direção do Consultor, O SEBRAE em Macapá, nas palavras da Sra. Deisinha Brito, tem uma avaliação mais pessimista em relação ao turismo no Estado, apesar de estar executando algumas ações em prol do desenvolvimento deste. A ação de maior destaque é o Projeto Estruturante da Amazônia, em parceria com os demais estados da região. O objetivo desse projeto é integrar a região e promovê-la com vistas ao turismo. Finaliza dizendo que “o turismo no estado é um fracasso”.

Igualmente, para compor esse processo de análise é necessário refletir sobre alguns dados do fluxo turístico dessa região. Num primeiro momento, fez-se uma avaliação com base em dados secundários, dos anos de 2001 e 2006, pois segundo a pesquisa de campo, não existe no âmbito do poder público de turismo, tanto no Oiapoque como em Macapá, dados mais recentes sobre a questão. No que diz respeito à posição do estado do Amapá no ranking do turismo no Brasil, entre os estados brasileiros que recebem turistas, o Amapá está na 25ª posição. Os principais emissores de turistas para este Estado, no Brasil, são o Pará e o próprio Amapá. No mercado internacional, está a Guiana Francesa. De acordo com Irving (2006), no mercado interno o Amapá está envolvido pelo Estado do Pará, com o qual não possui ligação por estradas. Ao norte o Estado tem ligação por terra com um único mercado emissor, a Guiana Francesa. Por isso o Amapá defronta-se com uma concreta desvantagem competitiva, em termos de localização, precisando empenhar-se para ampliar sua competitividade no próprio estado e nos vizinhos, Pará e Guiana Francesa, Tabelas 11 e 12.

Tabela 11: Total de Visitantes Brasileiros, no Amapá,
por Estado de Origem – 2001

ESTADO DE ORIGEM	VISITANTES
AMAZONAS	436
PARÁ	7.443
AMAPÁ	2.262
RORAIMA	141
BAHIA	387
CEARÁ	465
MARANHÃO	249
PERNAMBUCO	255
MINAS GERAIS	457
RIO DE JANEIRO	3.419
SÃO PAULO	6.596
PARANÁ	317
DISTRITO FEDERAL	1.487
GOIÁS	302
OUTROS	916
TOTAL	25132

Fonte: Departamento de Turismo do Amapá (2001)

Tabela 12: Total de visitantes estrangeiros, no Amapá,
por país de origem - 2001

PAÍS de ORIGEM	VISITANTES
GUIANA FRANCESA	1.152
FRANÇA (Território central)	228
ESTADOS UNIDOS	45
ALEMANHA	17
ITÁLIA	14
JAPÃO	32

ARGENTINA	9
SURINAME	4
OUTROS	145
TOTAL	1.646

Fonte: Departamento de Turismo do Amapá (2001)

Segundo relatos de empresários houve redução na visitação dos guianenses à capital do Estado, Macapá. Ocorreram ações de marketing dos concorrentes, Ceará e Pará, atraindo as ligações aéreas com a Guiana Francesa, em detrimento daquela capital. Na realidade, o destino Macapá não compreendeu que a competição no turismo exige que os destinos se organizem e estructurem pacotes turísticos. É estratégico para o mais legítimo interesse público - geração de rendas, criação de empregos e arrecadação de impostos via turismo -, a recuperação e fortalecimento das marcas dos destinos do Amapá – em especial Oiapoque e Macapá - para potencializar todo um conjunto de oportunidades que surgirão ao longo da rodovia BR 156 após a construção da ponte, interligando o Estado com a Guiana Francesa. Dados do Departamento de Turismo de Macapá mostram que 26,6 mil turistas com origem na Guiana Francesa ingressaram no Brasil em 1998. (Gráfico 01). O fluxo mostra uma tendência sustentada de queda atingindo 13,4 mil turistas em 2007, ou uma redução de 49,6% em relação ao ano base de 1998, (PETROCCHI CONSULTÓRIA, 2009)

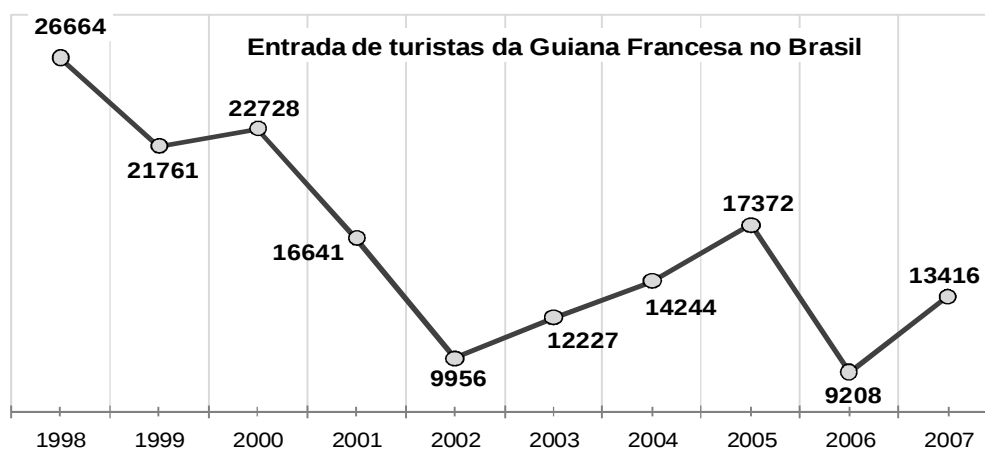


GRÁFICO 1: ENTRADA DE TURISTAS DA GUIANA FRANCESA NO BRASIL (1998 – 2007)

Fonte: Petrocchi Consultoria (2009).

Observa-se que há uma retração constante no fluxo de turistas da Guiana Francesa para o Brasil. Tendência, essa, que demonstra a perda competitividade dos destinos brasileiros, entre

outras razões, pela pouca qualidade da rede de serviços de hospitalidade, aí incluídos, os precários serviços públicos e infraestruturais percebidos pelos visitantes. É, necessário destacar, entretanto, que embora em queda, é da Guiana Francesa que o Amapá atrai a maior parcela de turistas, entre os três mercados prioritários para o turismo do Estado. (PETROCCHI CONSULTÓRIA, 2009). Considerando-se a entrada pelo município do Oiapoque, dados da Polícia Federal registram a entrada mensal no país de estrangeiros com diversas motivações, de acordo com Tabela 13.

Tabela 13: REGISTRO DE ENTRADA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS VIA MUNICÍPIO DO OIAPOQUE.

Mês	Entrada de Estrangeiros	Saída de Estrangeiros
Jan	458	961
Fev	604	442
Mar	343	493
Abr	806	776
Mai	584	579
Jun	446	401
Jul	1.986	1.155
Ago	2.120	2.533
Set	888	967
Out	1.489	1.075
Nov	988	1.316
Dez	2.005	968
TOTAL	12.717	11.666

Fonte – POLÍCIA FEDERAL DO BRASIL (2010).

No estado do Pará, por sua vez, os indicadores de turismo elaborados pela PARATUR (2008), registram os turistas da Guiana Francesa como procedentes da França, não sendo possível aferir esse dado e fazer uma análise específica da demanda desse DUF. Tabela 14.

Tabela 14: DEMANDA DE TURISTAS PARA O BRASIL, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM

PAIS	%
França	14,6%
EUA	12,8%
Itália	8,1%
Alemanha	5,9%
Argentina	5,2%

Espanha	4,8%
Japão	3,2%

Fonte: PARATUR (2008).

Mesmo assim, os índices de entrada são baixos. Em relação à entrada dos Guianenses há uma trajetória histórica desse fluxo, que certamente tem sido influenciado por diversos fatores. Em 2005, foi publicada uma reportagem no jornal O Liberal, que relatava sobre a importância desse fluxo para Belém, e dava alguns números. Segundo a fonte, dados de 1995 apontam a entrada de 597 turistas da GF no Pará. Em 2004, esse número aumentou para 1.967, representando uma expansão de 150%, o que é justificado pela valorização do Euro frente ao Real. Nesse mesmo artigo, há o depoimento do então Presidente da PARATUR, Sr. Adenauer Goés, que relata sobre as ações que estavam sendo conduzidas no sentido de atrair esse mercado para o Estado, que vão desde a participação em eventos em Caiena e França, reuniões com os empresários de Caiena e do Pará; assim como demonstrara a importância política dessas ações, dando as devidas prioridades políticas, pois informa que fez questão de levar o então governador do estado do Pará, Sr. Simão Jatene, a Caiena, objetivando discutir tais questões.

Em 2007, o mesmo jornal publica outra reportagem relatando questões importantes para essa análise. Neste momento ressalta que a queda do dólar tem sido um fator favorável à vinda desses turistas, mas a concorrência para o Pará e Amapá aumentou, com a entrada de Fortaleza e São Luis, como concorrentes diretos, principalmente, após a ligação aérea através da TAF, e isso tem provocado reflexo direto no fluxo desse turista para o Estado. Segundo a fala de empresários locais, “grupos que vinham para ficar uma semana, agora ficam apenas dois dias e passam os quatro últimos em Fortaleza”. Mas a Senhora Maria de Belém, gerente de relações internacionais da PARATUR, minimiza essa situação, esclarecendo que o turista Guianense que já veio uma ou duas vezes a Belém, quer conhecer outros destinos no Brasil, e que mesmo assim, ela garante que na ida ou no retorno esses turistas ficam em Belém para fazer compras (O LIBERAL, 2007).

As entrevistas realizadas para este estudo, em 2009, confirmam este discurso, pois a gerente, Sra. Maria de Belém retoma a mesma avaliação, com a diferença de que, hoje, a PARATUR tem criado alternativas de captação desses turistas, por meio da divulgação de outros destinos do Estado do Pará, como os Pólos Marajó, Tapajós e Costa Atlântica, inclusive com resultados positivos. Essa constatação, feita durante a pesquisa de campo,

observou que três agências de turismo em Caiena, estão divulgando para comercialização, o destino Pará, com Belém e demais Pólos como pacotes opcionais.

Porém, nos estudos de Gomes (2007); Silva (2006) há uma discrepância quanto às intenções dos governos francês e brasileiro no que se relaciona ao desenvolvimento de políticas públicas para área de turismo, pois os autores analisam as lacunas deixadas e a conseqüente falta de investimento no setor, na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, especificamente no município do Oiapoque e comuna de Saint George e Camopi. Para Silva (2006), a falta de políticas públicas de segurança, saúde, ambientais, sociais e econômicas tem contribuído para o avanço da fronteira de forma desordenada causando mais problemas sociais e culturais.

Os reflexos são vistos, inclusive, nas relações políticas internacionais entre os dois países. Em relação às políticas de turismo, Gomes (2007) explana que apesar das áreas de conservação estarem demarcadas, e, considerando-se a presença de populações tradicionais e indígenas, as políticas de turismo inexistem no município do Oiapoque. O mesmo ocorre em relação às políticas públicas estaduais, apesar do município estar localizado em um pólo de desenvolvimento do turismo definido, assim, pelo governo estadual, os planos estão apenas na idéia, sem estrutura física ou técnica capaz de alavancar ações efetivas para o incremento do turismo no Oiapoque.

Mesmo considerando que a construção da ponte que ligará o Brasil à Guiana Francesa está próxima, a mesma passará fora do núcleo urbano do município, causando mais problemas e entraves ao desenvolvimento do Oiapoque, do que benefícios. Fato que no entendimento de Silva (2006), trará o esquecimento e o impulso para uma maior desorganização, pois a dinâmica econômica e de relações com a Guiana, que hoje é feita através do rio, sofrerá mudanças drásticas e a população será a mais afetada com tais medidas. Ao contrário das análises de Da Ros (2006), para quem as perspectivas do turismo no estado do Amapá são latentes, com recursos naturais e culturais diversificados, projetos infra-estruturais importantes e que darão suporte ao turismo, como a construção da ponte binacional, que ligará o Amapá ao Platô das Guinas, Caribe e Europa, que mesmo entre os pesquisadores não há um consenso quanto aos impactos provocados pela ponte binacional.

O turismo no município do Oiapoque não possui infraestrutura suficiente, apesar de receber turistas da Guiana Francesa que utilizam o rio para chegar até o Brasil. Porém, nas análises de Silva (2006) há, na verdade, uma busca por parte dos turistas franceses pelo divertimento fácil, ou seja, ações de incentivo a prostituição local. Apesar de o município do Oiapoque oferecer recursos variados, tanto naturais como culturais, inclusive com a

demarcação das áreas de conservação, analisadas por Gomes (2007) enquanto espaço de desenvolvimento do turismo. É frequente a chegada de turistas no Oiapoque principalmente nos finais de semana que na descrição de Silva (2005, p. 290),

O movimento de estrangeiros torna-se maior nos finais de semana – sexta, sábado e domingo – quando aparecem os turistas. Um sábado pela manhã, ao sair do hotel, fiquei perplexo com a quantidade de estrangeiros nas ruas da cidade de Oiapoque. Minha avaliação é a de que havia cerca de mil pessoas, entre os que vão à cidade apenas para fazer compras e os que estavam ali em viagem de turismo. Os turistas que visitam Oiapoque podem ser definidos em dois tipos: um é constituído fundamentalmente por homens, que se dirigem à cidade para se divertir nos bares e boates; o outro é constituído por grupos de homens, mulheres e crianças, que visitam a região da fronteira em excursões turísticas. Estes viajam através das agências de Caiena que incluem roteiros na Guiana e no Brasil.

No entendimento de Silva (2005) as pessoas que se deslocam para o Oiapoque, motivados para realizar compras, e não são considerados como turistas. Porém, para outros estudiosos de turismo entre as motivações que definem os segmentos do turismo estão, justamente, as compras, e, portanto, a pessoa que possui este único objetivo de fazer compras é considerada um turista, estando no segmento do turismo de compras. Para Moletta (1998) uma das características desse turismo é a existência de diversos estabelecimentos comerciais que oferecem uma variedade de ofertas dentro da mesma classe de produto, por exemplo: móveis; malhas; calçados e bolsas; cama; mesa; banho; alimentação; limpeza; entre outros.

Essa tipologia de turismo agrega ao Oiapoque uma característica de espaço de passagem, de trânsito. Silva (2005) conclui explicando que o fluxo permanente de turistas e de hóspedes, em trânsito, faz com que um dos bons negócios em Oiapoque seja investir em hotéis e pousadas. Assim como as compras, outros segmentos do turismo seriam interessantes para o desenvolvimento das fronteiras amazônicas, aproveitando os recursos disponíveis. É o caso, por exemplo, de segmentos que valorizam movimentos sociais e culturais, etnograficamente registrados e mantidos, para apresentar o diferencial dos roteiros, como o movimento de imigrantes no Sul do país.

Essa dinâmica foi estudada por Bahl (1994 e 2004), que analisou o processo de integração dos imigrantes no sul do país, destacando o que cada grupo trouxe e o que foi agregado ou não à vida à brasileira, no que se referem aos valores materiais ou subjetivos de cada cultura e povo, e que poderiam ser incorporados aos roteiros turísticos daquela região. No entendimento de Bahl (1994, p. 22) “esta diversidade de elementos humanos pode de certa

forma apresentar subsídios para a ampliação da oferta turística em uma determinada faixa de mercado nacional”. No que concerne à política e superestrutura turística, Gomes (2007) analisa as condições da prefeitura municipal do Oiapoque e conclui que a mesma não apresenta política de turismo concreta, apenas fica no discurso do desenvolver projetos sem diretrizes ou princípios políticos governamentais.

A política estadual, segundo Gomes (2007), prevê investimentos nos pólos de desenvolvimento criados pela SETUR, porém, não há concretamente, recursos suficientes direcionados para o turismo em áreas de fronteiras, apesar do acordo de cooperação assinado entre Brasil e Guiana Francesa visando o desenvolvimento sustentável do turismo. No orçamento de 2005 foi designado para SETUR aproximadamente R\$ 2.298.995.000, dos quais apenas 10% foram destinados para investimentos nas unidades de conservação de interesse para o ecoturismo. Se forem consideradas ainda as distâncias e a falta de infraestrutura, e em muitas dessas unidades de conservação, a inexistência de plano de manejo visando o uso público destas para o turismo, o valor torna-se incapaz de promover o desenvolvimento de ações mais profundas, que possam realmente estabelecer um planejamento para a implantação do turismo nestas áreas.

De acordo com dados preliminares do turismo na Guiana Francesa (GUYANE, 2007), observa-se que este DUF aproveita como aporte principal para atrair a demanda turística, o trunfo de estar estrategicamente localizado em território que faz parte do Platô das Guianas, em área amazônica. O território deste DUF representa 1/5 da França, que está em grande parte preservado. Para o governo francês é um ponto da Europa na América do Sul, caracterizado por diversidades culturais e naturais, e servido por duas combinações representativas, o Brasil e as Antilhas.

O turismo na Guiana Francesa é organizado e planejado pelo Comitê de Turismo da Guiana Francesa, em Caiena, e por um segundo Comitê, sediado em Paris. O Comitê de Turismo, em Caiena, é subordinada à Prefeitura da Guiana e, por conseguinte, ao Ministério de Ultramar e Conselho de Desenvolvimento Sócioeconômico, estabelecidos na metrópole. Esse tem a competência do desenvolvimento do turismo na região e com os demais países interessados; de manter o observatório econômico do turismo, com objetivo de subsidiar possíveis investidores, estudiosos e as ações do Comitê; de orientar a implantação de serviços de hospedagem na região da Guiana; de organizar os serviços turísticos especializados e de promover regionalmente o turismo guianense.

O Comitê de Turismo em Caiena, por sua vez, tem a missão de desenvolver a política de marketing da Guiana na Europa, participando de salões e feiras, além de prestar

informações sobre as potencialidades turísticas locais aos agentes operadores, e públicos em geral. As condições para o turismo na Guiana Francesa são favoráveis ao seu desenvolvimento de forma sustentável, principalmente quando se percebe as diversas ações executadas pelo governo francês, no sentido de preservar e valorizar os recursos existentes. Estes objetivam não apenas valorizá-los enquanto bem cultural, mas intencionam incrementar o setor de turismo e proporcionar a geração de emprego e renda para a população local. E, ainda, as ações são desenvolvidas no sentido de manter os recursos preservados e impedir de forma ostensiva o avanço da fronteira, seja para com o Brasil ou com o Suriname.

Neste sentido, o governo francês oferta, através de uma política de fomento, a subvenção de mais de 75% dos investimentos de empresários que pretendam investir no turismo (GUYANE, 2007). No que tange à infraestrutura turística, o Comitê de Turismo da Guiana contabiliza a existência de uma malha aérea satisfatória, que proporciona o acesso fácil a Europa, América Central e América do Sul, com vôos diretos de Paris, e outro, via Antilhas, diariamente. Além de manter um fluxo constante com o Brasil, via a cidade de Belém, dispõe do circuito rodoviário através do Município de Oiapoque e Comuna de São Jorge.

A hotelaria conta com vinte e oito hotéis, localizados no litoral e centros urbanos. Seus atrativos são diversificados, da cultura ao apelo dos recursos naturais com aproximadamente, cinco reservas naturais e um parque regional, além de sítios demarcados que atendem à demanda de visitantes, em torno de aproximadamente trinta mil turistas em 2000. Para comercializar os roteiros existem quatro agências de viagens receptivas e cerca de trinta operadoras de turismo.

O fluxo turístico está sempre em escala ascendente. De acordo com a Câmara de Comércio da Guiana Francesa e com o Comitê de Turismo, em 2005, a Guiana recebeu 85.000 turistas e, em 2006, este número cresceu para 95.000, sendo 65% originários da metrópole e 25% das Antilhas Francesas. O número de empregos gerados pelo turismo, de acordo com Guyane (2007) é de 2.457 na hotelaria, envolvendo 3,5% da população ativa e representando 3% do PIB da Guiana Francesa. Em 2007, o INSEE realizou pesquisa para analisar o fluxo turístico na Guiana Francesa, apresentando o seguinte cenário: 34,6% dos turistas que visitam a GF têm como motivação principal o trabalho, e 22% o lazer e as férias.

Porém, quanto ao tipo de hospedagem ainda é preponderante a casa de familiares e amigos, com 67,7%, e em hotel 28,1%, Tabela 15. Os principais emissores são: franceses da metrópole, 57%, segundo as análises, em decorrência da rota direta entre Paris e Caiena. As Antilhas constituem o segundo emissor, 34%; os visitantes da União Européia chegam a

Caiena vindos, majoritariamente, de países pertencentes aos programas espaciais europeus, Alemanha, 38%, Espanha, 27% e Itália, 17%. Dentre os países não pertencentes à União Européia, os Estados Unidos são os principais emissores de turistas. Em seguida vem a Suíça e o Brasil, com 19% e 18%, respectivamente, e Rússia com 3%. Os gastos se concentram em hospedagem e alimentação, Tabela 16, com um gasto total de 35.965€ em 2007.

Tabela 15: Type d'hébergement choisi par les touristes em 2007

	Turistas	%
Hôtels	280.196	28,1
Familles, amis, collègues	675.106	67,7
Locations, villa, appartement	9.717	1,0
Gites, chambres, d'hotels	6.749	0,7
Autres (carbets, hamacs, fôrets	24.731	2,5
Total hebergement	996.499	100,0

Source: INSEE, Comité du Tourisme de Guyane, enquête sur les flux touristiques (2007).

Tabela 16 - Dépense des Touristes en Guyane par poste (milliers d' euros)

	2007	2005
Restauration	10.726	8.930
Hébergement	11.169	12.680
Loisirs	3.736	3.300
Souvenirs	4.935	3.640
Bateau	635	600
Location de voitures	4.698	4.090
Táxi	66	59
Dépense totale	35.965	33.299

Source: INSEE, Comité du Tourisme de Guyane, enquête sur les flux touristiques (2007).

Os resultados apresentados pelo INSEE e Comitê de Turismo da Guiana Francesa (2007), demonstram que apesar do Brasil estar localizado ao lado deste DUF, a participação dos turistas brasileiros ainda é tímido no fluxo turístico da Guiana. Esse fato poder estar

estritamente relacionado a burocracia para obtenção do visto; à falta de visão de empresários brasileiros em motivar os brasileiros a conhecerem uma realidade diferenciada da dinâmica das cidades brasileiras, mesmo estando em território sul americano; além de certo preconceito quanto àquela Guiana, pois é muito comum se ouvir relatos de abusos sofridos por brasileiros naquele território, mas que, na prática, se o cidadão brasileiro estiver na legalidade, isso não é uma realidade. Por outro lado, a atratividade desta Guiana está não apenas em seus recursos naturais, semelhantes aos brasileiros, mas na história construída pelo povo guianense, e que possui uma riqueza de detalhes a ser conhecido.

Não há registros estatísticos de fluxo turístico nas Comunas de São Jorge e Camopi, por não possuírem uma infraestrutura adequada ao turismo, os visitantes permanecem apenas algumas horas nessas localidades, para visitação. Em São Jorge, há três hotéis de pequeno porte, e a Comuna possui atratividade por estar localizada em uma faixa de fronteira, que dá possibilidade de acesso ao território brasileiro. Portanto, os pernoites gerados são apenas por algum motivo especial, como a necessidade de pernoitar e seguir viagem no próximo dia ou brasileiros em passagem pelo município do Oiapoque que atravessam o rio para conhecer outro país, no caso a Guiana Francesa, um território europeu na Amazônia, não com o objetivo principal de lazer. Em relação a Camopi, há outros problemas, pois, como é uma área indígena, não há meios de hospedagem, nem infraestrutura adequada ao atendimento do turista. Quando há necessidade de permanecer na Comuna, por motivos que vão desde o lazer ao trabalho, os pernoites são realizados em Vila Brasil, na Pousada *Le Belvedere*, pois o deslocamento da comuna de Camopi até a Vila leva em torno de 10 minutos.

Além desse cenário, que não há ainda uma ação governamental, por parte do governo guianês em estabelecer uma estratégia de visitação. Em entrevista, o Prefeito da Comuna de Camopi, foi taxativo em informar que, no momento, os turistas não são bem-vindos, só após as definições a serem tomadas pelo conjunto da comunidade. Durante a visita de campo foi visível a intolerância dos índios para com os visitantes, principalmente, se o, mesmo, estiverem portando máquina fotográfica. A Comuna abriga a sede central do *Parc Amazonien de Guyane*, que tem, entre suas ações, a definição do Plano de Manejo, e definições em relação a visitação em áreas pré-determinadas para o uso público. Portanto, o turismo na Comuna de Camopi, é permeado por várias situações-problemas, uma delas, diz respeito ao controle de entrada e saída nesse território, extremamente controlado pela *Gendarme*, e para o qual, ainda não houve definições de ações e estratégias visando a atividade turística, apesar de estar previsto entre as atividades do Parque, o ecoturismo.

O turismo nessa faixa de fronteira, a despeito das problemáticas existentes, está sendo pensado e analisado pelos países envolvidos, Brasil e Guiana Francesa. O que demonstra uma sensibilidade para, em cooperação, alcançar sinergias que venham contribuir para o efetivo desenvolvimento da cadeia produtiva do setor turismo. Essa afirmativa pode ser consubstanciada no documento definido entre os governos brasileiro e francês, intitulado Plano de Ação Franco-Brasileiro, nas cidades de São Jorge e Oiapoque, durante o encontro do Presidente Lula e Sarkozy, em 2008. Esse plano estabelece diversas ações de cooperação visando acelerar a aproximação da Guiana Francesa e o Brasil, e por consequência, da América do Sul, como um todo.

Entretanto, antes de expor as ações pontuais para a faixa de fronteira, há a determinação de intenções políticas referentes ao apoio da França ao Brasil, na questão do Conselho de Segurança da ONU, no qual o Presidente Sarkozy reiterou a sua determinação de agir em prol da ampliação do G-8 às grandes potências emergentes, entre as quais, o Brasil, além de outras questões mais globais, ver ANEXO 3. Em referência às questões de cooperação mais pontual a essa fronteira, BRASIL; GUIANA (2008, p. 3 e 4) determinaram:

Acelerar a construção da ponte binacional; Deram instruções relativas ao prosseguimento da construção das vias de acesso à ponte dos dois lados da fronteira; Decidiram estimular a instauração de ligações aéreas entre a Guiana e o Brasil, com base no acordo bilateral em vigor em matéria de aviação; Decidiram redobrar os esforços para fazer do Ano da França no Brasil, em 2009, um sucesso comparável ao do Ano do Brasil na França, em 2005. Eles concordaram em que esse evento também deverá fazer com que o público brasileiro conheça a riqueza humana, artística e natural da Guiana Francesa.

Decidiram desenvolver a cooperação entre as administrações do Parque Nacional Amazônico da Guiana e do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque dos Estados do Amapá e do Pará, tendo por objetivo facilitar as trocas de experiências e uma maior coordenação em matéria de gestão, vigilância e trocas de dados e informações referentes a essas áreas protegidas, criando assim uma dinâmica comum para favorecer o ecoturismo dentro de uma óptica de desenvolvimento sustentável, que respeite a biodiversidade e as populações. Decidiram reunir a comissão mista transfronteiras em Caiena, em 29 e maio de 2008, tendo por objetivo consolidar e harmonizar as relações entre o Estado do Amapá e a Guiana e reforçar a cooperação na região fronteira nas áreas social, consular, econômica, comercial e ambiental. (PLANO DE AÇÃO FRANCO-BRASILEIRO, 2008)

Essas decisões, em destaque, são as que de forma direta trazem consequências mais determinantes para o contexto de desenvolvimento do turismo na região. Apesar de que questões como segurança na fronteira; cooperação na área da saúde; intercâmbio cultural e

linguístico também são itens que interferem no turismo. Os desdobramentos dessas decisões têm reflexos, tanto do lado brasileiro como francês, o que pode ser exemplificado pelo PTCA. Assim, o processo de cooperação está estabelecido nessa faixa de fronteira, a despeito da descontinuidade política, administrativa e social que caracteriza a região, principalmente o lado brasileiro. Por ser um ambiente plural as regiões de fronteiras são peculiares, o que as tornam territórios de tensão, e ao mesmo tempo, de integração.

Segundo Oliveira (2005), pode-se pensar que, paradoxalmente, a distância dos centros econômicos nacionais e as disparidades dos cenários político-econômicos desenvolvidos pelas trajetórias históricas diferentes, criam nas zonas de fronteira a quase necessidade de várias proximidades entre si, nem sempre benéficas, duradouras e equitativas para os dois lados da fronteira, cuja permissividade leva a um inexorável redimensionamento da convivência fronteiriça. Max (2009) prossegue afirmando que na busca da integração, as instituições que norteiam as ações dos atores fronteiriços são construídas pela convergência de interesses, em níveis supranacionais, de Estados e em níveis locais, gerando diferentes formas de trocas econômicas. As instituições – formais e informais, estabelecem um gride de permeabilidade entre as interações locais que possibilitam o que Cuisinier-Raynal (2001) chama de zonas de circulação transfronteiriça, que, ao longo do tempo, podem constituir-se em ambientes com níveis de cooperação satisfatórias, mesmo com desigualdades e ambiguidades.

É o caso, entre Brasil e Guiana Francesa, dois Estados ambíguos, com estruturas administrativas diferenciadas, situação econômica dual, e interesses políticos também diferentes, apesar de que, como foi exposto anteriormente, está havendo uma aproximação entre eles. Para Silva (2008, p. 6), o complexo jogo de interesses para a cooperação transfronteiriça está relacionada a assimetrias entre as unidades participantes; a incompatibilidade de procedimentos sobre um mesmo assunto; a dificuldade de diálogos entre as instâncias envolvidas; e a descontinuidade das políticas de articulação binacional após a troca de gestores público, constituem o caos dos Estados brasileiros.

Percebe-se um esforço entre Brasil e Guiana Francesa/França em mudar esse cenário, e a assinatura do Acordo-Quadro em 1996, a definição em conjunto do Plano de Ação Franco-Brasileiro, em 2008, e o Acordo estabelecido para a cooperação do turismo na Amazônia, em 2007, são instrumentos essenciais que demonstram os interesse e iniciativa para se construir uma relação de integração e cooperação entre os dois territórios. E o mais importante é que, essas ações visam não apenas a demonstração de intenções, mas são acordos celebrados e que se encontram em fase de cumprimento do que foi proposto. Para elucidar melhor a tese de que o turismo de fronteira é um instrumento que contribui para a dinâmica de ações

governamentais e cooperação internacional em faixas de fronteira, no caso específico, do Brasil e Guiana Francesa, é que se apresenta a seguinte comparação, Quadro 9 :

Indicador/País	Brasil	Guiana Francesa
Gestão Pública (organismos)	MTUR; Órgãos Estaduais e Municipais de Turismo; Fórum de discussão com as comunidades;	Ministério de Ultra Mar; Ministério do turismo Francês; Conselho geral da Guiana Francesa; Comitê de Turismo da Guiana Francesa; Prefeituras das Comunas
Instrumentos de Gestão I	Plano Nacional de Turismo; Plano Estadual de Turismo do Pará; A cidade de Belém não possui Plano Municipal de Turismo. O Amapá não possui Plano de Turismo nem o Oiapoque;	As ações são definidas em Programas e projetos operacionais;
Ações de cooperação visando especificamente o turismo	Memorando de Intenções com vista ao desenvolvimento do turismo com a França; Acordo de cooperação no turismo amazônico; Acordo-Quadro de Cooperação; Plano de Ação Franco-Brasileiro; Projeto de experimentação do turismo de base comunitária no parque nacional do cabo orange, dentro de uma rota integrada Guiana Francesa-Brasil.	Memorando de Intenções com vista ao desenvolvimento do turismo com a França; Acordo de cooperação do turismo amazônico; Acordo-Quadro de Cooperação; Plano de Ação Franco-Brasileiro. Estabelecimento de uma representação da camara de Comércio da Guiana Francesa em Macapá; Projeto de experimentação do turismo de base comunitária no parque nacional do Cabo Orange, dentro de uma rota integrada Guiana Francesa-Brasil. Plano Operacional Amazonie – União Européia.
Liberação de Visa de entrada e saída no país.	O Brasil mantém a reciprocidade com a França.	Há rigidez quanto a liberação do Visa para brasileiros entrarem e saírem dessa Guiana, mesmo para fins de turismo.
Infraestrutura de apoio ao turismo (segurança, comunicação, saúde, educação, serviços bancários)	Satisfatória, mas necessita melhorar a qualidade.	Satisfatória, mas necessita melhorar a qualidade.
Serviços turísticos disponíveis (hotéis, agências de turismo e câmbio, alimentação e receptivo)	Possui um parque hoteleiro que consegue atender a demanda, em Belém, Macapá e Oiapoque (Vila Brasil)	Há necessidade de expandir quantitativamente o parque hoteleiro, visando atender as expectativas de demandas futuras, em Caiena, São Jorge e Camopi.
Atratividade (recursos naturais e culturais)	É detentor de forte atratividade.	É detentor de forte atratividade.
Acessibilidade (vias e meios de transporte)	Necessita ampliar e melhorar as vias, e as alternativas de transporte.	Necessita ampliar e melhorar as vias, e as alternativas de transporte.

Unidades e Conservação para fins turísticos	Parque Nacional Serra do Tumucumaque – AP e PA; Parque Nacional do Cabo Orange – AP.	Parc Amazonien de Guyane
---	---	--------------------------

Quadro 9 - Quadro comparativo das ações de cooperação e possibilidades de serviços e infraestruturais visando o desenvolvimento do Turismo Fonte: Org. por Cruz (2009).

As ações governamentais e acordos de cooperação existentes, assim como os projetos em execução nos dois países demonstram as possibilidades concretas de integração, e a superação de diferenças face à proposta comum de desenvolvimento dessa faixa de fronteira. Neste sentido, o turismo, em que pese todas as dificuldades, tem entrado no cenário da cooperação internacional, em um primeiro momento, para contribuir com o desenvolvimento regional, criando alternativas complementares à cadeia produtiva dessa região. Depois, estabelecendo parcerias para a cooperação e inserção do setor em campos diversos. Essa justificativa tem sido propugnada para as melhorias necessárias à região, em paralelo às ações governamentais estabelecidas na IRSSA e no PAC, em nível nacional.

Portanto a tese de que o turismo é um elemento importante na consolidação das ações de cooperação em faixas de fronteiras se confirma, principalmente em função de acordos celebrados e projetos, em execução pelos dois países. E no caso da Pan-Amazônia, o turismo não é apenas uma atividade que traz benefícios econômicos, mas àquela que contribui também para o desenvolvimento sustentável e endógeno das regiões fronteiriças, de acordo com diversos exemplos citados. É claro que as dificuldades nessa faixa de fronteira são muitas e difíceis de solucionar, mas pelo viés das ações do turismo há possibilidades de minimizá-las, pois é uma atividade que se planejada, integra, desenvolve percepções, valoriza a cultura. Caso contrário, as sequelas seriam irreversíveis, e no caso do turismo de fronteira, mais agravante, pois o turismo sexual nessas áreas está sempre presente. Portanto, o aprofundamento do significado dessa categoria, turismo de fronteira, é necessário, no sentido de que os pressupostos da discussão sejam capazes de contribuir para o planejamento adequado do turismo e desenvolvimento da região.

5 TURISMO DE FRONTEIRA EM DISCUSSÃO: TIPOLOGIA E CONCEITO?

Este capítulo contextualiza a discussão nacional e internacional sobre a construção de um possível conceito de turismo de fronteira. Apresenta a trajetória dessa discussão no Brasil, enfocando as ações governamentais, as análises científicas, os resultados dos fóruns de discussão sobre o assunto, assim como, analisa a opinião de estudiosos na temática, entre geógrafos e turismólogos³³, cada um expondo sua visão do assunto. Por fim, a autora explica suas conclusões sobre a possibilidade de um conceito para a tipologia Turismo de Fronteira, com base nas evidências observadas em campo, nos dados coletados nas entrevistas, referências bibliográficas e documentais, com vistas a confirmar, ou não, a tese inicialmente apresentada. Ainda, discute a tese de que o turismo é um instrumento importante para o desenvolvimento regional e cooperação nesta fronteira Pan-Amazônica.

5.1 TURISMO DE FRONTEIRA – TRAJETÓRIA DE UMA DISCUSSÃO

A discussão sobre a importância das fronteiras e suas consequências no setor de turismo são recentes, posto que a função desses espaços, em muito, foram analisados apenas no foco do desenvolvimento econômico, considerando os recursos materiais locais existentes, da segurança, e de questões inerentes aos problemas de migração. Anteriormente a essa dicotômica discussão, Paixão (2006) enfatiza que por um longo período houve ausência do tema das fronteiras no debate acadêmico, mudando essa situação apenas nas últimas décadas do século XX, quando essa temática passou a fazer parte das agendas de trabalhos governamentais e acadêmicos. Nos anos de 1990, no Brasil, a fronteira passa a ser objeto de preocupação de governantes e acadêmicos, que lhe reservam interesses visando desvendar as complexidades restritas a esses espaços.

Neste contexto de importância às fronteiras surge com aspecto que tem sido, nos últimos anos, objeto de análise tanto no âmbito governamental, quanto acadêmico, trata-se da dinâmica do turismo nesses espaços também complexos e com características dispares de outros espaços turísticos mais tradicionais. Portanto, nas décadas de 1990 e 2000, com a

³³ Terminologia designada aos profissionais diplomados em Bacharel em Turismo, mas que ainda não receberam a regulamentação profissional.

formação dos blocos de integração econômica na Europa, Américas e Ásia percebe-se a necessidade de rever a atuação das políticas de desenvolvimento econômico e social nessas regiões, a fim de definir uma postura que considere os processos de construção histórica das fronteiras sobre as quais Paixão (2006, p. 75), explica que,

As fronteiras são faixas de (i) mobilidade decorrente, seja do estágio de desenvolvimento dos territórios dos quais fazem parte, seja da pressão que os sistemas e subsistemas produtivos e os interesses internacionais têm exercido sobre os diversos Estados nacionais nas suas mais diversas manifestações, como faixas de militarização, industrialização, comércio exterior ou turismo.

A formação dos blocos econômicos após o período da segunda guerra mundial têm sido favoráveis ao desenvolvimento do turismo nas regiões envolvidas, principalmente nas fronteiriças. Na Europa, os blocos econômicos surgem como um esforço de reconstrução e de integracionismo no pós-guerra, que em 1944, cria o BENELUX, integrando a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, em seguida a Comunidade Econômica Européia (CECA), na segunda metade dos anos 50 do século XX. Na Ásia, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) E finalmente a União Européia – UE, em 1992, com a união de vinte e sete estados-membros, com objetivo integracionista que favorece o desenvolvimento do turismo, dadas as facilidades de fluxo pelas fronteiras dos países membros pela rigidez na expedição dos passaportes e vistos..

Nas Américas do Norte e do Sul, destacam-se o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e o MERCOSUL. No primeiro, a circulação de mercadorias é prioridade em detrimento da circulação de pessoas, muito em decorrência das questões migratórias complexas entre México e Estados Unidos, pois os mexicanos e migrantes de outras nacionalidades utilizam essa faixa de fronteira para entrar nos Estados Unidos. O segundo, MERCOSUL, com cinco estados-membros (Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela), surge também com o objetivo de criar um mercado econômico regional, mas que recebe críticas quanto aos encaminhamentos do plano de enfrentamento às questões de ordem econômica global, pois não podem ser dissociados de uma abordagem mais incisiva sobre as fronteiras (PAIXÃO, 2006).

O MERCOSUL tem representado, para os países membros, a garantia de circulação de serviços, pessoas e mercadorias, com controle e fluidez, apesar de que o esforço para controlar os fluxos migratórios, com o MERCOSUL, é mais rígido, mas não impossível de transpô-lo, pois mesmo antes do MERCOSUL já havia, uma rede de pontos fronteiriços com

relativa fluidez, para bens, serviços, pessoas e até mesmo ilícitos (PAIXÃO, 2006). O turismo, neste contexto de desenvolvimento regional das fronteiras, tem sido um elemento propulsor desse processo, a exemplo de cidades, como Foz do Iguaçu, que interagem de maneira, inclusive, a desconhecer, em certa medida prática, a maioria dos aspectos jurídicos e institucionais que lhes nega uma cotidianidade outra, que não aquela da inclusão territorial. Paixão (2006, p. 81), analisa a situação do MERCOSUL frente ao turismo e a territorialidade das fronteiras e observa que,

A partir dessa realidade, faz-se premente e necessário que no MERCOSUL o governo brasileiro adote distintos planos de enfrentamento e gestão do turismo voltados para as regiões fronteiriças. Sobretudo em decorrência da heterogeneidade dos fatores de ordem histórica, social e econômica desses países aos quais, somando-se a Bolívia, não restam dúvidas quanto à existência de dois planos de enfrentamento na gestão territorial.

Com a afirmação do MERCOSUL as discussões sobre as questões relacionadas à situação das fronteiras, no Brasil, ampliam-se, ultrapassando as de segurança nacional. As preocupações perpassam pela situação do uso do território pelas populações residentes e as que transitam; o desenvolvimento regional dessas áreas; as situações de atividades ilícitas; as questões ambientais; culturais e sociais. O turismo entra na pauta de discussão com destaques, criam-se fóruns de discussão e deliberação importantes para que as ações governamentais fossem tomadas considerando as análises feitas nas pesquisas acadêmicas e técnicas. Ainda segundo Paixão (2006, p. 134),

Decorrendo certas restrições ao livre e irrestrito fluxo pela e na fronteira, até como forma de conter práticas de subversão que “colocavam em risco os interesses nacionais”, que no entendimento dos dirigentes daquela época, comprometeu de forma contumaz uma atividade econômica de grande potencialidade para esses países; o turismo.

Os mecanismos criados para discutir e definir os encaminhamentos das ações governamentais ligadas ao turismo no âmbito do MERCOSUL foram fundamentais para contribuir nas decisões, tanto das questões relacionadas à fronteira quanto das relacionadas ao turismo. Mesmo antes da criação do Ministério do Turismo, em 2003, o MERCOSUL cria a Reunião Especializada em Turismo do MERCOSUL (RET), que teve por objetivo ser um fórum de trabalho intergovernamental oficial com a perspectiva, de viabilizar a integração de políticas de turismo dos estados membros. As ações comuns com vistas a desenvolver o MERCOSUL como destino turístico são discutidas no âmbito da RET. Segundo o MTUR (2009), a reunião

da RET tem dois eixos temáticos: a consolidação desse mercado como bloco no âmbito do turismo e incremento da entrada de turistas nos países que o formam. Nessa reunião são priorizados assuntos voltados as dificuldades do trânsito nas fronteiras e as propostas para a resolução dos problemas nas áreas de controle integrado.

Além da RET, ainda, no âmbito do MERCOSUL, existe, a Reunião de Ministros de Turismo do MERCOSUL (RMTur), criada em 2003, e o Seminário Internacional sobre Migração e Turismo (SIMITUR). A RMTur é um foro estratégico para um plano de ação bem estruturado no MERCOSUL, e juntamente com a RET representa a integração das políticas no campo turístico dos estados membros e associados e, conseqüentemente, um dos fatores que auxilia a integração do Mercado comum do Sul. O SIMITUR é uma parceria entre o MTUR e o Ministério da Justiça, que visa repassar aos agentes da Polícia Rodoviária Federal, localizados nas fronteiras do Brasil, informações sobre a importância do turismo para a economia brasileira no que tange à geração de emprego e renda e ao tratamento adequado aos turistas estrangeiros que cruzam as fronteiras brasileiras (BRASIL, 2008). A idéia surgiu como uma das alternativas para melhorar o fluxo de turistas nas fronteiras. Foram realizadas duas edições do SIMTUR.

Os foros de discussão e deliberação apresentados estão relacionados às ações governamentais referentes ao MERCOSUL, com exceção do SIMITUR. As ações voltadas para a região de fronteira amazônica, e especificamente, para a fronteira Brasil e Guiana Francesa, são poucas e as que existem, são generalistas. A relação do Brasil com a Guiana Francesa, nas últimas décadas, reflete um sentimento de que tanto o Brasil como àquele DUF, não estabeleceram um contato maduro de cooperação na região. Observou-se, na pesquisa de campo, e a partir das análises dos documentos oficiais, que esses países, por anos, permaneceram como dois vizinhos que não se falavam, estavam um de costa para outro. Entretanto, os interesses e as políticas de cooperação têm sido estabelecidos no século XXI visando sanar as lacunas criadas por essa falta de diálogo entre ambos.

Neste sentido, observam-se algumas ações importantes que estão sendo estabelecidas entre a França e o Brasil, objetivando criar mecanismos que possam contribuir para mudanças na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Em entrevista no MRE, em 2008, foi possível avaliar a situação das ações governamentais que estavam sendo encaminhadas no sentido de estabelecer e concretizar ações de cooperação para àquela faixa de fronteira e para as demais existentes no Brasil. Segundo a Sra. Vivian, do MRE, foi criada uma comissão mista de cooperação transfronteiriça – Brasil e França, com objetivo de mediar as negociações e acordos entre os órgãos desses países.

Entre as ações previstas, estavam: o projeto da ponte binacional; questões consulares migratórias – acordo de trânsito de pessoas e mercadorias; criar diálogo para a regularização dos brasileiros ilegais no DUF; acordos para criação de centros de controle integrado, com postos de fronteira aduaneiro – Polícia Rodoviária Federal - RF e Polícia Federal - PF; projetos de educação entre a Universidade Antilhas-Guiana e Universidades Brasileiras; cooperação para criar uma academia da biodiversidade; aumentar o número de vôos e frequência entre Brasil e GF; acordo para combater a exploração dos garimpos clandestinos nas áreas dos Parques Nacionais da GF e do Brasil; Viabilizar outras alternativas de trabalho para a comunidade de Vila Brasil, possivelmente inserí-los em atividades de ecoturismo; projetos de cooperação entre o Instituto Pasteur e Instituições de Saúde do Amapá para o combate de doenças endêmicas e do HIV; convênio entre Universidade da Guiana e a Universidade de Brasília - UnB visando o ensino da língua portuguesa na GF.

É importante observar que algumas dessas ações já estão sendo executadas nos âmbitos do Brasil e da Guiana Francesa. Entretanto, o Ministério do Turismo não participa dessa comissão mista de cooperação, o que é problemático, pois o que se está reproduzindo é o encaminhamento de ações constantes nos programas de cada ministério de forma desarticulada, e, por outro lado, o MTUR realiza suas ações isoladamente, também. Essas posturas têm provocado a incapacidade de potencializar recursos financeiros, assim como ações cooperadas que pudessem melhorar as condições para a sua execução. Em entrevista no BRASIL (2008), também foram registradas algumas ações importantes desse ministério com vistas à discussão do turismo em áreas de fronteiras e a cooperação dessas nações.

Segundo a Sra. Andréa, do Ministério do Turismo, esse órgão tem percebido a importância do turismo para o desenvolvimento das áreas de fronteira, pautando-se, principalmente, nas experiências geradas pelo MERCOSUL. Considera que os problemas nas fronteiras são semelhantes e que, portanto, as discussões iniciais sobre esse bloco econômico demonstram as fraquezas presentes nessas áreas, e as justificativas que reforçam a necessidade de aprofundar e ampliar as discussões sobre tais questões, visando envolver os três arcos de fronteira do Brasil nesse processo. Neste sentido, destaca o turismo como uma alternativa de desenvolvimento econômico regional para as faixas de fronteiras no Brasil e seus vizinhos, e cria, juntamente com o poder público local das cidades fronteiriças e a academia, o Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras (FRONTUR), em 2004, com base em uma convergência de idéias sobre a questão.

Esse amplo processo de discussões têm contribuído para a elucidação das idéias quanto à possibilidade de conceituação do que seja turismo de fronteira, sem ainda ter

apresentado o que seria essa tipologia de turismo, ou o que se pode considerar como tal. O turismo tem sido, nas últimas décadas, um dos setores econômicos que mais contribui para a engrenagem dos processos econômicos internacionais, principalmente em países ou regiões emergentes, como àqueles localizados em continentes historicamente ricos em recursos, mas sem alternativas econômicas tradicionais bem sucedidas, ou por questões de tecnologia não profissionais, ou por que os recursos estão esgotados, necessitando recriar os processos econômicos. Quaresma (2008), que faz análise sobre a temática turismo e áreas protegidas em uma fronteira internacional enfatiza que, “o turismo vem se constituindo na terceira maior atividade geradora de emprego e renda na América Latina. Fóruns e reuniões vêm sendo realizados no sentido de fomentar melhor desenvolver a atividade, principalmente na Pan-Amazônia, o “Turismo de Fronteira”.

As seis edições do FRONTUR, de 2004 a 2009, representam um avanço nessas discussões pela proposição de temas que vão desde a infraestrutura dessas áreas até o aprofundamento das idéias quanto ao aporte conceitual do termo turismo de fronteiras. Para demonstrar esse avanço, apresentamos um quadro resumo do processo desse Seminário criado em 2004, com o envolvimento de instituições públicas, empresários e academia, Quadro 10.

ANO/CIDADE	TEMAS	PRINCIPAIS DISCUSSÕES	RECOMENDAÇÕES	PAÍSES	ORGANISMOS
2004/SANTA MARIA (RS)	• Turismo de fronteira: uma abordagem necessária; • Ambientação do processo de integração do MERCOSUL; • A visão dos agentes de fronteira; • A competitividade sistêmica na fronteira do turismo; • A globalização e o turismo de fronteira; • Turismo transfronteiriços na União Européia – A experiência de Portugal e Espanha.	• Desmistificação do termo “fronteira”; • Discussão sobre o termo “Turismo de fronteira”; • Apresentação do cenário do turismo nas áreas fronteiriças (dificuldades e problemas).	• Implantar projetos favorecendo efetivamente a participação das comunidades fronteiriças; • Sensibilizar os países para que constituam e implementem projetos na forma de Plano Diretor de Desenvolvimento urbano, apoio e informação ao turista nas cidades que são portões de entrada internacional • Unificar os trâmites de entrada e saída entre os países; • Modernização das áreas de atendimento ao turismo nos limites do MERCOSUL; • Aproveitar os dados da PRF; • Realizar projetos de extensão nas IES; • Criar “Grupo de Santa Maria”; • Constituir Observatório de Turismo de Fronteira; • Criar Rede Sul-Americana de Concertação de Fronteiras;	BRASIL, ARGENTINA, PORTUGAL E ESPANHA	Polícia Rodoviária Federal; Receita Federal; Secretarias de Turismo; Instituições de Ensino Superior; Iniciativa Privada e demais Agentes de Turismo.

2005/FOZ DO IGUAÇU (PR)	• Turismo e Fronteiras – o desafio para a integração o sul-americana; • A carta de Santa Maria – a busca da consolidação de anseios; • A experiência das redes de integração e a importância de uma rede sul-americana de concertação de fronteiras; • Ambientação física do processo de integração da América do Sul (transporte e aéreo); • O fortalecimento institucional e o desenvolvimento econômico integrado da região de faixa de fronteira; • Passo de fronteira – alternativas de harmonização dos procedimentos na fronteira; • A integração entre pesquisa, capacitação e	• As reflexões e recomendações que conformam a CARTA FRONTUR 2005 serão encaminhadas ao MTUR, para subsidiar a RET; • Rever os procedimentos para ação, no sentido de trabalhar mais coordenadamente por parte dos agentes envolvidos; • Foi um evento para avaliar as propostas da edição anterior – 2004;	• Escritório de promoção turística do MERCOSUL em Tóquio; • Redução das tarifas aeroportuárias e o projeto de integração aérea da América do Sul; • Qualificação de 18 centros de informações turísticas no RS; • O MTUR e o MJ iniciaram tratativas para promover cursos de capacitação para agentes públicos de fronteira; • Pelo MRE as ações são: Comitês de fronteiras; Código Aduaneiro Comum (MERCOSUL); • No Âmbito do Ministério de Integração há o PDFF, que congrega várias ações; • Emissão do passaporte MERCOSUL; • Implantar a rede de pesquisa voltada à compreensão dos cenários e desafios das regiões de fronteira do Brasil;	BRASIL, ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI	MTUR; MRE; MIN; MJ; PRF; RF; PF; IES; Iniciativa Privada e Órgãos Públicos de Turismo.
--------------------------------	--	---	---	--	---

	desenvolvimento do turismo de fronteiras ; • Não-Lugar – a difícil materialização do turismo nas regiões de fronteiras .				
2006/BO A VISTA (RR)	• A integração da América do Sul por meio do turismo e entrada da Venezuela no MERCOSUL; • Integração Aérea – Desafios para a Região Amazônica; • As potencialidades do turismo na Fronteira Norte – Corredor Amazônica – Caribe; • Mercosul Jurídico – Acordos em vigência e fluxo no passo fronteiriço: os desafios do Norte; • Turismo e Meio Ambiente; • Integração	• Produção Teórica Conceitual; • Processos e relações Mercadológicas; • Políticas Públicas;	• Institucionalizar a Rede de Pesquisa em Turismo e Fronteira no campo teórico-prático; • Buscar alternativas para as problemáticas de desenvolvimento das rotas turísticas fronteiriça, reestruturando a malha aérea nacional; • Qualificação de pessoal; • Programa de subsidio de combustível aéreo por parte do Governo Federal para a Macro-Região Norte; • Retomar construção do Projeto ARCO NORTE; • Criar a marca “Amazônia Turística Brasileira”; • Incentivar ações como o FRONTUR • Criar o Instituto de Tecnologia Turística Integrada da Amazônia; • Incluir, a Venezuela, no Acordo de Recife; • Criação de Comitê binacional que trabalhe a integração e desenvolvimento do turismo de fronteira, no corredor AMAZÔNIA – CARIBE;	BRASIL	MTUR; MRE; MIN; MJ; PRF; RF; PF; IES; Iniciativa Privada e Órgãos Públicos de Turismo.

	o cultural e turismo; Fronteiras e Turismo;				
	• Case Transfronteiriço Portugal-Espanha; • O Case fronteiriço Iguaçu-Misiones ;				
2007/ CUIABÁ (MT)	• Realidade do turismo na América do Sul; • Políticas Governamentais; • Legislação; • Integração, logística e infraestrutura para o Mercado de Fronteiras • Implantação da Rota Pantanal Pacífico;	• Destaca-se a conquista do FRONTUR como um espaço de diálogo multidisciplinar, como instância fundamental na abordagem das questões de fronteiras.	• Consolidar o Grupo de Santa Maria, composto pelos membros promotores, como gestor executivo e permanente do FRONTUR; • Produzir publicações que contemplem a memória dos eventos das edições anteriores (2004, 2005, 2006); • Ampliar o Seminário contemplando apresentações de pesquisas, case e outras experiências relacionadas às questões de fronteiras; • Consolidar e ampliar a rede de Pesquisadores em Turismo de fronteiras das IES no FRONTUR; • Realizar encontros periódicos do comitê gestor executivo permanente; • Articular junto ao Governo Federal, governos estaduais e países vizinhos a criação de estruturas (casas de câmbio, despachantes, etc) de operacionalização na importação e exportação de produtos e serviços nas nações de fronteiras; • Ver no MTUR a implementação do roteiro Travessia do Pantanal visando o desenvolvimento do Corredor Turístico Brasil- Bolívia dentro do PRT; • Integrar as IES de MT e MS na ampliação da rede de pesquisa de turismo na região de fronteira, priorizando a Rota Pantanal Pacífico.	BRASIL, PARAGUAI, ARGENTINA, BOLÍVIA	MTUR; MRE; MIN; MJ; PRF; RF; PF; IES; Iniciativa Privada e Órgãos Públicos de Turismo.

2008/CA MPO GRAND E (MS)	- Espaços de Fronteira : Turismo Rural e Sustentabilidade; - Espaços de Fronteira : Políticas Públicas e Turismo;	- Difusão do conhecimento e o incentivo à reflexão sobre o tema fronteiras foram unindo pesquisadores e professores em uma rede de pesquisa; - Avanços significativos acerca da temática, com a progressão do diálogo entre diferentes atores e instituições; - Formação de grupos de trabalho com pesquisadores do Brasil e países vizinhos; - Consolidação do Observatório do Turismo de fronteiras; - Produção turística fronteiriça e as relações de sustentabilidade e integração do Pantanal.	- Ampliar o escopo institucional do FRONTUR; - Incentivar a participação do MRE, da Subchefia de Assuntos federativos da secretaria de relações Institucionais da Presidência da República do Brasil e do BID; - Convidar i MIN, em função do PDFF; - Fomentar intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre IES que visem estudos em Turismo de Fronteiras;	ARGEN TINA, URUGU AI, PARAG UAI, CHILE, ESPANH A E BRASIL	MTUR; MRE; MIN; MJ; PRF; RF; PF; IES; Iniciativa Privada e Órgãos Públicos de Turismo
2009/ SANTA MARIA (RS)	Consolidar oportunidades transfronteiriças;	- Espaços de Fronteira: Turismo Rural e Sustentabilidade; - Espaços de Fronteira: Políticas Públicas e Turismo; - Espaços de Fronteira: Turismo e Cultura - Espaços de Fronteira: Gestão em Turismo; - Espaços de Fronteira: Relações Transnacionais e o Turismo	- Necessidade de estudos que pautem propostas de intervenção e controle das políticas públicas de desenvolvimento do turismo fronteiriço; - Avançar na construção de caminhos para o armazenamento dos dados das pesquisas do Turismo de Fronteiras; - Apresentar à Unidade Gestora do FOCEM no Brasil um projeto-piloto para a melhoria da infra-estrutura em pontos de fronteira; - Apresentar propostas de desenvolvimento e articulação interfronteiriça emanadas dos trabalhos do Frontur para compor o Plano de Desenvolvimento Interfederativo para a Integração Fronteiriça, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.	ARGEN TINA, URUGU AI, PARAG UAI, CHILE, ESPANH A E BRASIL	SECRETARIA DE MUNICIPIO DE TURISMO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA CURSO DE TURISMO CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL

Quadro 10 - RESUMO FRONTUR (2004 – 2009)
Fonte: Org. pela Autora. MTUR (2008/2009).

Desde a primeira edição do FRONTUR, em 2004, até o último evento em 2009, observa-se que os temas foram ampliados à medida em que as questões de turismo e fronteira aparecem como problemas a serem debatidos. Inicialmente, o termo “turismo de fronteira” foi a temática principal, assim como as questões referentes ao MERCOSUL, e suas repercussões no turismo. O evento nos dois primeiros anos foi sediado na região sul do país, e a partir do terceiro as demais regiões, como a Norte e Centro-Oeste, são incluídas no processo. Os representantes de órgãos públicos, da iniciativa privada e academia juntamente com as delegações dos países limítrofes como Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela e Chile compõem o público do FRONTUR, que teve como convidados europeus, Portugal e Espanha, explanando sobre as questões do turismo em suas fronteiras.

O avanço quanto às discussões sobre fronteira e turismo, assim como turismo de fronteira, provocou a criação do Observatório de Turismo de Fronteira; de grupos de pesquisa visando aprofundar a análise de questões inerentes a fronteira; do projeto Concertação de Fronteira que objetiva articular os diversos organismos federais para uma ação cooperada nas fronteiras brasileiras; e contribuir para o entendimento do significado da categoria Turismo de Fronteira. Em 2007, durante a realização do FRONTUR, os professores que coordenam o Observatório de Turismo de Fronteira, apresentam algumas reflexões sobre o tema Turismo de Fronteira, analisam as tipologias do turismo, mais especificamente àquelas consideradas, por eles, como excêntricas, que são segundo os mesmos, “aquele praticado fora das práticas previamente ordenadas pelo sistema hegemônico, como um turismo gay, um turismo nas favelas, ou um turismo em acampamentos de sem-terra”, portanto Castrogiovanni; Gastal (2007, p. 11) apresentam o turismo de fronteira com os seguintes pressupostos,

O turismo de fronteira ou realizado nas fronteiras, também se enquadrava nesta situação de excêntrico. O atual movimento das políticas oficiais buscava, justamente, tirar-lhe a condição de excentricidade política, sem, entretanto, tirar-lhe outras excentricidades que seriam justamente as marcas de sua identidade.

Neste contexto, essa reflexão seria, no âmbito do FRONTUR, a idéia mais concreta quanto ao entendimento do que se pode considerar como turismo de fronteira, até aquele momento. Há a lógica de que essa tipologia estaria relacionada a um turismo excêntrico, por estar sendo operacionalizado em uma área também considerada “excêntrica”, diferente. Entretanto, não se observa mesmo na sexta versão do FRONTUR em 2009, que os pesquisadores tenham

conseguido apresentar uma reflexão melhor elaborada sobre o entendimento dessa tipologia, inclusive com um conceito definido. O FRONTUR é um fórum de discussão importante para essa temática, e nos seis anos de existência tem sido respeitado pelos organismos nacionais e internacionais interessados no turismo e nas fronteiras, conquistando a confiança das autoridades constituídas.

Entretanto, é necessário fazer algumas ressalvas, pois este fórum não tem conseguido articular a discussão com o envolvimento mais regular, das fronteiras localizadas nos arcos Norte e Centro-Oeste. É notória a preocupação deste com as questões prementes no MERCOSUL, inclusive pelo mesmo ter sido criado em função das questões da fronteira Sul. Segundo a Sra. Andrea, do Departamento de Relações Internacionais do MTUR, o FRONTUR nasce com o objetivo de tentar discutir questões pertinentes ao MERCOSUL, relacionadas à organização e articulação de ações relativas a Receita Federal (RF), PRF, PF, MTUR, MRE, entre outros organismos, mas com a proposta de também atingir as demais faixas de fronteira do Brasil, por isso ressalta a realização do FRONTUR em Boa Vista – RR e Cuiabá – MT.

As iniciativas de discutir o turismo de fronteira no âmbito do FRONTUR e do Observatório de Turismo de Fronteira juntam-se estudos recentes no Brasil que tratam das questões referentes às dinâmicas das fronteiras internacionais e os reflexos no turismo, mais especificamente, discutem a possibilidade de tipificar um turismo diferenciado nas faixas de fronteira. Turismo esse que agrega valores diversos como os relacionados às questões culturais, ambientais, urbanos, rurais, indígenas, quilombolas, compras, problemas de prostituição, além das questões de território e territorialidade, e das funcionalidades das fronteiras. Dentre esses estudos no Brasil podemos citar Paixão (2006) e Martins (2007), ambos discutem a problemática do turismo em faixas de fronteiras, com especial atenção para o conceito de turismo de fronteira.

O estudo de Paixão (2006) trata das especificidades do turismo em áreas fronteiriças e do turismo de fronteira. Explica que as discussões sobre fronteiras passaram um período esquecido, mas que a partir dos anos 1990, o tema fronteira passa a ser objeto de preocupação ao qual é atribuído complexidades. Ao analisar o turismo nessas áreas, vislumbra em seus estudos ao menos “três situações que parecem elementares e necessárias, como ponto de partida para uma melhor investigação, sobretudo pelo entendimento de que representa distintos quadros quanto ao planejamento”, são eles, turismo pela fronteira; turismo na fronteira e turismo de fronteira que Paixão (2006, p. 66 á 70) propõe,

No primeiro, **turismo pela fronteira**, a percepção de fronteira tem como ponto de partida seu conceito clássico, apresentando-se ao fazer turístico como o limite entre dois ou mais territórios e, por isso mesmo, dotados de aparatos de segurança, militarização e exigências burocráticas. O fluxo turístico por essas fronteiras tendem a ser morosos, pela rotina de fiscalização e burocracia, contrariamente à necessidade de uma maior fluidez na intensidade que a atividade turística requer para esses casos. Nessa situação, por mais que as imediações da fronteira contenham atrativos, produtos ou equipamentos turísticos, para os turistas a fronteira se destaca não mais do que por um obstáculo a ser transposto rumo ao destino almejado. No segundo, **turismo na fronteira**, essa proposição de tipologia é sugerida para as fronteiras que, mesmo tendo uma contigüidade de atrativos turísticos dispersos ou dois territórios nacionais, conformando uma paisagem aparentemente homogênea, sob o ponto de vista turístico não podem ser apropriadas em sua plenitude, à implantação de produtos e roteiros por diversas razões. Como conteúdo mais marcante dessas regiões, pode-se mencionar a relativa inoperância e/ou incapacidade de determinados Estados em prover, parcialmente ou na totalidade, políticas públicas que resguardem o empreendedorismo turístico sobre essas regiões fronteiriças de forma bilateral. Na relativa ausência do Estado num dos territórios, o turismo tende a espacializar-se unilateralmente em determinadas fronteiras, dificultando o processo de turistificação binacional e por decorrência, da integração regional no e pelo turismo.

No terceiro, **turismo de fronteira**, pode haver uma distribuição natural dos elementos fisiográficos, assim como dos aspectos humanos, pelos territórios que se defrontam, sejam apreendidos sob a territorialidade de países ou de seus fracionamentos administrativos próprios. O estabelecimento de demarcações territoriais pode ficar mascarado pela contigüidade e homogeneidade paisagística. Quanto ao aspecto urbanístico, dentre os traços elementares que favorecem a existência de um turismo de fronteira consta os espaços transfronteiriços conurbados ou tendendo a conurbação. De longa data, essas fronteiras, que hoje se comunicam com bastante intensidade, têm sido forjadas por mecanismos que destoam dos demais processos de gênese urbana. Posteriormente, foram consubstanciados por diversas práticas socioculturais que na América do Sul podem incluir o comércio, o contrabando e o narcotráfico. Pode ainda referir-se ao turismo que surgiu como uma das mais marcantes lógicas da (re) organização espacial dessas fronteiras, que inegavelmente tem promovido a integração regional de determinados municípios fronteiriços. Mesmo cidades afastadas por uma pequena distância podem ser áreas possíveis de um turismo de fronteira. O processo de construção do destino turístico de fronteira pode ter sido desenvolvido espontaneamente pelas comunidades fronteiriças, ou conduzido pelos organismos governamentais, a exemplo do que tem sido feito na Europa.

Ao analisar o cenário do turismo na faixa de fronteira, Brasil e Guiana Francesa, percebe-se que esse turismo de fronteira está em conformação, de acordo com Paixão (2006), pois existe um processo de integração entre os países e as regiões fronteiriças, a despeito dos conflitos, e apesar de o turismo ainda não ser uma atividade significativa na região. Na questão referente ao acesso dos turistas a essas áreas há necessidade de rever as normas vigentes, principalmente na entrada de turistas brasileiros na Guiana Francesa. Porém, mesmo sem a

facilidade de acesso iminente, a visitação por parte de brasileiros na comuna de São Jorge é muito frequente, principalmente pela simbologia de se estar visitando outro país. Observou-se que alguns atrativos naquela faixa de fronteira são trabalhados pelos dois países, não de forma conjunta, mas que nos anúncios dos pacotes turísticos para àquela região, tanto no Brasil quanto na Guiana Francesa, há passeios organizados para *Gran Marripá*, que está no meio do rio Oiapoque, mas que pertence ao território da Guiana Francesa.

Há elementos importantes que no futuro, a curto prazo, vão influenciar na territorialização dessa faixa de fronteira, é o caso da ponte binacional, que poderá provocar a contigüidade de territórios, ao ser um elo entre a BR 156 e a *Route Nationale 2*, provocando extensões territoriais entre os dois países. Desse modo, o turismo de fronteira aparece como uma possibilidade para a região estudada. Entretanto, apesar de ser uma possibilidade de desenvolvimento regional para essa fronteira internacional, conceitualmente, não se tem um claro entendimento dessa tipologia, Paixão (2006) em caráter preliminar apresenta argumentos substanciais de como esse turismo de fronteira pode existir.

Nas argumentações postas por este autor e observando-se a realidade predominante na faixa de fronteira, Brasil e Guiana Francesa, conclui-se que o turismo de fronteira é possível naquele território, principalmente quando se declara que a integração, a homogeneidade paisagística, as práticas socioculturais diversas e cidades afastadas por pequenas distâncias são fatores presentes no turismo de fronteira e nesta região. Portanto, são elementos que reafirmam a viabilidade do turismo de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Além de Paixão (2006), que nos últimos anos analisou as questões de fronteira e turismo, apontando as condições necessárias ao turismo de fronteira, este estudo balizou sua análise em Martins (2007), que desenvolveu pesquisa com objetivo de explicar a formação do território turístico na fronteira Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), sem focar na discussão de tipologia ou conceituação de turismo de fronteira, mas que desenvolve um estudo sobre as características e insumos importantes para essa discussão.

Desse modo, Martins (2007, p. 147) argumenta com base em Labate (1997, apud BANDUCCI JÚNIOR, 2001a, p. 40).

Acredita-se não ser possível propor tipologias em áreas fronteiriças generalizando situações e aplicando-as em todos os territórios fronteiriços que possuam características semelhantes às categorias propostas pelo autor “[...] o turismo não é uma experiência monolítica, mas que, ao contrário, apresenta singularidades e variações que devem ser compreendidas pelo estudioso a fim de revelar sua complexidade e sua relação com o mundo globalizado”

As reflexões de Martins (2007) deixam claro que a autora não concorda com a possibilidade de tipificar turismo de fronteira, pois ao se criar tipologias e conceitos, os mesmos são institucionalizados e tornam-se parâmetro de análise para as diversas faixas de fronteira, o que segundo ela não responde às complexidades do turismo e muito menos às questões pertinentes às fronteiras. A autora se respalda em estudiosos internacionais para afirmar sua lógica (MARTINS, 2007, p. 148),

Tais colocações respaldam-se ainda em Timothy (1995, 2006) bem como Wachowiak e Engels (2006), que afirmam não haver uma tipologia ou algo pré-determinado para os estudos relacionados a turismo e fronteiras. As pesquisas são focadas no fenômeno turístico em áreas de fronteira abrangendo diversos aspectos, mas todas elas focam na motivação daqueles que visitam essas áreas. A análise dessa motivação permitirá entender as particularidades da atividade turística em áreas fronteiriças. Afinal, ou a fronteira em si é o destino final ou oferece alguma atração que chama atenção dos turistas.

A relação entre a atividade turística e as fronteiras foi observada por muitos pesquisadores, mas mantida como objeto de estudo por poucos. O tema passa a ser considerado um aspecto importante das pesquisas futuras em turismo porque há um número significativo de turistas no mundo todo que mesmo desatentos cruzam áreas fronteiriças. Para alguns, a fronteira é o destino desejado e para outros é o caminho para chegarem à destinação final Wachowiak (2006 apud MARTINS, 2007, p. 147). Para sustentar ou não a tese de que o turismo de fronteira é um conceito em construção, este estudo baseou-se não apenas nas análises realizadas por autores como os citados acima, mas em entrevistas com *expertises* em turismo e fronteiras do Brasil, com objetivo de obter subsídios suficientes para a explicação e argumentação da tese apresentada.

Nesta perspectiva, foram realizados entrevistas diretas e encaminhados via *email*, em sete mensagens, Apêndice A, que, entre outros questionamentos, contém o seguinte: O que você entende por Turismo de Fronteira? Para o qual recebemos a resposta de quatro especialistas, dois da região norte e dois da região centro-oeste. As entrevistas diretas, gravadas, foram realizadas com representantes institucionais, do Brasil e Guiana Francesa, os quais expressaram diretamente a autora desta pesquisa suas opiniões sobre a mesma questão. Em seguida faremos a exposição das opiniões coletadas.

Os resultados das entrevistas espelham o entendimento, ou não, dos participantes em relação ao turismo de fronteira. No decorrer da leitura das entrevistas observamos que, mesmo

entre os estudiosos da questão, turismo e fronteira, não há um consenso quanto a essa tipologia e sua conceituação, ou por não acreditarem ser possível alcançar essa prática, ou por ainda não terem os esclarecimentos necessários quanto à temática. No grupo dos especialistas destacam-se as seguintes argumentações para a possibilidade de um conceito, tendência ou situação de acordo com as afirmativas de Paixão (2006),

Turismo de fronteira tem haver com alteridade cultural, ambiental, ecológica. As fronteiras sempre são sedutoras para povos vizinhos, para visitantes, pois traz o diferente, o contraste. Turismo de fronteira é uma construção cultural, social e econômica[...] (MANOEL PINTO, 2009)

Acredito ser de mais valia essa tipificação de turismo de fronteira; já que essa atividade acontece de maneira dinâmica e, “diga-se de passagem”, lucrativa em áreas de fronteiras. Vi isso de perto no Oiapoque e fiquei extasiado com a dinâmica da economia de pequenos e micros empreendimentos dito turísticos, bem como com o fluxo de visitantes e turistas[...] Chego a pensar que o turismo de fronteira seja o conjunto de atividades econômicas dinamizadas em núcleos receptores fronteiriços ou transfronteiriços potenciais de belezas cênicas e diversidades socioambientais... Talvez esse conceito possa se ampliado... (EDUARDO GOMES, 2009)

Um dos itens do capítulo três trata do “fenômeno do turismo em áreas fronteiriças”. Nesse capítulo, analiso alguns autores internacionais que trataram do tema. Em determinado momento da dissertação, fiquei nesse impasse em relação às categorias/tipologias. Foi uma longa reflexão, leituras e conversas com o orientador ate chegarmos a conclusão que esse não era o foco do meu trabalho. Eu não iria definir ou criar um termo. Eu discordo dessa categoria. Acho complicado criar uma tipologia de “turismo de fronteira” ou dizer o que é. (PATRICIA MARTINS, 2009/2010)

É preciso existir um processo de integração entre dois ou mais territórios e/ou sociedades, sendo o turismo parte significativo dessa integração. Isso, num estágio avançado deve permitir aos turistas a facilidade de acesso e freqüentação de seus atrativos e equipamentos, que devem ser trabalhados conjuntamente em dois ou mais territórios. Nesse contexto, ainda que em determinadas fronteiras sejam visíveis quaisquer simbologias (marco), normativas (leis) ou artificialidades (placas) que exaltem a divisão entre os Estados, territórios e povos, os turistas devem senti-las como uma para o fazer turístico. Esses territórios (re) visitados devem ser percebidos como extensões uns dos outros. Algo que remeta a idealizações, no plano mental, de um território de territórios: a extraterritorialidade do turismo. (ROBERTO PAIXÃO, 2006/2010)

O discurso dos especialistas expressa a preocupação em não apresentar um conceito fechado, cada um explica as condições essenciais para que o turismo de fronteira seja articulado às dinâmicas das faixas de fronteiras, e teve-se uma alternativa de desenvolvimento. Em Pinto; Gomes (2009), o discurso é de que na área em análise existe um turismo espontâneo, dinamizando a lógica sociocultural e econômica desses territórios, e que a integração destes é fundamental para que esse turismo aconteça. Em Martins (2009), a autora discorda dessa

tipologia e tão pouco diz o que é, porém acredita que o turismo em faixas de fronteiras apresenta uma dinâmica diferenciada, por conta da complexidade, tanto desses territórios como do turismo em si. Em seguida Paixão (2006/2010), apresenta o que chama de situação para que ocorra o turismo de fronteira, mas em seus estudos não propõe nenhum conceito definido, apenas colabora nas discussões apontando especificidades importantes para o entendimento da “situação”, turismo de fronteira.

Observe que os especialistas entrevistados apresentaram suas interpretações quanto ao entendimento do que seja turismo de fronteira, sem defini-lo concretamente. Os representantes das organizações entrevistados também colaboram, porém, sem indicar uma definição, apenas esboçam, de forma empírica, e com base em suas vivências, o que entendem sobre a questão. Foram entrevistados quatro representantes dos Organismos Oficiais de Turismo, no Brasil e Guiana Francesa, além dois representantes do SEBRAE do Amapá³⁴.

É, acho que é o ecoturismo, o turismo de negócios, turismo radical como é turismo de aventura, eventos também, é um potencial muito grande. (MARIA NEUZETE MARQUES, 2009)

É o turismo de compras, turismo de aventura. Integração entre os países. (DEUSANIRA BRITO, 2009)

Existe o turismo de fronteira, está sendo definido o PTCA que vai integrar o Brasil e a Guiana Francesa. Turismo de fronteira é a integração pelo turismo, é a realização de ações conjuntas. (JULIETA, 2009)

Não, ainda é uma novidade porque a gente conhece várias situações do turismo, agora turismo de fronteira ainda não chegou ao meu conhecimento. Como é que funciona o turismo de fronteira? Poderia ser assim, por exemplo, porque nós temos atrativos nossos né, nós temos os nossos atrativos naturais e eles têm o deles, seria o caso de poder os dois municípios ter acesso um ao outro, seria isso? (JOSÉ CASTILHO FEIO, 2009)

Eu particularmente não vejo como uma tipologia, eu vejo ele mais em relação a territórios, então eu diria que é mais um entendimento, ou a gente joga foco numa região, então nós estamos trabalhando com os territórios de fronteira. A tipologia pode ser várias, o próprio negócio, o próprio evento, lazer, saúde, compras, científico. Não o vejo como uma tipologia, porque senão a gente acaba tendo vários segmentos de turismo e que as conceituações nunca correspondem à realidade, a gente acaba tentando ir numa tendência e deixando de trabalhar o que já é natural dentro das regiões. Não vejo isso como uma tipologia, agora vejo sim como uma tendência de mercado. (CONCEIÇÃO SILVA, 2010)

É o turismo na fronteira, desenvolvido em cooperação entre os países envolvidos. (NICAISE LETARD, 2009) (Inf. Verbal).

³⁴ Entrevista concedida à autora.

Entre os entrevistados, observa-se uma mistura de idéias. Alguns confundem turismo de fronteira com outras tipologias, como ecoturismo e turismo de compras, as que ocorrem com mais frequência nesses territórios. Quando o Sr. Castilho expõe seu entendimento esclarece que seria o uso conjunto de atrativos pelos territórios corroborando a explicação de Paixão (2006), sobre as condições para esse turismo. Falam ainda, em cooperação, tendências, não concordando com a possibilidade de estabelecer a tipologia e a conceituação desse turismo. Esse grupo de entrevistados demonstra uma fragilidade maior quanto ao entendimento conceitual, apesar de que, em sua maioria, sejam representantes de organismos de turismo, e que por isso, deveriam ter certo acúmulo, através da vivência, e um olhar mais metódico sobre essas questões.

Ao analisar as falas dos entrevistados, tanto dos especialistas quanto dos representantes institucionais, observou-se que as situações apresentadas, as condições locais de cooperação, integração, uso comum de atrativos, facilidades de acesso, a existência do espaço turístico, criam um cenário favorável à conceituação e prática do turismo de fronteira. Porém, deve-se esclarecer que não se quer, apenas, e exclusivamente, definir uma tipologia e conceito fechados, mas apresentar uma situação criada e reforçada pelas peculiaridades e importância que as fronteiras impõem, pela sua função de abrigar, passar e/ou expulsar. Os dados discutidos possibilitam que se possa aprofundar essa questão apresentando-se um conceito para turismo de fronteira, por que se observa, na prática, esse turismo em movimento. Deixa-se claro que é uma idéia inicial, cujo amadurecimento da discussão, propiciará a afirmação de um conceito.

5.2 CONCEITO DE TURISMO DE FRONTEIRA

Ao perguntar “por que viajam as pessoas?”, Wahab (1977, p. 83), inicia um debate referente às motivações que levam as pessoas a deslocarem-se de seu local de residência, por razões diversas que não apenas o exercício de uma atividade remunerada, tornando a dinâmica do turismo, um fenômeno tão amplo que são diversas as razões que se escondem por trás do fato de uma pessoa ser turista, e praticar o ato de viajar. Segue explicando que essas motivações podem ser questões de negócios, congressos, motivos religiosos, condições de saúde, educação e o prazer incluindo férias, descanso, mudanças de ambiente e de ar, sendo estes apenas alguns exemplos. Neste contexto, fazer turismo pode ser fuga do cotidiano, saída da rotina, ou simplesmente desejo de estar só, em paz, e ainda, gosto de conhecer culturas e ambientes diferentes, e compreender a razão dessas diferenças.

A partir das motivações da demanda turística surgem as diversas tipologias de turismo, que têm contribuído para diversificar ainda mais a atividade turística, seguindo principalmente as tendências econômicas, sociais e ambientais contemporâneas. As grandes transformações sofridas pelas diferentes sociedades humanas influenciaram notavelmente a conceituação e a prática do turismo. Segundo Molina (2005, p. 17),

Os mercados orientam-se de forma acelerada para novas formas de turismo, as empresas estão sujeitas a inovações que afetam suas estruturas e seus produtos e serviços, e até mesmo seus objetivos tornaram-se comparativamente mais complexos.

É necessário, portanto, conhecer as definições e conceitos básicos empregados no contexto do setor de viagens e turismo, pois no entendimento dos organismos oficiais e estudiosos, as definições padronizadas ajudam a assegurar o uso do mesmo termo ou conceito com pouco ou nenhum espaço para divergência. A OMT (2003, p. 18) realizou estudos sobre as origens do turismo e a importância das definições para o apoio às tomadas de decisões que servissem de balizamento para aos processos de planejamento, em seus estudos argumenta que,

As definições e conceitos são essenciais para os fomentadores e executivos de turismo de diferentes regiões ou países quando discutem questões relativas aos temas. Além disso, definições padronizadas permitem aos planejadores usar dados comparáveis sobre os quais se baseiam decisões de negócios com maior precisão e conhecimento. Definições genericamente aceitas, porém, não é ponto pacífico.

Igualmente, a ORGANIZAÇÃO (2003) explica que as definições de consenso possibilitam aos pesquisadores de turismo apresentar hipóteses cientificamente mais criteriosas, entretanto, o que se observa nos últimos anos, é que esse consenso não é estabelecido entre os estudiosos. Ao mesmo tempo questiona-se, se um consenso conceitual teria mais contribuição a dar às discussões, acredita-se que não. A complexidade inerente à dinâmica do turismo não permite as padronizações e consensos, pois, talvez esses não fossem capazes de elevar o nível de reflexão necessário para explicar o fenômeno do turismo. Por conta dessa complexidade é que ao longo das últimas décadas o conceito de turismo alcançou tão alta variedade de interpretações, sob diferentes ângulos. Autores como ORGANIZAÇÃO (2003), Padilha (1987), Wahab (1971), Arrilaga (1976), Boullón (2004), Paiva (1995), Goeldner; Ritchie; McIntosh (2002) e Krippendorf (2001) interpretaram e apresentaram conceituação e percepções sob a ótica da economia, da sociologia, da administração, da antropologia, da cultura e dos negócios, não com a idéia de padronizar, mas que hoje tornaram-se referências.

No sentido da referência conceitual é que após as observações, entrevistas e análises realizadas este estudo apresenta uma conceituação para o turismo de fronteira, com o objetivo de contribuir para as discussões e aprofundamentos da questão. Observou-se ao longo da pesquisa que a dinâmica do turismo nas fronteiras, principalmente as internacionais, têm sido um dos fatores, de desenvolvimento para essas regiões. Portanto, como contribuir sem entender o significado dessa dinâmica? De qualquer forma observou-se um turismo com características diferenciadas nessas áreas, que também são complexas, necessitando então de parâmetros de análises para um possível planejamento e desenvolvimento local.

Porém, não é um conceito rígido, mas a soma de idéias organizadas sistematicamente, que pretende entrar na discussão turismo e fronteira. A tese proposta foi: É possível apresentar um conceito de turismo de fronteira? Conclui-se que sim, é possível estabelecer um conceito desse fazer turismo, que em nossa análise apresenta-se como,

Turismo de fronteira é viajar para territórios fronteiriços, entre países contíguos, integrados através de ações de cooperação, que permitam o acesso aos atrativos e equipamentos turísticos, quer sejam comuns ou não, e o visitante sinta-se em uma região una, por motivações diversas, natureza, compras, aventura, eventos, cultura, e estar em outro país, por um período mínimo de doze horas à noventa dias.

Ao apresentar esse conceito e destacar que o período mínimo é de doze horas, faz-se em função das análises durante a pesquisa, pois o turismo nas fronteiras apresenta a dinâmica de

que o visitante, em sua maioria, desloca-se para a região, conhece e retorna para os grandes centros urbanos. Porém, não se descarta aqueles que realizam pernoites nas faixas de fronteiras; e o máximo de noventa dias é o estabelecido pela ORGANIZAÇÃO (2003) que regula a atividade turística mundial. É importante ressaltar que essa discussão de tese também se propõe a explicar o turismo de fronteira enquanto um é um segmento que contribui para o desenvolvimento regional e para as dinâmicas de cooperação internacional entre os países da Pan-Amazônia, e em especial, Brasil e Guiana Francesa. Discussão que será apresentada em seguida.

5.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TURISMO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA – É POSSÍVEL?

A tese expressa neste estudo afirma que turismo é um segmento apresentado enquanto instrumento de desenvolvimento regional e que contribui para a dinâmica de ações de cooperação internacional entre os países da Pan-Amazônia, especificamente Brasil e Guiana Francesa. Pensar o turismo na perspectiva do desenvolvimento regional tem sido, nos últimos anos, a premissa básica das ações governamentais de turismo propostas e em execução no Brasil. Neste seguimento, observa-se a condução das ações governamentais localizadas nos estados e municípios brasileiros, com objetivo de trabalhar a operação do turismo de forma a potencializar os recursos, fortalecer a competitividade regional, integrando produtos turísticos de forma a complementarem-se.

A noção de desenvolvimento regional do turismo, na Pan-Amazônia, acompanha as mudanças imputadas nos processos de desenvolvimento em voga no Brasil e no mundo nas últimas décadas. O mesmo pode-se dizer da Guiana Francesa, que por apresentar configuração política e administrativa diversa e dependente, sempre seguiu os ditames políticos da metrópole francesa, sem possuir autonomia suficiente para encaminhar mudanças mais profundas, inclusive no campo do turismo regional. Entretanto, as mudanças dos paradigmas mundiais em relação aos modelos de desenvolvimento das nações, influenciados pela globalização, com a criação de redes de interação, integração e cooperação, têm provocado reflexos nas posturas dessas duas nações quanto ao desenvolvimento do turismo, principalmente nas regiões de fronteiras.

Este estudo se refere às dificuldades de desenvolvimento na Pan-Amazônia, não somente em relação ao turismo, mas às diversas possibilidades e modelos de desenvolvimento postas há décadas para essa região. Entretanto, observa-se que os modelos propostos não conseguiram elevar a região a um patamar de competitividade; crescimento sócioeconômico possível e capaz de inserir as populações nesse processo. Esse cenário é justificado pelos modelos impostos de forma centralizadora, sem levar em consideração o conhecimento da região, nem o pertencimento e/ou alteridades das populações envolvidas, mas propugnam um desenvolvimento em que os grandes capitais fossem privilegiados.

As dificuldades, sempre enfatizadas, de desenvolvimento da Pan-Amazônia, são muito mais complexas, mas não impossíveis de serem superadas; e estão sempre relacionadas aos

problemas de acesso, comunicação, exclusão social e ausência de infraestrutura, fatores que têm corroborado o discurso da impossibilidade de desenvolvimento dessa região. Ao ser posta em isolamento é vista com o sentido da inacessibilidade natural, dificultando qualquer processo que mude o cenário encontrado. Portanto, para que a Pan-Amazônia deixe esse patamar de não desenvolvimento, faz-se necessário repensar esses processos no sentido de criar novas configurações de desenvolvimento regional, e inclusive, identificar potencialidades e condução política local, interligando-as aos processos globais de desenvolvimento.

No referencial teórico desta tese foi possível discutir a questão do desenvolvimento nas diversas concepções, econômica, social, sustentável, local e endógeno, e as possibilidades do desenvolvimento regional, com especial atenção para Amazônia. Contudo, é o aspecto do turismo que deve ser aprofundado neste momento para que a tese em questão possa ser elucidada, assim como destacar as principais ações governamentais de desenvolvimento do turismo e cooperação que visam o desenvolvimento regional, especificamente da faixa de fronteira, Brasil e Guiana Francesa. Na pesquisa de campo e nas análises dos dados documentais e bibliográficos foi possível identificar que tanto o governo brasileiro quanto o governo francês estão trabalhando, no sentido de estabelecer ações de cooperação e turismo, que visam o desenvolvimento dessa fronteira internacional, inclusive ações que extrapolam as fronteiras dessas duas nações, o que no dizer de Castro; Porto (2009, P. 10), “seria num contexto multi-escalar”.

Os territórios de fronteiras, no contexto do turismo, têm sido estudados nos últimos anos enquanto espaços que possibilitam uma reconfiguração para os seus usos. É o caso de estudos realizados por Silva (2004), Biesek e Migliorini (2009), Paixão (2006), Martins (2007), Quaresma (2008), Gomes (2007), Frattucci (2009), Coulert (2008), Porto (2009), e Silva (2008), que analisam temas como turismo, cooperação, redes regionais de turismo, refuncionalização, e problemas inerentes às fronteiras internacionais do Brasil com os demais países da América do Sul, observando que são pesquisas realizadas nos últimos três anos. Esses autores avaliam a situação das regiões de fronteiras focalizando os cenários atuais; as questões problemas relacionadas, em particular, ao aspecto social e econômico e reordenamento espacial, e a ações de cooperação propostas ou em execução. Ao analisar essas questões concluem que as fronteiras são espaços diversos e que o turismo, em suas diversas formas, sempre está presente nessas áreas, como alternativa econômica de desenvolvimento. Entretanto, nem sempre desenvolvido de forma estimulada ou através de ações

governamentais estabelecidas em políticas públicas, mas de certa forma em caráter espontâneo.

O desenvolvimento do turismo no cenário brasileiro tem sido considerado como uma atividade viável para contribuir com a otimização de usos dos recursos e investimentos no meio rural, fato este que contraria as orientações do desenvolvimento econômico imputado ao Brasil no século XX e que Carvalho (2009, p. 12) explica,

O desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil durante o século XX tornou sua economia mais diversificada, com forte base urbana e capaz de concorrer em condições desigualdade com países desenvolvidos em diferentes setores, como o agronegócio e a indústria de aviação. Todavia, os investimentos produtivos e aqueles destinados à área social, bem como, a localização das atividades econômicas mais dinâmicas continuam espacialmente concentradas, agravando, dessa forma, as fraturas herdadas historicamente no que tange ao desequilíbrio entre as regiões brasileiras.

Este mesmo autor argumenta que essas desigualdades não são privilégios das regiões de periferia, países da Europa também têm enfrentado os efeitos da globalização ao ter de definir ações governamentais para as suas regiões periféricas, fazendo com as políticas nacionais de desenvolvimento regional fossem novamente adotadas por países como França e Inglaterra, inclusive com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional em 1975. No caso do Brasil e Guiana Francesa, que estão geopoliticamente em regiões periféricas, ambos têm adotado encaminhamentos políticos que fortalecem a relação de cooperação entre eles, visando o desenvolvimento regional e a integração destes em um espectro multi-escalar frente aos demais continentes.

Segundo Martins (2008, p. 82) sobre a questão,

Acredita-se que a institucionalização da cooperação fronteiriça entre Brasil e França na fronteira Amapá/Guiana Francesa pode ser considerada como expressão numa escala micro, da tendência que recorrentemente vem caracterizando a relação interestadual. E, numa tentativa de reação e/ou adaptação diante desse processo, fortalecem-se as ações políticas de integração e cooperação entre Estados nacional. No âmbito dessa formulação, as fronteiras emergem como espaços privilegiados na medida em que potencializam os esquemas de integração regional.

Consubstanciado nesta reflexão, se propõe uma análise das ações governamentais que objetivam criar condições para a cooperação e integração regional dessas duas nações, mais especificamente dos territórios do Brasil e Guiana Francesa, posto que a integração desses

Estados nacionais esteja forçando uma ruptura de tendências meramente soberanas desses Estados, declinando-as para a coexistência de um desenvolvimento regional integrado. Na Pan-Amazônia esse quadro está posto frente aos rearranjos de cooperação e integração estabelecidos no final dos anos 1990 e início do ano 2000, com destaque para as obras de infraestrutura. É emblemático neste contexto, a complexidade das ações políticas, programas e projetos que espelham as estratégias de desenvolvimento econômico e ingerência política na região.

Para entender o desenrolar desse processo de integração regional, Martins (2008) explica que “é uma estratégia que corresponde a essas expectativas surgidas no âmbito da globalização”. Porém, Elias (2006, apud MARTINS, 2008, p. 87) prossegue afirmando que “os processos de integração podem acarretar contradições advindas dos antagonismos no que tange às características identitárias dos grupos ou subgrupos humanos envolvidos no processo integrador”. O que se observa na faixa de fronteira, Brasil e Guiana Francesa é o encadeamento de ações estratégicas visando o desenvolvimento regional e a integração desses países numa perspectiva global ou multi-escalar, pois as ações previstas, como a construção da ponte binacional, trarão mudanças significativas nas relações de cooperação entre Brasil e França, e por conseguinte nas relações Macapá e Guiana Francesa e Belém e Macapá, posto que é a capital paraense é que mantém a ligação rodoviária com os estados do centro-sul do país. E tais mudanças, também são traduzidas em conflitos entre as demandas sociais da população (MARTINS, 2008).

Ao analisar os processos de integração e cooperação nesta região alguns autores discutem o estabelecimento desse tipo de relação entre as nações e como são amadurecidas ao longo da história, portanto, Mônica Arroyo (1998, apud MARTINS, 2008, p. 85) argumenta,

A integração advém da interdependência desencadeada pelo estabelecimento de redes de informação e comunicação, graças aos avanços técnicos e científicos que engendram acentuada circulação de capitais, títulos, mercadorias e serviços, configurando uma nova arquitetura no sistema financeiro global.

Ainda, Martins (2008, p. 83), segue afirmando que,

Em se tratando de nações em desenvolvimento ou não desenvolvidas – da África, Ásia, América, excetuando-se Estados Unidos e Canadá – essa lógica lhes impõem o desafio da propalada inserção soberana, conceito chave que traduz a reformulação qualitativa no campo das políticas de Estado, detectadas em transformações na matriz do pensamento político e econômico definido a partir de processo de globalização.

A partir desse processo de globalização é que as nações mudam a forma de enfrentamento das dificuldades do desenvolvimento e criam alternativas que possibilitam a inserção no mercado, a redução das distâncias entre os países, tornam a comunicação mais rápida e criam condições para a intensificação das operações financeiras e de capitais, assim como, estabelecem acordos de desenvolvimento. O exemplo marcante de integração, visando superar as dificuldades entre países, é o da União Européia, que unificou os Estados, desenvolvidos ou não, com objetivo de a partir da associação entre si e com outros países, alcançarem objetivos comuns.

Na América do Sul, esse mesmo exemplo foi seguido pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e posteriormente a Venezuela, que criam em 1991, o MERCOSUL, também com objetivo de superar dificuldades, tornando a América do Sul mais competitiva frente aos mercados internacionais globalizados. Além deste, em 1987 é criado o TCA, hoje OTCA, também visando estabelecer estratégias de desenvolvimento e cooperação entre os países da Pan-Amazônia, com exceção da Guiana Francesa, mas que depois sinaliza com interesses de contribuir para esse processo de cooperação. No século XXI, o economista John O'Neill cria em 2001, o termo BRIC para referir-se aos quatro países que apresentarão maiores taxas de crescimento econômico até 2050, que são: Brasil, Rússia, Índia e China, segundo projeções serão maiores que o G6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália). O BRIC não é um bloco econômico, e sim uma associação comercial, cuja união visa à cooperação para alavancar suas economias em escala global.

Esses blocos políticos e associações comerciais criam estratégias e instrumentos de intervenção visando elevar a qualidade do desenvolvimento e crescimento dos países envolvidos. No caso da América do Sul, e mais especialmente do Brasil e Guiana Francesa, tem-se efetivado ações que contribuem para as mudanças dos processos de desenvolvimento e cooperação na faixa de fronteira em questão. Começando pelo Brasil nota-se que a Constituição Federal de 1988 estabelece exigências quanto à criação de instrumentos legais e regras que forcem mudanças profundas na condução do processo de planejamento que visa o desenvolvimento do país. Neste momento, inclusive, o país passa por significativas mudanças, com a extinção do período autoritário, regime militar e posterior ascensão do sistema político democrático, após uma transição que iniciou em 1984 e cujos reflexos ainda são sentidos. Portanto, para Carvalho (2009, p. 13),

A Constituição de 1988 definiu a obrigatoriedade de os três níveis do executivo elaborar planos plurianuais que devem, necessariamente, ser aprovados pelos respectivos legislativos. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 inicia-se a elaboração do Plano Plurianual 1996-1999, que veio consolidar a estratégia de impulsionar o desenvolvimento brasileiro a partir da execução dos Eixos de Integração, objetivando alcançar a integração econômica do país, sua inserção no processo de globalização e a diminuição das disparidades regionais, devidamente articulados à realização de reformas estruturais do Estado brasileiro - da Constituição, inclusive -, a abertura comercial à competição externa e a maior aproximação com os vizinhos sul-americanos, entre outros. Os Planos Plurianuais - PPAs 2000-2003, do segundo mandato de FHC, e 2004-2007, do governo Lula, mantêm e aprofundam a estratégia de integração econômica do Brasil e deste com os demais países da América do Sul a partir da execução dos Eixos de Integração, com especial atenção à articulação da infra-estrutura de transporte, energia e comunicação. Um dos resultados da implementação dessa política, segundo se pode apreender das afirmações contidas nos PPAs, é justamente a diminuição das disparidades regionais. Nesse sentido, a concentração de investimentos em determinadas partes do território nacional, materializada nos eixos, é compreendida como capaz de gerar ondas de desenvolvimento que se propagam incorporando outros espaços à nova dinâmica de crescimento, reduzindo, assim, as disparidades existentes intra e inter-regionais.

A materialização desses eixos de integração e desenvolvimento é consagrada, no Brasil, pelos Planos Plurianuais (PPAs), que logo criam instrumentos legais para a execução de planos, projetos e programas que congregam as ações visando o estabelecimento de medidas de intervenção nas regiões destacadas, em âmbito nacional. Além dos eixos de integração, é criado em 2007, o PAC, para período de 2007 – 2010, visando fazer investimentos em cinco blocos: Investimento em InfraEstrutura; Estímulo ao Crédito e ao Financiamento; Melhoria do Ambiente de Investimento; Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário; Medidas Fiscais de Longo Prazo. O PAC objetiva alcançar três frentes, ou seja, acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira, observando-se o interesse do governo em fazer investimentos também, nos aspectos sociais. Inicialmente os recursos previstos para investimentos em infra-estrutura são de R\$ 436,1 bilhões, recursos estes provenientes do fundo das estatais (BRASIL, 2009).

Outra medida importante que fortaleceu a estratégia dos eixos de integração e cooperação foi a articulação para a criação da IIRSA, que segundo Silva (2006, apud NASCIMENTO, 2008, p. 39),

É uma articulação bem antiga. No entanto, nos anos 90, algumas iniciativas de políticas territoriais e organização de blocos econômicos foram discutidas. Mas somente em setembro de 2000, em Brasília, doze presidentes dos Estados nacionais da América do Sul consolidaram a IIRSA e

reconheceu como questão principal a fragmentação da infra-estrutura física instalada na região, o que impedia o crescimento de seu mercado interno e a abertura de novos mercados. O portfólio de projetos de infra-estrutura de integração da IIRSA foi estruturado a partir de dez Eixos de Integração e Desenvolvimento, que são os eixos: Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); Eixo Peru-Brasil-Bolívia; Eixo de Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai); Eixo MERCOSUL-Chile; Eixo Andino do Sul; **Eixo do Escudo das Guianas (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela)**; Eixo do Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru); Eixo Inter-oceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru); Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná; e Eixo do Sul (Argentina e Chile). A carteira da IIRSA engloba atualmente cerca de 335 projetos de infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações, representando investimentos estimados em mais de US\$ 37 bilhões.

Representando uma política de integração, a IIRSA tem por objetivo, promover uma maior integração dos mercados da América do Sul e suprir a precariedade da infra-estrutura de transporte e comunicação, considerada um entrave ao desenvolvimento (CASTRO; PORTO, 2009). A despeito das críticas a essa iniciativa, no entendimento de Nascimento (2008), “a IIRSA e o PAC foram montados com a mesma orientação, de integração competitiva a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de infra-estrutura”, são projetos que estão mobilizando e dando novas faces ao desenvolvimento regional, inclusive agregando organizações que como estes, visam “a formulação de novas diretrizes geopolíticas, no espaço andino e no pan-amazônico. Neste caso, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica tem procurado ampliar sua funcionalidade e atuação continental” (NASCIMENTO, 2008, p. 40). Dentre as funcionalidades elencadas está o turismo, nos seus diversos matizes e processos de desenvolvimento na Pan-Amazônia, em especial nas faixas de fronteira.

5.3.1 Desenvolvimento e Turismo na Fronteira Franco-Brasileira – Uma cooperação possível

As estratégias de integração e desenvolvimento têm sido propostas para a Pan-Amazônia, como forma de sublimar o atraso histórico imputado à região pelos modelos de desenvolvimento fracassados. Isto, em função de interesses políticos amplos e que refletiram negativamente na condução da modernização regional, tanto para o Brasil como para os demais países, claro que cada um, considerando suas adversidades e contexto socioeconômico, político e cultural. Neste estudo o desenvolvimento é compreendido de acordo com Andrade (1987, p. 59), como “a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global [...]”. No caso em estudo, observa-se que diversos elementos têm provocado essas mudanças na fronteira Brasil e Guiana Francesa, principalmente em relação às expectativas de desenvolvimento em virtude da implantação das ações propostas na IIRSA e no PAC.

Essas ações são apresentadas através de projetos que têm uma amplitude tanto local quanto global, e que estão influenciando diretamente as ações e possibilidades de um turismo planejado e organizado. A IIRSA, para a região, representa a grande possibilidade de acabar com o seu isolamento geopolítico, assim como contribuir para que sejam desenvolvidos sistemas de comunicação capazes de atingir a velocidade de repasse das informações e conhecimentos, ainda elevar a capacidade do capital humano local no sentido de proporcionar o acesso aos processos de conhecimento. As ações em implantação da IIRSA tornará imperativa a adequação das instituições oficiais e legais daquelas que já existem, e a criação dos ainda inexistentes, com capacidade estrutural e de profissionais qualificados, face à mobilização que provocará no território fronteiriço.

Estudos como os de Castro; Porto (2009), Carvalho (2009), Porto; Silva (2009), e Martins (2008), tem analisado as perspectivas de desenvolvimento, o reordenamento espacial, assim como os impactos da construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, além da conclusão do asfaltamento da BR 156, revitalização do porto de Santana e da orla do município do Oiapoque, Fotografia 79, face à importância desses projetos para o desenvolvimento local e para a integração entre Brasil e Guiana Francesa. E por último, por serem ações previstas no âmbito da IIRSA e do PAC, possibilitando uma cooperação mais intensa entre os países, inclusive no setor do turismo, foco deste estudo.



Fotografia 79: Revitalização da orla do município do Oiapoque. Obra incluída no PAC.

Fonte: Cruz, (2009).

Ao analisar essas ações percebe-se que a América do Sul entra num momento importante de integração física entre os países, desenvolvendo processos de cooperação transfronteiriça de forma institucionalizada, que segundo Porto; Silva (2009, p. 254), “o Brasil tem sido um grande protagonista, cuja política tem sido orientada para a implementação de obras estratégicas de envergadura internacional como os corredores bioceânicos, rodoviários e a já recorrente construção de pontes binacionais”. Seguem afirmando que,

Desde meados da década de 1990, a fronteira amapaense tem apresentado uma série de transformações sociais, geográficas e infraestruturais que indicam a criação significativa de *novos usos desse território*. Essas transformações ampliam as interações espaciais estabelecidas com a Guiné Francesa e permitem uma revisão da condição fronteiriça do norte do Amapá. (SILVA, 2007. p. 254)

Essas condições estão sendo materializadas, justamente, pelas possibilidades postas nas ações em implantação, e nas discussões que as norteiam. Especificamente, quanto à construção da ponte binacional e da conclusão do asfaltamento da BR 156 autores como Castro; Porto (2009, p.12) e Carvalho (2009, p. 15) explicam, respectivamente que,

A ponte constitui parte do processo de integração da América Latina, com vistas a fortalecer o bloco e conferir-lhe peso político e econômico, em macro-escala. Na micro-escala, insinuam-se novas dinâmicas, passíveis de análises através da percepção de fenômenos que já começam a ocorrer nas

proximidades das fronteiras – principalmente nas comunidades de Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa e Oiapoque, no Brasil – mas também em todo um perímetro de influência que inclui Caiena, Macapá e Belém.

A retomada das obras na rodovia BR 156 que atravessa o Amapá de norte a sul está relacionada a esse novo contexto, posto que o seu asfaltamento é importante para a integração do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela, tal como definido nos acordos da *Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul – IIRSA*, estratégia esta que conta com a efetiva participação do Brasil na sua formulação e execução. Por outro lado, os governos federal e estadual afirmam em documentos oficiais, como os seus respectivos Planos Plurianuais, que essa obra contribuirá para a desconcentração do desenvolvimento econômico, gerando maior dinamismo às áreas favorecidas pelo empreendimento e inserindo-as competitivamente no mercado globalizado.

Neste sentido, esse processo de reconfiguração da fronteira está intimamente relacionado à noção de desenvolvimento, cooperação e integração regional, e essas obras significam para aquele território a possibilidade de integração há muito almejada pela população local, e pelos organismos institucionais que trabalham no sentido de tornar a região menos isolada. As obras acima citadas são ressonâncias antigas, porém, observa-se que o impulso da globalização, a aproximação dos Estados brasileiro e francês, que demonstram interesses políticos e econômicos em facilitar essa integração, apressou a conclusão da BR 156 e o início da construção da ponte binacional. Porém, esse interesse da França quanto à construção da ponte binacional, não é exclusivamente pelo sentido de tornar a Guiana Francesa mais próxima da América do Sul.

A Guiana Francesa, considerada um reservatório natural de matéria-prima para França, possui uma importância estratégica na América Latina e na América do Sul, frente aos interesses da França, principalmente por abrigar, em seu território, a Base Espacial Européia e estar na Amazônia. A ponte binacional, a transguianenese e a rodovia BR 156 serão instrumentos fundamentais para a comunicação, o escoamento de mercadorias e o desenvolvimento do turismo, entre outros interesses, além de intensificar a integração da Guiana Francesa à América do Sul, e do Brasil ao Caribe e Europa. De acordo com análises de Castro; Porto (2009, p. 2),

Do ponto de vista geofísico é o Amapá que deverá se tornar um importante elo de conexão para a Guiana: o *plateau* das Guianas encontra-se isolado fisicamente do resto da América do Sul, dentro do que as próprias autoridades francesas designam como um enclave. As duas únicas rodovias existentes levam de um lado ao rio Mahony, através do qual se chega ao Suriname por balsa – e, de outro, ao rio Oiapoque, na divisa com o Brasil. Os rios na Guiana Francesa não são navegáveis, por que muitos cheios de

cachoeiras e corredeiras; e toda a costa se encontra sob a influência de um regime fluvial-marítimo severo que assoreia portos, cria bancos de areia e áreas de erosão em permanência. Desta forma, a conexão com o Brasil representa não só a possibilidade de contato com a região Amazônica e com toda a economia mais desenvolvida do sul do continente, mas também uma abertura para o restante do mundo.

Apesar do Amapá se encontrar em situação de relativo isolamento dentro do Brasil, não sendo conectado com outras unidades da federação por rodovias, a dinâmica fluvial local, com destaque para o porto de Santana, abre perspectivas de integração não só na esfera regional, mas mesmo em uma maior amplitude. Capaz de receber embarcações de grande calado, o porto de Santana articula uma rede de transportes e comunicação, por meio de vias fluviais ou de conexão com a malha rodoviária, a partir de Belém, oferecendo ainda à Guiana novas opções de abastecimento interno ou escoamento de mercadorias por via marítima.

As possibilidades de desenvolvimento, com a construção da ponte são vislumbradas pelos diversos agentes sociais entrevistados, entretanto, a intensificação dos problemas sociais é um dos fatores que mais preocupam as autoridades locais, brasileiros e guianenses, talvez esse seja um dos motivos pelo qual a Guiana Francesa não consiga abraçar com firmeza esse projeto, mas que é irreversível do ponto de vista político e social. Ainda, segundo Castro; Porto (2009, p. 3.), a construção da ponte trará mudanças, principalmente na dinamização da região, criando novas articulações, e problemas de ordem social e de urbanização para as cidades fronteiriças. Mas, amenizam quando dizem que, do ponto de vista regional, a melhoria dos meios de transporte poderá servir ao desenvolvimento endógeno, estando “inserida nas dinâmicas globais e se prestará ao eventual escoamento dos produtos de exploração da grande base natural da região, com impactos ambientais negativos”. Finalizam recomendando a necessidade de se “desenvolver políticas públicas preventivas na região para mitigar esses problemas, avaliando-se os impactos nas diversas escalas e criando estratégias que conduzam ao desenvolvimento sustentável”.

Portanto, neste contexto de análise, o desenvolvimento do turismo nessa faixa de fronteira é colocado como uma das alternativas para estabelecer estratégias viáveis de investimentos, cooperação e crescimento social. As ações previstas tanto na IIRSA quanto no PAC são vistas, por este estudo, de concretização das ações políticas e sociais importantes para ultrapassar a situações de isolamento, ausência de comunicação e acessos, e que diretamente atingem o sistema de operacionalização do turismo. Em termos econômicos a fronteira brasileira possui uma característica de região reprimida, com poucas possibilidades de geração de emprego e renda, isso em função dos poucos investimentos em políticas

públicas capazes de surtir efeito multiplicador na economia. O estado do Amapá, não conta com um sistema econômico que alcance níveis de satisfação. Para Martins (2008, p. 87),

O setor da economia amapaense que mais cresce é o de serviços. Segundo estatísticas do IBGE, em 2004 esse setor correspondia a 9% do PIB estadual, enquanto as atividades do setor industrial e agropecuário, respectivamente, 1% e 2%, portanto, estas últimas ainda se apresentam bastante elementares.

O mesmo é sentido na economia da cidade de Belém, onde o setor de serviços é o que mais cresce, segundo o IBGE (2009). O PIB per capita é de R\$ 9.793,00 (IBGE, 2009). As atividades econômicas que mais contribuíram para o crescimento real do PIB em 2006 foram: Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP) com 14,95%, intermediação financeiro 13,94%, indústria de transformação 11,65%, serviços prestados às empresas 9,05%, comércio 8,79%, indústria extrativa 8,70% e alojamento e alimentação 8,66% (PARATUR, 2009).

A economia da Guiana Francesa se baseia nas relações comerciais mantidas com a metrópole, que privilegia este departamento com o acesso a políticas públicas nacionais (educação, serviços públicos, inovações tecnológicas), a economia da Guiana desta forma, é relativamente diversificada quanto ao mercado interior Jacquet; Naudet (2006 apud CASTRO E PORTO, 2009). Além do comércio, há a exportação do ouro, vendas de equipamentos, indústria agro-alimentares. Sendo que o abastecimento é, em grande parte, feito por meio de produtos da metrópole, de onde provêm 42% das importações: a França fornece a metade dos bens intermediários de que o território necessita (materiais elétricos, metalúrgicos, plásticos, etc.), 41% dos bens de consumo (produtos para-farmacêuticos e cosméticos, vestuário e móveis), 60% dos produtos agro-alimentares (75% das carnes) e 37% de seus equipamentos (telefones e telecomunicações, maquinário, materiais de informática e de escritório), Camesella, (2005 apud CASTRO e PORTO, 2009). Essa relação comercial com a metrópole não se replica com os países do Caribe, pois a Guiana Francesa não mantém comércio intenso com essa região, em função das dificuldades de acesso, infra-estrutura e de transporte precário.

O turismo, em ambas as fronteiras, não aparece como um setor econômico relevante, apenas é citado em indicadores específicos de turismo nos países. Portanto, o turismo sendo incentivado através de políticas públicas específicas, ações de cooperação e recebendo investimentos, com a criação de programas para o setor, é capaz de reverter o marasmo econômico vivido por essas faixas de fronteiras. No entanto, faz-se necessário entender que o desenvolvimento do turismo precisa ser trabalhado sob a perspectiva da regionalidade, pois a

faixa de fronteira, em estudo, envolve duas capitais de estados, um município e uma vila, no Brasil. Na Guiana Francesa, envolve a capital do país e duas comunas, que pela proximidade, e com o estabelecimento da infra-estrutura de acesso terão possibilidades de intensificar as ações de cooperação no turismo.

Estudos realizados têm demonstrado que o turismo é um setor econômico importante para o desenvolvimento das fronteiras, visto que estabelece princípios importantes de sustentabilidade e uso racional dos recursos, pois se assim não fosse, não haveria produto turístico e, por consequência, um sistema de turismo, que nos estudos de Biesek e Migliorini (2009, p. 3),

Atualmente, a valorização do turismo no processo de ordenamento do território, enquanto uma atividade produtiva emergente, assim como instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico e social da região constitui-se em uma realidade. O planejamento deve ser considerado como instrumento estratégico para se buscar o desenvolvimento turístico em bases sustentáveis no longo prazo, compatível com a conservação do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural.

E neste contexto Silveira (2002 apud BIESEK; MIGLIORINI, 2009, p. 3), afirma que,

O planejamento integrado do turismo orienta-se pelos preceitos de sustentabilidade territorial e, deve ter como finalidade a melhoria da qualidade de vida das populações dos espaços de destino, como pré-requisito fundamental a eficiência econômica e, como condicionante central a conservação do meio ambiente. Ele deve ser estruturado a partir de uma abordagem holística, interdisciplinar e multisetorial, enquadrado no tempo e no espaço, e aplicado de forma flexível, permanente, integrada, participativa e de acordo com uma estratégia exequível.

Neste parâmetro de planejamento e desenvolvimento regional do turismo, o processo de integração e cooperação na fronteira Pan-Amazônica, Brasil e Guiana Francesa, pode ser estrategicamente postos em operação, visando sempre a articulação local. Ao pensar o turismo na faixa de fronteira Pan–Amazônica, percebe-se a necessidade de se ter a regionalização como estratégia, pois assim a região será desenvolvida de forma integrada, com agregação de produtos, e ações de desenvolvimento que incrementam o poder de atração dos destinos turísticos fronteiriços. O trabalho conjunto potencializa a formatação de produtos turísticos entre as destinações, por meio de desenvolvimento de circuitos, rotas e roteiros turísticos regionais. Segundo Bauman (2006 apud BIESEK ; MIGLIORINI, 2009, p. 3) no caso das

regiões de fronteiras a integração e cooperação no turismo são fundamentais, pois são espaços de justaposição de referentes significados, que é um espaço entre dois ou mais espaços estáveis que compreende uma grande mistura cultural.

A integração regional entre países vizinhos é potencializada por pelo menos dois fatores econômicos: o das atividades comerciais, pois com a regionalização se conforma um espaço protegido e seguro à realização das mercadorias dos países vizinhos; os investimentos, pois as regiões integradas tendem a aumentar a área de atuação das empresas transnacionais, impulsionando com isso a estruturação de um mercado regional. É o caso do turismo, que ao atingir o desenvolvimento regional alavanca o comércio, articula regiões visando o incremento dos roteiros e destinos regionalizados, mobilizando o efeito multiplicador. Porém, caso não haja um encaminhamento planejado, os impactos sociais e culturais preponderam.

Nessas regiões, a cooperação fronteiriça apresenta-se como alternativa viável ao desenvolvimento econômico e social, por meio do turismo, mas é necessário garantir o uso sustentável dos recursos, possibilitar o acesso à infraestrutura que dá suporte à atividade turística. Assim como, estabelecer ações de integração que superem os problemas referentes às relações entre o município do Oiapoque e comuna de São Jorge do Oiapoque, na Guiana Francesa, frente às questões da migração ilegal, da clandestinidade de garimpeiros e toda sorte de profissionais, além do enfrentamento às questões do turismo sexual, praticado principalmente pelos turistas provenientes de Caiena.

Concluimos que é possível estabelecer acordos e ações de cooperação entre Brasil e Guiana Francesa no campo do turismo, pois se demonstra que além do Acordo-Quadro de 1996, há o plano de Ação Franco-Brasileiro, Anexos 2 e 3, que estabelecem ações de cooperação nas áreas de infraestrutura, educação, pesquisa, saúde, apoio político internacional, meio ambiente, ordem pública na fronteira, segurança, intercâmbio, e turismo. No campo do turismo, segundo Nascimento (2008, p. 7) destaca-se o Produto Combinado Amazônia e o Projeto de Turismo Comunitário³⁵ Tartaruga Imbricada, em execução pelo ICMBIO, Parque Regional da Guiana, Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), Operadoras de Turismo

³⁵ Segundo Nascimento (2008, p. 7), o turismo comunitário apresenta-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro permanecem na comunidade contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento turístico. Essa modalidade objetiva construir um modelo mais justo e equitativo de turismo, tendo assim o princípio da economia solidária. Tem como base a sustentabilidade ambiental, colocando os nativos no centro do planejamento, da implementação e do monitoramento das atividades, permitindo a geração de emprego, trabalho e renda local.

Francesas e Guianenses, com apoio da UnB e Ministério do Meio Ambiente, esse projeto é desenvolvido na fronteira Brasil e Guiana Francesa, e em caráter experimental.

A entrevista realizada com a técnica do ICMBIO, Sra. Kelly Bonach, a mesma explanou que o projeto está no seu primeiro ano de execução, e que já teve dois momentos para a recepção de grupos vindos direto da Europa, via Guiana Francesa. As visitas são realizadas em comunidades do PNCO, tendo como princípio as bases do turismo comunitário. Em suma, o projeto é uma das iniciativas em desenvolvimento visando a cooperação do Brasil com a Guiana Francesa pelo turismo. Segundo a Sra. Kelly Bonach (2009)³⁶ a experiência está assim,

O projeto chama-se Tartaruga Imbricata, em relação à integração entre os parceiros, entre os objetivos, entre os benefícios e entre o trabalho, como os escudos de uma tartaruga. A idéia é que o turismo seja um instrumento para a comunidade e para o parque para a gestão conjunta do território, gestão integrada. Para o parque, o turismo é presença na área, maior monitoramento da área, engajamento com as comunidades do entorno. Para a comunidade, é alternativa de renda, valorização cultural e pessoal. Mas a parte no mar da Guyane, é feita com uma lancha menor, de nome Papijo, da empresa parceira do projeto (Yatoutatou, de propriedade do Sr. Bruno Soligon), da Guiana Francesa. Eles (a comunidade do PNCO) estão começando a se organizar e mostrar as demandas que eles têm dentro da atividade de turismo, como capacitações, falar a língua francesa, etc. E se organizando para administrar o projeto e os recursos. Isso em Vila Velha do Cassiporé no entorno do PNCO. Já estão recebendo recursos provenientes da visita à comunidade. O parceiro francês está colocando recurso financeiro dele nestas experimentações, e nós do parque também. Os turistas cobrem um pouco. Mas talvez a gente precise de recursos externos. A UNB, que faz a parte científica do projeto, está buscando recursos para implementar o projeto. Em 2010, teremos uma terceira experimentação. Talvez em Cunani. Vamos fazer uma viagem agora em abril para Cunani, para conversar com a comunidade e planejarmos a experimentação. Como é a primeira vez em Cunani (as outras duas foram em Vila Velha, no entorno do parque), o processo de planejamento é um pouco mais demorado. Ainda não é uma atividade de turismo! É experimental, estamos testando e agregando os parceiros necessários. Mas não queremos fazer um grande barulho e aceitar todo mundo, abrir demais, porque isso pode comprometer a execução do projeto. Precisamos ir com cuidado e devagar, para produzir algo mais sólido. Ainda não há nesta etapa do projeto, empresários e turistas brasileiros, porque os turistas estão vindo diretamente da França ou da Guyana. Mas a perspectiva, e já estamos nos articulando pra isso, é que agências brasileiras possam também trazer pessoas do Brasil, fazendo a mesma rota na Guyane e no parque (Inf. Verbal).

³⁶ Entrevista concedida à autora.

Os custos do pacote são pagos pelos turistas, num valor aproximado de R\$ 3.540,00, incluindo passagens, hospedagem, alimentação e passeios, para um período de sete dias, com visita em Caiena, no PNCO e na comuna de *Roura* na Guiana Francesa. Nesta fase do projeto, segundo a Sra. Kelly, apenas as empresas de turismo da Guiana estão envolvidos, porém, há perspectivas de que o projeto amplie suas ações e envolva agências de turismo e visitantes brasileiros, Fotografia 80, Fotografia 81 e Fotografia 82.



Fotografia 80: Turistas em visita a fronteira Brasil e Guiana Francesa, passeio de barco.
Fonte: ICMBIO (2009).



Fotografia 81: Turistas em visita a fronteira Brasil e Guiana Francesa.
Fonte: ICMBIO (2009).



Fotografia 82: Turistas em visita a fronteira Brasil e Guiana Francesa,
casa de farinha.
Fonte: ICMBIO (2009).

Em entrevista com os coordenadores dessas ações e com parceiros da Guiana Francesa, ficou claro que as mesmas estão em execução, inclusive, com aporte de recursos do governo brasileiro e de empresários da Guiana Francesa, além do pagamento feito pelos turistas. Por conta destas, tem-se estabelecido ações de cooperação e integração, inclusive com a possibilidade de rever a questão da emissão do visto de entrada na Guiana Francesa por conta das possibilidades postas pelas duas ações, no tocante à entrada de turistas. Portanto, a tese expressa neste estudo de que o turismo é um segmento apresentado enquanto instrumento de desenvolvimento regional e que contribui de forma fundamental para a dinâmica de ações de cooperação internacional entre os países da Pan-Amazônia, está confirmada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o avanço da fronteira, a questão do desenvolvimento do turismo e a definição de ações governamentais sobre tais processos e realidades é contemporânea, e vem sendo priorizado pelos Estados brasileiro e francês. O sentido principal das prioridades é quanto ao uso racional dos recursos, à criação de redes de comunicação e à gestão de políticas públicas que promovam inovações e transformações tecnológicas, notadamente, com o objetivo de garantir melhores condições sociais e econômicas para as populações locais. Ao vivenciar um cenário de globalização do mercado, mas com práticas de produção locais, esses espaços territorializados precisam de ferramentas que lhes possibilite condições de desenvolvimento e uso dos recursos de modo sustentável.

Na Pan-Amazônia, as iniciativas de desenvolvimento de setores econômicos e de uso e proteção do meio ambiente são recorrentes, a despeito da complexidade que envolve a questão. Historicamente, essa região, que envolve o Brasil e a Guiana Francesa, sempre foi alvo de tentativas de ocupação objetivando o uso dos recursos, a exploração comercial e a ocupação por parte dos Estados coloniais e neocoloniais, no sentido de manter a ordem e a segurança, sendo área de limites territoriais internacionais. Porém, na atualidade, essa tentativa persiste, seja por iniciativas locais, nacionais ou internacionais.

Entretanto, observa-se que as ações de gestão política estão sendo ineficientes, pois são definidas sem diretrizes estabelecidas, seja por iniciativa do poder local ou em esferas superiores. Nesses termos, seria importante um processo político com definições mais transparentes e coadunadas com os projetos de governos, seguindo uma linha de ação que norteie o desenvolvimento local de maneira que atenda às populações em suas carências econômicas e socioculturais, assim como, valorização e uso racional dos recursos naturais e culturais. A partir dessas ações, o espaço de fronteira poderá trilhar pelo caminho do desenvolvimento, notadamente, no sentido da endogenia.

Neste contexto, o turismo pode ser uma ferramenta importante que venha colaborar com as ações públicas de gestão local, mais especificamente, o que se propõe como turismo de fronteira, um conceito em processo de refinamento. A saber, as realidades analisadas neste trabalho expressam a prática social dos agentes envolvidos no processo e *locus* da pesquisa, reproduzindo as dinâmicas socioculturais imanentes nos segmentos diversos, sejam institucionais ou não. Portanto, o turismo de fronteira pode constituir-se em um aliado

fundamental para o êxito da gestão pública local, assim como proporcionar o envolvimento social, econômico e cultural das populações participantes do processo.

A problemática do turismo na Pan-Amazônia vem ultrapassando as fronteiras nacionais, perpassando por acordos de cooperação e mobilização dos países em promover a atividade de forma sustentável, garantindo o envolvimento das populações locais. Como exemplo, tem-se a iniciativa da OTCA, que em 2006 propõe um programa de turismo sustentável para a região, criando corredores turísticos entre os países. Nas ações entre Brasil e Guiana Francesa, destaca-se que desde o ano de 2004, os governos brasileiro e francês promovem ações conjuntas no sentido de desenvolver o turismo, nesse país e naquele DUF, respectivamente nesse país e nesse DUF, de maneira cooperada.

De todo modo, os problemas são muitos e complexos, pois as questões de exclusão social nas áreas fronteiriças são presentes e mesmo dominantes. Nelas, tem-se atividades informais e, em dado momento, ilícitas, como a prostituição, o tráfico de drogas e de seres humanos, além de câmbio e migração ilegal, e turismo sexual, quase sempre por conta dos garimpos na região e/ou envolvendo consumidores guianeses com poder aquisitivo diferenciado, capazes de reforçar tais realidades (GOMES, 2007; SIMONIAN, 2006). No que diz respeito ao turismo, poderá ser uma alternativa visando contribuir para a superação de tais problemas, porém, por si só não é suficiente quanto às soluções destes. Ainda, identificaram-se entraves, como o descomprometimento político dos governos locais, a fragilidade das organizações e do associativismo, assim como, a insuficiência de recursos a serem aplicados em áreas essenciais, como saúde e educação.

Este cenário não mudou e está presente no Brasil e na Guiana Francesa, em cuja fronteira se pesquisou e se constatou a partir dos aspectos ambientais, sócioeconômicos e culturais. No Brasil, na região em estudo, tem-se a economia baseada no setor de serviços e comércio, com atividades agrícolas apenas para subsistência, e neste caso desenvolvidos por indígenas; extração do ouro de modo clandestino, que movimenta o mercado financeiro; pecuária; renda familiar de um salário mínimo, em função das aposentadorias e benefícios sociais para a população de índios e não índios. Contraditoriamente, tem-se um PIB *per capita* de R\$ 10.340,00 (IBGE, 2009), o que decorre do comércio movimentado pela exploração do ouro e em função do euro, o que permite a manutenção de relações comerciais e financeiras na fronteira com o DUF.

Na questão sociocultural, destaca-se o nível muito baixo de escolaridade onde, que se concentra na faixa do ensino fundamental e médio, apesar da existência de um núcleo da UNIFAP na cidade de Oiapoque. Mesmo assim, observou-se a debilidade do sistema

educacional no lado brasileiro da fronteira, principalmente nas escolas da Vila Brasil, pois ali se mantém os chamados “professores leigos”, o que, limita a possibilidade de desenvolvimento e, em especial, desrespeita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Constituição vigente (BRASIL, 1996, 1988). A respeito dos serviços de saúde, também se destaca a precariedade da equipe especializada, dos medicamentos e da infraestrutura disponíveis para atendimento. Outros serviços, como o saneamento básico, o abastecimento de energia, de água e a comunicação, são todos muito limitados. Precisamente, quanto à energia, usa-se um sistema de geradores, o que compromete o abastecimento dessa vila.

Todavia, no contexto dos problemas sociais de gravidade maior, tem-se o esquema do tráfico internacional de mulheres operando no município do Oiapoque. Este, por sua vez, é considerado como parte do roteiro, que por ali passando chega ao Suriname, ao Caribe e à Europa, inclusive com denúncias em âmbito local e internacional (EMAUS, 2002). Como se percebe, esse é o retrato do isolamento, da ausência de políticas públicas e de recursos humanos e financeiros para essa faixa de fronteira no extremo norte do Brasil.

O cenário que se apresenta ao atravessar o rio Oiapoque é em muitos aspectos diferenciado. Na comuna de São Jorge do Oiapoque e em Camopi, questões sócioeconômicas destacam-se: apresenta um sistema educacional organizado e estruturado, onde as crianças, jovens e seus responsáveis têm certa consciência sobre a importância de se frequentar a escola e de, posteriormente, serem encaminhados ao ensino superior; dispõe entre outros serviços, de hospitais e serviços médicos; serviços de energia e de abastecimento de água suficientes para atender às demandas da população local.

Em se tratando da relação entre a faixa de fronteira internacional na Pan-Amazônia e o desenvolvimento do turismo, estudos realizados por Castro; Porto (2009), Gomes (2007), Martins (2008), Paixão (2008), Quaresma (2008) e Simonian (2003) têm demonstrado que essas regiões apresentam semelhanças. De fato, todos trabalharam espaços diferentes, mas ao comparar-se seus resultados quanto à ausência de ações governamentais voltadas para o desenvolvimento do turismo, similaridades sobressaem. Quando o turismo existe, ainda que espontâneo, caracteriza-se como um turismo de passagem³⁷. O planejamento adequado, o financiamento e uma boa gerencia, pode promover a expansão do turismo de fronteira e torná-lo uma possibilidade criativa para sustentabilidade da região.

³⁷ A exemplo de visitas de um dia, e motivações de compras, estar em outro país, ver paisagens e culturas diferentes, e não raro buscar trabalho sexual via prostitutas etc.

A ausência de ações governamentais e políticas públicas para essas regiões, no caso do Brasil, principalmente no que diz respeito ao turismo, é confirmada quando o SEBRAE contrata um consultor externo com objetivo de avaliar e propor alternativas ao desenvolvimento do turismo na fronteira. Certamente por desconhecer a realidade fronteiriça, o mesmo não conseguiu finalizar o trabalho, apresentando em um primeiro momento, a avaliação de que esse espaço ainda não apresenta condições para o desenvolvimento desse serviço multifacetado. Inclusive, este consultor chegou a essa conclusão sem procurar envolver os segmentos sociais e os agentes locais no processo em questão.

No caso da Guiana Francesa, a realidade é diferente, pois as políticas e ações governamentais são executadas de modo a garantir a função do sistema sócioeconômico, incluindo as políticas públicas de turismo. Entretanto, também, apresentam problemas/conflitos internos, seja pela política de dependência da metrópole, pelo isolamento no continente sul americano, ou por questões relacionadas a migração ilegal de brasileiros, surinameses, entre outros. De uma maneira ou de outra, mantém o relacionamento com o lado brasileiro, principalmente pela prática de fazer compras, em função do baixo custo da moeda brasileira em relação ao euro, mais ainda pela prática do turismo sexual.

No que diz respeito à gestão do turismo, afirma-se que na fronteira brasileira há iniciativas de se criar um sistema de planejamento e gestão, principalmente nas capitais, Belém e Macapá. Inclusive, nos últimos anos se apresentou planos e programas de desenvolvimento desse serviço, em especial envolvendo essa fronteira. Se isto ocorrer, será na contramão da realidade encontrada no município do Oiapoque, que por ora não possui instrumentos legais visando garantir a organização do turismo na região, muito menos algum tipo de plano com alguma possibilidade implicando em sustentabilidade.

Pelo que se observou na Guiana Francesa, segue-se um sistema de turismo organizado e com instrumentos legais de planejamento e gestão definidos desde a capital da França. Esse sistema, é gerenciado pelo Comitê de Turismo da Guiana, trabalha em comunicação com as prefeituras da comuna de São Jorge e Camopi, apesar dessa organização ainda apresentar alguns entraves ao turismo. Dentre estes, tem-se a posição do prefeito de Camopi em não permitir o turismo na área de sua jurisdição, assim como as dificuldades acesso ao território francês e à liberação de visto consular impostas aos brasileiros.

Esses dois países, visando minimizar os problemas secularmente estabelecidos nessa fronteira, têm criado mecanismos importantes para a desburocratização dos projetos que possam ser estabelecidos com vistas ao deslanche do desenvolvimento local e endógena dessa fronteira. A exemplo pode-se ressaltar o Acordo-Quadro de 1996 e o Plano de Ação Franco-

Brasileiro de 2008, Anexos 2 e 3, que apresentam estratégias e mecanismos de colaboração para o estabelecimento de ações de cooperação e desenvolvimento, visando manter uma aproximação e abrir caminhos para ambos, no sentido de aproveitar os recursos disponíveis e garantir a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Essas ações de cooperação são fundamentais face à nova fase que essa fronteira vai entrar, com a conclusão do asfaltamento da BR 156, construção da ponte binacional e a possibilidade de ligação através da RN 2, passando por Caiena, Suriname e chegando até a Venezuela. Essa possibilidade de integração tornará essa região mais próxima dos principais mercados globalizados, facilitando a importação e exportação, aumentando o fluxo de pessoas nessas regiões, seja como visitante ou apenas passageiro. Neste sentido, as instituições locais estão se mobilizando com objetivo de criar novos projetos e planos de ação estratégicos estabelecendo linhas que elevem o potencial de investimento e desenvolvimento, pois a facilidade de acesso a essas regiões possibilitará o surgimento de novos conflitos e intensificará os existentes, por isso o investimento deve ser, não apenas, em relação à geração de emprego e renda, mas é fundamental a criação de um observatório social com vistas a minimizar impactos vindouros.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que tanto o governo francês quanto o brasileiro estão estabelecendo convênios para garantir a presença do Estado na condução desse processo de integração. São frentes de trabalho em áreas diversas como, saúde, meio ambiente, cultura, economia, transporte, educação e turismo. Especificamente, na área do turismo, desde 2007, foi estabelecido um acordo de cooperação mútua, inclusive com a participação do Suriname no sentido de garantir o desenvolvimento de um turismo sustentável e responsável. Essa ação resultou na criação do PTCA, que inclusive, está sendo subsidiado pelos governos Brasileiro, Surinamês e Frances, através do Programa Operacional Amazônia³⁸.

Mesmo com essa ação conjunta e cooperada, ainda são predominantes as ações isoladas de cada país frente às questões do turismo. Talvez esse quadro esteja estritamente relacionado ao processo histórico de disputa existente entre Brasil e Guiana Francesa, primeiro pela posse do território, e mais recentemente, em função das práticas ilegais de garimpo, que é desenvolvido, em sua maioria, por brasileiros, tanto em território brasileiro quanto no francês. Isso tem contribuído para que as relações sejam vistas de certa forma, sob o aspecto da desconfiança, porém, observa-se que as ações conjuntas é o diferencial que

³⁸ Os valores a serem investidos estavam sendo definidos por cada país. Os dados não puderam ser disponibilizados para a pesquisa.

potencializa recursos financeiros e esforços de profissionais propiciando resultados mais positivos.

Para superar essa prática de ações desconexas, atualmente, o ICMBIO em parceria com o *Parc Regional Guyana*, propôs a execução de um projeto de pesquisa na temática do turismo comunitário, com o apoio da UnB, e o envolvimento do setor empresarial de turismo da Guiana e França. Essa ação está sendo desenvolvida no Parque Nacional do Cabo Orange e em comunidades da Guiana Francesa, principalmente na comuna de *Roura* e *Caiena*. Foram realizadas duas experiências piloto, com a vinda de dois grupos de europeus que pagaram aproximadamente 1.500€, para conhecer a Amazônia, vivenciando com as comunidades locais. Segundo informações do ICMBIO, as comunidades estão sendo pagas pelos serviços prestados. E neste sentido e de acordo com a avaliação, a experiência tem possibilidades para prosperar. Quando a Sra. Kelly foi questionada sobre os entraves burocráticos da liberação do visto, a mesma informou que o Consulado Geral do Brasil e o Governo da Guiana estão empenhados em flexibilizar o visto para os turistas.

O turismo, de acordo com a pesquisa realizada, aparece como um elemento importante para o estabelecimento de ações de integração e cooperação na Pan-Amazônia. Entretanto, a visão de um turismo articulado regionalmente, com a criação de roteiros turísticos integrados, visando o envolvimento das comunidades e a responsabilidade ambiental, são questões que estão sendo discutidas nos foros e encontros que têm tratado o turismo em áreas de fronteiras. Igualmente, as decisões desses encontros deveriam figurar nas pastas dos ministérios responsáveis pelo estabelecimento de políticas de desenvolvimento setoriais, como o MTUR, MRE, MIN, visando possibilitar ações concretas de desenvolvimento do turismo.

É fato que o turismo de fronteira é um conceito em voga nas faixas de fronteiras internacionais, pois a mobilização espontânea de visitantes tem contribuído para que estudiosos façam reflexões quanto a definição dessa categoria de análise. E, consubstanciado nestes estudos e na pesquisa de campo é que se fez a proposta de um conceito para o turismo de fronteira, não apenas visando explicitar o aporte teórico dessa categoria, mas com o objetivo de contribuir para a formulação de parâmetros de análise e definições de ações de planejamento para essas regiões. É o que a ORGANIZAÇÃO (2003) tem feito para subsidiar as ações de cientistas, técnicos e instituições de planejamento no mundo.

O turismo, enquanto instrumento para uma cooperação internacional, possibilita a articulação de culturas e recursos em prol do desenvolvimento, e pode tornar-se, nessa fronteira, a possibilidade de desenvolvimento para as populações locais. É notória a falta de oportunidades que as populações locais enfrentam, e constituindo-se o turismo como

atividade que impacta os sistemas econômicos locais, através do efeito multiplicador de empregos e renda, tende a contribuir positivamente para a balança de pagamento das regiões turísticas. Porém, caso não seja planejado e organizado de forma a ter um controle do seu sistema de funcionamento, pode causar problemas e impactos irreversíveis. Junta-se a isso, o fato de que as faixas de fronteiras são espaços conflitantes e polissêmicos, precisando-se estabelecer mecanismos de controle das ações, e especificamente na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, cujo histórico de turismo sexual, tráfico de mulheres e garimpo ilegal, requer ações mais contundentes.

Os agentes sociais dessa região de fronteira, tanto no Brasil quanto na Guiana Francesa, devem estar preparados para participar do sistema de turismo a ser instalado, conjuntamente. E esse processo pode ser gerenciado pelas instituições de ensino dos dois países, por meio do estabelecimento de convênios para esse fim. Acredita-se que o desenvolvimento do turismo prescinde de políticas educacionais e instrucionais, através de cursos profissionalizantes e acadêmicos. A reconfiguração espacial dessa fronteira, com a construção da ponte binacional exigirá a criação de uma rede internacional de turismo na Panamazônia, com objetivo também de repensar o turismo nessa região, considerando elementos como globalização, sustentabilidade, integração e cooperação internacional. Ao pensar essa tese pretendeu-se desenvolver um estudo que pudesse desmitificar as relações entre Brasil e Guiana Francesa, na questão do turismo, pois nos últimos, trinta anos, essa relação foi estabelecida, mas não tem conseguido manter uma linha de diálogo e ações sistemáticas, transparente e fundamentadas no que tange ao desenvolvimento do turismo.

É visível a inexistência de pesquisas e análises críticas acerca da questão. O que se encontra são estudos das mais diversas temáticas, como economia clássica, análises do espaço geográfico, exclusão social, análises antropológicas sobre as populações tradicionais. Mas, no que concerne ao turismo, sua dinâmica, suas características em área de fronteira, e identificação dos problemas inerentes ao seu desenvolvimento, não são temas recorrentes. Com exceções dos estudos de Gomes (2007) na fronteira norte, especificamente na área de PARNA do Cabo Orange, e de Quaresma (2008) que analisou o turismo no Monte Roraima, e ainda algumas análises nas regiões centro-oeste e sul do país.

Portanto, justifica-se a importância desse estudo para a região da Pan-Amazônia. Nesta direção, segundo Quaresma (2006) estar-se-á cumprindo o papel social da pesquisa, ou seja, consolidar uma nova visão de relação indivíduo versus políticas públicas de turismo, assegurando assim, condições materiais de igualdade social em bases sustentáveis. Sem pretender esgotar tal problemática, esta tese revelou-se importante à medida que trouxe à luz

dos debates a questão do turismo numa perspectiva pan-amazônica. Posto que os estudos citados acima, sempre são focados em áreas estritamente delimitadas, e o que se pretendeu, com essa pesquisa, foi ultrapassar os limites do corte espacial, analisando dois Estados distintos. Ultrapassar tal “modelo”, de acordo com Quaresma (2006), se constituiu em desafio que precisou ser sobrepujado, haja vista que lacunas até então existentes, demandavam superações em âmbitos local, regional e internacional.

Para a sociedade a importância dessa pesquisa está na contribuição para a produção acadêmica no Brasil e na Pan-Amazônia, pois propostas de estudo como esse dificilmente são desenvolvidas, abrindo uma lacuna na análise do turismo em contexto de desenvolvimento internacional. O papel social que essa pesquisa cumpre é, fundamentalmente o de contribuir para a elucidação de questões complexas, que envolvem o desenvolvimento das políticas públicas de turismo em contexto transfronteiriço e colaborar, de modo efetivo, para as mudanças globais ocorridas no último século, principalmente no que tange ao processo de exclusão social que as populações locais são submetidas, pois Lesbaupin (2000, apud QUARESMA, 2006) aponta três fatores que são determinantes no processo de exclusão social: a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a chamada globalização.

Essa exclusão tem provocado na Pan-Amazônia a pobreza, a desorganização das estruturas políticas, a prostituição e as atividades econômicas ilegais, aprofundando a situação de marginalização das comunidades locais. Esse quadro social contribui para que essas áreas sejam tratadas de modo diferenciado, ou preconceituosa em relação às políticas de turismo, apesar de haver um movimento espontâneo, mas de forma desorganizada. Pode-se considerar que o turismo na Amazônia é recente, se comparado com outras atividades econômicas, mas a partir do século XX emerge como uma proposta de desenvolvimento econômico, que se for planejado e organizado, poderá tornar-se uma das alternativas de inclusão social e econômica das populações amazônicas.

Segundo Bertini; Cruz; Gomes (2004) a cadeia produtiva do turismo na Amazônia é diversificada, com envolvimento de elementos primários e secundários no modo de produção da atividade, o que, se na Pan-Amazônia for potencializado, enquanto ação integrada e cooperada poderá ser um vetor de desenvolvimento para as áreas transfronteiriças. Porém, torna-se importante garantir que o turismo em áreas de fronteira seja àquele que tenha a perspectiva da sustentabilidade, garantindo o envolvimento das comunidades, a valorização dos recursos naturais e culturais, assim como a gestão das políticas de forma compartilhada, sem o sentido da dominação e da perpetuação de relações historicamente estabelecidas e que reproduzem o poder político sobre as populações envolvidas.

Em vista do que foi discutido ao longo deste estudo referente às questões seminais como, turismo, fronteira e desenvolvimento na Pan-Amazônia, e de acordo com as hipóteses iniciais: 1. O turismo é um segmento apresentado enquanto instrumento de desenvolvimento regional e que contribui para a dinâmica de ações de cooperação internacional entre os países da Panamazônia. 2. Turismo de Fronteira é um conceito e segmento do turismo para regiões fronteiriças na Pan-Amazônia, chegou-se ao seguinte entendimento.

A primeira hipótese pode ser validada. O desenvolvimento regional, ao ser compreendido como processo de compatibilização ao crescimento econômico, tendo como base os aspectos socioculturais e ecológicos, e também, promovendo a internalização dos benefícios desse crescimento, em regiões economicamente deprimidas e geopoliticamente isoladas, tem sido um importante vetor para a cooperação internacional na Pan-Amazônia. Nessa faixa de fronteira, Brasil e Guiana Francesa, observaram-se, durante os estudos, ações concretas que estão contribuindo para esse processo de desenvolvimento, a exemplo das obras da BR 156, da ponte binacional e da transguianense, porém sabe-se que as obras por si só não resolverão os problemas decorrentes dessa dinâmica. Neste contexto de desenvolvimento regional, os governos brasileiro e francês, através dos seus respectivos presidentes, têm assinado acordos de cooperação em caráter geral, e, especificamente, na questão do turismo. Inclusive, faz-se importante ressaltar ações de cooperação estabelecidas visando à operacionalização de pacotes turísticos envolvendo os três países, Brasil, Guiana Francesa e Suriname.

É certo que essa região, envolvendo os territórios do Brasil, Suriname e Guiana Francesa, está num processo de retardo no que consiste ao desenvolvimento regional, isso em decorrência de governos que não conseguiram estabelecer prioridades de ações visando esse desenvolvimento. Esse cenário é igual para todos os países, seja por questões locais ou globais; o certo é que, nem brasileiros, nem guianenses, nem surinameses conseguiram estabelecer ações que elevassem as condições materiais de sustentabilidade e desenvolvimento desse território. Podem-se citar, no Brasil, as ações iniciais visando à abertura de diálogo, principalmente com a Guiana Francesa, do ex-governador do Amapá, João Capiberibe, na década de 1990, que juntamente com autoridades guianenses estabeleceram uma linha de conectividade e integração entre essa Guiana e o Brasil.

Este diálogo resultou em ações de enfrentamento às questões comuns, principalmente aos problemas relacionados ao combate às práticas ilegais de tráfico, garimpo ilegal, e à criação de ações alternativas ao desenvolvimento regional, inclusive com intercâmbios

educacionais, na área da saúde, e no do turismo. Essas ações impulsionaram o governo estadual a criar um grupo de trabalho para o tratamento das questões de fronteiras internacionais, resultando na instalação do centro de ensino da língua francesa em Macapá, da participação do estado do Amapá em eventos de turismo em Caiena, e vice-versa; assim como em Paris, esse convite foi estendido para a cidade de Belém. Ainda, abriu caminhos para que, o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, começasse a tratar essa fronteira como uma possibilidade de integração com a França, a abertura de acesso e comunicação do Brasil com o mundo, através do mar do Caribe. Entretanto, observou-se que permaneceu a exclusão do poder local, neste caso, do município do Oiapoque, distante dessas negociações.

Entretanto, o desenvolvimento regional tendo como base o turismo com vistas à cooperação internacional e voltado à integração regional dessa fronteira é, nos últimos anos, uma das ações que tem constado das agendas governamentais. Isto é reforçado com as tendências atuais do desenvolvimento do turismo no Brasil, que tem priorizado ações com enfoque da regionalidade, acompanhando as diretrizes do Plano Nacional do Turismo (2007-2010), além da necessidade imposta pelo processo mundial de globalização do sistema econômico internacional. É importante ressaltar que o desenvolvimento regional do turismo, com vistas à cooperação internacional dessa fronteira, prescinde de uma construção política, socioeconômica e cultural calcada na forças e relações dos segmentos internos a essa região fronteiriça.

A segunda hipótese pode ser validada, em parte, pois a construção de um conceito exige o amadurecimento de idéias e discussões entre pesquisadores da temática, no caso turismo de fronteira. Não obstante, conclui-se com essa pesquisa nas fronteiras internacionais do Brasil, principalmente do cone sul, centro-oeste e no extremo norte, Brasil e Guina Francesa, que o turismo é uma atividade concreta nessas regiões e tem contribuído de forma singular, apesar de assistemática e sem parâmetros de planejamento, para as dinâmicas econômicas e sociais dessas regiões. Portanto, o contexto da atividade turística está exigindo que se apresente fundamentação teórica à análise de seu *modos operandis*, e a apresentação de um conceito para o turismo de fronteira contribui com essas discussões e definições.

Porém, mesmo apresentando um conceito de turismo de fronteira, fica-se com a certeza de que não é uma proposta rígida, fechada, mas como explanamos anteriormente, é a soma de idéias sistematizadas, que pretende contribuir para as discussões nacionais e internacionais postas recentemente por organismos e pesquisadores no Brasil e no mundo. Outrossim, considera-se que essa discussão é fundamental para contribuir com o planejamento e organização do turismo nessas regiões em vistas das peculiaridades locais, das

complexidades inerentes ao processo de desenvolvimento do turismo, e da polissemia inerentes às fronteiras. Por conseguinte, a abstração discutida no percurso dessa análise, de que as regiões de fronteiras internacionais apresentam um turismo que prescinde de parâmetros de análise é que propomos o conceito de turismo de fronteira, em cujo entendimento e possibilidades acreditamos.

Finalmente, esta tese defende a perspectiva de desenvolvimento regional do turismo de forma integrada, e que a cooperação internacional é um elemento fundamental para o turismo de fronteira. Igualmente, a implantação da gestão compartilhada, através da criação de uma rede de turismo internacional na fronteira Pan-Amazônia seria o caminho para o fortalecimento das iniciativas em voga nessa fronteira. Essa possibilidade só poder ser concretizada quando os governos nacionais e locais tomarem para suas agendas de ações, o turismo de fronteira e o desenvolvimento regional como uma verdadeira proposta de cooperação internacional na Pan-Amazônia, articulando as instâncias internacionais e posicionando essa proposta como uma ação de governo que extrapole os interesses políticos nacionais, numa perspectiva globalizada e de interesse internacional, face às transformações que essa fronteira vem vivenciando com as ações da IIRSA e do PAC.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Fábio de Andrade. Cooperação internacional e desenvolvimento sustentável. In: RUELLAN, Alain. CABRAL, Manuel. MOULIN, Nilson (Org.). **Desenvolvimento sustentável no Amapá: uma visão crítica**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007. P.229-273

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Bauru, EDUSC, 2002. 350p. 1 v

AMAZÔNIA. Agência de Desenvolvimento da Amazônia. **Pólos ecoturísticos**. Disponível em: <<http://www.ada.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2004.

AMAPÁ. **Dado Sócio Econômicos do estado do Amapá**. Disponível em: <<http://www.amapanet.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2007.

AMAPÁ. Secretaria de Turismo do Estado do Amapá – SETUR. **Informações turísticas do estado do Amapá**. Macapá. 2007.

AMAPÁ. Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá. **Dados estatísticos – econômicos sociais e de infra-estrutura**. Disponível em: <<http://www.seplan.ap.gov.br>>. Acesso em 22 out. 2007.

_____. **Áreas indígenas demarcadas**. Disponível em: <<http://www.seplan.ap.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2007.

_____. Secretaria de Planejamento. Disponível em: <http://www.seplan.ap.org.br>. Acesso em 22 de out 2007.

_____. **Unidades de conservação demarcadas**. Disponível em: <<http://www.seplan.ap.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2007.

_____. **Anuário mineral brasileiro**. Disponível em: <<http://www.seplan.ap.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2007.

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração. **Construindo uma economia sustentável**. Macapá: 2000. 123 p.

AMAPANET. **Dados socioeconômicos e turísticos**. Disponível em: <http://www.amapanet.com.br> . Acesso em: 30 nov. 2007.

ANDRADE, Rosemary Ferreira de. **Fronteira internacional: impulso ao crescimento ou à disseminação da endemia?**. Belém: UFPANAEA, 2006. 25p. (mimeo)

ARAGÓN, Luis. F. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: ARAGÓN, Luis F. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005. p. 13-23.

ARRILAGA, José Ignacio. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Rio, 1976

AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 223p.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519p.

BAHL, Miguel. Imigração como potencialidade turística. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 21-32, nov. 1994.

_____. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004. 192p.

BARQUERO, Antônio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 120p.

BARRETTO, Margaritta. **Planejamento e organização do turismo**. São Paulo: Papirus, 1991. 108p.

_____; BURGOS, Raul; FRENKEL, David. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. São Paulo: Papirus, 2003. 185p.

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁGIZI, Eduardo *et al.* (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 181-192.

_____. Significância contemporânea da fronteira – uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (Org), BECKER, Bertha *et al.* **Fronteiras**. Brasília: UNB; Paris: ORSTOM, 1998. p. 60-89.

_____. **Amazônia – geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 172p

BELISSARIO, Alessandro Magno Damasceno. **Fronteiras, frente pioneira e a atividade turística em Caldas Novas – GO**. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/Caminhos da Geografia.html>>. Acesso em: 1 out.2007, 23:45. p. 123-128

BENI, M. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. 200 p.

_____. A política de turismo In: TRIGO, L. G. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar**. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003, p. 133-150.

_____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998. 526p

BERTINI, Alfredo; CRUZ, Silvia H. R; GOMES, Gustavo Maia (Org.). **Cadeia produtiva do turismo na Amazônia**. Contrato BASA/IPEA/FADE n. 325; 2002. Recife: UFPE, 2004. 135p

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.bndigital.bn.br>>. Acesso em: 11 de nov. 2009.

BIESEK, Ana Solange; MIGLIORINI, Sonia M. dos Santos. **Território Fronteiriço do Brasil, Paraguai e Argentina: o turismo como elo de integração.** 2008. (mimeo).

BOLOGNESI-DROSDOFF, Maria Cecília. **Análisis y clasificación tipológica de casos de integración fronteriza.** Nov. 1986. p. 13-30

BOURDIEU, Pierre et al. **Profissão do Sociólogo** : Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. 328 p.

BOSIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: FAYOS-SOLA, E. **La nueva política turística. Arquitectura y turismo: planes y proyectos.** Barcelona: UPC, 1996. p. 59-70

BOUDOUX D'HAUTEFEULLE, Madeleine. **A fronteira num jogo de poder multiescalar: a França, a Guiana e a ponte sobre o Oiapoque.** In: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 2. dez. 2009. p. 1-17

BOULLÓN, Roberto C. **Atividades turísticas e recreativas – o homem como protagonista.** Tradução Maria Elena Ortega Assumpção. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2004. 208 p.

BRAGA, D. **Planejamento turístico – teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 225 p.

BRASIL. Decreto n.75, de 06 de outubro de 1957. Dispõe a concessão de favores fiscais a empresas consideradas de interesses para o desenvolvimento das atividades turísticas e dá outras providências do Poder Executivo. **Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 de out. 1957.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Demarcação de limites.** Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. Itamaraty. **Tratado de Cooperação Amazônico.** Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Carta FRONTUR 2004.** Santa Maria/RS: MTUR, 2004.

_____. **Carta de Iguassu.** Foz do Iguaçu, RS: MTUR, 2005.

_____. **Carta de Roraima.** Boa Vista/RR: MTUR, 2006.

_____. **Carta de Cuiabá.** Cuiabá/MT: MTUR, 2007.

_____. **Carta de Campo Grande.** Campo Grande/MS, 2008.

_____. **Carta de Santa Maria.** Santa Maria, RS, 2009.

_____. **Instrumento de pesquisa para o inventário da oferta turística.** Brasília, DF: MTUR, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretária de Políticas de Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: formação de gestores das políticas públicas do turismo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.

_____. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo**. ano 7, n. 22, abr. 2009.

_____. **Plano Nacional de Turismo** – Uma Viagem de Inclusão – 2007 – 2010. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. **Recursos naturais da Amazônia**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/html>>. Acesso em: 17 out. 2007.

_____. Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. **Recursos naturais da Amazônia**. Disponível em: < www.ibama.gov.br >. Acesso em: 17 out. 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População da Amapá**: urbana, rural, taxas de crescimento e densidade (1950-2000). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior. **Balança comercial de exportação no estado do Amapá – 1997-2000**. Disponível em: <<http://www.seplan.ap.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. Estudos e Pesquisas – Informações Econômicas. **Economia do Turismo** – Uma perspectiva macro-econômica. n. 12, 2003 – 2006. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. **Dados demográficos e sócioeconômicos dos estados do Amapá e Pará**. 2008.

BRASIL MACOM. Disponível em: http://www.brasilmacom.com.br/ima_ger/mapa-pa.jpg. Acesso em 03 de jan 2010.

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, crescimento e salários**. Texto para Discussão EESP/FGV n. 169. Versão de 14 de agosto de 2008.

CAMARATA, Emilce Beatriz. **Misiones**: turismo, paisage em la frontera com Paraguay e Brasil. Universidad Nacional de Misiones- Argentina. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/gruporetis/pdf/Cammarata.pdf>. Acesso em: 14 abril 2008. p. 1-19

CAMPOS, Raul; PINTO, Paulo. M. **Turismo ecológico**: uma proposta de desenvolvimento sustentável para a área de proteção ambiental de Belém. Belém: UFPA/NUMA, 1994. 62p.

CAMPOS, Raul Ivan R. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico**: limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA). 397f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica, 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975 . 143p.

CARDOSO, C. Flamarion S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817**, Rio de Janeiro: Graal. 1984. 201p.

CARDOSO, Francinete do S. Santos. **Entre Conflitos, negociações e representações: o contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX**. 2003. 207f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

CARDOSO, Orlando. Belém disputa os turistas da Guiana. A cidade se oferece como opção para os que têm queda pela região Nordeste. **O Liberal**, Belém, jun. 2007. Caderno Popular, p.12.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Célia et al. (Org.) **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001. P. 7-32

CASTRO, Maria Luiza de.; PORTO, Jadson. **Ponte Brasil/Guiana Francesa: OS Paradoxos da Integração num Contexto Multi-Escalar**. Disponível em <<http://www2.unifap.br/professor/jadsonporto>>. Acesso em: 10 dez. 2009. p. 1-22

CASTROGIOVANNI, Antonio C.; GASTAL, Susana. **Fronteiras e Turismo: tensionando conceitos**. 2006. 15p. (mimeo).

CARVALHO, Guilherme. **BR-156 no Amapá: Estado, integração e conflitos sócio-ambientais**. 2005. (mimeo)

CAVACO, Carmina. Fronteira Portugal—Espanha e Individualidade Territorial. **Revista Finisterra**. Lisboa: XXXII, 63, 1995 l. p. 159-166

CAVALCANTE, Paulo B. **Guia Botânico do Museu Goeldi**. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 1982. 2 ed. 51p. (Série Guias, 4).

CAVALCANTI, Alexandre. Real barato atraí turistas. Os preços baixos dos shopping centers da capital paraense são o principal atrativo para os guianenses. **O Liberal**. Belém, abr. 2005. (Caderno Paineis)

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992. 160p.

COSTA, Francisco de Assis. **Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA, 2006. 41p. (Texto Didático para o PDTU)

COUDREAU, Henri A. **La France équinoxiale: voyage a travers Lês Guyanes et L'Amazonie**. Paris: Challamel Ainé Editeur, Librairie Coloniale, 1887. 436p.

COUDREAU, Henri A. **La France Equinoxiale: études Sur les Guyanes et L'Amazonie**. Tome Premier, Paris. Librairie Coloniale, 1886. 495p.

COURLET, Beatriz Azevedo **Identidades em uma zona de fronteira** : a região do prata no período colonial. 2006.

CREVAUX, Jules. **Voyages dans L'Amérique du Sud**. Paris: Huchette, 1883. 635 p.

CREVAUX, Jules. **Le mediant de l'Eldorado** – De Cayenne aux Andes (1876 – 1879). Paris: Editions Phébus, 1987. 413p.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. 2. v. (Coleção amazônia. Série José Veríssimo)

_____. **Ruas de Belém**: Significado histórico de suas denominações. [Belém]: Conselho Estadual de Cultura, 1970. 163p.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. 167p

CRUZ, Silvia Helena Ribeiro. **Os impactos do turismo na ilha de Marajó (PA)** – Aspectos ambientais da Praia do Pesqueiro. 1999. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação/Turismo e Lazer) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Turismo – Cooperação Internacional na Amazônia**. 1990. 55f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Turismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 1990.

_____. **Turismo e Cultura**: mudança cultural no Município de Soure em decorrência da Exploração do Ecoturismo. In: Seminário de Iniciação Científica da UFPA, 1998, Belém. Belém: UFPA, 1998. p. 24-27.

_____. Turismo Sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 133-146

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciência**. n. 19, ano 7. Jun. de 1992. p.40-55

DA ROS, José Pedro. Perspectivas para o turismo rural no Amapá. **Revista Ciência e Sociedade**. v. 3, n. 3. ago/dez 2006. Macapá: Faculdade Seama. p. 105-177.

DAVIS, S. H. **Victims of the miracle**: development and the Indians of Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. 205p.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003

DURKEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Marin Claret, 2004, 115p. (Coleção Obra Prima de Cada Autor).

DRUMMOND, J. A, PEREIRA, M. DE Araújo. **O Amapá nos tempos do Manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 500p.

ENDRES, Ana Valéria. **As mudanças na condução política do Estado e seus reflexos nas políticas públicas de turismo: em análise o Programa Nacional de Municipalização do Turismo.** 1999. 133f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

ENDRES, Ana Valéria. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo e a constituição do Conselho Municipal de Turismo: em análise, Belém do Pará. **Veredas Revista Científica de Turismo**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2002 a. p. 89-108

EMAÚS. Movimento República do Emaús. **Tráfico de mulheres, crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil: Amazônia.** Relatório de Pesquisa. Belém. 2002. 165p.

EMBRATUR. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo.** Brasília, 1998.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico.** Brasília, 1996.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico.** V. 35. 2008.

EVANS, P. O estado como problema e solução. In: **Revista de Cultura e Política.** Lua Nova: n. 28, 29, 1993. p.107-156

FAZENDA, Ivani. Reflexões metodológicas sobre a tese: “Interdisciplinaridade: um projeto em parceria”. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 147-162

FENELON, Dea. Pesquisa em História: Perspectivas e Abordagens. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 119-136

FENZL, Norbert. Estudos de Parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. In: XIMENES, Tereza (Org). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para Amazônia** 21. Belém: UFPA/NAEA. 1997. 657p.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Ceres e Rio Verde: dois momentos da expansão da fronteira agrícola. IN: AUBERTIN, Catherine (Org.). **Fronteiras.** Brasília/ Paris: UNB/ ORSTOM, 1988. 250 p. p. 38-59.

FIGUEIREDO, Silvio. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 1999. 207p.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteira.** São Paulo: Radical Livro, 2009. 213p.

FRANÇA, Jéssika P. **Políticas Públicas de Lazer no Município de Belém: concepções e intervenções**. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

FRANCE. **Demographie**. Division de la Population et Comtrade, Nations Unies, Caribben Tourism Organization, INSEE, Banque Mondiale, Instituts Nationaux de Statistique, Université Antilles-Guyane, Programme des Nations Unies pour le Développement 1998 – 2006.

FRANCE. Guyane La Région. **Programme Opérationnel de coopération transfrontalière – 2007/2013** - Amazonie evaluation strategique environnementale. Rapport final. Paris: Août 2007.

FRANCE. Ministère de l'outre mer. **Les différentes circonscriptions territoriales**. Disponível em : <<http://www.outre-mer.gouv.fr/outremer>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Refletindo sobre a gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. Revista Turismo em Análise. v. 20, n. 3, dez 2009. P. 391 - 408

GALLERO, Álvaro López. **Fronteras, Migraciones y Turismo**. In: Espacio Urbano y Turismo de Frontera del IV Seminario de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Caxias do Sul, 7 y 8 de julho de 2006. p. 1-12

GANGER, Stéphane. **Guiana Francesa, um território europeu e caribenho em via de « sul-americanização » ?** . Confins, Projeto de pesquisa/Position de recherche, mis em ligne le 10 nov. 2008. Disponível em : <http://confins.revenues.org/document5003.html>. Consulté le fév. 2009. p. 1-11

GATTI, Flávio; SILVA, Leodete; NUNES SOBRINHO, Rosangela. **Frenteira Brasil/Bolívia: História, cultura e turismo na integração regional**. Disponível em:<http://www.egal2009.easyplanners.info/area01/1055_GATTI_FLAVIO.doc>. Acesso em: 21 dez. 2009. 14h36. p. 1-15.

GARRINHAS, João. **Elvas: Uma nova visão urbana transfronteiriça**. Trabalho apresentado durante o Congresso Internacional Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano. Lisboa, Portugal, nov. 2004. p. 1-14

GEOCITIES.**Município do Oiapoque**. Disponível em : <<http://www.geocities.com/kouroufrenchguiana/>>. Acesso em: 27 fev. 2008.

GEOCITIES. **Comuna de Saint George**. Disponível em: <<http://www.geocities.com/kouroufrenchguiana/>>. Acesso em: 27 fev. 2008.

GEIGER, Pedro P. **Regiões de fronteira no Brasil**. Ensaio apresentado à conferência Internacional de desenvolvimento regional: the Challenge of the frontier, promovido pela Ben Gurion University, em Israel, dez 1993.

GIDDENS, A. Capitalismo, Industrialismo e Transformação Social. In: **O Estado-Nação e a Violência**. São Paulo: EDUSP, 2001.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo – princípios, práticas e filosofias**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 8 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2002. 478p.

GOMES, Eduardo. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá**. 2007. 132f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Orientação de Ligia Simonian

GOMES, F. S. (Org.). Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII – XIX). Belém: EDUFA, 1999. 258p.

GONÇALVES, Alfredo. **Verdadeiro Eldorado: O território D’Amapá – Antigo contestado franco-brasileiro**, Rio de Janeiro: 1932.

GRENAND, Françoise; Pierre, GRENAND. **Migração dos homens e migração dos nomes das plantas**. In: Anais do XXXV Congresso Nacional de Botânica – Manaus – 1984. Brasília: Sociedade Brasileira de Botânica, 1990.

GRENAND, P. **Ainsi parlaient nos ancêtres – essai d’ethnohistoire “Wayapi”**. ORSTOM. Paris: 1982.

GRENAND, F. **O Oiapoque: um rio compartilhado: Observatório Sociedades/Meio-Ambiente**. Cayenne: CNRS. 2009. p. 1-7.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O Mundo multi-polar e a Integração Sul-Americana**. 2007. 22p. (mimeo).

GUYANE. Comitê. **Tourisme de la Guyane**. Disponível em: <<http://www.tourisme-guyane.com>>. Acesso em 10 nov. 2007. 02h25min.

GUYANE. Comitê. **Incroyable Guyane**. Disponível em: <<http://www.tourisme-guyane.com>>. Acesso em 22 de out. 2007.

_____. **Les flux touristiques au départ de l’aéroport de Cayenne-Rochambeau 2007: De plus en plus de touristes en Guyane**. n. 31. jui. 2008.

GUYANE. Prefecture. **La guyane – situation géographique, économique et la démographie**. Disponível em: <<http://www.guyane.pref.gouv.fr/>>. Acesso em 22 de out. 2007. 17h25

GUYANE. Parque. **Recursos naturais**. Disponível em : <<http://www.pnr-guyane.org.fr/>>. Acesso em 22 out. 2007.

GUYANE. **Parc Amazonien de Guyane**. Camopi. 2009.

GUYANE. **La Charte du Parc amazonien de Guyane en question**. 2009.

HALL, C.M. **Planejamento turístico:** políticas, processos e relacionamentos [Trad. Sciulli. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004. 296p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, v.1. 388p. 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm F. **Estética: a idéia e o ideal; Esyética:** o belo artístico ou o ideal. Tradução Orlando Vitorino. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores)

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 315p.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade. **Projeto de turismo comunitário tartaruga imbricada.** Oiapoque. 2009.

IEL. Instituto Euvaldo Lodi; SEBRAE Unidade Técnica do Oiapoque. **Diagnóstico do Turismo Receptivo nos Municípios do Oiapoque e Laranjal do Jari.** Relatório Técnico. 2009. 102p.

INSTITUT. Services – tourisme-transport. **Institut National de la Statistique et de études économique.** Disponível em: <<http://www.guyane.pref.gouv.fr>>. Acesso em 25 de nov. de 2007.

INSEE. Institute National de la Statistique et des Études Économique. **Les flux touristiques au départ de l'aéroport de Cayenne-Rochambeau 2007 – De plus en plus de touristes em Guyane.** Cayenne. nº 31. jui. 2008.

IRVING, Maria de Azevedo. Áreas Protegidas de Fronteiras e Turismo Sustentável na Amazônia: Entre o Surrealismo e a Invenção. **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador. ano 8, n. 13, Jan. 2006. p. 35-49

JÚNIOR BAUDUCCI, Álvaro, LAMBERT, Eliana e MARTINS, Patricia C. Statella. **Turismo de Compras na linha de fronteira Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR): nova centralidade?** Trabalho apresentado ao GT “Espaço urbano de turismo de fronteira” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006. p. 1-10.

KAWULICH, Barabara B. **Participation observation as a data collection method.** In: <<http://www.qualitative-research.net/fgs/>>. v. 6, n. 2, may. 2005. p.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Lazer: para uma nova compreensão das viagens. São Paulo: Aleph, 1989. 184p

LAGE, B.H.G.; MILONE, C. **Economia do Turismo.** Campinas, SP: Papirus, 1991. 122 p.

LATTUCA, L.R. **Creating interdisciplinary.** Vanderbilt University Press, 2001.

LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. **Flexibilidade defensiva ou flexibiliade ofensiva:** os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. [1996?]

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 85p.

LENÁ, Philippe. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, Catherine (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UNB; Paris: ORSTOM, 1998. P. 90-129.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. Notas sobre expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E (Org.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: CEJUP: MPEG: Belém, 1992. p. 9-20. (Coleção Eduardo Galvão).

MACHADO, Lia Osório de. Limites, Fronteiras e Redes. In: T. M. Strohaecker, A; Dminiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41 – 49.

MACHADO, Lia O. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**. Rio de Janeiro: v. 8, 9-29, 2000

MALINOWSKI, B. **Argonauts of the Western Pacific**. London: Routledge & Kegan Paul, 1922.

MARTINS, Edílson. **Amazônia, a última fronteira** – A saga dos oprimidos/As multinacionais/A iminência de um deserto. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981. 260p.

MARTINS, Patrícia Cristina; BAUDUCCI Jr, Álvaro. **Turismo de Compras no território Fronteiriço de Pedro Juan Caballero/PY**: Breves Considerações. Este trabalho foi apresentado ao GT “Turismo urbano e de fronteiras na América Latina” e publicado nos anais do V Seminário de Pesquisa em turismo do MERCOSUL realizado em Caxias do Sul – RS/BR nos dias 27 e 28 de junho de 2008. 10 p.

MARTINS, Patrícia Cristina. **Dinâmicas sócio-culturais em áreas fronteiriças**. Apresentação realizada durante o 5º FRONTUR. Campo Grande, 2008.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. Relações Bilaterais Brasil/França: A nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/ Guiana Francesa no Contexto global. 2008. 162f. Dissertação de (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira** – A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 187p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATHIS, Armin. Reflexões sobre a Reforma do estado na Amazônia. In: COELHO, Maria C *et, a.l* (Org.). Estado e Políticas Públicas na Amazônia. Gestão do desenvolvimento Regional. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 2001. p. 121 - 136

MAX, Claudio Zarate. **Desenvolvimento das economias locais de fronteira**: as dissimetrias, as possibilidades de cooperação econômica e o papel das proximidades organizacionais.

Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/05/czm-htm>>. Acesso em: 11 jan. 2010. 10h53. p. 1-18

MENDES, Armando. **Viabilidade econômica da Amazônia**. Belém: UFPA, 1971. 151p. (Coleção amazônica: série Tavares Bastos).

MENDONÇA, Luciana de Andrade. **Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú: uma fronteira ambientalista entre Brasil e Argentina**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, XXII, 2002, Brasília. p. 1-15

MENEZES, Maria Lúcia Pires. **Fronteiras e bordas na Amazônia Brasileira: considerações sobre três cidades**. IN: Revista Electrônica de Geografia y Ciencias Sociales – *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona. nº 45 v.38, 1 ago 1999. p. 1-13

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000. 140p.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo de compras**. Porto Alegre: SENAC, 1998. 60p.

MOLINA, Sérgio. **Turismo – metodologia e planejamento**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005. 125p.

MONTEIRO, Rodrigo Márcio Gomes. **O Estudo da Vila Brasil no Município do Oiapoque: os conflitos e as contradições das políticas públicas na Faixa de Fronteira Amapaense**. Belém: UFPA, 2009. p. 1-8.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. **O Amapá em Perspectiva: uma abordagem histórico-geográfica**. Macapá: Gráfica J.M, 2005. 167p.

MORAN, Emilio F. **A Ecologia humana das populações da amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 367p.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: UFPA, 1966. 174p.

MOTA, Carlos Renato. As Principais Teorias e Práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN (org.). **A Dificil Sustentabilidade** – Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 27- 40.

NASCIMENTO, José Lúcio B. do. **O surfe na Pororoca** – sustentabilidade e turismo em São Domingos do Capim - PA. Belém: EUFPA, 2007. 153p.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. **Políticas públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no pólo Belém/Costa Atlântica**. 2009. 114. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2009.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **Relações Internacionais e Defesa na Amazônia**. Belém, NAEA/UFPA, 2008. 243p.

NAISBITT, John. Turismo: A globalização da maior indústria mundial. In: **Paradoxo Global**. São Paulo: Campus, 1994. p. 115-167.

NETTO, Alexandre, TRIGO, Luiz. **Reflexões sobre um novo turismo**: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003. 109p.

NETO, Pedro Fernandes. Caracterização Geográfica da Faixa de Fronteira Continental Norte do Brasil. 2003. 47f. Monografia (de Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. **O Turismo, O Reencontro e a Redescoberta da Região das Missões**. 2007. 177p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Marcio Gimene de. **A Fronteira Brasil – Paraguai**: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. 2008, 110p. Dissertação de Mestrado. (Programa de Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) - UNB – Instituto de Ciências Humanas – Departamento de Geografia, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, FFLCH/USP, v. 39, n. 1, São Paulo, 1996. p. 13-37.

OLIVEIRA, José Aldemir. O horizonte das cidades na Selva. In: **Cidades na selva. Manaus**. Valer, 2000. P. 181-205.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Turismo Internacional** – uma perspectiva global. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003. 254p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Introducción al turismo**. Madri, 1998. 143p.

_____. **Código de ética mundial para o turismo**. Disponível em: <<http://www.world.tourism.org>>. Acesso em: 29 fev. 2008.

OTCA. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Plano estratégico** – 2004 – 2012. Brasília, 2004.

PADILHA, Oscar de Torre. **El Turismo** – Fenomeno Social. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.134p.

PAIVA, Maria das Graças de M. V. **Sociologia do Turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. 87p.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. **Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e Planejamento da Região Internacional de Corumbá/MS**. 2006. 201f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. **Turismo na Fronteira – Identidade e Planejamento de uma Região**. Campo Grande, MS: UFMS, 2006. 225p.

PARÁ. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 22/02/2010.

PARATUR. Companhia Paraense de Turismo. **Relatório do Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Belém – PA**. Belém, 2009. 395p.

PAUL-GUERS, Cendrine. **O Rio Oiapoque: povos indígenas e fronteiras**. Revista Mosaico, v.1, n.2, jul./dez., 2008. p.169-177.

PEBAYLE, Raymond. **As Regiões Fronteiriças e o Projeto de Integração do Mercosul**. 2008. p. 219-225. (mimeo)

PETROCCHI, Mario. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001. 459p.

PINTO, Paulo Moreira . Unidades de Conservação da Amazônia: Ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PA).In: SIMONIAN, Ligia T. L, COELHO, Maria Célia e FENZL, Norbert. (Org.) **Políticas Públicas na Amazônia – Gestão de Recursos Naturais**. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 2000. P.55-69.

_____. **Unidades de Conservação, turismo e exclusão social no Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas**. 2006. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviços Social)- Centro Socioeconômico da Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Orientação de Ligia Simonian

PORTER, M. A. **A vantagem competitiva das nações**. 10 ed. Rio de Janeiro: Camus, 1989.

PORTO, Jadson; SILVA, Gutemberg. Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. **Novos Cadernos do NAEA**. v. 12, n.2, p. 253 – 267, dez 2009.

POSSAS, M. L. Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial. Implicações para o Brasil. In: **Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças**. Rio de Janeiro: Fórum Universitário, 1996, p.71–117.

QUARESMA, Helena D. **Projeto Turismo Sustentável: tendências, limites e possibilidades em Parques Nacionais da Amazônia Brasileira**. Belém: NAEA/UFPA, 2003. 122p.

QUARESMA, Helena D. de A. B. **Turismo na terra de Macunaíma: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia**. 2008. 423f. Tese (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. **The Comparative Method in Social Anthropology**. Huxley Memorial Lecture. Journal of the Royal Anthropological Institute. London, 1951. (publicado em 1952).

RAMOS, F. *et al.* **Uma fronteira em constante mutação?** Texto da disciplina Ambiente e Ocupação da Região do Cerrado. Mestrado em Geografia, UFG, 2003.

REIS, Arthur C. F. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira** – A fronteira colonial com a Guiana Francesa. 1º tomo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. P.250p.

_____. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1949. 182p.

REJOWSKI, Miriam. **Turismo e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1996. 167p.

RETIS. Limites e fronteiras políticas internacionais: uma discussão bibliográfica. Disponível<<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02diss0102.htm>>. Acesso em: 23 ago 2010.

ROCHA, Genilton. O. Ecoturismo na Amazônia: uma análise das políticas planejadas pela Sudam. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Ambiente – reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 161-177

ROMANI, Carlo. Algumas Geografias sobre a Fronteira Franco-Brasileira. Ateliê Geográfico. v. 2, n. 3, maio/2008. P. 43 - 64

RODRÍGUES, O. Introdução geral In: **CEPAL - Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981, p 15-28.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. Belém: Grafimorte, 2006. 88p.

SANTOS, M. **Natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004. 306p.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a *belle époque* (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000, v.1. p.152.

SCHNEIDER, S; SCHIMIT, C.J. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: 1998. v.9. p.49-87,

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: Uniontur, 1983. 167p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.

SCHLUTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003. 192p.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. 2008. 175f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Gutemberg de V.; RUCKERT, Aldomar A. **A fronteira Brasil – França** – Mudança de usos políticos-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). *Confins*

[on line], 7/2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index6040.html> Acesso em: 30 nov. 2009. p. 1-22.

_____. **Velho-Novos Usos Político-territoriais da Fronteira entre Amapá e Guiana Francesa.** 2009. 27p. (mimeo)

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Estratégias de cooperação e Obstáculos nas Relações Internacionais entre o Estado o Estado do Amapá e o Departamento da Guiana Francesa.** Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-94-4444_20080505211915.pdf . Acesso em: 26 jan. 2010.

SILVA, José Guilherme C. da. **Oiapoque: uma parabólica na floresta – Estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia brasileira.** 2006. 151f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, José Maria da. A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá – Guiana Francesa. In: **História Revista.** Goiânia: UFG, 10(2), jul./dez. 2005. 26p.

SILVA, Jorge Antonio. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: Uma Análise Urbano Regional Baseada em CLUSTER.** 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação_ - escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Ligia O. **Fronteira e Identidade Nacional.** Este trabalho integra o projeto “A política de ocupação de terras públicas e a construção do Estado: um estudo comparado da “fronteira móvel” na Argentina, Brasil e Estados Unidos”. 1999/2001. 23p.

SIMONIAN, Ligia T. L. **The Guianas and the global connections: the Brazilian garimpeiros in the region.** Paper apresentado no Seminário Internacional de História, realizado em Goiânia, no Campus da UFG, em outubro de 2005. 25p. (mimeo).

_____. Políticas Públicas, Desenvolvimento sustentável e recursos naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, Célia, SIMONIAN, Lígia, FENZL, Norbert (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia; gestão de recursos naturais.** Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000. p. 9-53

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, Cláudia e RUGGERI, Sandro. **Imagem e pesquisa na Amzônia – ferramentas de compreensão da realidade.** Belém: Alves Gráfica, 2007. p. 17-52.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, Luis. E. **População e meio ambiente na Pan-Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 2007. P. 25-44.

_____. et al. **Unidades de conservação em Martírios/Andorinhas – perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas.** Belém, 2007. 89p. Ilustrado.

SIMONIAN, L. T. L.; FERREIRA, R. da S. **Trabalho e vida em terra estrangeira**: o caso dos Imigrantes Brasileiros na Guiana Francesa. *História Revista*, Goiânia, UFGO, v. 10, p. 227-253. n.2, jul./dez. 2005.

SOARES, Ana Paulina. **Travessia**: Análise de uma Situação de Passagem entre Oiapoque e Guiana Francesa. 1995. 112f. Dissertação (Mestrado Departamento de Geografia – Geografia Humana) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1995.

SONEIRO, J.C. **A aproximación a la geografía del turismo**. Espanha: Sentesis, 2004. 215p.

SOUZA, Jorge Alex de A. **As diretrizes políticas do programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Lições do passado e possibilidades futuras das estratégias de desenvolvimento regional. Belém: UFPA, 2006. 25p. (mimeo)

STEIMANN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteiras**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002.141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 576p.

STRONZA, Amanda. Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives. In: **Annual Rev. Anthropology**. Annual Reviews. California/USA, 2001. p. 261-283. p. 261-283

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: setor público e cenários geográficos. São Paulo: Aleph, 2000. 114p.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores no Estado do Amapá**: Uma contribuição para o desenvolvimento Regional. Macapá: J. A. Tostes, 2006. 192p.

TRANSPORTES . Disponível em: <http://www.transportes.gov.br>. Acesso em 02 jan 2010.

TRIGO, Luiz; NETTO, Alexandre. **Reflexões sobre um novo turismo**: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003. 109p.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi, **Turismo básico**. São Paulo, Senac, 2002. 85p

TURISMO. Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo. **Código de ética do bacharel em turismo**. Disponível em <<http://www.abbtur.org.br>>. Acesso em 29 fev. 2008.

URRY, John. **O Olhar do Turista**: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 231p.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: DIFEL, 1976. 261p.

ZULUAGA, Germán Ignacio Ochoa. **El turismo como alternativa de desarrollo en la frontera amazónica Colombia, Brasil y Perú.** 2008. (mimeo). 22p.

_____. **Turismo em La Amazonia.** Entre El desarrollo convencional y las alternativas ambientales amigables. Bogota: Guadalupe Ltda. Universidad Nacional de Colombia. Sede Amazonia. 2008. 232p.

WAHAB, Salah – Eldin Abdel. **Introdução à Administração do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 1977. 242p.

WTTC. World Travel & Tourism Council. **Travel & Tourism Economic Impact Research.** March 2009. Disponível em <http://www.wttc.org>. Acesso em 27 ago. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista internet – “Expertises em turismo”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

1. Qual a sua compreensão sobre o termo – TURISMO DE FRONTEIRA?

É possível conceituá-lo?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista Brasil/poder público.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

1. Como é definida a política de turismo do Departamento Ultramarino? Qual instituição daqui do país que articula a política de turismo na Guiana Francesa?
2. Como é estruturada a política de turismo do Brasil em relação à DUF? Há instrumentos legais com diretrizes e ações, como Plano de Desenvolvimento do Turismo?
3. Há ações específicas, no que concerne à política de turismo para a área limítrofe de fronteira? Oiapoque/ Saint George-Oyapoc?
4. Como o Brasil analisa a importância do acordo de cooperação assinado entre Guiana Francesa, Suriname e Brasil (estado do Amapá), objetivando o desenvolvimento do turismo, assinado no dia 21 de setembro de 2007?
5. Quais as áreas turísticas francesas de interesse do Brasil pra estabelecer ações de turismo?
6. Existem ações em operação entre Brasil e Guiana Francesa visando o desenvolvimento do turismo?
7. O Governo do Brasil vê possibilidades de estabelecer ações visando o desenvolvimento de roteiros turísticos integrados com a Guiana, potencializando tais ações?
8. Há dados estatísticos sistematizados quanto ao fluxo turístico, de saídas e entradas, assim como estudos sobre a geração de renda em decorrência do turismo? Contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil? Contribuições socioculturais do turismo para o desenvolvimento do Brasil?
9. O que você entende por turismo de fronteira?

- Solicito, caso seja possível, o envio dos documentos disponíveis e que contenham a política de turismo gerenciada pelo Ministério em relação à Guiana Francesa, como acordos de cooperação, plano de desenvolvimento do turismo e estudos que demonstrem o fluxo de turismo dessa área e seus impactos na economia local;

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista Brasil e Guiana Francesa/empresários.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

1. Como está o comportamento do fluxo turístico de Caiena para Belém/Macapá?
2. Quais os tipos de passeios oferecidos?
3. O turista da Guiana vem para o Brasil mais de uma vez ao ano, e vice-versa?
4. Você possui controle desse fluxo na sua empresa?
5. Como está o transporte aéreo entre o Brasil e a Guiana, e em que está afetando o turismo?
6. Você acha que é possível estabelecer uma ação de desenvolvimento do turismo nessa área de fronteira, visando cooperação pelo turismo?
7. O que você entende por turismo de fronteira?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista comitê de turismo da Guiana Francesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

1. Como é definida a política de turismo do Departamento Ultramarino? Há orientação da Metrópole? Qual instituição que articula a política de turismo da Guiana Francesa?
2. Como é estruturada a política de turismo da Guiana Francesa? Há instrumentos legais com diretrizes e ações, como Plano de Desenvolvimento do Turismo?
3. Há ações específicas, no que concerne à política de turismo para a área limítrofe de fronteira? Saint George-Oyapoc?
4. Como a Guiana Francesa analisa a importância do acordo de cooperação assinado entre Guiana Francesa, Suriname e Brasil (Estado do Amapá), objetivando o desenvolvimento do turismo, assinado no dia 21 de setembro de 2007?
5. Quais as áreas turísticas brasileiras de interesse da Guiana Francesa para estabelecer ações de turismo?
6. Existem ações em operação entre Brasil e Guiana Francesa visando o desenvolvimento do turismo?
7. O Governo da Guiana Francesa vê possibilidades de estabelecer ações visando o desenvolvimento de roteiros turísticos integrados com o Brasil, potencializando tais ações?
8. Há dados estatísticos sistematizados quanto ao fluxo turístico, de saídas e entradas, assim como estudos sobre a geração de renda em decorrência do turismo? Contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto - PIB da Guiana Francesa? Contribuições socioculturais do turismo para o desenvolvimento da Guiana Francesa?

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista comunidades.

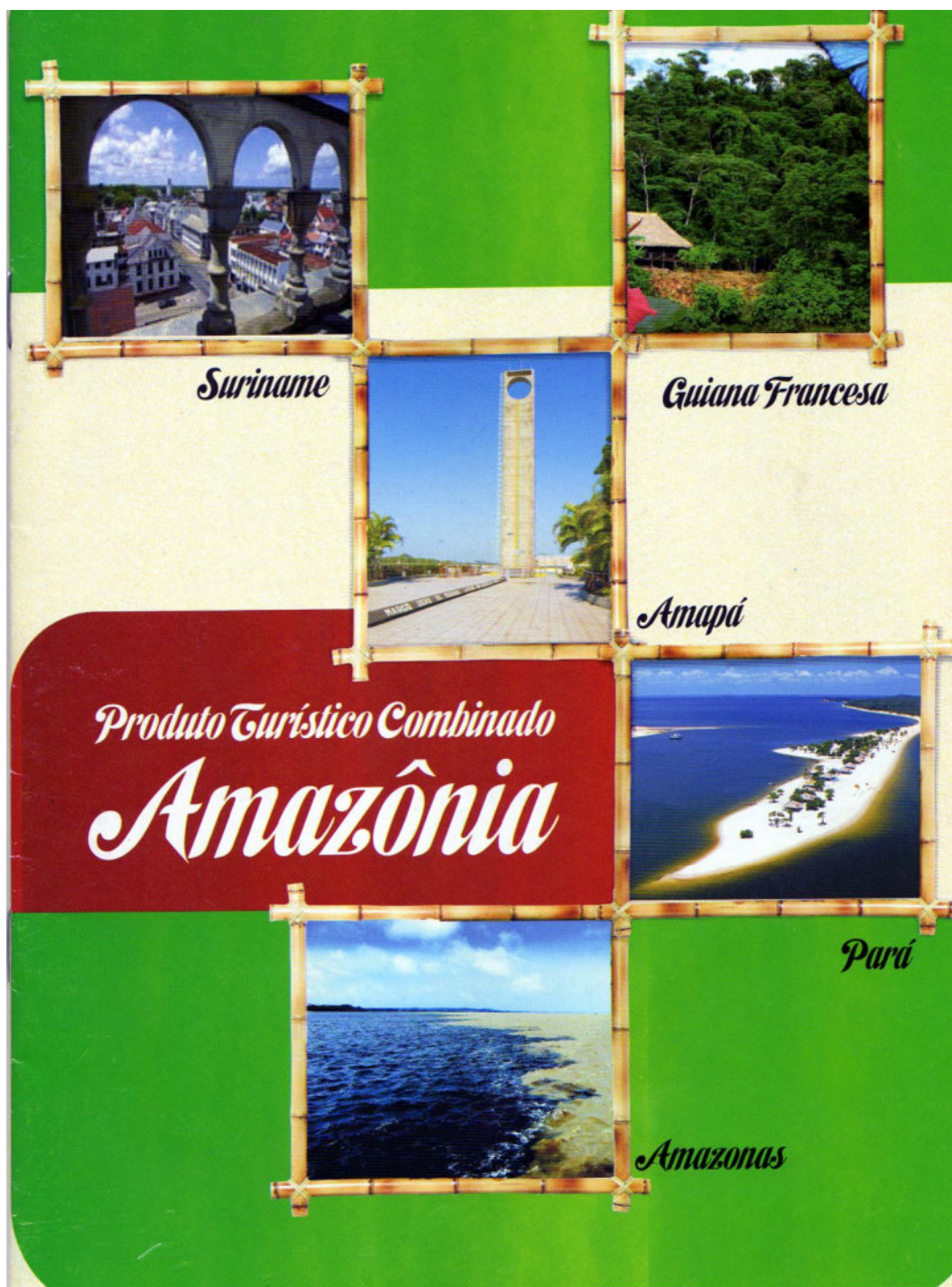


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

1. Qual a perspectiva para o desenvolvimento do turismo com a construção da ponte binacional?
2. A comunidade foi ouvida sobre a construção da ponte e seus reflexos na sociedade local?
3. Qual o envolvimento da comunidade com o turismo local?
4. Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade frente as questões sociais, políticas, econômicas e ambientais?
5. O que você entende por Turismo de fronteira?
6. Qual a sua percepção em relação ao desenvolvimento do turismo na fronteira norte e as possibilidades de cooperação com o país vizinho?

ANEXOS

ANEXO A



Primeiro Produto Turístico Combinado *Amazonia*

No âmbito dos seus respectivos objetivos em matéria de cooperação regional, o Comitê de Turismo da Guiana Francesa, o Suriname Tourism Foundation, a Secretaria de Turismo do Estado do Amapá, a Companhia Paraense de Turismo - Paratur e a Amazonastur - Órgão Oficial de Turismo do Amazonas, puseram os seus esforços em comum, a fim de desenvolver o Produto Turístico Combinado AMAZÔNIA.

Os representantes destas cinco regiões tem como finalidade colocar à disposição da clientela turística de europeus, do norte e do sul-americano, um produto turístico de qualidade.

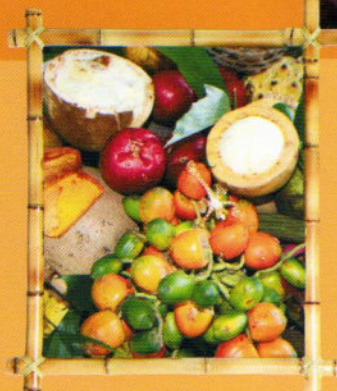
Cada parceiro definiu elementos-chave que devem chamar atenção para o seu potencial turístico e contribuir para a certificação do identificado "Produto Turístico Combinado Amazônia". O principal objetivo é garantir um produto homogêneo, baseado em tipologias de destinos diferentes.

Este produto único e original dará aos visitantes a oportunidade de descobrir cinco regiões fabulosas do continente sul-americano, situadas no meio do coração da Amazônia. A cada etapa, paisagens intactas revelam-se e os encontros com as culturas mestiças serão momentos mágicos.

A Amazônia é um convite para descobrir os mistérios do "Oceano verde", um "Mar de Esmeraldas", onde a vegetação resplandece exuberante e misteriosa ao mesmo tempo.



Assinatura da convenção de parceria do produto turístico combinado. Feito em Paramaribo no mês de Julho de 2007. Da esquerda à direita: O Sr. Jean-Elie Pannelle, Presidente do Comitê do Turismo da Guiana (CTG), o Sr. Armand O. Li-A-Young, Diretor do Suriname Tourism Foundation (STF) e a Sra. Deusemi Oliveira de Souza, Secretária de Turismo do Estado do Amapá (SETUR).



2



ANEXO B – Acordo sobre o estabelecimento da cooperação no turismo amazônico.

*TRADUZIDO DE XEROX EM INGLÊS PELA TRADUTORA JURADA
DRS. H.G.B. GAIKHORST. PARAMARIBO, 15 DE SETEMBRO DE 2007*

ACORDO SOBRE O ESTABELECIMENTO DA COOPERAÇÃO NO TURISMO AMAZONICO
--

Os abaixo assinados:

A Fundação de Turismo em Suriname, depois indicada como “STF” estabelecida em Dr. J.F.Nassylaan 2, Paramaribo, representada por seu Diretor, Armand O.Li A Young,

O Comité de Turismo na Guiana Francesa, depois indicado como “CTG”, estabelecido em rua Lallouette 12, 97300 Cayenne, representado por seu Presidente, Jean-Elie Pannelle,

A Secretaria de Estado do Turismo no Estado de Amapá, estabelecido em Rua Bingo Ochoa 29, centro, 68906-090 Macapá, representado pela Secretária de Estado Deuseni Oliveira Da Souza

O coletivo de partes depois será chamado : “os parceiros”,

Considerando a Carta de Intenção de Cooperação entre a Fundação de Turismo em Suriname, o Comité de Turismo na Guiana Francesa, a Secretaria de Estado do Turismo no estado de Amapá, e a Associação de Turismo da República Cooperativa de Guiana, assinado no dia 13 de Abril de 1999 em Paramaribo;

Visto a Carta de Intenções assinada pelo Ministro responsável por Turismo na França e o Ministro de Suriname de Transporte, Comunicação e Turismo, assinado no dia 23 de Novembro de 2004 em Paramaribo;

Visto a Carta de Intenções assinada pelo Conselho Regional da Guiana Francesa e o Governador do Estado de Amapá no dia 18 de Julho de 2003;

Considerando o informe conclusivo da pesquisa realizada por ODIT França, a requerimento do Ministro de Turismo da França em junho de 2006;

Considerando os resultados da Reunião para Cooperação Regional na área do Turismo, do dia 10 de Maio de 2007 em Cayenne, Guiana Francesa, onde os abaixo assinados participaram;

Considerando os resultados da Reunião sobre o Estabelecimento do Produto Combinado Identificado Amazonico, realizada em Paramaribo, segunda-feira dia 23 de Julho de 2007;

Têm convencionado o seguinte:

Artigo 1: Estrutura do Acordo

De acordo com a Carta de Intenções de 13 de Abril de 1999, os parceiros expressam mediante este acordo o seu compromisso para a criação e implementação de um produto turístico combinado, na forma de um pacote incluindo as atrações turísticas principais de cada destinação.

Os parceiros decidem portanto de assinar este acordo, com o objetivo de definir os princípios e detalhes de implementação da cooperação acima explicada entre eles.

Os parceiros – de acordo com a cooperação que existia no momento de assinar a Carta de Intenções do dia 13 de Abril de 1999, expressam seu desejo de incluir o “Tourism Board of the Republic of Guiana” no Produto Turístico Combinado Amazonico” e vão encorajar o “Tourism Board of the Republic of Guiana a para re-entrar nesta parceria e participar ativamente. STF vai tomar iniciativa neste sentido, informando a Guyanese Board sobre o progresso alcançado nesta cooperação.

Expansão futura desta cooperação com áreas atrativas de turismo na Região Amazônica é uma das oportunidades potenciais que existem, e que os parceiros irão aproveitar, logo quando possível.

Artigo 2: Estabelecimento de Cooperação

Mediante este acordo, STF, CTG e SETUR decidem estabelecer sua cooperação para desenvolver o identificado “Combined Amazon Tourist Product”. Este produto combinará sítios turísticos nos países dos parceiros, como indicado no artigo 5.

Artigo 3: Objetivo do Acordo

O objetivo do acordo é:

1. definir a estrutura para produção, financiamento e propaganda com a qual os parceiros poderão implementar o identificado “*Combined Amazon Tourist Product*”.
2. Regular as obrigações mútuas de cada um dos parceiros (para os outros) no processo dirigido à criação e certificação do identificado pacote turístico combinado.

Artigo 4: Obrigações dos Parceiros

Os parceiros se comprometem a defender os acordos aos quais chegaram sobre:

- Composição do produto
- Marketing do produto
- Financiamento do produto

Considerando os resultados da Reunião sobre o Estabelecimento do Produto Combinado Identificado Amazonico, realizada em Paramaribo, segunda-feira dia 23 de Julho de 2007;

Têm convencionado o seguinte:

Artigo 1: Estrutura do Acordo

De acordo com a Carta de Intenções de 13 de Abril de 1999, os parceiros expressam mediante este acordo o seu compromisso para a criação e implementação de um produto turístico combinado, na forma de um pacote incluindo as atrações turísticas principais de cada destinação.

Os parceiros decidem portanto de assinar este acordo, com o objetivo de definir os princípios e detalhes de implementação da cooperação acima explicada entre eles.

Os parceiros – de acordo com a cooperação que existia no momento de assinar a Carta de Intenções do dia 13 de Abril de 1999, expressam seu desejo de incluir o “Tourism Board of the Republic of Guiana” no Produto Turístico Combinado Amazonico” e vão encorajar o “Tourism Board of the Republic of Guiana a para re-entrar nesta parceria e participar ativamente. STF vai tomar iniciativa neste sentido, informando a Guyanese Board sobre o progresso alcançado nesta cooperação.

Expansão futura desta cooperação com áreas atrativas de turismo na Região Amazônica é uma das oportunidades potenciais que existem, e que os parceiros irão aproveitar, logo quando possível.

Artigo 2: Estabelecimento de Cooperação

Mediante este acordo, STF, CTG e SETUR decidem estabelecer sua cooperação para desenvolver o identificado “Combined Amazon Tourist Product”. Este produto combinará sítios turísticos nos países dos parceiros, como indicado no artigo 5.

Artigo 3: Objetivo do Acordo

O objetivo do acordo é:

1. definir a estrutura para produção, financiamento e propaganda com a qual os parceiros poderão implementar o identificado “*Combined Amazon Tourist Product*”.
2. Regular as obrigações mútuas de cada um dos parceiros (para os outros) no processo dirigido à criação e certificação do identificado pacote turístico combinado.

Artigo 4: Obrigações dos Parceiros

Os parceiros se comprometem a defender os acordos aos quais chegaram sobre:

- Composição do produto
- Marketing do produto
- Financiamento do produto

As atividades de marketing serão avaliadas todos os anos. Os focos poderão ser adaptados, depois da avaliação das atividades de marketing.

II. Promoção conjunta do “Produto Turístico Combinado do Amazonas”

- a. Se necessário, daremos a preferência para uma maneira direta de trabalho, contactando os tour-operators que já estão operando nas áreas propostas, ou que provavelmente irão operar lá. Participação em Feiras Internacionais é outro instrumento de marketing que será usado para pesquisar mercados potenciais.
- b. Os parceiros se comprometem mediante este acordo, para criar instrumentos comuns de comunicação, concentrados em marketing e propaganda para o identificado “*Produto Turístico Combinado do Amazonas*” e farão um esforço de aperfeiçoamento contínuo do produto.
- c. STF, CTG e SETUR também se comprometem para participar juntos em eventos, feiras e shows, quando isso contribuir à propagando para o “*Produto Turístico Combinado do Amazonas*”. Cada parceiro vai convidar os outros para a ocasião de cada evento planejado, para fortalecer a cooperação e estimular os benefícios mútuos para cada um dos parceiros. Cada parceiro será responsável por suas próprias despesas.

III. Feiras e Exposições Comerciais

STF, CTG e SETUR se comprometem a cooperar para participar juntos nas Feiras e Exposições Comerciais:

- Top Résa, Dauville, França, Setembro
- ABAV, Rio de Janeiro, Brasil, Outubro
- ITB, Berlin, Alemanha, Março
- World Trade Show of Tourism, Paris, França, Março
- Vakantiebeurs, Utrecht, Holanda, Janeiro

IV. Instrumentos de comunicação e propaganda

Os parceiros se comprometem em produzir:

- Um folheto produzido especialmente para profissionais na indústria de turismo, incluindo mini CD, apresentando o “*Produto Turístico Combinado do Amazonas*” e um filme com a informação específica do pacote (não será necessário fazer novos vídeos, porque os próprios parceiros farão um esforço para usar trechos de filmes existentes para produzir um novo vídeo comum).
- O folheto que será distribuído entre tour-operators deve consistir de componentes definidos no artigo 5, mas não mencionará programas detalhados de excursões ou preços durante o primeiro ano de publicação.
- 3000 exemplares serão publicados durante primeiro ano (2007) distribuídos da maneira seguinte:
 - STF 1000 em Inglês / Holandês

- CTG 1000 em Inglês / Francês
- SETUR 1000 em Inglês / Português
- Links para websites existentes serão indicados, que ficam sob a responsabilidade de cada parceiro, para promover o marketing do produto a través dos tour-operators e agências de viagem.
- Cada ano, um dos parceiros organizará um tour de familiarização ou incentiva, dirigido para tour-operators dos mercados naturais de cada parceiro e incluindo pelo menos um representante da imprensa profissional. O parceiro organizador se responsabilizará por todas as despesas de viagem internacional, e os outros parceiros ficam responsáveis por todas as despesas locais durante o tour de familiarização.

Artigo 7: Compromissos financeiros

Os parceiros se responsabilizam dos compromissos financeiros para os anos de 2007, 2008 e 2009.

<u>Atividades planejadas durante o ano</u>	<u>2007</u> Euro	<u>2008</u> Euro	<u>2009</u> Euro
<u>Participação em feiras</u>			
- ABAV	10.000	10.000	10.000
- World Tourism Fair		10.000	10.000
- Vakantiebeurs		10.000	10.000
- ITB Berlin			10.000
<u>Instrumentos de propaganda / comunicação</u>			
- Folhetos	10.700	50.000	70.000
- Internet site	2.000	2.000	2.000
- Viagem de familiarização	10.000	10.000	10.000
	32.700	92.000	122.000
Total em 3 anos:	246,700		

Repartido pelos parceiros da maneira seguinte:

La Guiana	10.900 (35%)	40.667
Suriname	10.900 (35%)	40.667
Amapá	10.900 (30%)	40.667

As despesas para feiras consistem em 10.000 Euro ao máximo, incluído as despesas para aluguel, instalação e decoração / móveis para o stand.

Artigo 8: Coordenação

Os parceiros estão de acordo em se responsabilizar para a coordenação do projeto da maneira seguinte:

2007 : CTG
2008 : SETUR
2009 : STF

Artigo 9: Condições necessárias para bom funcionamento

1. Os parceiros estão de acordo em contribuir para um procedimento flexível e fluente de visados e procedimentos de entrada para turistas viajando no “*Produto Turístico Combinado do Amazonas*”, pedindo a atenção para isto das organizações políticas para este tema.
2. Os parceiros se comprometem em explicar clamente a estrutura jurídica no seu país para os outros parceiros.
3. Os parceiros estão de acordo em entrar em contato com as autoridades responsáveis pela segurança e seguridade, para que se ocupem de temas de segurança e seguridade que podem ter influência negativa sobre o “*Produto Turístico Combinado do Amazonas*”.

Artigo 10: Solução de Conflitos

1. Em caso de diferentes pontos de vista em quanto à interpretação e aplicação dos artigos desta acordo, os parceiros vão ser convocados para uma reunião onde devem falar do desacordo.
2. Quando não conseguem chegar a um acordo, o tema deve ser submetido à votação e as partes terão a obrigação de aceitar a decisão tomada pela maioria.

Artigo 11: Detalhes de implementação

Dentro da estrutura de criação propaganda e marketing do “*Produto Turístico Combinado do Amazonas*”, e para o ano de 2007, os parceiros se comprometem a iniciar e implementar as ações concordadas conforme seu próprio orçamento, à medida dos fundos que eles têm à sua disposição.

Os parceiros estão de acordo em se reunir pelo menos uma vez por ano, para discutir o progresso feito e como continuar com o projeto.

Preparado em Paramaribo, no dia 24 de Julho de 2007 em três documentos originais, cada texto sendo igualmente autêntico.

(assinaturas no original em Inglês)

O Diretor da Fundação de Turismo em Suriname, Armand Li A Young

O Presidente do Comité de Turismo na Guiana Francesa, Jean-Elie Panelle

A Secretária de Estado do Turismo no Amapá, Deuseni Oliveira Da Souza

TRADUZIDO DE XEROX EM INGLÊS PELA TRADUTORA JURADA
DRS. H.G.B. GAIKHORST. PARAMARIBO, 15 DE SETEMBRO DE 2007

ANEXO C - Memorando de entendimento sobre cooperação na área de turismo entre o governo da república federativa do Brasil e o governo da república francesa



**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE
TURISMO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO
DA REPÚBLICA FRANCESA**

Data assinatura: 12/03/97

Vigor: 01/05/97

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Francesa
(doravante denominados "Partes"),

Desejosos de reforçar as relações de amizade e de cooperação entre os dois Estados;

Conscientes dos interesses recíprocos pelo desenvolvimento de relações turísticas entre os dois países;

Convencidos de que a indústria do turismo contribui para o desenvolvimento econômico e social e para a ocupação racional do território;

Considerando o Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, de 28 de maio de 1996;

Chegaram ao seguinte entendimento:

ARTIGO I

1. As Partes encorajarão, desenvolverão e coordenarão a cooperação no âmbito do turismo, segundo seus interesses recíprocos e de conformidade com a legislação pertinente, os demais regulamentos cabíveis e as disposições orçamentárias vigentes em cada Estado.

2. As Partes facilitarão a atividade de profissionais do setor do turismo em ambos os países e favorecerão as viagens de natureza turística ao Brasil e à França.

ARTIGO II

As Partes procederão ao intercâmbio de informações relativas a suas respectivas disposições legais pertinentes ao turismo, à organização do setor, a suas políticas nacionais e regionais de turismo, bem como a outras ações previstas em outros dispositivos além do presente Memorando de Entendimento e cuja incidência possa alcançar o setor de turismo.

ARTIGO III

1. As Partes favorecerão o estudo e a realização em comum de projetos de investimento no âmbito do turismo.

2. As Partes encorajarão a prestação de assistência técnica em favor do desenvolvimento da indústria do turismo, sobretudo por meio do intercâmbio de especialistas e através de capacitação profissional. Conduzirão ações de modo particular sobre a organização da atividade turística, o desenvolvimento, a gestão e a comercialização de projetos turísticos, a prestação de serviços e as operações destinadas à promoção do turismo.

ARTIGO IV

As ações de cooperação decorrentes da aplicação do presente Memorando de Entendimento serão objeto de programas de ação a serem adotados no âmbito das consultas bilaterais previstas nos Artigos III e IV do Acordo-Quadro de Cooperação firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 28 de maio de 1996.

ARTIGO V

As Partes notificarão uma à outra, por via diplomática, suas propostas de alterações ou emendas ao presente Memorando de Entendimento. As alterações e emendas, decididas de comum acordo, terão efeito após cumpridas, por cada uma das Partes, as exigências legais de cada país, fazendo parte integrante do presente Memorando de Entendimento.

ARTIGO VI

Qualquer divergência relativa à interpretação bem como à aplicação do presente Memorando de Entendimento ensejará um acerto amigável, efetivado por meio de consulta ou negociação entre as Partes.

ARTIGO VII

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua assinatura.

2. O Memorando de Entendimento terá duração de 5 (cinco) anos, contados a partir da entrada em vigor. Poderá ser renovado por iguais períodos de 5 (cinco) anos, a partir de acordo expresso entre as Partes. Poderá ser denunciado por iniciativa de uma das Partes, pela via diplomática, com antecedência mínima de 3 (três) meses.

3. A expiração do prazo de validade do presente Memorando de Entendimento, ou sua denúncia, não colocará em questão direitos e obrigações contraídos pelas Partes em relação a projetos implementados por força dos presentes dispositivos.

Feito em Brasília, em 12 de março de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Governo da República
Francesa:

HERVÉ DE CHARETTE
Ministro dos Negócios Estrangeiros

ANEXO D – Decreto n.º 2.200, de 08 de abril de 1997

**Decreto n.º 2.200, de 08 de Abril de 1997**

Promulga o Acordo-Quadro de Cooperação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996;

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição,

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa firmaram, em Paris, em 28 de maio de 1996, um Acordo-Quadro de Cooperação;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 5, de 28 de janeiro de 1997, publicado, no Diário Oficial da União nº 20, de 29 de janeiro de 1997;

Considerando que o Acordo entrará em vigor em 1º de abril de 1997, nos termos do parágrafo 1 de seu Artigo 9º;

DECRETA:

Art. 1º. O Acordo-Quadro de Cooperação, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996, apenso por cópia ao presente Decreto,- será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Felipe Lampreia

Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Convencidos de que a participação ativa do Brasil e da França nas relações políticas e econômicas internacionais, bem como sua contribuição ao diálogo das culturas, favorecem o estabelecimento de uma ordem mundial mais aberta e mais equânime;

Animados pelo desejo de instituir uma nova parceria e de reforçar suas tradicionais relações de amizade pela criação de um mecanismo de consultas bilaterais regulares e pelo aprofundamento do diálogo político;

Ciosos de promover a cooperação nos campos econômico, cultural, científico e técnico, bem como em novos setores de interesse comum;

Desejosos de desenvolver suas relações de boa vizinhança na zona fronteira situada de um lado e de outro de sua fronteira comum;

Tendo em vista ser o Brasil membro do Mercosul e a França, da União Européia, e conscientes da importância do diálogo cada vez mais estreito que se desenvolve entre esses dois grupos regionais,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º

As Partes Contratantes dispõem-se a conferir renovado impulso às relações bilaterais. Com esse objetivo, empenhar-se-ão em favorecer os contatos políticos em todos os níveis entre os dois Estados e em reforçar o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica, segundo as modalidades definidas no presente Acordo.

Artigo 2º

1. As Partes Contratantes decidem reunir bianualmente uma Comissão Geral franco-brasileira, que terá a missão de promover o diálogo político, de coordenar os diferentes aspectos das relações bilaterais e de estabelecer um programa de trabalho para o biênio seguinte.

2. A Comissão Geral franco-brasileira, que se reunirá alternadamente no Brasil e na França, estará integrada por representantes dos dois Governos, sob a presidência dos Ministros das Relações Exteriores. As Partes Contratantes determinarão, de comum acordo e por via diplomática, a data e a agenda das reuniões.

3. Os Grupos de Trabalho previstos nos diferentes acordos de cooperação setorial em vigor, ou que venham a ser criados, relatarão bianualmente seus trabalhos à Comissão Geral franco-brasileira.

Artigo 3º

1. As Partes Contratantes confirmam o espírito no qual estabeleceram os instrumentos de cooperação cultural, científica e técnica e decidem adaptá-los às novas condições da cooperação franco-brasileira.

2. Com tal objetivo, as Partes Contratantes reunirão bianualmente, sob a égide da Comissão Geral franco-brasileira, uma Comissão Científica e Técnica e uma Comissão Cultural e Lingüística encarregadas de estabelecer um programa comum de cooperação em suas respectivas áreas de atuação.

3. Entre duas sessões da Comissão Geral, reunir-se-á, quando necessário, um grupo de avaliação e de acompanhamento encarregado das questões científicas e técnicas e um grupo de avaliação e de acompanhamento encarregado dos assuntos culturais lingüísticos.

Artigo 4º

1. As Partes Contratantes reafirmam sua intenção de desenvolver relações econômicas, especialmente em matéria de intercâmbio comercial, de investimentos e de cooperação financeira e, em especial, a promoção de iniciativas no nível de pequenas e médias empresas dos dois países.

2. Para esse fim, as Partes Contratantes reunirão bianualmente, sob a égide da Comissão Geral, uma Comissão Econômica franco-brasileira, que sucederá à Comissão Econômica franco-brasileira para Indústria e Comércio, criada pelo Comunicado Conjunto franco-brasileira, em 6 de novembro de 1975.

3. Entre duas sessões da Comissão Geral, a Comissão Econômica franco-brasileira reunir-se-á periodicamente sob a presidência dos Ministros competentes em matéria econômica internacional ou de seus representantes.

4. Com o objetivo de associar mais estreitamente as empresas dos dois países no desenvolvimento da cooperação econômica franco-brasileira, a Comissão Econômica franco-brasileira poderá fazer representantes do setor privado participarem de seus trabalhos e criar grupos de trabalho setoriais ou temáticos nos campos julgados prioritários pelas Partes Contratantes.

Artigo 5º

1. Nos anos em que a Comissão Geral não se reunir, as Partes Contratantes manterão consultas políticas em nível de altos funcionários, a fim de proceder a um amplo intercâmbio de idéias sobre as questões bilaterais correntes, bem como sobre os assuntos internacionais de interesse comum.

2. Essas consultas realizar-se-ão, alternadamente, no Brasil e na França. As datas, a agenda, o nível e o local de cada reunião serão determinados de comum acordo pela via diplomática.

Artigo 6º

1. As Partes Contratantes realizarão a cada ano consultas visando ao favorecimento da cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos dois países, no quadro das legislações nacionais. Representantes dessas coletividades locais poderão estar associados a esses trabalhos.

2. Esse grupo de consulta reunir-se-á alternadamente no Brasil e na França.

Artigo 7º

Ficam ab-rogados:

a) o artigo 12 do Acordo Cultural entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Francesa, firmado em 6 de dezembro de 1948;

b) o Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Francesa, que cria uma Comissão Mista franco-brasileira de desenvolvimento econômico, firmado em 24 de abril de 1954;

c) o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, que constitui uma Grande Comissão, firmado em 24 de outubro de 1975.

Artigo 8º

A lista dos Acordos em vigor será estabelecida após exame conjunto pelas Partes Contratantes. Os acordos omitidos nessa lista não serão considerados como automaticamente ab-rogados, salvo se as Partes Contratantes assim convierem.

Artigo 9º

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades

constitucionais e legais internas requeridas para a entrada em vigor do presente Acordo, que terá efeito no primeiro dia do mês seguinte à data de recepção da segunda notificação.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer uma das Partes Contratantes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data do recebimento da notificação respectiva.

Em fé do que, os representantes das duas Partes Contratantes, devidamente autorizados para tanto, assinaram e selaram o presente Acordo.

Feito em Paris, em 28 de maio de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil Luiz Felipe Lampreia Ministro da Relações Exteriores	Pelo Governo da República Francesa Hervé de Charette Ministro dos Negócios Estrangeiros
--	---

ANEXO E - Plano de ação franco-brasileiro declaração conjunta do presidente da república francesa, Nicolas Sarkozy, e do presidente da república federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva

PLANO DE AÇÃO FRANCO-BRASILEIRO
DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA,
NICOLAS SARKOZY, E DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

São Jorge do Oiapoque, 12 de fevereiro de 2008

O Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República Francesa, Sr. Nicolas Sarkozy, reuniram-se na Guiana no dia 12 de fevereiro de 2008.

Imbuídos de uma vontade comum de desenvolver a parceria estratégica entre a França e o Brasil em suas dimensões transfronteiras, bilateral e internacional, os dois presidentes estabeleceram o seguinte plano de ação:

1 – No âmbito internacional, os dois presidentes:

Decidiram agir de concerto no intuito de promover uma reforma eqüitativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a lhe proporcionar uma representatividade mais ampla e promover o acesso do Brasil a esse foro na qualidade de membro permanente. O Presidente Sarkozy reiterou a sua determinação de agir em prol da ampliação do G-8 às grandes potências emergentes, entre quais o Brasil.

Felicitaram-se pelos progressos obtidos pela UNITAID e saudaram a próxima realização, em Brasília, da reunião de seu conselho executivo, o que possibilitará a promoção da UNITAID na América do Sul.

Pretendem contribuir para o sucesso da 5a reunião de cúpula entre a União Européia e a América Latina e o Caribe, em Lima, em maio de 2008. Eles destacaram a importância dos temas a serem tratados durante a reunião em seus dois segmentos dedicados, de um lado, às questões relativas à pobreza, à desigualdade e à inclusão e, de outro, ao desenvolvimento sustentável: meio ambiente, mudança climática, energia.

Decidiram empenhar-se pelo sucesso da 2a reunião de cúpula Brasil - União Européia, a se realizar no Brasil durante a presidência francesa da União Européia. Dentro desse espírito, eles reafirmaram o papel particular desempenhado pelo Brasil e a França no fortalecimento do diálogo entre a América Latina e o Caribe e a União Européia.

Reconheceram o interesse da França, presente na Amazônia, em participar das atividades ligadas ao Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o apoio do governo brasileiro ao pedido de aproximação institucional com a Organização.

2 – Para possibilitar um maior conhecimento mútuo, os dois presidentes:

Decidiram dar início sem demora à construção da ponte sobre o Oiapoque, tendo como meta a sua inauguração em 2010. Símbolo da proximidade entre a França e o Brasil, essa ponte permitirá a junção, por estrada, de Macapá e Caiena e será portadora de múltiplos benefícios para o desenvolvimento econômico e social da região. A Comissão Intergovernamental reunir-se-á ao longo do primeiro semestre de 2008, para validar os trabalhos técnicos relativos a essa ponte, lançar a licitação internacional para a seleção da empresa que se encarregará de sua construção e para estabelecer as modalidades de repartição dos custos sobre uma base equitativa, para que a parte francesa não seja levada a pagar taxas e impostos nacionais.

Deram instruções relativas ao prosseguimento da construção das vias de acesso à ponte dos dois lados da fronteira.

Decidiram estimular a instauração de ligações aéreas entre a Guiana e o Brasil, com base no acordo bilateral em vigor em matéria de aviação.

Decidiram redobrar os esforços para fazer do Ano da França no Brasil, em 2009, um sucesso comparável ao do Ano do Brasil na França, em 2005. Eles concordaram em que esse evento também deverá fazer com que o público brasileiro conheça a riqueza humana, artística e natural da Guiana Francesa.

Deram seu apoio ao desenvolvimento do ensino do português na Guiana, especialmente por meio da criação de programas nacionais no seio de estabelecimentos de ensino. Os dois presidentes consideram o aprendizado das línguas um fator de compreensão mútua entre os povos e de promoção da diversidade cultural nessa região.

Decidiram promover a cooperação educacional, especialmente no que se refere ao ensino superior e ao ensino técnico, mais particularmente no Estado do Amapá e na Guiana Francesa.

3 – Com o objetivo de valorizar o meio ambiente comum aos dois países, os dois presidentes:

Decidiram desenvolver a cooperação entre as administrações do Parque Nacional Amazônico da Guiana e do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque dos Estados do Amapá e do Pará, tendo por objetivo facilitar as trocas de experiências e uma maior coordenação em matéria de gestão, vigilância e trocas de dados e informações referentes a essas áreas protegidas, criando assim uma dinâmica comum para favorecer o eco-turismo dentro de uma óptica de desenvolvimento sustentável, que respeite a biodiversidade e as populações.

Saudaram a iniciativa do Presidente Lula de criar um Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Biodiversidade na cidade do Oiapoque, tendo por objetivo desenvolver a cooperação universitária e científica pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia, com o apoio da Universidade Federal do Amapá e de outras instituições. Eles manifestaram a intenção de estudar a criação de uma Academia Franco-Brasileira da Biodiversidade baseando-se na cooperação entre o futuro centro do Oiapoque e o pólo universitário e científico da Guiana.

4 – Para realizar ações conjuntas que visem a manutenção da ordem pública ao longo da fronteira, os dois presidentes:

Decidiram reunir a comissão mista transfronteiras em Caiena, em 29 e maio de 2008, tendo por objetivo consolidar e harmonizar as relações entre o Estado do Amapá e a Guiana e reforçar a cooperação na região fronteira nas áreas social, consular, econômica, comercial e ambiental.

Decidiram institucionalizar sua cooperação em matéria de segurança em âmbito regional, especialmente através da criação de um centro de cooperação policial transfronteiras, a fim de melhorar a eficiência da luta contra os tráficos, de acordo com o Protocolo cuja negociação deverá ser concluída na próxima reunião da comissão mista transfronteiras.

Decidiram implementar ações de cooperação e segurança visando coordenar, de forma transparente e concertada, a prevenção, a identificação e a repressão das ações prejudiciais ao meio ambiente.

Decidiram intensificar de forma decisiva a luta contra o garimpo clandestino e sua repressão, estabelecendo como objetivo a negociação de um acordo bilateral no âmbito da comissão mista transfronteiras.

Salientaram a necessidade de reforçar a sua cooperação contra a pesca ilícita por meio de ações conjuntas regulares entre as marinhas brasileira e francesa através: de intercâmbios regulares de informações a respeito das atividades ilícitas das embarcações de pesca na zona marítima de interesse comum no Brasil e na Guiana, as infrações constatadas e seus tratamentos administrativos; a criação de pontos de contato operacionais para facilitar as trocas de informações; conforme a necessidade, a organização de patrulhas navais conjuntas ou coordenadas para melhorar a vigilância da zona marítima de interesse comum no Brasil e na Guiana.

5 – Para desenvolver novas ferramentas de cooperação, os dois presidentes:

Decidiram reforçar a cooperação descentralizada de acordo com os princípios fundamentais da cooperação franco-brasileira nessa área, conforme foram estabelecidos em Marselha em maio de 2006 e em Belo Horizonte em novembro de 2007. Eles felicitaram-se pela assinatura, neste dia, de um protocolo sobre a cooperação descentralizada e adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação de 1996.

Mencionaram o papel da Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD – no desenvolvimento dos intercâmbios e, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, integrar melhor a Guiana ao seu ambiente regional.

Destacaram o interesse de explorar as possibilidades oferecidas pelos recursos em satélites, especialmente em matéria de evolução florestal. Eles estimularão a conclusão de acordos entre instituições de pesquisa dos dois países.

Pretendem promover a cooperação entre o Instituto Pasteur e as instituições de saúde dos Estados do Amapá e do Pará, em particular em prol de uma maior eficiência na luta contra a dengue, a febre amarela e a malária.

Decidiram utilizar da melhor forma possível os progressos registrados pelo “grupo de trabalho franco-brasileiro sobre a inovação e as ciências fundamentais e aplicadas”, instituído pelo Protocolo de Intenções de julho de 2005, que abre a candidaturas de projetos com vistas à sua seleção em julho de 2008.

Saudaram a assinatura do Acordo relativo à cooperação na área da defesa e ao estatuto de suas forças militares (SOFA), assinado em Paris no dia 29 de janeiro.

Concordaram em dar prosseguimento à aproximação entre as forças armadas francesas presentes na Guiana e as forças armadas brasileiras.

Destacaram as fortes potencialidades de cooperação entre os dois países nas áreas da defesa, da energia nuclear civil e dos biocombustíveis, e decidiram explorá-las de maneira aprofundada.